



Estratégia 2021-2027 OESTE Portugal

ESTRATÉGIA OESTE PORTUGAL PARA O PERÍODO 2021- 2027 (E03)

ESTRATÉGIA OESTE PORTUGAL PARA O PERÍODO 2021-2027,
ATRAVÉS DA REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA 2020 OESTE PORTUGAL

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE



PR-04142 | maio 2020

Índice

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	REFERENCIAL A REVISITAR – EIDT 2020 OESTE PORTUGAL	13
3.	REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS 2021-2027	22
3.1.	Os exercícios/referenciais estratégicos europeu, nacional e regional	22
3.1.1.	Contexto europeu	22
3.1.2.	Contexto nacional	33
3.1.3.	Contexto regional	35
3.2.	Síntese	44
4.	ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO OESTE 2021-2027	47
4.1.	Síntese da evolução e mudanças de contexto – quadro de referência atual	47
4.1.1.	Análise SWOT	47
4.1.2.	Quadro de concretização e desafios para o desenho do quadro 2021-2027	51
4.2.	Quadro estratégico Oeste 2021-2027	63
4.2.1.	Visão Oeste 2030	63
4.2.2.	Agendas Estruturais Oeste 2030	64
4.2.3.	Eixos Estratégicos Oeste 2030	65
4.3.	Projetos regionais estruturantes	71
4.3.1.	Matriz de correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e as Agendas Estruturais Oeste 2030	104
4.3.2.	Matriz de correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e os Eixos Estratégicos Oeste 2030	105
4.4.	Sistema de indicadores	106
5.	MODELO DE GOVERNAÇÃO E DESAFIOS DE GESTÃO MULTINÍVEL	109
6.	VERIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO DA REVISITAÇÃO DA EIDT COM AS ORIENTAÇÕES	115
7.	ANEXO 1: EVOLUÇÃO E MUDANÇAS DE CONTEXTO – QUADRO DE REFERÊNCIA ATUAL	122
7.1.	Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	123
7.2.	Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	142
7.3.	Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente	155
7.4.	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos	185
7.5.	Novo quadro de competências descentralizadas	203
8.	ANEXO 2: BASES DE DADOS	214

Índice de Figuras

Figura 1. Metodologia de trabalho em curso	10
Figura 2. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030.....	11
Figura 3. Prioridades transversais e áreas de especialização prioritárias da EIDT Oeste.....	14
Figura 4. Síntese das medidas e correlação com eixos prioritários e prioridades estratégicas	20
Figura 5. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027.....	22
Figura 6. Linhas gerais de prioridades pós 2020	34
Figura 7. Domínios centrais definidos para cada Eixo.....	35
Figura 8. Despesas em I&D.....	37
Figura 9. Deslocações sub-regionais e inter-regionais.....	40
Figura 10. Esquema do conjunto de Grandes Projetos Estruturantes	44
Figura 11. Agendas Estruturais Oeste 2030.....	64
Figura 12. Eixos Estratégicos Oeste 2030	65
Figura 13. Pacto Ecológico Europeu.....	67
Figura 14. Projetos regionais estruturantes Oeste 2030	71
Figura 15. Tipologia de Regiões na política de coesão.....	111
Figura 16. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) – NUTS III Oeste	129
Figura 17. Quadro de desempenho de Centros Qualifica na NUTS III Oeste no ano de 2019	138
Figura 18. Proporção de empresas (%), segundo CAE - Rev. 3, em 2014 e 2018	156
Figura 19. Proporção de pessoal ao serviço nas empresas (%), segundo CAE - Rev. 3, em 2014 e 2018.....	157
Figura 20. Proporção do volume de negócios das empresas (%), segundo CAE - rev.3, em 2014 e 2018	158
Figura 21. Modelo territorial e sistemas associados.....	178
Figura 22. Exposição do território nacional e da Região Oeste a riscos relacionados com o clima (projeções para 2040)	187
Figura 23. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo	191
Figura 24. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção	194

Índice de Tabelas

Tabela 1. Prioridades transversais e de especialização e objetivos associados.....	14
Tabela 2. Novo orçamento europeu – Plano de Recuperação da União Europeia.....	25
Tabela 2. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas	26
Tabela 3. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual	28
Tabela 4. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento	30
Tabela 5. Pilares e áreas estratégicas	42
Tabela 6. Revisitação da matriz SWOT da Região Oeste.....	47
Tabela 7. Quadro de concretizações e desafios	52
Tabela 8. Correlação entre Agendas Estruturais Oeste 2030 e Eixos Estratégicos.....	70
Tabela 9. Correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e as Agendas Estruturais Oeste 2030	104
Tabela 10. Correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e os Eixos Estratégicos Oeste 2030	105
Tabela 11. Sistema de indicadores Oeste 2030.....	106
Tabela 12. Alinhamento do quadro estratégico Oeste 2030 com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional Portugal 2030.....	118
Tabela 13. Alinhamento do quadro estratégico Oeste 2030 com os objetivos da Política de Coesão pós-2020	119
Tabela 14. Variações da população residente e densidade populacional	123
Tabela 15. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento.....	125
Tabela 16. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, %, nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018	126
Tabela 17. Indicadores de educação por sub-região e município	128
Tabela 18. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, em 2014 e 2018	131
Tabela 19. Projetos aprovados na PI 9.7. Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais	133
Tabela 20. Projetos aprovados na PI 10.5. Investimentos em infraestruturas e equipamentos escolares.....	134
Tabela 21. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada em 2019) na PI 9.1	135
Tabela 22. Eixos e projetos-piloto do Plano de Ação da Rede para a Inovação Social no Oeste	135
Tabela 23. Síntese de projetos apresentados no domínio inclusão por via da educação e qualificações ao Portugal 2020	137
Tabela 24. Projetos aprovados no POISE, em domínios relacionados com a inclusão social	138
Tabela 25. Despesas em I&D, por tipo de instituição 2014 – 2017 (milhares de €)	143
Tabela 26. Síntese de projetos apresentados no domínio da I&D ao Portugal 2020	145
Tabela 27. Síntese dos apoios PDR 2020 e Mar 2020 no domínio da I&D, por concelho de incidência.....	146
Tabela 28. Grupos Operacionais – PDR 2020 com incidência no Oeste	147

Tabela 29. Síntese dos projetos de I&D candidatados e aprovados na NUTS III Oeste nos programas operacionais 2014-2020.....	149
Tabela 30. Síntese dos projetos de qualificação de RH e instituições – Centro 2020 e POCI	150
Tabela 31. Indicadores de empresas, entre 2014 e 2017	155
Tabela 32. Indicadores da dinâmica empresarial no Oeste, em 2014 e 2018	160
Tabela 33. Empresas do setor A - agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018	161
Tabela 34. Empresas do setor C - Indústrias transformadoras (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018	162
Tabela 35. Empresas do setor I – Alojamento, restauração e similares (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018	164
Tabela 36. Indicadores relativos à média e alta tecnologia na economia, 2014 e 2018	165
Tabela 37. VAB das empresas, por setor (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018.....	166
Tabela 38. Importações, exportações e grau de abertura, em 2014 e 2019	167
Tabela 39. Dados do setor do turismo - hotelaria, entre 2014 e 2018	169
Tabela 40. Projetos aprovados no Oeste, no âmbito dos Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SAAC)	171
Tabela 41. Projetos privados aprovados no Oeste (NUTS III), no âmbito das PI 3.1, 3.2 e 3.3	172
Tabela 42. Projetos aprovados no Oeste (NUTS III) no âmbito do S12E (PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10).....	173
Tabela 43. Projetos aprovados – através do PDR 2020	173
Tabela 44. Projetos aprovados – através do Mar 2020	175
Tabela 45. Projetos públicos aprovados no Oeste, no âmbito das operações de acolhimento empresarial	176
Tabela 46. Projetos aprovados no âmbito da reabilitação urbana, PI 6.5 e 4.5, na Região Oeste	179
Tabela 47. Projetos aprovados e/ou prospetivados no âmbito da PI 6.3 na Região Oeste	181
Tabela 48. Projetos aprovados no âmbito do POSEUR, na Região Oeste, relativos a adaptação às alterações climáticas, gestão de riscos e proteção da biodiversidade e ecossistemas	188
Tabela 49. Projetos aprovados no âmbito do PDR2020 - prevenção, restabelecimento e melhoria da resiliência da floresta	190
Tabela 50. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017	192
Tabela 51. Projetos aprovados no âmbito da PI 4.3 na Região Oeste.....	193
Tabela 52. Emissões totais de poluentes na Região Oeste, em 2015 e 2017	195
Tabela 53. Emissões de GEE por setor (Kton CO ₂ eq) nos concelhos da Região Oeste, em 2015 e 2017	196
Tabela 54. Projetos aprovados no âmbito da mobilidade sustentável, na Região Oeste	198
Tabela 55. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais	199
Tabela 56. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	200
Tabela 57. Projetos aprovados no âmbito do POSEUR, na Região Oeste, relativos a abastecimento de água, drenagem de águas residuais e gestão de resíduos.....	200
Tabela 58. Descentralização de competências para municípios e Oeste CIM	204
Tabela 59. Lista de competências assumidas pelos municípios da Oeste CIM – atualizada em março 2020	209

Siglas e Acrónimos

AAC Aviso de abertura de Candidatura	EB Escola Básica
AE Agenda Estrutural	EE Eixo Estratégico
AG Autoridade de Gestão	EFA Educação e Formação de Adultos
AICEP Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	EIDT Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
AM Área Metropolitana	EN Estrada Nacional
AMA Agência para a Modernização Administrativa	ERPI Estrutura Residencial para Idosos
AML Área Metropolitana de Lisboa	ERTMS <i>European Railway Traffic Management System</i>
ANACOM Autoridade Nacional de Comunicações	ESAD Escola Superior de Artes e Design
ANEPC Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	ESTM Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar
ANQEP Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional	ETAR Estação de Tratamento de Águas Residuais
AP Acordo de Parceria	ETCS <i>European Train Control System</i>
APA Agência Portuguesa do Ambiente	EUROSTAT Gabinete de Estatísticas da União Europeia
ARS Administração Regional de Saúde	FC Fundo de Coesão
ARS LVT Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
B2B <i>Business to business</i>	FEADER Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
B2C <i>Business to Consumer</i>	FEAMP Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
BEI Banco Europeu de Investimento	FEDER Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
BLF Banda Larga Fixa	FEEI Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
C.E.B. Ciclo do Ensino Básico	FEIE Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos
CAE Classificação das Atividades Económicas	FSE Fundo Social Europeu
CAO Centro de Atividades Ocupacionais	GAL Grupo de Ação Local
CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	GEE Gases com Efeito de Estufa
CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	GEP Gabinete de Estratégia e Planeamento
CCDR Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	GIP Gabinete de Inserção Profissional
CEF Cursos de Educação e Formação	GO Grupos Operacionais
CET Cursos de Especialização Tecnológica	GPE Grandes Projetos Estruturantes
CIC Comissão Interministerial de Coordenação	GSM-R <i>Global System for Mobile Communications – Railways</i>
CIM Comunidade Intermunicipal	GTF Gabinetes Técnicos Florestais
CLDS Contratos Locais de Desenvolvimento Social	I&D Investigação e Desenvolvimento
CM Câmara Municipal	I&I Investigação e Inovação
COVID 19 <i>Coronavirus Disease 2019</i>	IAPMEI Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
DGAL Direção-Geral das Autarquias Locais	IC Itinerário Complementar
DGEEC Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	ICNF Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
DGEG Direção-Geral de Energia e Geologia	IDE Investimento Direto Estrangeiro
DL Decreto-Lei	IDI Investigação, Desenvolvimento e Inovação
DLBC Desenvolvimento Local de Base Comunitária	IEFP Instituto de Emprego e Formação Profissional
DLD Desempregados de Longa Duração	IFRRU Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
DRAPC Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	IGP Identificação Geográfica Protegida
E.P.E. Entidade Pública Empresarial	IHRU Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
	INE Instituto Nacional de Estatística
	IPC Classificação Internacional de Patentes
	IPL Instituto Politécnico de Leiria
	IPSS Instituições Particulares de Solidariedade Social
	ITI Investimentos Territoriais Integrados

JI | Jardim de Infância

LULUCF | *Land use, land use change and forestry*

MCT | Ministério da Coesão Territorial

MTSSS | Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NUTS | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OE | Objetivos Estratégicos

OesteCIM | Comunidade Intermunicipal do Oeste

OT | Objetivos Temáticos

PA | Projetos âncora

PART | Programa de Apoio à Redução Tarifária

PARU | Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDCT | Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDR 2020 | Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020

PEDU | Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEPAL | Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

PI | Prioridades de Investimento

PIAAC | Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

PIB | Produto Interno Bruto

PIEF | Programa Integrado de Educação e Formação

PME | Pequenas e Médias Empresas

PNAC | Programa Nacional para as Alterações Climáticas

PNEC | Plano Nacional Energia e Clima

PNPOT | Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PO | Programa Operacional

POCH | Programa Operacional Capital Humano

POCI | Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

POISE | Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

POSEUR | Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

PROT | Plano Regional de Ordenamento do Território

QFP | Quadro Financeiro Plurianual

RH | Recursos Humanos

RIS3 | Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

RISO | Rede para a Inovação Social no Oeste

RLIS | Redes Locais de Intervenção Social

RLVT | Região de Lisboa e Vale do Tejo

RSI | Rendimento Social de Inserção

SAAC | Sistemas de Apoio às Ações Coletivas

SAMA | Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

SCT | Sistema Científico e Tecnológico

SCTN | Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SFT | Sistemas Flexíveis de Transporte

SIZE | Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego

SIG | Serviços de Interesse Geral

SWOT | *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)

TEIP | Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

TESP | Cursos Técnicos Superiores Profissionais

TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação

TP | Turismo de Portugal

UE | União Europeia

UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USF | Unidade de Saúde Familiar

VAB | Valor Acrescentado Bruto

VN | Volume de Negócios

ZIF | Zonas de Intervenção Florestal

1. INTRODUÇÃO



O **Acordo de Parceria 2014-2020**, assinado entre Portugal e a Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adotou os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagrou a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial de suporte ao crescimento e à criação de emprego em Portugal. No Portugal 2020 definiram-se os domínios [(1) Competitividade e Internacionalização; (2) Inclusão Social e Emprego; (3) Capital Humano e (4) Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos], as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento identificadas como necessárias para promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o cumprimento das metas da Europa 2020 em Portugal.

Para os vários domínios ou agendas como denominadas em alguns documentos estratégicos e que sustentaram a arquitetura dos Programas Operacionais (PO) nacionais e regionais, foram identificados constrangimentos e potencialidades que nortearam as opções de investimento e a definição de requisitos de acesso aos apoios.

O modelo de governação e respetiva arquitetura institucional foi estabelecido visando quatro objetivos: (i) a simplificação do modelo de governação, privilegiando por um lado a segregação das responsabilidades e dos suportes institucionais para o exercício das funções de orientação política e técnica, e valorizando por outro lado o envolvimento dos parceiros; (ii) a orientação para resultados, através da valorização dos resultados nas decisões de financiamentos e a sua avaliação e consequências daí decorrentes nos pagamentos de saldo final dos projetos; (iii) o estabelecimento de regras comuns para o financiamento, que assegurassem condições de equidade e de transparência e a competição entre beneficiários; (iv) e a simplificação do acesso dos beneficiários ao financiamento e a redução dos respetivos custos administrativos.

De especial relevância para o trabalho em curso e apresentado no presente relatório, destaca-se a referência às *“estratégias de desenvolvimento territorial adotadas que contribuirão para o reforço territorial da Estratégia Europa 2020, assegurando que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das sub-regiões são tidos em consideração, garantindo o envolvimento das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos respetivos programas e projetos”*¹.

O Acordo de Parceria estabeleceu que as oportunidades propiciadas pelos regulamentos comunitários no âmbito das **Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial** são significativamente valorizadas e concretizadas em Portugal no período de programação 2014-2020 como dimensão essencial da promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. No mesmo documento lê-se que os novos desafios colocados ao nível sub-regional, no horizonte 2020, em áreas como a valorização dos recursos

¹ Acordo de Parceria 2014-2020, Portugal 2020, julho de 2014.

estratégicos do território, a sustentabilidade energética, a promoção de uma sociedade mais inclusiva, ou da eficiência e racionalização dos serviços coletivos intermunicipais, tornam indispensável reforçar quer a escala de intervenção territorial (para além da lógica estritamente municipal), quer o grau de parceria entre o poder local, o associativismo empresarial e o sistema científico e tecnológico, para poder intervir de forma mais eficaz nos domínios chave do desenvolvimento e da coesão territorial. Foi assim estabelecido que as Estratégias Territoriais configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, constituindo um mecanismo que assegura que as especificidades e os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e sub-regiões são devidamente tidos em consideração e que garante a implicação direta das entidades sub-regionais e das autoridades regionais e locais no planeamento e na execução dos programas, iniciativas e projetos relevantes, conduzindo a um maior sentido de apropriação dos objetivos de desenvolvimento europeus, nacionais e regionais, a todos os níveis.

Conforme estabelecido no Acordo de Parceria, **as Estratégias de Desenvolvimento Territorial** (denominadas Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial – EIDT) **definidas à escala das NUTS III serviram de referência para assegurar a coerência estratégica de outras intervenções de cariz local, em territórios urbanos, rurais ou nos espaços de articulação entre ambos**, procurando-se criar um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) respetiva, que garanta a coerência das intervenções, independentemente da forma como são implementadas, e que permita assumir explicitamente o desenvolvimento rural, o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento das zonas costeiras como parte integrante do desenvolvimento regional.

Sendo global, este **quadro estratégico sub-regional, dinamizado pelas comunidades intermunicipais, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional**, deve igualmente ser assumido como referencial no âmbito de outras intervenções, para além das que vierem a estar integradas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI) ou em DLBC promovidos no território; por exemplo, a componente das estratégias sub-regionais centrada na promoção da competitividade empresarial deve ser ponderada no âmbito dos mecanismos de governação associados às estratégias de especialização inteligente regionais ou no âmbito dos mecanismos de ponderação do mérito regional dos incentivos a PME.

No contexto exposto, coube a cada CIM desenvolver a sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), num quadro de envolvimento e mobilização dos agentes estratégicos regionais, com o acompanhamento da respetiva CCDR.



Em 2013, a OesteCIM, através de um processo mobilizador, inspirado nas melhores práticas internacionais e nacionais, deu início à definição do quadro regional, que culminou com a Estratégia 2020 Oeste Portugal². Foi aferido o potencial de desenvolvimento da sub-região, com especial enfoque nos domínios diretamente associados às metas 2020 assumidas por Portugal e estabelecido o referencial de desenvolvimento do Oeste, identificando desafios transversais e desafios nas áreas de especialização desta sub-região.

É sobre este documento, a EIDT – Estratégia 2020 Oeste Portugal, que versa o presente exercício de revisitação, enquadrado nas ações de preparação do período de programação financeira 2021-2027 da OesteCIM. Neste contexto, assegurando o cumprimento das “orientações para a estruturação das Estratégias Sub-Regionais Portugal 2030” do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional, iniciou-se o processo de revisitação da EIDT, simplificando o exercício e antecipando o calendário de fecho do período de programação 2014-2020. O processo iniciado assenta na *“revisitação das atuais estratégias (2014-2020), focada no reforço das competências locais e intermunicipais, na promoção da competitividade e da coesão territorial, tendo por objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações, assente nos seguintes pontos”*:

1. **“Revisitar as Estratégias Integradas e Desenvolvimento Territorial (EIDT) desenvolvidas pelas CIM e AM, assegurando **simplificação de processos** (de planeamento e de programação), **carácter evolutivo deste novo exercício em relação ao desenvolvido no contexto do PT 2020 e articulação com as competências municipais e intermunicipais**;**
2. **Alinhar e articular com a Estratégia Regional³**, ancorando-se as estratégias sub-regionais (NUTS III) na estratégia regional (NUTS II), tendo como referências as atuais regiões NUTS II e devendo identificar estrangulamentos estruturais e desafios emergentes (nomeadamente considerando as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no contexto do processo de descentralização em curso);
3. **Articular o perfil de competitividade sub-regional no contexto das abordagens de nível NUTS II** respeitantes às Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3), no que respeita aos processos de reforço das cadeias de valor de recursos endógenos e à estruturação dos respetivos ecossistemas de inovação;
4. **Desenvolver a dimensão urbana e da política urbana (NUTS III)**, tendo como referência o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a necessidade de articulação com o processo de desenvolvimento do sistema urbano regional (NUTS II), devendo assegurar, designadamente:

² O processo de elaboração da EIDT 2020 decorreu entre 2013 e 2014.

³ Ainda não está disponível a Estratégia Regional do Centro, apenas um exercício regional referente à RIS3 e que se encontra ainda numa fase preliminar. Está disponível a estratégia para a RLVT.

- a. Caracterização da relevância e do papel dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG) aos cidadãos e às empresas, com especial atenção aos centros urbanos do interior e aos centros urbanos polarizadores do PNPT no interior;
 - b. Apresentação de modelo de integração das ações de regeneração e valorização urbana nas abordagens estratégicas de nível NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização das CIM e das AM;
 - c. Identificação da importância da mobilidade urbana sustentável no contexto do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, em particular em territórios com maiores interações espaciais dos cidadãos e das empresas e deslocações casa-trabalho e casa-escola, como as AM;
5. Garantir o alinhamento com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030 e os seus quatro Eixos (“As Pessoas Primeiro”; “Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento”; “Um País competitivo externamente e coeso internamente”; “Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”) e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020 (“Uma Europa mais inteligente”; “Uma Europa mais verde e Hipo carbónica”; “Uma Europa mais conectada”; “Uma Europa mais social”; “Uma Europa mais próxima dos cidadãos”);
 6. **Identificar projetos regionais estruturantes**, incluindo os constantes no Programa Nacional de Investimentos 2030), mesmo com impacto e abrangência superior à da respetiva Região NUTS III, mas indispensável para a sua estratégia, independentemente das fontes de financiamento;
 7. **Ter como referência as diversas fontes de financiamento existentes**, considerando, assim, o cenário de manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto de no processo de orçamentação das políticas públicas se recorrer a fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas e privadas);
 8. Garantir a **auscultação dos principais agentes económicos e sociais** com intervenção no território de cada Região NUTS III, em articulação com a NUTS II para que se reduzam potenciais redundâncias.”

A metodologia adotada assenta em três etapas distintas, com tarefas específicas, mas interdependentes:

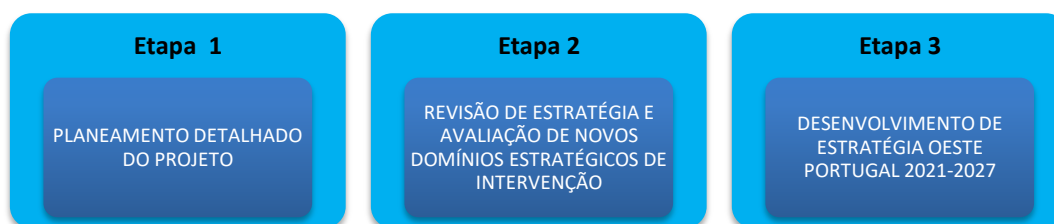


Figura 1. Metodologia de trabalho em curso

Para a construção da Estratégia Oeste Portugal 2021-2027 foram realizadas diversas tarefas de recolha de informação (presencial e não presencial) e mobilizadas entidades estratégicas representativas do

contexto económico e social da Região Oeste, corresponsáveis pela definição e implementação da EIDT. A recolha de informação e auscultação de municípios e entidades regionais visou a auscultação da sua perceção sobre a evolução alcançada do ponto de vista do desenvolvimento sub-regional, entre 2014 e o presente, e sobre a sua experiência na valorização de oportunidades de financiamento do Portugal 2020 para a implementação de projetos alinhados com a EIDT.

Salienta-se ainda que o exercício de revisitação, numa lógica de otimização do processo, foi realizado tendo por base uma prévia transposição para os quatro eixos/agendas do Portugal 2030:

- As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- Um País competitivo externamente e coeso internamente;
- Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos.

Estas agendas dão continuidade às definidas para o atual período de programação financeira, conforme se esquematiza na Figura 2. Verifica-se assim uma necessidade de ligeira adaptação terminológica e de alinhamento temático no atual exercício de revisitação, uma vez que se considera relevante a atualização do referencial não só num contexto de verificação de progressos de contexto como também na aferição de necessidades de atualização da Estratégia. **Face ao exposto, e uma vez que a estrutura da Estratégia Oeste 2020 refletiu as três prioridades estabelecidas no Portugal 2020, a revisitação para o quadro do Portugal 2030 obriga à adaptação.**

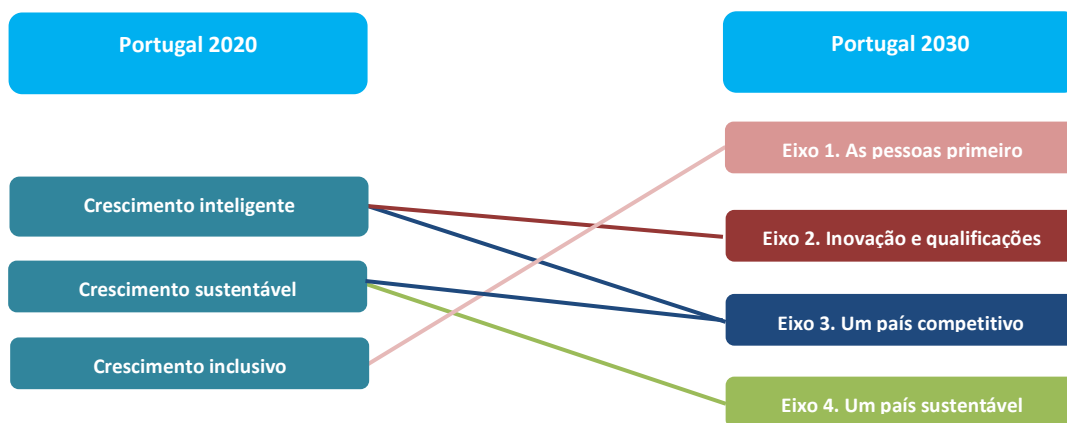


Figura 2. Relação entre as prioridades do Portugal 2020 e os eixos do Portugal 2030

2. REFERENCIAL A REVISITAR – EIDT 2020

OESTE PORTUGAL

2. REFERENCIAL A REVISITAR – EIDT 2020 OESTE PORTUGAL

A Comunidade Intermunicipal do Oeste liderou, entre 2013 e 2014, a construção da EIDT 2020 que visou contribuir para reforçar a afirmação e a competitividade do Oeste no contexto regional, nacional e internacional e robustecer a cooperação e articulação estratégica entre os 12 municípios, fomentando ligações virtuosas com parceiros estratégicos.

Decorrente do trabalho desenvolvido e considerando o obrigatório alinhamento com as prioridades da Agenda Europa 2020, foi proposta a seguinte Visão 2020 para o Oeste Portugal:

Em 2020 o Oeste deve afirmar-se como uma região global que potencia os seus recursos humanos, agrícolas e marinhos através do equilíbrio entre processos criativos, inovadores e sustentáveis e que, cumulativamente, garante a qualidade de vida e o aumento da cadeia de valor das dinâmicas empresariais.

De forma sintética, a visão foi expressa através do seguinte mote:

2020 - Oeste Portugal, uma Região de Recursos Inteligentes
2020 – Oeste Portugal – a Smart Resources Region

A visão preconizada foi sustentada nos seguintes fatores críticos:

- **Proximidade geográfica, face à Área Metropolitana de Lisboa (AML)** e face ao continente asiático e americano (porta atlântica);
- **Capacidade de internacionalização da Marca Oeste Portugal**, seja territorial seja dos produtos / serviços aqui produzidos/oferecidos;
- **Experiência de cooperação para o desenvolvimento económico baseado numa rede de associações de produtores e empresários** que, em conjunto criam condições para se atingir objetivos regionais;
- **Capacidade instalada ao nível de processos criativos e inovadores;**
- **Presença de setores, nomeadamente, agrícolas e industriais com potencial para a criação de cadeias de valor internacionalizáveis;**
- **Capacidade do território para promover a gestão eficiente de recursos** (naturais, urbanos), tornando-se mais sustentável e construindo para uma economia de baixo carbono;
- **Investimento na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida**, garantindo a inclusão social e em simultâneo a especialização sectorial.

Construído com base no referencial de posicionamento e potencial de desenvolvimento, o quadro estratégico sub-regional, para além da visão, integrou prioridades/eixos estratégicos de carácter transversal e de especialização inteligente (Figura 3 e Tabela 1), aos quais foram associados objetivos estratégicos.

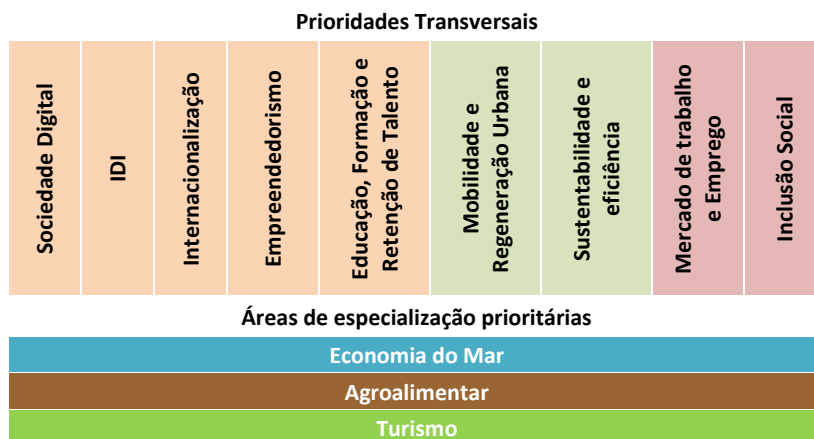


Figura 3. Prioridades transversais e áreas de especialização prioritárias da EIDT Oeste

Tabela 1. Prioridades transversais e de especialização e objetivos associados

Prioridades/Eixos transversais	Objetivos Estratégicos	Objetivos específicos
Eixo 1 - Sociedade Digital	OE1. Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> Atuar no incremento da infoinclusão e mobilização do potencial de serviços eletrónicos (teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica), que se poderá traduzir numa (nova) estratégia Oeste Digital 2.0; Reforçar a coesão regional através da difusão do acesso a serviços disponibilizados com base em plataformas virtuais; Apostar na criação de redes digitais de partilha, entre diferentes utilizadores (ex. investigação/empresas; utentes/administração; etc.); Potenciar a utilização de conteúdos e ferramentas digitais no ensino e na aprendizagem, reforçando a literacia e as competências digitais; Promover a utilização de conteúdos e ferramentas digitais nos espaços urbanos e na educação – aposta na “gamification”⁴ no apoio ao envolvimento e compromisso dos vários atores regionais.
Eixo 2 - I+D+i (Investigação, Desenvolvimento e Inovação)	OE2. Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o sistema regional de inovação, criando um órgão responsável pelas atividades de IDI na Região Oeste e pela articulação com as entidades que definem a política de IDI à escala nacional e internacional; Desenhar estratégias para a conciliação entre as atividades de I+D+i e as necessidades do tecido empresarial, especificamente das áreas de especialização do Oeste; Promover a articulação entre o sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior do Oeste e AML, o tecido produtivo e utilizadores, orientada para a sofisticação dos produtos e serviços e para o melhor posicionamento das empresas do Oeste nas fileiras que integram; Criar plataformas de transferência de conhecimento ensino superior/comunidade - Transformar os resultados da I+D+i em oportunidades de mercado e reforço de competências e em melhoria da qualidade de vida na Região; Valorizar a existência de estruturas setoriais organizadas e reforçar parcerias que permitam promover e melhorar competências nas empresas ao nível dos produtos, processos, formas de organização e comercialização e consequentemente ganhar quota de mercado

⁴ Gamification definições:

“gamification as the use of game design elements in non-game contexts”, Deterding, S., Dixon, D., Khaled R., & Nacke L., (2011). From Game Design Elements to Gamefulness: Defining “Gamification”, Proceedings of MindTrek, 2011
 ‘taking game mechanics and applying them to other web properties to increase engagement’, Terrill, B. (2008) My Coverage of Lobby of the Social Gaming Summit available at: <http://www.bretterill.com/2008/06/my-coverage-of-lobby-of-social-gaming.html>

		<p>através de economias de escala e diferenciação dos produtos (exemplo: setor frutícola);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Testar e implementar modelos de incremento do investimento regional público e privado em I+D+i, apoiados em lógicas de fileira/<i>cluster</i>; • Promover, apoiar e premiar atividades produtivas intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional.
Eixo 3 - Internacionalização	OE 3. Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar o sistema regional de apoio à internacionalização, criando um órgão regional responsável pela articulação com as entidades que definem a política de apoio à internacionalização à escala nacional e internacional e as necessidades das empresas da Região (complementar ao OE6, podendo ser o mesmo órgão/entidade regional); • Fortalecer parcerias entre entidades regionais e entidades externas que atuam no apoio à internacionalização no sentido de implementar e valorizar estratégias coletivas de atuação; • Criar uma imagem de marca da Região Oeste Portugal que divulgue e promova de forma integrada a Região e os seus setores e produtos âncora, com vista à atração de IDE e investimento nacional; • Capitalizar eventos e produtos já amplamente reconhecidos no exterior para dar a conhecer os diferentes produtos da Região Oeste (ex. Eventos de Surf, Pera Rocha do Oeste e Maçã de Alcobaça, Batalha de Aljubarrota/história de Portugal); • Capacitar o tecido económico e apoiar a sua internacionalização, através da análise conjuntural permanente, avaliação de oportunidades de mercado, promoção dos fatores diferenciadores da economia regional, aposta em fileiras e ações conjuntas de promoção no mercado nacional e internacional – acolhimentos e missões empresariais; • Fomentar a mobilidade e intercâmbio de investigadores, empresários, alunos e professores.
Eixo 4 - Empreendedorismo	OE4. Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma cultura de empreendedorismo que valorize a criatividade das pessoas e empresas da Região Oeste; • Estruturar e coordenar os serviços de apoio orientados para o empreendedor e empresário/investidor para garantir a sua permanência na Região e assegurar uma resposta de qualidade e eficaz às necessidades reais (articulação estreita com o OE6 e OE13); • Promover a iniciativa privada, o cooperativismo e a criação de emprego; • Reduzir e simplificar os procedimentos administrativos para a criação de empresas. • Criar um banco de ideias e projetos para disponibilizar a empresas e pessoas que queiram criar o seu próprio negócio.
Eixo 5 - Educação, Formação e Retenção de Talento	OE5. Valorizar o talento regional através de práticas criativas e inteligentes que permitam a melhoria das capacidades/talento individual	<ul style="list-style-type: none"> • Definir programas específicos para apoiar as crianças e jovens em risco de uma saída antecipada do sistema de ensino (mentores, psicólogos com intervenção frequente); • Promover o sucesso educativo por via do apoio psicopedagógico e orientação escolar e profissional dos jovens, de forma a detetar precocemente as dificuldades dos alunos que apresentem fragilidades de aprendizagem e a desenvolver estratégias com vista à melhoria do seu desempenho escolar; • Criar projetos regionais/municipais de formação de valores e atitudes: criatividade, esforço, espírito empreendedor, cooperação, responsabilidade, autonomia, aceitação de risco e de erro, etc.; • Apostar em percursos alternativos a nível curricular (adaptação dos currículos às necessidades da Região); • Promover a atratividade do ensino superior, enquanto fator competitivo numa economia assente no conhecimento; • Fortalecer o ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo perfil produtivo regional;

		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, respondendo às necessidades do mercado de trabalho; • Incentivar práticas culturais de aprendizagem ao longo da vida (adaptação às novas tecnologias e à modernização das empresas, competências mais apropriadas ao padrão produtivo); • Reforçar a formação profissional dual ou vocacional que sejam facilitadoras da entrada no mercado de trabalho, através de uma adequada articulação com o tecido económico e social; • Desenvolver um sistema de informação para acompanhamento dos alunos ao longo do seu percurso académico, em especial a partir do secundário; • Atrair e reter população qualificada nos setores prioritários e nas áreas emergentes.
<p>Eixo 6 - Regeneração Urbana e Mobilidade</p>	<p>OE6. Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada um e na preservação das suas identidades, permitindo o desenvolvimento e crescimento de ambos e não apenas do primeiro (urbano); • Promover a competitividade territorial em harmonia com a sustentabilidade e o ordenamento do território, de acordo com os instrumentos existentes, nomeadamente o PROT; • Apoiar e implementar programas de regeneração urbana com intervenções públicas e privadas complementares, garantindo que ambas são executadas e apoiadas e que assim se garantem os adequados padrões e qualidade vida; • Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano/rural sustentável, através de políticas adequadas de ordenamento do território e urbanismo no sentido de melhorar a eficiência energética da ocupação humana; • Promover a mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade, sempre que possível através de redes de transportes públicos – desenvolver plano de mobilidade regional e planos de mobilidade urbanos; • Utilizar as TIC para o desenho de plataformas que permitam aos cidadãos ter acesso a serviços e a informação útil para gerir o seu dia-a-dia de forma mais inteligente e sustentável [serviços e informação relacionada com utilização de equipamentos, transportes (apostar em Sistemas Flexíveis de Transporte - SFT), desmaterialização de serviços públicos, etc.]; • Promover a investigação e o teste de novas técnicas de construção sustentável, modelos de gestão de fluxos de pessoas e mercadorias à escala da cidade e do bairro – sistemas de gestão de mobilidade, de consumos, de horários, etc.; • Revitalizar o sistema de apoio à mobilidade elétrica e introduzir gradualmente veículos menos poluentes, nomeadamente as frotas das entidades da administração pública regional e local.
<p>Eixo 7 - Sustentabilidade e eficiência</p>	<p>OE7. Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a mudança de comportamentos da população através da aposta na educação para a gestão dos recursos com vista a, paulatinamente, sensibilizar a comunidade para novos hábitos energéticos e de consumo; • Criar uma estratégia energética regional e local que permita monitorizar, aferir padrões, introduzir fatores de racionalização e gestão integrada de consumos energéticos e informar sobre poupanças geradas – piloto poderá ser realizado em edifícios e espaços públicos, ou em atores regionais interessados em testarem (indústrias, serviços, cidadãos); • Desenvolver novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica, reforçando assim a competitividade das empresas através da colocação no mercado de produtos valorizados pelo consumidor;

		<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilizar e integrar as empresas locais na implementação de projetos sub-regionais de eficiência energética; • Promover a produção e distribuição de energia através de fontes de energia renovável e tecnologias não maduras (e.g. desenvolvimento de energias renováveis marinhas) e o desenvolvimento de redes energéticas inteligentes; • Apoiar as energias renováveis nos setores doméstico, industrial e serviços, através de programas de apoio financeiro para a instalação/renovação de sistemas de energia renovável (parcerias com instituições financeiras para que se possam impulsionar novos projetos individuais e empresariais e aproveitando o quadro legal “Renováveis na Hora”); • Garantir a eficiência operacional e ambiental dos serviços de abastecimento de água, nomeadamente a redução de perdas de água nos sistemas públicos de distribuição, e dos serviços de saneamento de águas residuais; • Garantir a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal; • Desenvolver sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta para prevenção de riscos naturais; • Garantir a existência, implementação e monitorização de planos de defesa da zona costeira e a valorização do litoral de acordo com os planos de ordenamento existentes; • Criar planos para o sequestro de carbono e aferir as oportunidades do mercado de carbono para a Região Oeste.
<p>Eixo 8 - Mercado de Trabalho e Emprego</p>	<p>OE8. Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar os contratos de trabalho às necessidades de contratação da Região, criando situações de emprego sustentáveis e inclusivas; • Promover uma cultura de mobilidade laboral pelo reforço contínuo das competências e pela aprendizagem ao longo da vida; • Promover um mercado de trabalho inclusivo, que garanta a igualdade de oportunidades, contrariando obstáculos como o acesso limitado ao ensino, recrutamento inadequado, desigualdade de género, desencontro entre a formação e as necessidades das empresas, desequilíbrio entre a vida familiar e profissional (<i>Framework Agreement on Inclusive Labour Markets</i>, 2010); • Atribuir um papel mais ativo aos GIP e aos centros de emprego, no cruzamento entre as necessidades de mão-de-obra das empresas regionais e as competências da população desempregada; • Reforçar a eficácia, adequação e operacionalização das políticas ativas de emprego, em conjunto com as autarquias e instituições; • Promover novos nichos de emprego em setores emergentes.
<p>Eixo 9 - Inclusão Social</p>	<p>OE9. Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar respostas sociais a partir de uma definição mais rigorosa e objetiva dos problemas da infância, do envelhecimento e do desemprego; • Consolidar e qualificar a rede institucional e de respostas sociais, segundo a lógica de serviços de proximidade; • Reforçar o trabalho de parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade, nomeadamente ao nível das políticas de emprego, educação e formação; • Apostar na economia social, trazendo inovação e adaptabilidade para as respostas de proximidade; • Adequar a taxa de cobertura de equipamentos para a população jovem e idosa, através da construção de novos equipamentos nas áreas de maior pressão demográfica jovem ou idosa ou da refuncionalização dos existentes em municípios onde se assiste a uma mudança crescente da pirâmide etária; • Garantir a existência de políticas locais, de atuação imediata, que permitam corrigir problemas existentes através da garantia de recursos mínimos e da satisfação de necessidades básicas; • Reforçar a intervenção precoce em áreas como a saúde e a educação, em particular junto das crianças;

		<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho e/ou a atividades socialmente úteis, por via do desenvolvimento de respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego; • Promover atividades geradoras de rendimentos complementares; • Garantir a resposta a indivíduos e ou famílias com necessidades de alojamento temporário e trabalhar os seus projetos de vida, na sequência das mais diversas ruturas, sejam elas de caráter profissional, familiar ou outro; • Adequar as respostas existentes à população com doença mental; • Incentivar a responsabilidade social de cidadãos e empresas.
<p>Eixo de Especialização - Economia do Mar</p>	<p>OE10. Apostar na eficiência e transversalidade dos recursos marinhos, garantido uma interface operacional entre entidades de educação e investigação, administração pública, setor privado e cidadãos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a criação de redes entre sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior, tecido produtivo e utilizadores promovendo a investigação aplicada e o desenvolvimento de setores produtivos da economia do mar – Polo do Mar; • Promover as competências regionais ao nível da valorização dos recursos marinhos, as quais poderão potenciar: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento de novos produtos e ingredientes de origem marinha (macroalgas, invertebrados, ...) com qualidades nutricionais; ○ Pesquisa de compostos bioativos de organismos marinhos com utilização biomédica, farmacêutica e cosmética; ○ Desenvolvimento de novas moléculas derivadas de organismos marinhos com utilização industrial, incluindo enzimas, biopolímeros e biomateriais; • Acrescentar valor aos produtos do mar e apoiar a sua internacionalização, através de ações concertadas de marketing – marca Oeste Portugal; • Afirmar o Oeste como um destino de surf internacional, que permite a atração de públicos de diferentes grupos etários e diferentes estágios de aprendizagem; • Promover mecanismos de financiamento (investimento e crédito) adequados às necessidades de aposta na investigação, desenvolvimento e inovação; • Reconhecer e divulgar as qualificações dos profissionais que trabalham no domínio do mar e reforçar as equipas de investigação, desenvolvimento e inovação; • Proteger e conservar a biodiversidade marinha e atingir uma exploração sustentável dos recursos; • Reordenar os portos, com concentração de competências e especialização em segmentos inovadores de mercado; • Criar instrumentos para monitorização das reservas de pescado e outros recursos marinhos; • Promover uma identidade marítima, com especial incidência na educação e desporto.
<p>Eixo de Especialização - Agroalimentar</p>	<p>OE11. Explorar novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar, reforçando sinergias intra ou inter-cluster, e potenciando a internacionalização e a IDI no setor</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma marca/imagem Oeste Portugal para os produtos agroalimentares da Região Oeste, conferindo um símbolo de qualidade e diferenciação; • Reforçar parcerias ensino/investigação e empresas/associações de produtores, incrementando a formação dos ativos do setor e a IDI aplicada a novos produtos e processos que valorizem e diferenciem as produções do Oeste e aumentem os benefícios para os seus produtores e consumidores; • Contribuir para atingir um volume de produções agroalimentares equivalente a um cenário de autossuficiência na Região; • Promover uma forte integração/ligação e reconhecimento do setor agroalimentar com o Oeste, como forma de ganhar competitividade em mercados externos e diminuir importações face ao perfil da procura interna e da distribuição; • Organizar o setor com base nas estruturas já existentes, capitalizando o seu conhecimento (tecnologia, informação sobre mercados, etc.) e recursos e permitindo assim uma maior capacidade para inovar,

		<p>ganhar quota de mercado, entrar em novos mercados e oferecer ao consumidor produtos de maior valor acrescentado;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integrar o setor agroalimentar do Oeste em <i>clusters</i> e redes nacionais e internacionais de promoção e inovação; • Promover mecanismos de suporte às empresas e de facilitação de negócios através de instrumentos de financiamento (investimento e crédito) adequados e eficientes, que contribuam para aumentar a capacidade concorrencial das empresas; • Promover a internacionalização e a abertura a mercados externos, pelo reforço da organização e parcerias, mobilizando as entidades (associações de produtores de maçã, pera, vegetais, aves e suínos, etc.) para uma atuação conjunta com o intuito de ganhar escala e promover a unidade Oeste; • Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas do Oeste, garantindo a qualidade e a segurança alimentar; • Incrementar o emparcelamento e redimensionamento das explorações minifundiárias, ou outras soluções de ordenamento que possibilitem o aumento da capacidade de produção com custos sustentáveis.
<p>Eixo de Especialização - Turismo</p>	<p>OE12. Criar um destino turístico de proximidade que se distingue pela diversidade concentrada e pela complementaridade e inovação das experiências oferecidas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar canais de promoção e distribuição do destino Oeste Portugal e adaptar-se às novas tendências de comercialização, com base nas tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente a integração em plataformas de grande procura na web e através da disponibilização de uma plataforma regional com conteúdos estruturados de acordo com segmentos de mercado; • Aumentar o valor oferecido ao cliente com experiências diferenciadas e que potenciem a afirmação do Oeste como região única, tirando partido dos recursos e <i>know-how</i> existente quer nos agentes tradicionalmente associados ao turismo quer pela mobilização de novos agentes (conhecimento, atividades económicas associadas ao mar e agroalimentar); • Atrair, desenvolver e reter talento para o setor turístico, pela valorização das competências profissionais e formação ao longo da vida, tirando partido das estruturas de ensino existentes na Região; • Incentivar, apoiar e premiar a diversificação e inovação de experiências, cruzando diferentes produtos e recursos turísticos, apostando no conceito de diversidade concentrada; • Valorizar eventos âncora (ex. desportivos ou culturais) para captar novos mercados, nomeadamente mercados internacionais tradicionalmente focados em Lisboa potenciando o <i>cross-selling</i> com este território; • Requalificar e diferenciar o produto Sol e Mar pela aposta em ofertas complementares (setores emergentes), pela valorização paisagística e ambiental, reforçando a proposta de valor para o turista comparativamente com outros destinos concorrentes e pela aposta no <i>touring</i> cultural e paisagístico, nomeadamente através das Linhas de Torres; • Garantir a projeção nacional e internacional como destino de Golfe, Resorts e Turismo Residencial e Saúde, alinhando a estratégia regional com a estratégia nacional; • Criar programa de animação turística regional, valorizando infraestruturas existentes, orientando e adaptando eventos e atividades no sentido de oferecer um calendário permanente de animação e novas experiências e evitar duplicação e sobreposição temporal e temática de eventos âncora; • Valorizar e divulgar a insígnia <i>Quality Coast</i> do Oeste como um fator diferenciador no panorama do desporto internacional e na promoção do turismo sustentável; • Comprometer-se com o conceito de desenvolvimento sustentável, valorizando e respeitando o meio ambiente e o equilíbrio territorial.

A EIDT integra ainda um conjunto de dez medidas macro, nas quais se incluem ações específicas que respondem diretamente à implementação dos eixos e objetivos anteriormente identificados:

- **Medida 1** - Oeste Digital 3.0
 - **Submedida 1.1.** Oeste Digital 3.0 – Comunidade
 - **Submedida 1.2.** Oeste Digital 3.0 – Empresas
- **Medida 2** - In Oeste (inova + internacionaliza)
 - **Submedida 2.1.** In Oeste - Gabinete Oeste Inova e Internacionaliza
 - **Submedida 2.2.** Polos de Transferência de Conhecimento e Competitividade
- **Medida 3** – Marca Oeste Portugal
- **Medida 4** – Rede Oeste Empreendedor
 - **Submedida 4.1.** + Talento Regional
 - **Submedida 4.2.** Programa base empreendedor
 - **Submedida 4.3.** Bolsa Oeste Capital Semente
- **Medida 5** – Programa + Competências
- **Medida 6** – Oeste Emprego
- **Medida 7** – Comunidades Sustentáveis – Programa de regeneração urbana do Oeste
- **Medida 8** – Rede Regional de Apoio à Inclusão Social
- **Medida 9** – Programa E+
- **Medida 10** – Plano Regional de Mobilidade

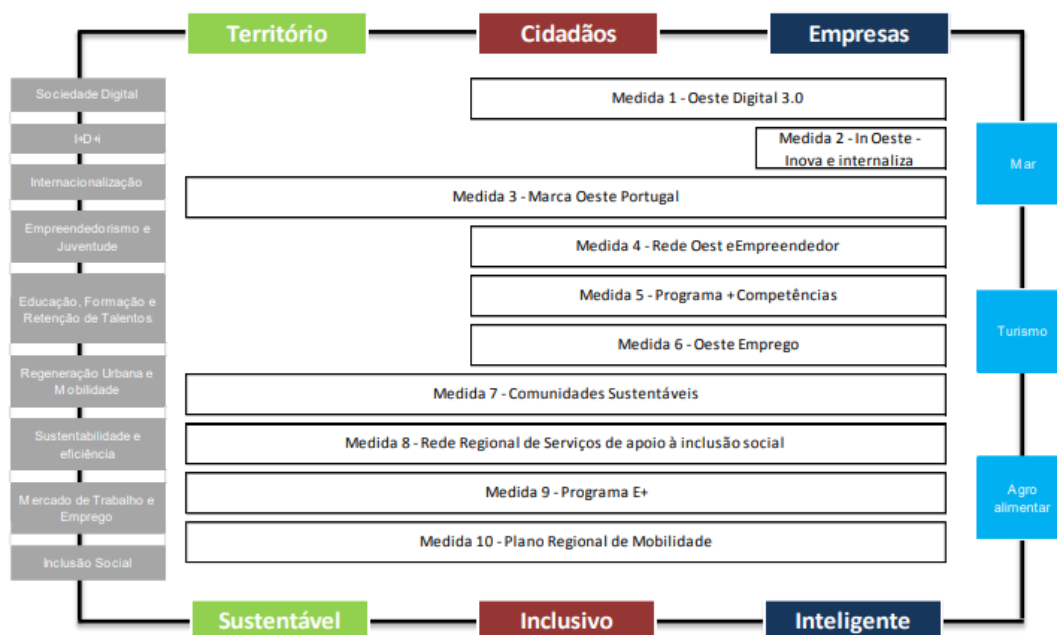


Figura 4. Síntese das medidas e correlação com eixos prioritários e prioridades estratégicas

3. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS 2021-2027

3. REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS 2021-2027

3.1. Os exercícios/referenciais estratégicos europeu, nacional e regional

Para a revisitação da EIDT do Oeste torna-se essencial a análise de exercícios estratégicos já realizados a nível europeu e nacional para o período 2021-2027 de modo a assegurar e/ou verificar o necessário alinhamento, conforme indicado nas orientações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional relativamente aos exercícios de revisitação. Neste contexto foi verificada a cronologia (Figura 5) de documentação mais relevante produzida.



Figura 5. Cronologia de documentação relevante para o período 2021-2027

3.1.1. Contexto europeu

União Europeia: Quadro financeiro plurianual 2021 – 2027

Publicada em maio de 2018, a proposta de quadro financeiro plurianual da União Europeia⁵ assumia um caráter renovado e direcionado para o cumprimento das prioridades estratégicas de uma União a 27. A reflexão efetuada relativa à forma como o orçamento europeu poderia trazer vantagens aos cidadãos resultou num conjunto de programas, novos e/ou revistos, orientados para (1) um maior ênfase no valor acrescentado europeu; (2) um orçamento mais racional e transparente; (3) menos burocracia para os beneficiários; (4) um orçamento mais flexível e ágil; e (5) um orçamento que produza resultados concretos.

O orçamento europeu proposto em 2018 encontrava-se estruturado por programas organizados em torno de eixos e prioridades temáticas, as quais correspondem a rúbricas da estrutura orçamental formal (Tabela 3). Na sua maioria os apoios comunitários afetos às distribuições a realizar por Estado-Membro estão alocados aos eixos “coesão e valores” e “recursos naturais e ambiente”, no primeiro através do



⁵ UE: [Quadro financeiro plurianual 2021-2027](#)

FEDER, FC e FSE e no segundo através do FEADER e FEAMP. O contexto de Pandemia pelo SARS-Cov2 determinou uma mudança estrutural no quadro proposto em 2018 justificada pela profunda crise social e económica com que os Estados-Membros se deparam, tendo sido apresentado a 27 de maio de 2020⁶ o **Plano de Recuperação, uma nova proposta para o período 2021-2027 que integra o reforço dos apoios ainda no decorrer de 2020** e consolida o desígnio de **investir numa Europa Ecológica (Green), Digital e Resiliente**.

Esta nova [Proposta Orçamental](#) integra uma arquitetura revista do quadro financeiro plurianual 2021-2027, reforçada por novos mecanismos criados para dar resposta aos atuais desafios. A Comissão Europeia propõe aproveitar todo o potencial do orçamento da União Europeia para mobilizar investimento e apoios cruciais nos primeiros cinco anos de recuperação económicas, integrando-os no reforço do orçamento para 2020 e no reforço do quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-27, destacando-se o seguinte nas atuais [propostas](#):

- a) Novo **Instrumento de Recuperação da União Europeia**⁷, de carácter temporário, o **“Next Generation EU”**, com um montante de 750 mil milhões de euros (500 mil milhões em subsídios e 250 mil milhões em empréstimos) e que alavancará a retoma económica. Os fundos deste novo instrumento serão canalizados através de programas europeus para apoiar medidas imediatas e urgentes, necessárias para proteger os rendimentos das famílias, colocar a economia de pé e promover um crescimento sustentável e resiliente; i.e., as verbas do novo Instrumento integram a estrutura do QFP. O novo Instrumento é sustentado em três pilares que agregam um conjunto de mecanismos/instrumentos europeus novos e já existentes, mas alterados para responder ao contexto⁸:

Pilar 1. Apoiar os Estados-Membros para a recuperação:

- o [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) com alocação de 560 mil milhões de euros que permitirá conceder apoio financeiro a investimentos e reformas essenciais para uma recuperação sustentável. Os Estados-Membros devem elaborar os seus próprios planos nacionais de recuperação, com base nas prioridades de investimento e reforma identificadas como parte do Semestre Europeu, em conformidade com os planos nacionais para o clima e a energia, os planos de transição justa e os acordos de parceria e os programas operacionais ao abrigo dos fundos da UE.
- o **Iniciativa REACT-EU**, com um orçamento de 55 mil milhões de euros, irá constituir-se como um complemento à política de coesão a conceder aos Estados-Membros. Estará disponível a partir de 2020 e será distribuído de acordo com uma nova chave de repartição, tendo em conta o impacto da crise e garantirá o financiamento ininterrupto das medidas essenciais de reparação da crise e do apoio às pessoas mais carenciadas. Esta iniciativa apoiará os

⁶ https://ec.europa.eu/info/publications/mff-legislation_en

⁷ European Commission, COM(2020) 441 final/2, 28.5.2020, proposal for a COUNCIL REGULATION establishing a European Union Recovery Instrument to support the recovery in the aftermath of the COVID-19 pandemic

⁸ Toda a documentação mais recente (maio 2020) pode ser consultada na seguinte página da Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/info/strategy/eu-budget/eu-long-term-budget/2021-2027_en

trabalhadores e as PME, os sistemas de saúde e as transições “verde” (ecológica/sustentável) e digital e estará disponível para todos os setores, do turismo à cultura.

- Para apoiar a transição ecológica, é proposto também um financiamento adicional de 40 mil milhões de euros ao Fundo de Transição Justa e de 15 mil milhões de euros ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

Pilar 2. Relançar a economia da UE através dos incentivos aos investimentos privados:

- Um novo Instrumento de Apoio à Solvabilidade, no valor de 31 mil milhões de euros, mobilizará recursos privados para apoiar urgentemente empresas dos setores, regiões e países mais afetados.
- Atualizar o InvestEU, o principal programa de investimento da UE, mais do que duplicando a sua capacidade. Para tal é proposto um novo Mecanismo de Investimento Estratégico integrado no InvestEU que poderá desbloquear 150 mil milhões de euros em investimentos, graças à contribuição de 15 mil milhões de euros do “*Next Generation EU*”.

Pilar 3. Aprender com as lições da crise:

- Novo programa focado na saúde - EU4Health, para reforçar a segurança sanitária e prevenir futuras crises sanitárias, com um orçamento de 9,4 mil milhões de euros. Apoio à prevenção, preparação para situações de crise, aquisição de medicamentos e equipamentos vitais, bem como à melhoria dos resultados a longo prazo em matéria de saúde.
- Reforço de outros programas-chave como o rescEU (Mecanismo de Proteção Civil da União) com um orçamento total de 3,1 mil milhões de euros e o Horizonte Europa, com um total de 94,4 mil milhões de euros para apoiar o reforço da investigação e inovação em áreas chave como a saúde e ação climática.
- Reforço do Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional para um total de 87 mil milhões de euros e do Instrumento de Ajuda Humanitária com um aumento de 5 mil milhões de euros.

- b) Orçamento europeu reforçado, que integra um Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 reforçado e também reforçadas as verbas do Quadro 2014-2020 para o ano de 2020⁹. Com a proposta de novas ferramentas e reforço de programas previstos através do Instrumento “*Next Generation EU*”, a Comissão Europeia pretende direcionar investimento para onde ele é mais necessário, reforçar o mercado único e a cooperação em áreas chave como a saúde, gestão de crise e dotar a União Europeia de um orçamento de longo prazo que permita responder aos desafios da sustentabilidade e da digitalização e construir uma sociedade mais justa e resiliente.

⁹ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/com_2020_446_en_act_v9.pdf

Tabela 2. Novo orçamento europeu – Plano de Recuperação da União Europeia

SURE (Apoio para a mitigação de riscos de desemprego em situações de emergência) / Mecanismo de Estabilidade Europeu - Apoio para a Crise Pandémica / Fundo de Garantia do BEI para os trabalhadores e empresas	540 mil milhões de euros
Next Generation EU	750 mil milhões de euros (500 mil milhões em forma de subsídios e 250 mil milhões na forma de empréstimos)
Quadro financeiro plurianual	1.100 mil milhões de euros

Como referido, já para o presente ano de 2020 prevê-se o aumento dos tetos máximos de investimento, tendo a Comissão Europeia proposto uma retificação do Regulamento Comunitário 131/2013 de 2 de dezembro no sentido de alterar o quadro financeiro que para 2020 terá um aumento de 6.4 mil milhões de euros, passando a ter a seguinte distribuição:

- Tópico 1a “Competitividade – crescimento e emprego” aumenta para 25.681 milhões de euros (preços 2011);
- Tópico 1b “Coesão Territorial, económica e social” aumenta para 53.109 milhões de euros (preços 2011);
- Tópico 4 “Global Europe” aumenta para 9.665 milhões de euros (preços 2011).

Tabela 3. Arquitetura do quadro financeiro plurianual 2021-2027: eixos, prioridades temáticas e programas

Eixos	Prioridades temáticas	Programas	Eixos	Prioridades temáticas	Programas
		2018			2020
I. Mercado único, inovação e digital	1. Investigação e inovação	Horizonte Europa	I. Mercado único, inovação e digital	1. Investigação e inovação	Horizonte Europa
		Programa Euratom de Investigação e Formação			Programa Euratom de Investigação e Formação
	Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)	Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)			
	Fundo InvestEU	Fundo InvestEU			
2. Investimentos estratégicos europeus	Mecanismo Interligar a Europa	2. Investimentos estratégicos europeus	Mecanismo Interligar a Europa		
	Programa Europa Digital (incluindo a cibersegurança)		Programa Europa Digital (incluindo a cibersegurança)		
3. Mercado Único	Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa)	3. Mercado Único	Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa)		
	Programa da UE de Luta contra a Fraude		Programa da UE de Luta contra a Fraude		
	Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS)		Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS)		
	Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)		Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)		
4. Espaço	Programa Espacial Europeu e agências descentralizadas	4. Espaço	Programa Espacial Europeu e agências descentralizadas		
II. Coesão e valores	5. Coesão e desenvolvimento regional	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	II. Coesão e valores	5. Coesão e desenvolvimento regional	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
		Fundo de Coesão			Fundo de Coesão
		Apoio à comunidade cipriota turca			<u>REACT EU</u>
	6. União Económica e Monetária	Programa de Apoio às Reformas, incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência		6. Recuperação e Resiliência	<u>Instrumento de Recuperação e Resiliência (RR Facility incluindo o instrumento de apoio técnico)</u>
		Proteção do euro contra a falsificação			Proteção do euro contra a falsificação
	7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores	Fundo Social Europeu+ (incluindo a integração de migrantes e a saúde)		7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores	<u>Financiamento do <i>NextGenerationEU</i></u>
		Erasmus+			Fundo Social Europeu+ (incluindo a integração de migrantes e a saúde)
Corpo Europeu de Solidariedade		Erasmus+			
Justiça, Direitos e Valores		Corpo Europeu de Solidariedade			
8. Agricultura e política marítima	Fundo Europeu Agrícola de Garantia	8. Agricultura e política marítima	Europa Criativa (incluindo o programa MEDIA)		
	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural		Fundo Europeu Agrícola de Garantia		
					Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

III. Recursos naturais e ambiente		Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas	III. Recursos naturais e ambiente		Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
	9. Ambiente e ação climática	Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)		9. Ambiente e ação climática	Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) Fundo para a transição justa
IV. Migração e gestão das fronteiras	10. Migração	Fundo para a Migração e o Asilo	IV. Migração e gestão das fronteiras	10. Migração	Fundo para a Migração e o Asilo
	11. Gestão das fronteiras	Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras		11. Gestão das fronteiras	Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras
V. Segurança e defesa	12. Segurança	Fundo para a Segurança Interna	V. Resiliência, segurança e defesa	12. Segurança	Fundo para a Segurança Interna
		Desativação de centrais nucleares (Lituânia)			Desativação de centrais nucleares (Lituânia)
	Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)	Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)		13. Defesa	Fundo Europeu de Defesa
13. Defesa	Fundo Europeu de Defesa	Mecanismo Interligar a Europa - mobilidade militar	13. Defesa	Mecanismo Interligar a Europa - mobilidade militar	
14. Resposta a situações de crise	Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)		14. Resiliência e resposta a crises	Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU) Programa Saúde	
VI. Países vizinhos e resto do mundo	15. Ação externa	Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (incluindo os aspetos externos da migração)	VI. Países vizinhos e resto do mundo	15. Ação externa	Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (incluindo os aspetos externos da migração)
		Ajuda Humanitária			Ajuda Humanitária
		Política Externa e de Segurança Comum			Política Externa e de Segurança Comum
	Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Gronelândia)			Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Gronelândia)	
16. Assistência de pré-adesão	Assistência de pré-adesão		16. Assistência de pré-adesão	Assistência de pré-adesão	
VII. Administração pública europeia	17. Administração pública europeia	Despesas administrativas, pensões e escolas europeias	VII. Administração pública europeia	17. Administração pública europeia	Despesas administrativas, pensões e escolas europeias

Fonte: Comissão Europeia, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões

Os níveis globais de autorizações, por programa e mecanismo proposto, para o período de vigência do quadro financeiro plurianual 2021-2027, de acordo com a mais recente versão do Orçamento Europeu (27 de maio de 2020), são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Níveis globais de autorizações por programa para todo o período de vigência do quadro financeiro plurianual

2018 prices	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2021-2027	Under NextGenerationEU	TOTAL
1. Single Market, Innovation and Digital	20.547	20.526	20.420	19.856	19.741	19.869	19.697	140.656	69.800	210.456
1. Research and Innovation	12.622	12.464	12.732	12.523	12.409	12.539	12.371	87.659	13.500	101.159
Horizon Europe	11.557	11.557	11.557	11.557	11.557	11.557	11.557	80.900	13.500	94.400
Euratom Research and Training Programme	250	250	250	250	251	251	255	1.757	-	1.757
International Thermonuclear Experimental Reactor (ITER)	814	656	924	716	601	731	558	5.000	-	5.000
Other	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	2	-	2
2. European Strategic Investments	4.753	4.891	4.517	4.159	4.161	4.159	4.160	30.800	56.300	87.100
InvestEU Fund	450	450	80	80	80	80	80	1.300	30.300	31.600
Connecting Europe Facility - Transport	1.840	1.840	1.840	1.840	1.842	1.841	1.841	12.884	-	12.884
Connecting Europe Facility - Energy	740	740	740	740	740	740	740	5.180	-	5.180
Connecting Europe Facility - Digital	261	261	262	262	262	261	263	1.832	-	1.832
Digital Europe Programme	1.261	1.398	1.394	1.036	1.036	1.035	1.035	8.194	-	8.194
Other	21	21	21	21	21	21	21	146	26.000	26.146
Decentralised agencies	180	181	181	181	181	181	181	1.263	-	1.263
3. Single Market	838	837	835	834	832	830	826	5.832	-	5.832
Single Market Programme (incl. COSME)	542	539	536	534	531	529	524	3.735	-	3.735
EU Anti-Fraud Programme	19	19	19	19	19	19	20	133	-	133
Cooperation in the field of taxation (FISCALIS)	34	34	34	34	34	34	34	239	-	239
Cooperation in the field of customs (CUSTOMS)	120	121	121	121	121	121	121	843	-	843
Other	10	10	10	10	10	10	10	72	-	72
Decentralised agencies	114	114	115	117	117	117	118	811	-	811
4. Space	1.916	1.916	1.918	1.921	1.921	1.922	1.923	13.437	-	13.437
European Space Programme	1.882	1.882	1.884	1.887	1.887	1.887	1.887	13.196	-	13.196
Decentralised agencies	34	34	34	34	34	35	36	241	-	241
Margin	418	418	419	419	419	419	416	2.928	-	2.928
2. Cohesion and Values	48.746	50.067	51.442	53.462	54.903	56.833	59.007	374.460	610.000	984.460
5. Regional Development and Cohesion	32.626	33.033	33.439	33.923	34.411	34.899	35.413	237.745	50.000	287.745
European Regional Development Fund	27.085	27.402	27.717	28.095	28.476	28.856	29.261	196.892	-	196.892
Cohesion Fund	5.516	5.607	5.698	5.804	5.911	6.019	6.128	40.682	-	40.682
<i>Of which contribution to the Connecting Europe Facility - Transport</i>	<i>1.356</i>	<i>1.378</i>	<i>1.401</i>	<i>1.427</i>	<i>1.453</i>	<i>1.479</i>	<i>1.506</i>	<i>10.000</i>	-	<i>10.000</i>
REACT EU									50.000	50.000
Support to the Turkish-Cypriot Community	24	24	24	24	24	24	24	171	-	171
6. Recovery and Resilience	329	849	1.524	2.647	3.192	4.227	5.480	18.247	560.000	578.247
Recovery and Resilience Facility (incl. Technical Support Instrument)	110	110	110	110	110	110	109	767	560.000	560.767
Protection of the Euro Against Counterfeiting	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	5	-	5
Financing costs NextGenerationEU	207	727	1.403	2.526	3.071	4.106	5.359	17.400	-	17.400
Other	11	11	11	11	11	11	11	75	-	75
7. Investing in People, Social Cohesion and Values	15.491	15.886	16.180	16.591	16.998	17.406	17.815	116.367	-	116.367
European Social Fund+	11.925	12.049	12.173	12.317	12.461	12.606	12.753	86.284	-	86.284
Erasmus+	2.719	2.984	3.249	3.514	3.779	4.045	4.310	24.600	-	24.600
European Solidarity Corps	128	128	128	128	128	128	128	895	-	895
Creative Europe	289	289	189	189	189	189	188	1.520	-	1.520
Justice, Rights and Values	102	100	99	97	95	93	91	677	-	677
Other	141	139	138	136	135	133	131	953	-	953
Decentralised agencies	187	197	204	211	212	213	214	1.439	-	1.439
Margin	301	300	299	300	301	301	299	2.101	-	2.101

3. Natural Resources and Environment	55.272	52.280	51.571	50.716	49.827	49.059	48.307	357.032	45.000	402.032
8. Agriculture and Maritime Policy	52.923	49.931	49.172	48.305	47.401	46.613	45.837	340.182	15.000	355.182
European Agricultural Guarantee Fund (EAGF)	38.572	38.027	37.529	36.920	36.320	35.731	35.152	258.251	-	258.251
European Agricultural Fund for Rural Development (EAFRD)	13.427	10.779	10.567	10.360	10.157	9.958	9.765	75.013	15.000	90.013
European Maritime and Fisheries Fund	783	985	934	884	783	779	779	5.930	-	5.930
Other	125	125	125	125	125	125	125	876	-	876
Decentralised agencies	16	16	16	16	16	16	16	112	-	112
9. Environment and Climate Action	2.133	2.133	2.184	2.194	2.209	2.230	2.254	15.338	30.000	45.338
Programme for Environment and Climate Action (LIFE)	660	661	667	677	693	715	740	4.812	-	4.812
Just Transition Fund	1.429	1.429	1.429	1.429	1.429	1.429	1.429	10.000	30.000	40.000
Other	-	-	45	44	44	43	42	218	-	218
Decentralised agencies	45	44	44	43	44	44	44	308	-	308
Margin	216	215	215	217	217	216	216	1.512	-	1.512
4. Migration and Border Management	3.097	3.751	4.381	4.543	5.112	5.090	5.148	31.122	-	31.122
10. Migration	1.174	1.442	1.668	1.731	2.013	1.998	2.059	12.084	-	12.084
Asylum and Migration Fund	1.040	1.284	1.509	1.572	1.855	1.840	1.900	11.000	-	11.000
Decentralised agencies	134	158	158	158	158	158	158	1.084	-	1.084
11. Border Management	1.731	2.116	2.519	2.617	2.903	2.896	2.893	17.675	-	17.675
Integrated Border Management Fund	966	1.182	1.615	1.673	1.899	1.843	1.822	11.000	-	11.000
Decentralised agencies	765	934	904	945	1.004	1.053	1.071	6.675	-	6.675
Margin	193	193	194	195	195	196	197	1.363	-	1.363
5. Resilience, Security and Defence	2.222	2.285	2.332	2.414	3.131	3.370	3.669	19.423	9.700	29.123
12. Security	557	613	656	665	698	707	683	4.580	-	4.580
Internal Security Fund	215	273	333	334	363	367	330	2.215	-	2.215
Nuclear Decommissioning (Lithuania)	68	66	71	74	73	68	69	490	-	490
Nuclear safety and decommissioning (incl. for Bulgaria and Slovakia)	85	86	64	68	74	83	95	555	-	555
Decentralised agencies	189	189	189	189	189	189	188	1.320	-	1.320
13. Defence	1.201	1.182	1.163	1.207	1.370	1.526	1.852	9.500	-	9.500
European Defence Fund	987	968	949	992	1.155	1.311	1.637	8.000	-	8.000
Military Mobility	214	214	214	214	214	214	214	1.500	-	1.500
14. Resilience and Crisis Response	319	345	369	398	419	492	992	4.334	9.700	14.034
Union Civil Protection Mechanism (rescEU)	85	88	92	95	246	250	250	1.106	2.000	3.106
Health programme	20	30	50	80	450	520	520	1.670	7.700	9.370
Decentralised agencies	214	227	227	223	223	222	222	1.558	-	1.558
Other	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.	p.m.
Margin	144	145	144	145	145	145	143	1.010	-	1.010
6. Neighbourhood and the World	15.245	15.051	14.857	14.665	14.471	14.280	14.136	102.705	15.500	118.205
15. External Action	13.313	13.118	12.924	12.731	12.538	12.346	12.202	89.172	15.500	104.672
Neighbourhood, Development and International Cooperation Instrument	11.371	11.172	10.974	10.777	10.580	10.384	10.234	75.492	10.500	85.992
Humanitarian Aid	1.393	1.394	1.394	1.395	1.395	1.395	1.395	9.760	5.000	14.760
Common Foreign and Security Policy (CFSP)	332	334	337	339	342	344	347	2.375	-	2.375
Overseas Countries and Territories (including Greenland)	63	63	63	63	63	63	63	444	-	444
Other	154	154	156	157	158	160	163	1.101	-	1.101
Decentralised agencies	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16. Pre-accession assistance	1.837	1.838	1.838	1.838	1.838	1.838	1.839	12.865	-	12.865
Pre-Accession Assistance	1.837	1.838	1.838	1.838	1.838	1.838	1.839	12.865	-	12.865
Margin	96	95	95	96	96	96	94	668	-	668
7. European Public Administration	10.247	10.376	10.562	10.721	10.767	10.908	11.021	74.602	-	74.602
European Schools and Pensions	2.269	2.326	2.384	2.441	2.508	2.569	2.625	17.122	-	17.122
Administrative expenditure of the institutions	7.978	8.050	8.178	8.280	8.259	8.339	8.396	57.480	-	57.480
TOTAL	155.376	154.336	155.565	156.377	157.952	159.409	160.985	1.100.000	750.000	1.850.000
Of which:										
Cohesion (ERDF, CF, ESF, REACT EU)	44.430	44.961	45.491	46.119	46.751	47.384	48.045	323.181	50.000	373.181
Common Agricultural Policy	51.999	48.806	48.096	47.280	46.477	45.689	44.917	333.264	15.000	348.264

Fonte: Comissão Europeia, COM (2020) 442 final de 27 de maio

Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027 a favor de Portugal

Nota Preliminar: não são conhecidas ainda quaisquer implicações consequentes das novas propostas de Orçamento Europeu



Bruxelas, 27.2.2019
SWD(2019) 1021 final

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO
Relatório relativo a Portugal de 2019
que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios
macroeconómicos
que acompanha o documento
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO
EUROPEU, AO BANCO CENTRAL EUROPEU E AO
EUROGRUPO
Semestre Europeu de 2019: avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas
estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das
apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011
(COM(2019) 150 final)

A Comissão Europeia elaborou o documento de trabalho “Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos”¹⁰, que acompanha o documento de avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011. Este documento inclui os pareceres preliminares dos serviços da Comissão sobre os domínios

prioritários de investimento, objetivos estratégicos a atingir e as condições de base para uma execução eficaz da política de coesão no período 2021-2027 e que servirão de base para o diálogo a estabelecer entre Portugal e os serviços da Comissão visando a programação dos fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu Mais). De forma sintética, apresentam-se na Tabela 5, os objetivos estratégicos e as necessidades de investimento por prioridade identificada pela Comissão.

Tabela 5. Objetivos estratégicos e necessidades de investimento

Categoria da intensidade das necessidades de investimento	Necessidades de investimento
Objetivo estratégico 1. Uma Europa mais inteligente – transformação industrial inovadora e inteligente	
Necessidades de elevada prioridade	<p>O investimento público e privado na investigação e inovação, enquanto instrumento para melhorar a cadeia de valor acrescentado e reforçar a inovação nas empresas em todos os setores, bem como para desenvolver tecnologias tendo em vista a transição para uma economia neutra em termos de emissões de carbono</p> <p>A colaboração entre a investigação pública e privada e o apoio à transferência de tecnologias nalguns domínios de especialização identificados</p> <p>A mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas</p>
Necessidades prioritárias	<p>Promover a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais, bem como competências associadas às tecnologias de informação e comunicação orientadas para o mercado</p> <p>Apoiar a integração das tecnologias digitais nas empresas e nos processos de produção das micro, pequenas e médias empresas, nomeadamente mediante o desenvolvimento de infraestruturas e serviços como os polos de inovação digital</p> <p>Alargar o leque dos serviços digitais oferecidos aos cidadãos (administração pública em linha, contratação pública eletrónica, inclusão digital, serviços de saúde em linha, aprendizagem eletrónica, cibercompetências, comércio eletrónico) e por eles utilizados, com especial destaque para as regiões rurais, remotas e ultraperiféricas, e para os grupos vulneráveis da população</p> <p>Estimular a formação e a requalificação em domínios de especialização inteligente, nomeadamente no que diz respeito a tecnologias facilitadoras essenciais e competências conexas, bem como em novos domínios emergentes</p>
Necessidades	<p>Permitir às empresas expandir as suas atividades, criar postos de trabalho, aceder à esfera internacional e promover uma transformação industrial neutra em termos climáticos</p>

¹⁰ [UE: Orientações investimento 2021-2027](#)

	<p>Fomentar o ecossistema empresarial, a ligação em rede, novos instrumentos de comercialização, o reforço das competências de gestão e da literacia financeira, a partilha de conhecimentos entre setores e para além das fronteiras nacionais</p> <p>Facilitar o acesso ao crédito e a mobilização de capitais próprios, bem como uma maior sensibilização no que diz respeito às oportunidades de financiamento e aos serviços empresariais avançados que existem para as pequenas e médias empresas</p>
Objetivo estratégico 2. Uma Europa mais verde e hipocarbónica – transição para uma energia limpa e equitativa, investimentos verdes e azuis, economia circular, adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Apoiar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, no intuito de responder a uma multiplicidade de efeitos e fatores de vulnerabilidade, sempre que possível dando ênfase às abordagens baseadas nos ecossistemas e na proteção da biodiversidade, igualmente num contexto transfronteiras e transnacional</p> <p>Reforçar a capacidade de gestão e de resposta, incluindo sistemas de alerta precoce, equipamento e campanhas de sensibilização, nomeadamente ações conjuntas num contexto transfronteiras e transnacional</p>
Necessidades prioritárias	<p>Melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos e renovar edifícios para habitação, com especial incidência na «pobreza energética»; incluindo também as pequenas e médias empresas, nomeadamente os respetivos locais, instalações e processos</p> <p>Apoiar a transição para as energias renováveis no aquecimento e refrigeração</p> <p>Apoiar a integração de uma maior percentagem de energias renováveis no sistema energético mediante: o apoio às tecnologias de energias renováveis, incluindo a produção descentralizada de energia; sistemas energéticos inteligentes a nível local, incluindo redes inteligentes de distribuição de eletricidade e soluções de armazenamento; instalações de produção conjunta para fontes de energia renováveis, acesso comum a pequenas redes com regiões limítrofes transfronteiras, incluindo investimentos azuis na Estratégia Atlântica</p> <p>Apoiar a passagem para os mais elevados escalões da cadeia hierárquica de gestão dos resíduos, a fim de reduzir a deposição em aterro; desenvolver uma recuperação separada dos resíduos, nomeadamente dos biorresíduos; desenvolver e modernizar as instalações de reciclagem e tratamento de resíduos, tendo em conta as capacidades de gestão dos resíduos nas regiões limítrofes, e promover o desenvolvimento das capacidades, bem como a sensibilização das partes interessadas, favorecendo práticas de consumo, ações e comportamentos sustentáveis tendo em vista uma maior eficiência na utilização dos recursos nas pequenas e médias empresas</p>
Necessidades	<p>Promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos durante o ciclo integral da água; apoiar a recolha e o tratamento de águas residuais; apoiar a reabilitação da massa de água; apoiar medidas assentes nos ecossistemas destinadas a promover o armazenamento e a purificação dos recursos hídricos naturais, nomeadamente num contexto transfronteiras e transnacional</p>
Objetivo estratégico 3. Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade regional em matéria de tecnologias de informação e comunicação	
Necessidades prioritárias	<p>Concluir a rede transeuropeia de transportes - redes ferroviárias essenciais e abrangentes, incluindo ligações transfronteiras</p> <p>Melhorar as infraestruturas portuárias e apoiar a intermodalidade para os passageiros e as mercadorias, incluindo ligações ferroviárias aos portos da rede transeuropeia de transportes e às plataformas logísticas</p> <p>Apoiar a digitalização tendo em vista sistemas de transportes mais inteligentes, mais limpos, intermodais e mais seguros</p> <p>Melhorar e modernizar outros corredores ferroviários</p> <p>Melhorar a acessibilidade e a interconectividade das regiões ultraperiféricas da Madeira e dos Açores</p> <p>Uma transição para meios de transporte sustentáveis e acessíveis, como o transporte público hipocarbónico (incluindo o apoio ao material circulante ferroviário urbano) e os meios de transporte ativos</p> <p>Investimentos que reduzam as externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento, as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído) e os acidentes de viação</p> <p>Um sistema de transportes inteligente, a digitalização e soluções inovadoras para idades inteligentes, melhorando a utilização das infraestruturas e a qualidade dos serviços</p>
Objetivo estratégico 4. Uma Europa mais social — implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais	
Necessidades de elevada prioridade	<p>Promover uma intervenção atempada e prevenir o abandono escolar precoce; investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência</p> <p>Promover o ensino e a formação profissionais, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente as competências digitais</p>
Necessidades prioritárias	<p>Aplicar medidas ativas e preventivas no mercado de trabalho, proceder à boa conceção de subvenções de recrutamento, proporcionar oportunidades de mobilidade profissional e de formação e colaborar com as comunidades locais, com vista a reforçar as medidas de sensibilização</p> <p>Melhorar a capacidade dos serviços públicos de emprego através da modernização dos seus equipamentos informáticos; intensificar a colaboração com os empregadores; estabelecer parcerias adequadas e assegurar serviços de orientação e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida</p>

	<p>Serviços de elevada qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, como os serviços de acolhimento de crianças e de acolhimento extraescolar</p> <p>Apoiar a requalificação e a melhoria das competências dos profissionais da saúde e dos cuidados de longa duração, contribuindo para a sua permanência e assegurando assim uma prestação adequada de serviços</p> <p>Apoiar a execução de estratégias nacionais com vista ao envelhecimento ativo</p> <p>Realizar investimentos em infraestruturas nos setores da saúde, da assistência social e dos cuidados de longa duração, incluindo os serviços de proximidade e o equipamento médico no setor da saúde, com vista a reduzir as desigualdades neste domínio. Melhorar a prestação de cuidados integrados</p> <p>Apoiar a ativação e a reabilitação das pessoas desfavorecidas e com deficiência através da prestação de serviços integrados e personalizados</p> <p>Promover a integração social das crianças em risco de pobreza e exclusão social</p> <p>Combater a pobreza no trabalho, promover ambientes de trabalho inclusivos, o desenvolvimento de competências, a formação e a aprendizagem ao longo da vida para todos os cidadãos</p> <p>Reforçar a integração socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos</p> <p>Apoiar o fornecimento de alimentos e a assistência aos mais carenciados</p>
	<p>Objetivo estratégico 5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos mediante a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras, bem como das iniciativas locais</p>
Necessidades prioritárias	<p>Responder aos desafios urbanos a nível das zonas funcionais, nomeadamente nos bairros desfavorecidos e em zonas desfavorecidas ou desindustrializadas, tendo em conta as diferentes necessidades, de acordo com a dimensão, especialização e função de cada zona</p> <p>Apoiar estratégias territoriais integradas e sustentáveis, centradas na melhoria do acesso aos serviços básicos, promover ligações entre as zonas urbanas e rurais e as soluções inovadoras para reforçar o potencial endógeno dessas zonas e favorecer a atratividade sustentável dos territórios, tendo em conta as diferentes necessidades consoante as zonas funcionais</p> <p>Incentivar ações comuns com regiões limítrofes e nas bacias marítimas ou zonas funcionais que enfrentam desafios semelhantes</p>

Fonte: Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos

Adicionalmente, o documento identifica os seguintes fatores considerados essenciais à eficaz execução da política de coesão:

- Adoção de uma estratégia nacional para combater as desigualdades e o envelhecimento (cuidados integrados);
- Melhores medidas para prevenir e combater os conflitos de interesses, a fraude e a corrupção;
- Melhor desempenho no domínio da contratação pública, mediante a supressão das deficiências identificadas no Painel de Avaliação do Mercado Único;
- Elaboração e aplicação de um roteiro para reforçar as capacidades administrativas necessárias para a administração e execução eficazes dos Fundos, em especial para aumentar as capacidades de gestão a nível local, prestando assistência às autoridades locais e aos beneficiários e ainda eliminando sobreposições e requisitos excessivos em matéria de documentação;
- Promoção de uma participação adequada e de uma capacidade reforçada dos parceiros sociais, da sociedade civil e de outras partes interessadas na consecução dos objetivos estratégicos;
- Reforço da capacidade de execução dos serviços públicos de emprego;
- Maior utilização de instrumentos financeiros, bem como exploração das sinergias com o InvestEU tendo em vista atividades geradoras de receitas ou de contenção de custos.

3.1.2. Contexto nacional

Portugal 2030: o futuro da política de coesão – elementos para reflexão



O Governo de Portugal empreendeu uma reflexão estratégica¹¹ sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo, tendo promovido uma auscultação a diversos atores económicos e sociais. Deste processo resultou um documento de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão, denominado Portugal 2030, no

qual se apresentam os seguintes **princípios gerais da posição de Portugal** nesta matéria:

- Importância da manutenção do carácter estrutural e do financiamento da Política de Coesão, enquanto política de médio-prazo;
- Importância do desenvolvimento competitivo dos territórios, incentivando os processos de inovação nas empresas através da inserção de recursos humanos qualificados;
- Reforço da orientação para a competitividade, enquanto fator essencial para a coesão duradoura e para a convergência real;
- Reforço da importância da reforma florestal na sustentabilidade e resiliência dos territórios de baixa densidade;
- Necessidade de garantir maior apoio à convergência dos países da coesão - um novo “Fundo de Coesão para a Competitividade”, com elegibilidade alargada à inovação, qualificação e ao emprego;
- Reforço da orientação para resultados da Política de Coesão, aprofundando e simplificando a metodologia implementada no quadro 2014-2020;
- Maior ligação ao Semestre Europeu¹², assumindo-se como referência o Plano Nacional de Reformas e uma abordagem de médio prazo, mantendo-se as condicionalidades *ex ante*.

Deste exercício resultou, ainda, um conjunto de objetivos estratégicos para o debate do Portugal pós-2020 e que visam aumentar a competitividade das empresas e das instituições científicas e tecnológicas, a qualificação dos recursos humanos, o potencial da economia do mar, a atratividade das regiões urbanas e a competitividade dos territórios de baixa densidade e transfronteiriços, assim como a diminuição da dependência energética e uma maior adaptação às alterações climáticas¹³. Foram assim definidos objetivos horizontais e territoriais e linhas de atuação, conforme se sistematiza na Figura 6.

¹¹ [PT2030 - elementos para reflexão](#)

¹² www.consilium.europa.eu/pt/policies/european-semester/

¹³ www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/



Figura 6. Linhas gerais de prioridades pós 2020

Fonte: Portugal 2030 (www.portugal2030.pt/portugal-e-o-futuro-da-politica-de-coesao/)

No que se refere aos **objetivos horizontais**, definem-se as seguintes prioridades:

- I - Inovação e Conhecimento: Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação;
- II - Qualificação, Formação e Emprego: Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional;
- III - Sustentabilidade Demográfica: Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica.

Relativamente aos **objetivos territoriais**, definem-se as seguintes prioridades:

- IV – Energia e Alterações Climáticas: Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética;
- V – Economia do Mar: Reforçar o potencial económico estratégico da Economia do Mar;
- VI – Redes e Mercados Externos: Assegurar a competitividade externa das cidades e regiões urbanas dos territórios atlânticos e dos territórios do interior;
- VII – Sustentabilidade dos territórios de baixa densidade: Reforçar a convergência dos territórios da baixa densidade, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e diversificando a base económica.

Declaração Conjunta sobre a Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE¹⁴

Declaração Conjunta sobre a
Posição preliminar de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE

1. **O contexto europeu e as prioridades da agenda europeia**
As negociações do Quadro Financeiro Plurianual terão lugar em circunstâncias inéditas nomeadamente as que resultam do BREXIT, a par de uma realidade económica e social enfrentada pela União Europeia que é hoje diferente e motiva a necessidade de novas políticas.
A UE precisa de um orçamento que traduza a sua ambição e que seja capaz de responder eficazmente às suas prioridades políticas.

O presente documento, Declaração do Governo de Portugal e do PSD, firma a posição preliminar de Portugal relativamente ao próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia. Na Declaração Conjunta vem expresso o “objetivo central de fazer da próxima década uma década uma década de convergência de Portugal com a Europa” assente numa visão consubstanciada nos

seguintes quatro eixos temáticos alinhados com o estabelecido pelos documentos europeus:

- Eixo 1. As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento;
- Eixo 3. Um País competitivo externamente e coeso internamente;
- Eixo 4. Um País sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

Para cada eixo temático são identificados objetivos prioritários e lógicas de atuação/vetores de mudança, que foram considerados como essenciais para a concretização da visão estabelecida para a próxima década. Adicionalmente foram identificados os domínios centrais que congregam as respetivas intervenções chave, conforme se sistematiza na Figura 7.

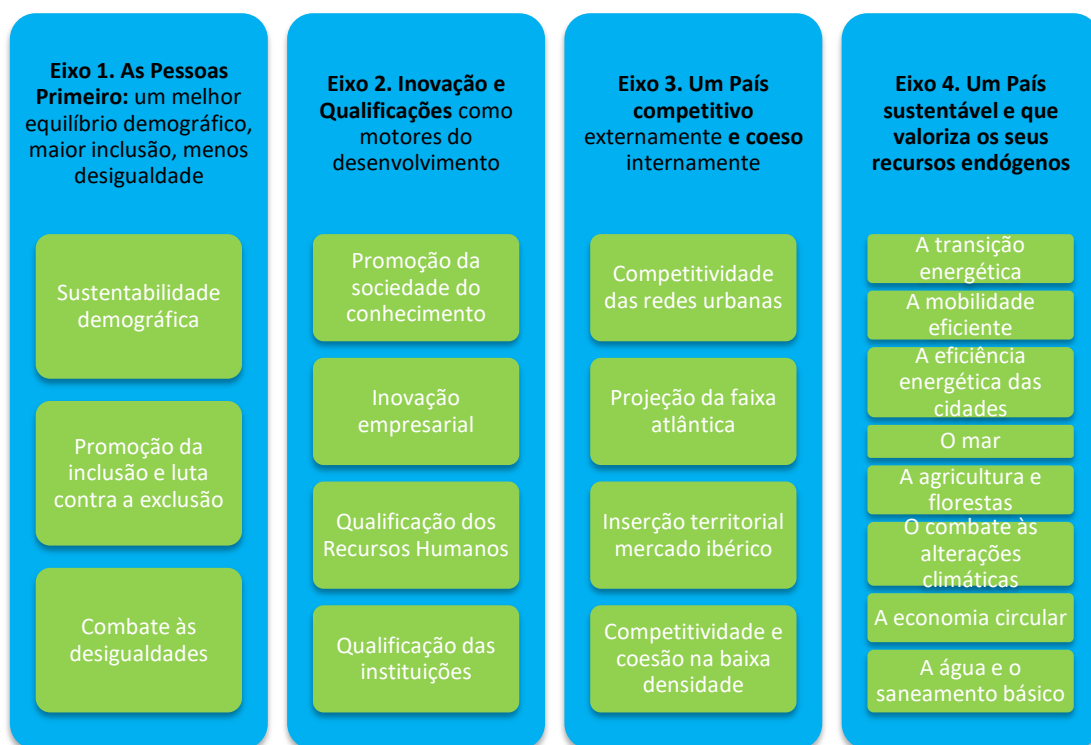


Figura 7. Domínios centrais definidos para cada Eixo

Fonte: [Declaração Conjunta](#)

3.1.3. Contexto regional

¹⁴ [Declaração Conjunta](#)

No contexto regional, o presente exercício integra obrigatoriamente uma dupla abordagem:

1. A primeira, focada no território da NUTS II Centro à qual o Oeste pertence desde 2002 exclusivamente para efeitos de gestão de fundos comunitários e não para efeitos de desenvolvimento regional ou outra área de competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional¹⁵;
2. A segunda, focada no território de Lisboa e Vale do Tejo, a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional¹⁶ que integra a NUTS III Oeste e que realizou um exercício de planeamento estratégico para o horizonte 2030 coincidente com o seu território de intervenção. Um exercício que não se foca apenas em apoios comunitários mas na necessária visão integrada de desenvolvimento deste território.

Este contexto fragiliza a NUTS III Oeste que, num exercício estratégico e coerente de prospetiva e definição/revisitação do seu modelo de desenvolvimento o vê essencialmente associado à Região Centro devido à dimensão da gestão de fundos comunitários, com a impossibilidade dessa mesma gestão se realizar à escala territorial em que o Oeste possui todas as relações sinérgicas e dinâmicas urbanas, e socioeconómicas.

Exercício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR)

Tendo por base o exercício realizado no período de programação ainda em vigor e as diretrizes supramencionadas, a **CCDR** tem em curso o processo de preparação do Centro 2030, um exercício que se foca na gestão de fundos comunitários e, por esse motivo, incide na denominada “Região Centro alargada”¹⁷ à qual o Oeste pertence (como atrás referenciado). A documentação disponível revela que a primeira abordagem “pretende tão só situar os termos do debate participativo que tal preparação deverá envolver, abrindo caminhos de preparação e sobretudo estabelecendo uma relação de continuidade entre (i) implementação da programação, (ii) a sua monitorização e avaliação, (iii) a captação de tendências afloradas em dinâmicas recentes e (iv) a definição de novas prioridades e domínios de intervenção”¹⁸.

De acordo com o balanço apresentado na informação já disponível, em termos de dinâmicas de inovação a Região Centro estará a “meio caminho do percurso desejável de resultados: por um lado, a maturação de efeitos em termos de crescimento do potencial económico da região será muito provavelmente lenta, atendendo a que as mudanças estruturais da especialização produtiva o são também; por outro lado, os efeitos de tais dinâmicas de inovação em termos de alargamento territorial da competitividade da região enfrentam os condicionantes da sua forte concentração nas NUTS III mais dinâmicas da região de Aveiro, Região de Coimbra e Região de Leiria, exigindo não só a criação consistente de novos focos territoriais de inovação, mas também um mais intenso esforço de transferência de conhecimento e de difusão de inovação

¹⁵ Região Centro âmbito de atuação da CCDRC

¹⁶ www.ccdr-lvt.pt/pt/a-regiao/7279.htm

¹⁷ [Mapa da Região Centro "alargada" \(100 municípios\)](#)

¹⁸ Visão Estratégica [Centro 2030](#) e em www.ccdr.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3326.

para os territórios com menor concentração dessas dinâmicas.” Na dimensão social e de inclusão também é diagnosticado um contexto relativamente positivo que, contudo, não invalida a “necessidade de ter em conta: (i) dimensões em que a posição da região é desfavorável em relação ao referente nacional, como acontece, por exemplo, com a desigualdade de género cuja tendência de afastamento da média nacional tem sido sistemática desde 2013; (ii) a dimensão absoluta e não apenas relativa das problemáticas sociais; (iii) a eventual ocorrência de dificuldades de adaptação do sistema social da região a novas problemáticas sociais, designadamente as associadas ao declínio demográfico e ao isolamento de idosos.” Já na dimensão territorial é assinalado o facto de se continuarem a verificar fortes dicotomias entre litoral e interior.

Apesar das conclusões não darem destaque à Região Oeste, no mesmo documento pode ler-se: “Nesta matéria, a generalidade dos indicadores disponíveis aponta para a proeminência consolidada das dinâmicas empresariais e de inovação nas NUTS III Região de Coimbra, Região de Aveiro, Região de Leiria e **Oeste**. No entanto, a coexistência nesses territórios da concentração de ativos e recursos de inovação e de relevantes valias e vulnerabilidades ambientais transforma estes territórios não apenas em áreas nucleares da inovação na região, mas também de desafios de promoção da sustentabilidade e de proeminência nas estratégias de descarbonização e circularidade. As dinâmicas de inovação aqui representadas apresentam um elevado potencial de disseminação para territórios de proximidade e são também elementos parceiros de processos de transferência de conhecimento para territórios mais interiores.”

Unidade territorial (NUTS II/NUTS III)	Despesas totais de I&D em % do PIB	Despesas empresariais de I&D em % do PIB
REGIÃO CENTRO	1,32	0,70
Beira Baixa	0,68	0,38
Beiras e Serra da Estrela	1,08	0,50
Médio Tejo	0,33	0,27
Oeste	1,14	1,10
Região de Aveiro	2,28	1,26
Região de Coimbra	2,24	0,63
Região de Leiria	0,61	0,42
Visão Dão Lafões	0,49	0,32
Fonte: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2019, com dados respeitantes a 2017		

Figura 8. Despesas em I&D

Fonte: CCDRC, documento “Visão Estratégica [Centro 2030](#)”

Ainda no mesmo documento, e apesar dos dados apresentados (Figura 8) é concluído que “As NUTS III Região de Aveiro e Região de Coimbra são presentemente duas das NUTS III mais dinâmicas do país em termos de desempenho inovação, medido pelo confronto entre o esforço total de I&D e o que é realizado pelas empresas”. Apesar desta afirmação, verifica-se da leitura dos valores expostos que o Oeste, depois da Região de Aveiro é a NUTS III com maior destaque com a segunda percentagem mais expressiva de despesas empresariais em ID em % do PIB, revelando assim a necessidade de revisão da análise regional apresentada no documento que negligencia este facto. O valor de 1,10% registado no Oeste é superior ao da Região Centro e de Portugal.

Em termos de desafios para a Região Centro a CCDRC assinala os seguintes:

- *“Transformação das dinâmicas de I&D – inovação em melhorias efetivas de competitividade e de sustentação do emprego e rendimento;*
- *Redução dos níveis de vulnerabilidade dos territórios mais interiores e da recuperação da sua imagem e resiliência como possíveis atratores de iniciativas, de jovens e de investimento;*
- *Promoção da resiliência e atração de pessoas e investimento aos territórios mais interiores com mudanças estruturais dos seus sistemas produtivos de modo a integrar a situação de stresse hídrico em que tais territórios estão mergulhados;*
- *Aprofundamento e intensificação das dinâmicas de inovação reforce o modelo territorial equilibrado da região;*
- *Coberturas sociais para as novas tipologias de problemas suscitados pelo declínio demográfico;*
- *Capacidade de transformação do conhecimento e capacidade de investigação para a emergência climática e valorização da economia circular em capacidade alargada de geração de projetos estruturantes para a região;*
- *Qualificações e competências;*
- *Operacionalização do incremento da variedade relacionada e da progressão na cadeia de valor da economia regional e estimular a formação distribuída territorialmente por toda a região de processos de descoberta empreendedora.”*

Com este enquadramento o exercício estratégico regional realizado e que essencialmente se focou na Estratégia Regional para a Inovação e Especialização Inteligente (RIS3) consagra uma visão 2030 que visa a erradicação de constrangimentos e resposta aos desafios estruturais e a valorizar recursos e capacidades de inovação, sustentada nos seguintes desígnios:

1. **Uma região que reforça a sua competitividade nacional e internacional e consolida um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva**, pugnando para que as dinâmicas mais proeminentes de inovação se alarguem territorialmente, seja pela criação de novos focos de inovação em territórios menos densos e empreendedores, seja pela transferência de conhecimento enquanto veículo de atração de investimento e de jovens com qualificações superiores.
2. **Uma região que trabalha e promove a capacitação para a resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica**, promovendo a coesão territorial, valorizando a criatividade de organização dos territórios e a capacidade de iniciativa local e as condições de atração de população (i)migrante.
3. **Uma região que lidera a evolução para uma sociedade mais sustentável**, promovendo a inovação e transição para a economia circular, integrando a emergência climática e as suas implicações em termos de sistemas produtivos e organização territorial, no quadro da diversidade ambiental que a caracteriza.

4. **Uma região que coloca estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial que evolua em combinação virtuosa entre territórios competitivos e inovadores e territórios mais deprimidos de energia demográfica e económica.**
5. **Uma região capaz de organizar a oferta de qualificações e competências** que a sua transformação estrutural exige, trabalhando nesse sentido a qualificação inicial de jovens e a formação de ativos e criando condições para a atração de população qualificada.

Exercício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT)

Focada no seu território de intervenção e valorizando as dinâmicas de desenvolvimento aqui existentes, a **CCDRLVT** desenvolveu um exercício estratégico para os 52 municípios, organizados em três CIM (Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo) e na AML. Neste território reside 36% da população, com 43% do VAB, 35% das empresas e 41% do emprego do país.

*“Importa referir o peso dominante da RLVT no desenvolvimento do país, expresso claramente nos principais indicadores macroeconómicos e nos indicadores ligados à inovação e alta tecnologia, onde se apresenta como centro polarizador relativamente ao país. Importa salientar que, além dos limites definidos para os territórios, o sistema funcional da RLVT compreende redes de fluxos, polos de atração, e roteiros de produção e consumo, **numa dimensão regional com base na forte complementaridade das sub-regiões Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo com a Área Metropolitana de Lisboa (AML).**”* Esta realidade, que consiste na dimensão sistémica da RLVT é apoiada nas redes de acessibilidade, em torno da qual se desenvolve um *“sistema urbano policêntrico, hierarquizado a partir do centro metropolitano onde se concentram grandes equipamentos e serviços de nível regional e nacional. Esse centro é constituído por uma rede estruturada de centralidades urbanas de vários níveis, articuladas entre si, segundo eixos e coroas, que organizam a RLVT formada pelo espaço metropolitano e os territórios do Oeste, Lezíria e Médio Tejo.”*

Existe assim uma região funcional e sinérgica inequívoca, comprovada pelos movimentos sub-regionais de trabalhadores e estudantes, apresentados na figura seguinte, em que se verifica a forte relação da NUTS III Oeste com a AML.

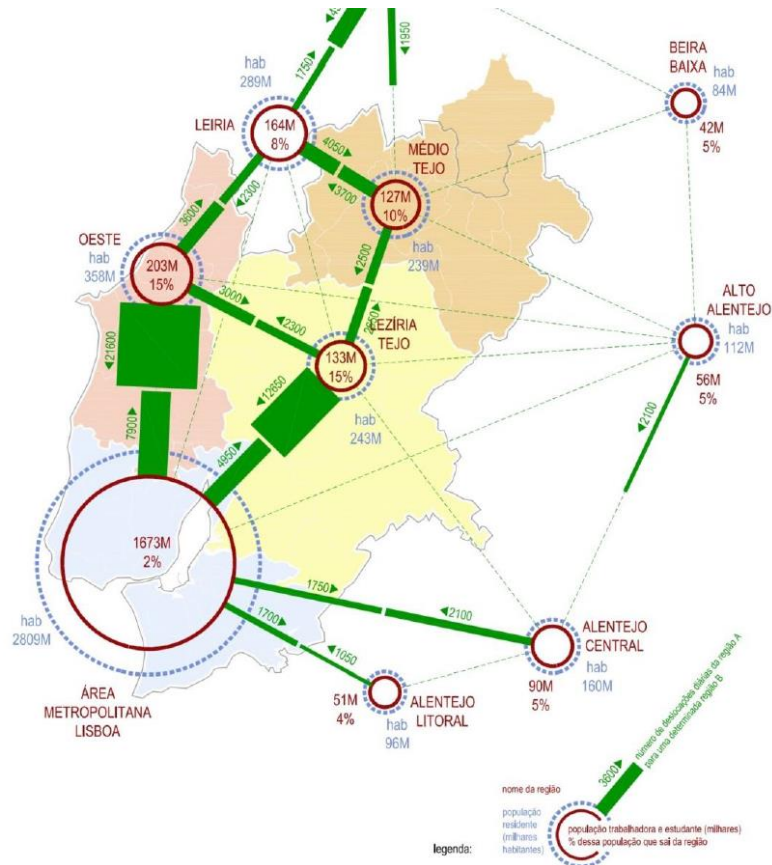


Figura 9. Deslocações sub-regionais e inter-regionais

Fonte: CCDRLVT - RLVT2030 - Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Reconhecendo o contexto de mudança, o documento prioriza as áreas nas quais se perspetivam maiores mudanças e onde serão necessárias mais alterações, como resposta aos desafios emergentes, capaz de lidar com essa mudança.

Antecede a definição da estratégia a definição de premissas de competitividade internacional e coesão territorial e social da RLVT, assumindo a preponderância deste território na promoção do progresso do país considerando o papel de regiões capital na afirmação internacional. *“É fator decisivo para a competitividade internacional da Região, a criação de valor pelo aumento da qualidade dos bens e serviços que produz, da qualificação e da capacidade científica e técnica dos recursos humanos que nela trabalham. É necessário combinar de forma específica os processos de inovação e diferenciação indutores de maior valor acrescentado reconhecendo que importa alargar e sistematizar um vasto conjunto de iniciativas colaborativas de adoção, adaptação e desenvolvimento tecnológico, utilizando o conhecimento, a cultura e a criatividade para produzir bens e serviços transacionáveis e diferenciados. É também determinante assumir a complementaridade inter-regional como fator de convergência da Região e do País por quanto é em Lisboa que se ganha ou se perde a convergência da economia portuguesa. Afirmar a Região no contexto europeu e internacional beneficia o resto do país.”*

Já na premissa de coesão territorial e social, *“primeiramente, importa considerar os desafios que se colocam à coesão territorial e ao modelo territorial da RLVT, compreendendo as várias dimensões. Importa também referir que foram identificadas quatro tensões que obrigam a escolhas: ao nível da dimensão, da alternância, da delimitação e da governança”*. Neste sentido é identificada a necessidade de adotar um desenvolvimento policêntrico, baseado nas especificidades, potencialidades e complementaridades dos vários territórios regionais e intensificar as relações funcionais. O desenvolvimento deverá focar-se em estratégias de especialização adequadas a cada território, por oposição a uma abordagem única da RLVT, com a aposta no estímulo ao conhecimento, à redução de desigualdades. A dimensão de governança é crucial, valorizando territórios funcionais, redes e ultrapassando divisões administrativas.

“A territorialização das políticas públicas através de uma abordagem baseada em fazer em cada território o que faz sentido fazer nesse território, e não fazer o mesmo em todos, é uma das chaves para a estratégia 2030”.

A Visão assumida é a seguinte: *“Lisboa e Vale do Tejo, região capital europeia inserida num quadro privilegiado das rotas e plataformas internacionais e explorando a Zona Económica Exclusiva, dinamizando a competitividade com base na inovação e qualificação, num território coeso, alavancada na economia do conhecimento, na complementaridade das diversidades e comunidades locais e nas suas relações funcionais, aplicando a sustentabilidade, a eficiência energética, a economia circular, mobilizando a inclusão social, acabando com a pobreza e valorizando o património”*. Complementarmente são definidos dez pilares estratégicos (Tabela 6) que integram áreas estratégicas e as respetivas linhas de ação. *“Esta figura instrumental do pilar estratégico propõe a identificação de uma área nuclear da sociedade sobre a qual é exercida uma focagem (política dedicada) que engloba medidas de múltiplos setores, orientadas para o sucesso dessa política pública. Trata-se de uma abordagem não setorial na sua construção, que prioriza e direciona vários objetivos para áreas específicas, em resposta a necessidades de grande impacto, reais ou dadas como certas”*.

Tabela 6. Pilares e áreas estratégicas

Pilar estratégico	Áreas estratégicas	
(1) Sustentabilidade Demográfica e Juventude	Focalização de políticas públicas multissetoriais que favoreçam a juventude, fortemente orientadas para a dimensão familiar e para a integração plena no mercado de trabalho.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'SUSTENTABILIDADE DEMOGRÁFICA E JUVENTUDE' rodeado por áreas estratégicas: proteção à natalidade, combate à pobreza, atratividade e fixação de população ativa, rede de equipamentos de proximidade, habitação acessível para jovens, preparação para relações internacionais, melhores condições de trabalho, empreendedorismo, apoio à família, 1ª infância e juventude.</p>
(2) Qualificação	Resposta a um novo quadro de exigência das sociedades hipermodernas, onde o trabalho pode, uma vez mais, ser um poderoso instrumento de inclusão social e combate à pobreza.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'QUALIFICAÇÃO' rodeado por áreas estratégicas: atores e comunidades locais, turismo e serviços urbanos, infraestruturas de aprendizagem em rede, capital humano, formação em novas profissões, internacionalização.</p>
(3) Novas Tecnologias	Desenvolvimento e implementação de plataformas de investimento de suporte à emergência de novas tecnologias, promovendo a conectividade digital internacional e favorecendo prioritariamente setores emergentes e de especialização.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'NOVAS TECNOLOGIAS' rodeado por áreas estratégicas: inteligência artificial, big data e IOT (internet of things), digital, criatividade e web knowledge, empresas orientadas para a inovação, smart cities.</p>
(4) Alto Valor Acrescentado	Afirmação da região como território de produção de conhecimento e de investigação de excelência, em particular em domínios de grande potencial de crescimento e de valorização económica do conhecimento.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'ALTO VALOR ACRESCENTADO' rodeado por áreas estratégicas: cadeia de valor e qualidade do produto, indústria e serviços 4.0, investigação e investimento, economia do conhecimento, empreendedorismo, especialização.</p>
(5) Urbanidade	Encontrar respostas para a habitação e regeneração urbana, para a descarbonização e mobilidade sustentável, para a inclusão social e equidade territorial, contrariando a vulnerabilidade regional agravada pelas alterações climáticas e pela pressão que o funcionamento das cidades exerce sobre os ecossistemas.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'URBANIDADE' rodeado por áreas estratégicas: territorialização, alterações climáticas, economia de baixo carbono, ar e ruído, segurança e prevenção sísmica, inclusão social, turismo e segurança, mobilidade e logística, serviços de proximidade, regeneração urbana, habitação e bairros.</p>
(6) Inclusão Social e Combate à Pobreza	Soluções integradas de base territorial, potenciando os recursos comunitários e a valorização do capital social e cultural, e o desenvolvimento de soluções inovadoras que se revelem mais eficazes, eficientes e sustentáveis.	<p>Este diagrama apresenta o pilar central 'INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA' rodeado por áreas estratégicas: coesão de territórios monofuncionais ou degradados, abordagem territorial integrada, acesso à educação em todas as idades, acesso ao mercado de trabalho, integração de migrantes e refugiados, respostas inovadoras e integradas de inclusão, acessibilidade universal, combate às desigualdades, inserção social e cultural.</p>

(7) Idade +	Integração das novas tecnologias, abrindo espaço para novos modos de vida dentro de um futuro incerto onde se dilui a dicotomia do trabalho convencional/ reforma efetiva.	
(8) Tejo e Sado	Dimensão territorial do potencial agregador das suas componentes, tendo em vista o reforço das dinâmicas locais e a projeção internacional. As bacias alargadas dos Estuários do Rio Tejo e do Rio Sado são ordenadores macro estruturantes deste território, da sua identidade e do seu modo de funcionar.	
(9) Património	Aproveitar a oportunidade de alavancagem patrocinada pelo turismo, estendendo-a a toda a região, consolidando a sua identidade. Desafio do empreendedorismo, favorecendo a especialização e o valor acrescentado, explorando a atratividade da região a comunidades altamente qualificadas e ao investimento em alta tecnologia.	
(10) Economia Circular	Antecipar a transição. Abordagem transversal, alterando ciclos e roteiros de produção, modelos de negócio, de utilização e de consumo, transitando da propriedade para a partilha, do mais para o melhor, otimizando os fluxos, a reutilização, e a reciclagem.	

Fonte: CCDRLVT - RLVT2030 - Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Complementarmente e materializando os pilares estratégicos, é identificada a necessidade de promover “Grandes Projetos, estruturantes e marcantes, atendendo à sua natureza, aos territórios abrangidos, às componentes intersectoriais a mobilizar, aos princípios de sustentabilidade a respeitar, ao emprego a criar e ao investimento a mobilizar e à sua urgência”. Trata-se de um conjunto de nove projetos que marcam o desenvolvimento direto dos setores abrangidos, com reflexos em setores complementares. “Consideram-se marcantes ao nível dos territórios porque promovem o desenvolvimento integrado, numa perspetiva alargada da sua área de abrangência, com efeitos multiplicadores para territórios vizinhos. Constituem assim, grandes oportunidades de investimento com retorno, e com efeitos difusores ao nível da dinâmica económica local.”

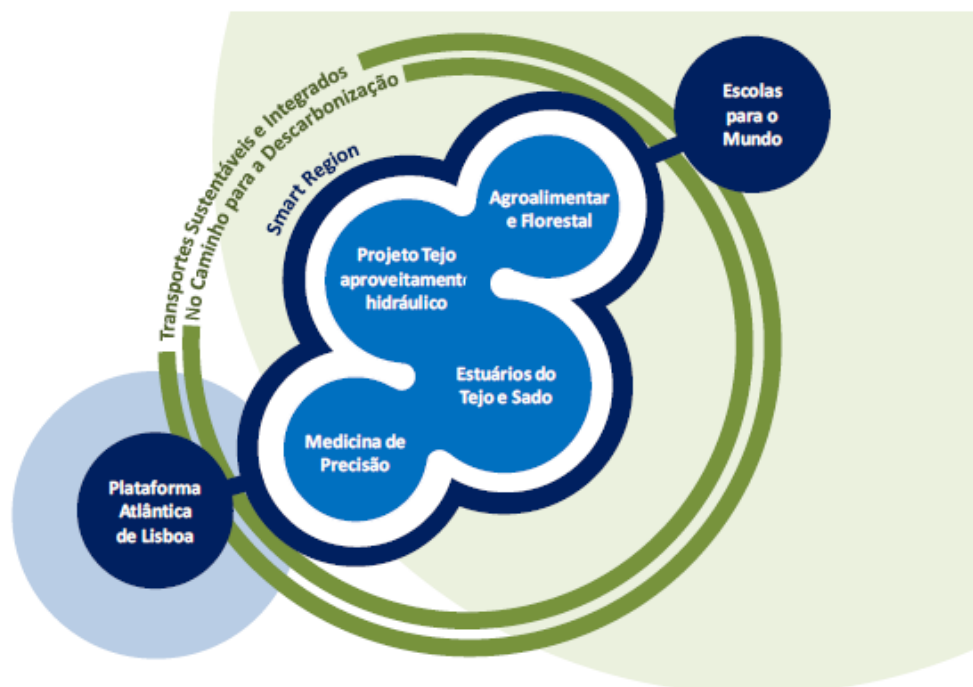


Figura 10. Esquema do conjunto de Grandes Projetos Estruturantes

Fonte: CCDRLVT - RLV2030 - Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo

*“Os Grandes Projetos Estruturantes (GPE) possuem características diferentes, quer relativamente ao seu carácter programático, quer ao nível da sua implementação no território. Podemos enquadrar os GPE do **Agroalimentar e Florestal**, do **Projeto Tejo – Aproveitamento Hidráulico**, **Estuários do Tejo e Sado**, e **Medicina de Precisão** como projetos-programa eminentemente direcionados para uma parte do território, onde existem a base territorial e os recursos para os concretizar, com unicidade. Por outro lado, os GPE **Smart Region**, **Transportes Sustentáveis e Integrados**, e **no caminho para a Descarbonização**, possuem uma dimensão transversal, aplicável amplamente no sistema e subsistemas funcionais da Região, contribuindo para o desenvolvimento de todos os seus territórios. Por último, os GPE **Plataforma Atlântica de Lisboa** e **Escolas para o Mundo** possuem uma relação direta com o exterior, nomeadamente ao nível da sua conceptualização e implementação.”*

3.2. Síntese

Em síntese, em termos estruturais, verifica-se uma continuidade com o estabelecido na fase programática do quadro plurianual de financiamento 2014-2020, com temas e prioridades que se revisitam e reforçam, nomeadamente a **inclusão social**, a **competitividade da economia** europeia por via da continuada aposta na inovação e em modelos produtivos mais sustentáveis e hipocarbónico, e a **sustentabilidade e emergência climática** com o reforço de medidas ligadas à sustentabilidade urbana.

A nível nacional surge pela primeira vez a dimensão demográfica e da baixa densidade como prioridades nacionais que terão de encontrar o seu campo de suporte num quadro europeu em que a sua expressão e preponderância não é evidente.

Já a nível regional, existem dois exercícios com diferentes âmbitos, profundidade e graus de maturidade. No caso da Região Centro, exercício que abrange o Oeste uma vez que se foca na gestão de fundos comunitários, apenas está disponível um breve diagnóstico e um *draft* de visão que revela uma preocupação de alinhamento com os temas nacionais e europeus, reforçando desafios de equidade e coesão territorial em matéria de investimento e apoios comunitários, com temas como a investigação e desenvolvimento, o equilíbrio demográfico, as qualificações e o equilíbrio do sistema urbano regional. No caso do exercício realizado para Região de Lisboa e Vale do Tejo, a abordagem incide sobre um território com fortes relações funcionais que determinam um modelo de desenvolvimento policêntrico e com diversas complementaridades. A abordagem foca-se nessa diversidade funcional e na heterogeneidade da região alargada de Lisboa, na qual se integra inquestionavelmente o Oeste. Os pilares e grandes projetos estruturantes respondem aos desafios e ao necessário reforço de competitividade e coesão socioeconómica, indispensáveis ao desenvolvimento integrado. Existe um alinhamento com agendas nacionais e internacionais, mas o foco é o desenvolvimento integrado da RLVT, considerando os seus múltiplos territórios, e as áreas estratégicas em que se revela essencial apostar. Este foi um exercício estratégico com ampla participação de entidades e especialistas e que transcende questões de fundos comunitários, revelando-se como uma âncora para que possam ser repensados modelos de gestão de apoios que sejam capazes de responder às características e especificidades do Oeste, sendo essencial a ligação à RLVT.

Neste contexto, existem especificidades na Região Oeste que devem ser tidas em consideração, nomeadamente:

- Especificidades e diversidade do tecido económico sub-regional;
- Fragilidade do modelo de gestão atual, com diferentes geometrias regionais para diferentes matérias, fragilizando o posicionamento da Região Oeste e uma abordagem consistente ao seu desenvolvimento;
- Proximidade e vínculos diretos do ponto de vista funcional e territorial com a Região de Lisboa e Vale do Tejo, indutores de dinâmicas específicas que devem ser incorporadas a nível regional e no quadro de gestão de fundos comunitários;
- Desafios demográficos em territórios da sub-região que não se coadunam com o atual mapa de territórios de baixa densidade¹⁹ em que o Oeste não encontra lugar.

¹⁹ [Deliberação n.º 23/2015 - CIC Portugal 2020, de 2015-03-26](#), alterada pela [Deliberação n.º 55/2015 - CIC Portugal 2020, de 2015-07-01](#) e pela [Deliberação n.º 20/2018 - CIC Portugal 2020, de 2018-10-29](#)

4. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO OESTE 2021-2027

4. ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO OESTE 2021-2027

A revisitação de contexto realizada no presente capítulo, sustentada na evolução verificada entre 2014 e 2019, é sistematizada na matriz SWOT (Tabela 7), organizada por eixo/agenda temática atualizada à luz do Portugal 2030, e na qual se evidenciam as especificidades do Oeste e o seu potencial para se posicionar estrategicamente nas diferentes áreas prioritárias/áreas de especialização. Complementarmente, também se apresenta o quadro de concretização das medidas integradas na EIDT Oeste 2020, assim como a pertinência da sua continuidade no novo quadro estratégico regional. Segue-se a apresentação do quadro estratégico, referencial enquadrador que integra a visão, as agendas temáticas do Oeste e os eixos e objetivos estratégicos, num exercício que responde ao necessário alinhamento com as estratégias de escala superior e às especificidades do Oeste. Por último, a materialização num conjunto de projetos regionais estruturantes para o Oeste no horizonte 2021-2027.

4.1. Síntese da evolução e mudanças de contexto – quadro de referência atual

Neste ponto apresenta-se uma síntese do exercício de revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região Oeste, cuja versão detalhada pode ser consultada em anexo ([Anexo 1: Evolução e mudanças de contexto – quadro de referência atual](#)).

4.1.1. Análise SWOT

Tabela 7. Revisitação da matriz SWOT da Região Oeste

EIXO 1. AS PESSOAS PRIMEIRO: UM MELHOR EQUILÍBRIO DEMOGRÁFICO, MAIOR INCLUSÃO, MENOS DESIGUALDADE
PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento dos valores médios das prestações da Segurança Social (pensões de velhice, invalidez e sobrevivência - 4.698€/ano, em 2014 e 5.139€/ano, em 2018). ▪ Decréscimo do número de desempregados entre 2014 e 2019 (16.626, em 2014 e 7.568, em 2019). ▪ Diminuição da taxa de retenção e desistência no ensino básico registada, nos últimos anos. ▪ Aumento do número de alunos a frequentar as escolas superiores do Oeste [Escola Superior de Artes e Design e Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar]. ▪ Investimentos realizados na criação e/ou reabilitação/extensão de equipamentos de saúde e de apoio social (tendo como promotores a ARS LVT, OesteCIM, as autarquias e IPSS). ▪ Investimentos em domínios relacionados com a inclusão social de diversos grupos mais vulneráveis (estágios PEPAL para jovens à procura do primeiro emprego; formação para desempregados de longa duração; vida ativa para desempregados...). ▪ Redes sociais municipais que promovem recursos e respostas sociais no território (CLDS e RLIS). ▪ Investimentos em programas de capacitação para o investimento social e parcerias para o impacto que contribuem para a implementação de projetos da comunidade/ dar resposta a problemas específicos por parte dos agentes locais. ▪ Investimento realizado em atividades de combate ao insucesso escolar, as quais têm mobilizado a região e a comunidade educativa. ▪ Elevado número de projetos apresentados no domínio da educação e qualificações.

ÁREAS DE MELHORIA

- Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação sub-regional (entre janeiro e abril de 2020 registam-se mais cerca de 3000 inscritos nos centros de Emprego nos concelhos do Oeste – um aumento de 36%).
- Ligação à AML para intervenções integradas, dada a natureza conjunta de diversos problemas estruturais.
- Ligeiro decréscimo populacional na região, entre 2011 e 2018, e na densidade populacional (variação de 1,6% em ambos os indicadores).
- População envelhecida, na qual o grupo etário com 65 ou mais anos representa 19,7% da população residente e grupo etário dos 0 aos 14 anos corresponde a 15,2% do total.
- Aumento do índice de envelhecimento (129,2, em 2011 e 160,4, em 2018).
- Valor médio anual do subsídio de desemprego, em 2018, inferior ao registado a nível regional e nacional (2.675€/ano no Oeste; face a 2.751€/ano na Região Centro e 2.949€ a nível nacional) e redução do valor em relação a 2014 (3.121€/ano).
- Em 2019, não foram alcançadas as metas previstas para o desempenho da rede de 12 Centros Qualifica do Oeste.
- Implementação tardia de investimentos previstos no PDCT, condicionados pela abertura de aviso (por exemplo, Cultura para todos; Inovação Social, ainda sem aviso).

OPORTUNIDADES

- Contexto de desenvolvimento da Estratégia Regional e Nacional para o período 2021/2027 com a possibilidade de inclusão das estratégias e necessidades do Oeste e de retificação de modelos que se revelaram desadequados no período 2014/2020, nomeadamente no que concerne à escala de programação estratégica que terá de integrar uma clara ligação do Oeste à RLVT / AML.
- Diversidade de apoios existentes em matéria de inclusão e inovação social e reforço da qualidade de vida e bem-estar da população, com a possibilidade de alavancagem de atividades estratégicas e conceitos estratégicos como o da “Região Sem Idade”.
- Apoio da UE à aprendizagem ao longo da vida e às competências.
- Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a qualidade de vida e coesão social.

AMEAÇAS

- Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública com impactos generalizados no aumento da pobreza e desigualdades sociais.
- Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto.
- Políticas de emprego assumem um carácter macro, sendo definidas no espectro europeu e nacional.
- Potencial redução de apoio financeiro a iniciativas de cariz social, definidas no espectro europeu e nacional.
- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.
- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.

EIXO 2. INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÕES COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

PONTOS FORTES

- Boas acessibilidades que favorecem a mobilidade de bens, pessoas e serviços e proximidade à AML, com a qual são estabelecidas diversas relações.
- Entre 2014 e 2017, com base nas despesas registadas, o Oeste apresenta um contexto positivo no que diz respeito à evolução da aposta em atividades de investigação e desenvolvimento (I&D).
- Suporte a iniciativas de I&D nas áreas de especialização inteligente do Oeste, mais especificamente a economia do mar e o agroalimentar, através do PDR 2020 (Grupos Operacionais) e Mar 2020 (medida “inovação e conhecimento”).
- Presença de escolas superiores (IPL – ESAD e ESTM) e formação especializada em domínios de especialização do Oeste, assim como fortes relações com sistema de ensino superior da AML.

ÁREAS DE MELHORIA

- A intensidade de investimento em I&D, difere muito nos doze concelhos do Oeste, em grande medida pelo facto de as instituições do SCTN estarem localizadas essencialmente em três concelhos, o que determina a afetação da operação a essas unidades territoriais podendo não fazer transparecer o carácter regional ou mesmo suprarregional do projeto de investigação em causa e o seu potencial impacto num território mais alargado.
- Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação sub-regional (entre janeiro e abril de 2020 registam-se mais cerca de 3000 inscritos nos centros de Emprego nos concelhos do Oeste – um aumento de 36%).
- Reforço das ligações entre tecido empresarial e instituições do SCTN em todos os setores económicos e territórios do Oeste.
- Infraestruturação tecnológica com capacidade para fazer face a modelos de negócio e modelos de formação/qualificação com ampla componente à distância.

OPORTUNIDADES

- Pacto Ecológico Europeu ([EU Green Deal](#)) com estratégia [EUFarm2Fork](#), com uma clara aposta em modelos produtivos sustentados em mercados de proximidade relevantes para o Oeste que possui uma forte componente de produção primária de hortícolas e frutícolas.
- Contexto de desenvolvimento da Estratégia Regional e Nacional para o período 2021/2027 com a possibilidade de inclusão das estratégias e necessidades do Oeste e de retificação de modelos que se revelaram desadequados no período 2014/2020.
- Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio à investigação, inovação e ao empreendedorismo.
- Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios.
- Aposta no setor primário (agricultura/floresta, mar) como mais-valia do território nacional.
- Aposta na investigação em setores chave.

AMEAÇAS

- Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública, com impacto nos modelos produtivos e na economia global.
- Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto.
- Tendência de redução dos apoios públicos.
- Potencial redução de apoio financeiro a iniciativas de I&D, definidas no espectro europeu e nacional.
- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.
- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.

EIXO 3.UM PAÍS COMPETITIVO EXTERNAMENTE E COESO INTERNAMENTE

PONTOS FORTES

- Densidade de empresas superior à média nacional (20,2 empresas/km², no Oeste, e 13,5 empresas/km² a nível nacional).
- Acréscimo do número de empresas (13%), do pessoal ao serviço das empresas (23,6%) e do volume de negócios (26,8%), entre 2014 e 2018.
- Representatividade do setor do comércio (G – 18,9% das empresas com sede no Oeste) e do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A – 14,8% do total).
- Acréscimo de 21% no comércio internacional, com um aumento das exportações intra União Europeia (44,7%).
- Afirmação/ reforço do turismo no Oeste, com resultados positivos em diversos indicadores (aumento do número de estabelecimentos de alojamento turístico, capacidade de alojamento, número de dormidas, número de hóspedes, proveitos totais).
- Continuidade da aposta em projetos regionais e educacionais de apoio ao empreendedorismo (Rede Oeste Empreendedor; Promoção do Espírito Empresarial da Região Oeste).
- Elevado número de projetos apresentados a sistemas de incentivos à qualificação e internacionalização de empresas, a apoios ao desenvolvimento rural e sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E).

- Investimentos públicos que visam aumentar a capacidade da sub-região para acolhimento de empresas, bem como melhorar as condições de infraestruturas portuárias.
- Investimentos públicos na reabilitação urbana.
- Património natural presente no território (incluindo o património geológico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e os geossítios, com destaque para os esforços de criação e classificação do Geoparque do Oeste).
- Património cultural presente no território (incluindo o património classificado a nível nacional e internacional – património da humanidade, património militar (Linhas de Torres), entre outros de carácter material e imaterial).

ÁREAS DE MELHORIA

- Contexto socioeconómico provocado pela pandemia por COVID 19 com impacto em múltiplos indicadores de desempenho regional e na necessidade de adaptação sub-regional (entre janeiro e abril de 2020 registam-se mais cerca de 3000 inscritos nos centros de Emprego nos concelhos do Oeste – um aumento de 36%).
- Volume de negócios por empresa inferior à média nacional e à registada na Região Centro.
- Volume de negócios por trabalhador inferior à média nacional e à registada na Região Centro.
- Número de empresas e indústrias de alta e média alta tecnologia.
- Volume de exportações.
- Reduzido número de projetos privados apresentados no âmbito do Mar 2020 (ex. P1/Medida 2 - Apoio ao Arranque da Atividade de Jovens Pescadores; P2/ Medida 1 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura; P5/ Medidas 1, 2 e 3).
- Desenvolvimento urbano sustentável – SIG, habitação, regeneração urbana.
- Equilíbrio socioeconómico e territorial nas relações de complementaridade com a AML – coesão territorial.

OPORTUNIDADES

- Pacto Ecológico Europeu ([EU Green Deal](#)) com estratégia [EUFarm2Fork](#), com uma clara aposta em modelos produtivos sustentados em mercados de proximidade relevantes para o Oeste que possui uma forte componente de produção primária de hortícolas e frutícolas.
- Contexto de desenvolvimento da Estratégia Regional e Nacional para o período 2021/2027 com a possibilidade de inclusão das estratégias e necessidades do Oeste e de retificação de modelos que se revelaram desadequados no período 2014/2020.
- Políticas favoráveis e investimento público crescente no apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento produtivo e internacionalização das empresas.
- Fortalecimento do setor agroalimentar, da economia do mar e do turismo o que pode potenciar o crescimento e diversificação do território.
- Políticas públicas nacionais de apoio à especialização inteligente dos territórios.
- Apoios nacionais no setor do turismo.
- Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a competitividade do território.
- Existência de importantes corredores rodoviários e ferroviários que poderão alavancar o desenvolvimento e estruturação do centro litoral Português.

AMEAÇAS

- Contextos de pandemia e/ou de ameaças à saúde e segurança pública, com impacto nos modelos produtivos e na economia global.
- Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto.
- Atraso na avaliação de processos de candidatura a apoios comunitários.
- Tendência de redução dos apoios públicos.
- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.
- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.
- Vulnerabilidade da região a riscos naturais, em particular, erosão costeira, poderá diminuir a capacidade de atração do destino turístico, fortemente assente no mar / atividades náuticas.
- Pressão urbanística numa parte relevante do território (sobretudo nos concelhos mais próximos da AML).

EIXO 4. UM PAÍS SUSTENTÁVEL E QUE VALORIZA OS SEUS RECURSOS ENDÓGENOS**PONTOS FORTES**

- Produção de energia eólica na sub-região.
- Condições para a exploração das fontes de energia renováveis.
- Qualidade do ar, resultado do reduzido valor de emissões de gases poluentes atmosféricos.
- Rede de Termas (Caldas da Rainha, Piedade e Vimeiro) e rede de Áreas Protegidas (RNAP)
- Investimentos públicos na eficiência energética nas infraestruturas públicas, na mobilidade sustentável, na otimização e gestão eficiente de infraestruturas e na adaptação às alterações climáticas, gestão de riscos e proteção da biodiversidade e ecossistemas.

ÁREAS DE MELHORIA

- Elevada vulnerabilidade aos fenómenos gerados pelas alterações climáticas (erosão costeira, incêndios florestais).
- Riscos naturais e prevenção ativa dos mesmos, nomeadamente no domínio dos fogos florestais e erosão costeira com consequências gravosas para o desenvolvimento da região e para a emissão de GEE.
- Aumento dos consumos energéticos em alguns setores e atividades.

OPORTUNIDADES

- Pacto Ecológico Europeu - [EUGreenDeal](#) do qual deriva um conjunto de estratégias e prioridades que visam transformar desafios climáticos e ambientais em oportunidades em todos os domínios de intervenção e tornando a transição justa e inclusiva para todos. Destaque para a valorização de cadeias curtas, com uma valorização da economia de proximidade.
- Contexto de desenvolvimento da Estratégia Regional e Nacional para o período 2021/2027 com a possibilidade de inclusão das estratégias e necessidades do Oeste e de retificação de modelos que se revelaram desadequados no período 2014/2020.
- Maior consciencialização e interesse dos cidadãos para as questões éticas e ambientais.
- Apoios nacionais no setor do turismo e ambiente/sustentabilidade.
- Apoios comunitários que facilitam a reconversão de fontes de energia renovável e promovem a eficiência energética, a reabilitação do edificado (de forma a melhorar o seu desempenho energético), tanto no setor público como no privado.
- Enfoque dos apoios comunitários no domínio da energia e da “economia verde”.
- Maior controlo sobre a qualidade da água e do ar regido através de normas europeias.
- Investimento no Mercado de Carbono.
- Descentralização de competências e atribuições em domínios ligados a serviços estruturais para a sustentabilidade e gestão dos recursos do território.

AMEAÇAS

- Atraso na abertura de avisos em prioridades de investimento com impactos negativos na capacidade de intervenção e mudança de contexto.
- Efeitos das alterações climáticas na região, e agravamento dos riscos naturais (erosão costeira, subida do nível médio do mar, incêndios florestais).
- Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento.
- Processo de descentralização de competências e atribuições dependente do conhecimento, da experiência e da capacidade instalada da CIM e municípios.
- Quadro de incerteza quanto à operacionalização e articulação institucional no que se refere à descentralização das competências, a assumir pela CIM e municípios.
- Continuidade de não inclusão do território do Oeste nos apoios comunitários alocados ao PROVERE das Termas do Centro de Portugal do Centro 2020.

4.1.2. Quadro de concretização e desafios para o desenho do quadro 2021-2027

Na tabela seguinte é explicitada de forma sumária o modo de concretização das medidas integradas na EIDT Oeste 2020 e assinalada a pertinência da sua continuidade no novo quadro estratégico regional.

Tabela 8. Quadro de concretizações e desafios

Medidas da EIDT Oeste 2020	Objetivos Estratégicos (OE) e Objetivos Específicos	Concretização da Medida no período 2014-2020	Pertinência de continuidade
1. Oeste Digital 3.0	OE. Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias		
1.1. Oeste Digital 3.0 – Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Desmaterialização de serviços e aproximação ao cidadão e instituições – mapear serviços, encontrar links funcionais e criar plataformas orientadas para o utilizador; Atuar no incremento da info-inclusão e mobilização do potencial de serviços eletrónicos (teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica), que se poderá traduzir numa (nova) estratégia Oeste Digital 3.0; Reforçar a coesão regional através da difusão do acesso a serviços disponibilizados com base em plataformas virtuais; Apostar na criação de redes digitais de partilha, entre diferentes utilizadores (ex: utentes/administração; etc); Potenciar a utilização de conteúdos e ferramentas digitais no ensino e na aprendizagem, reforçando a literacia e as competências digitais; Promover a utilização de conteúdos e ferramentas digitais nos espaços urbanos e na educação – aposta na “gamification” no apoio ao envolvimento e compromisso dos vários atores regionais; Incentivar a formação de base tecnológica: criar competências tecnológicas; 	<p>A concretização desta medida/submedidas foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020, destacando-se os investimentos realizados nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha (2.3) – implementação da Operação Oeste Digital 3.0 e instalação de Lojas do Cidadão em 3 municípios. <p>Os municípios recorreram também a outras fontes de financiamento para concretizar projetos relacionados com a inclusão digital/ alargamento da cobertura de redes wifi, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa europeu WIFI4EU. Programa Valorizar - Linha de apoio à disponibilização de redes wifi, do Turismo de Portugal, I.P (componente turística). 	Sim, com adaptação
1.2. Oeste Digital 3.0 – Empresas	<ul style="list-style-type: none"> Atuar na mobilização do potencial de serviços virtuais (teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica), que se poderá traduzir numa (nova) estratégia Oeste Digital 3.0; Apostar na criação de redes digitais de partilha, entre diferentes utilizadores (ex. empresa/administração; empresa/clientes; investigação/empresas); Incrementar a transferência de tecnologia para as empresas: promover a criação de valor acrescentado na nossa economia; 	<p>Destaca-se, ainda, a criação e disponibilização do Espaço Empresa da OesteCIM, uma iniciativa Simplex+, desenvolvida pelo IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, IP) em parceria com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal). Trata-se de um balcão único de atendimento multicanal (presencial, digital assistido e telefónico), destinado aos empresários que desejem realizar serviços e ou obter informações inerentes ao exercício de uma atividade económica ou ao ciclo de vida das suas empresas e funciona nas instalações da OesteCIM.</p>	
2. In Oeste (inova + internacionaliza)	OE. Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado		
2.1. In Oeste – Gabinete Oeste Inova e Internacionaliza	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o sistema regional de inovação, criando um órgão responsável pelas atividades de IDI na Região Oeste e pela articulação com as entidades que definem a política de IDI à escala nacional e internacional; Estruturar o sistema regional de apoio à internacionalização, criando um órgão regional responsável pela articulação com as entidades que definem a política de apoio à internacionalização à escala nacional e internacional e as necessidades das empresas da Região (complementar ao P6, podendo ser o mesmo órgão/entidade regional); 	<p>A concretização desta medida/submedidas foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), bem como do PDR 2020 e Mar 2020, destacando-se os investimentos realizados nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (PI3.1) – destaca- 	Sim, com adaptação

	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer parcerias entre entidades regionais e entidades externas que atuam no apoio à internacionalização no sentido de implementar e valorizar estratégias coletivas de atuação; Desenhar estratégias para a conciliação entre as atividades de IDI e as necessidades do tecido empresarial, especificamente das áreas de especialização do Oeste; Valorizar a existência de estruturas setoriais organizadas e reforçar parcerias que permitam promover e melhorar competências nas empresas ao nível dos produtos, processos, formas de organização e comercialização e consequentemente ganhar quota de mercado através de economias de escala e diferenciação dos produtos (exemplo: setor frutícola); Testar e implementar modelos de incremento do investimento regional público e privado em IDI, apoiados em lógicas de fileira/cluster (P1.2. complementar); Promover, apoiar e premiar atividades produtivas intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional. 	<p>se o SAAC/projeto “Promoção do Espírito Empresarial da Região Oeste”, promovido pela OesteCIM.</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (PI3.2) – SAAC e outros sistemas de incentivos (empresas). O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (PI 1.1) – apoios nas áreas temáticas Biologia e ciências do mar; Ciências agrárias/agroalimentares (vinhos). A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público (PI 1.2) – apoios às áreas temáticas da Agricultura e agroalimentar (produção, inovação/modernização); Ciências do mar; Aeronáutica/espaço e automóvel; Saúde; Recursos naturais e energias limpas; Habitat (construção, têxteis, cerâmica, pedra natural, vidro, etc.). Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (PI 8.5.). Operação 1.0.1 - Grupos Operacionais (incidência em hortícolas e frutícolas), através do PDR 2020. Medida 3 “inovação e conhecimento”, da prioridade 1 “Promover uma pesca sustentável, eficiente, inovadora e competitiva”, do Mar 2020. <p>Importa também destacar que a aposta na internacionalização das empresas passa também pela implementação de diversos projetos/investimentos apoiados pelo Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) noutros domínios – articulação com a Medida 4 - Rede Oeste Empreendedor.</p>	
2.2. Polos de Transferência de Conhecimento e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar o sistema regional de inovação, criando um órgão responsável pelas atividades de IDI na Região Oeste e pela articulação com as entidades que definem a política de IDI à escala nacional e internacional; Promover a articulação entre o sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior do Oeste e AML, o tecido produtivo e utilizadores, orientada para a sofisticação dos produtos e serviços e para o melhor posicionamento das empresas do Oeste nas fileiras que integram; Criar polos de transferência de conhecimento ensino superior/comunidade - Transformar os resultados da IDI em oportunidades de mercado e reforço de competências e em melhoria da qualidade de vida na Região; Capacitar o tecido económico e apoiar a sua internacionalização, através da análise conjuntural permanente, avaliação de oportunidades de mercado, promoção dos fatores diferenciadores da economia regional, aposta em fileiras e ações conjuntas de promoção no mercado nacional e internacional – acolhimentos e missões empresariais; Fomentar a mobilidade e intercâmbio de investigadores, empresários, alunos e professores. 		
3. Marca Oeste Portugal	<p>OE. Criar uma imagem de marca da Região Oeste Portugal que divulgue e promova de forma integrada a Região e os seus setores e produtos âncora, com vista à atração de IDE e investimento nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgar e promover de forma integrada a Região e os seus setores e produtos âncora, com vista à atração de IDE e investimento nacional; Capitalizar eventos e produtos já amplamente reconhecidos no exterior para dar a conhecer os diferentes produtos da Região Oeste; Implementar a marca Oeste Portugal no tecido económico da Região; Sensibilizar a comunidade do Oeste para a importância de promoverem e valorizarem os produtos e tradições da Região Oeste Portugal. 	<p>A concretização desta medida foi suportada, em parte e na sua vertente turística, por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 destacando-se os seguintes investimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto “Oeste Portugal PT.COM – Promoção Turística e Comunicação - Promoção do Produto Turístico de Base Intermunicipal - Surf, na Região Centro” (aprovado no âmbito do Portugal 2020; PI 6.3). <p>Destaca-se ainda no âmbito da capacitação territorial e promoção dos ativos existentes o trabalho de Certificação da Estação Náutica do Oeste (certificada pela Fórum Oceano, desde novembro de 2018).</p>	Sim, com adaptação
4. Rede Oeste Empreendedor	<p>OE. Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região</p>		
4.1. + Talento Regional	<ul style="list-style-type: none"> Reter e atrair talento; 	<p>A concretização desta medida/submedidas foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Competitividade e</p>	Sim, com adaptação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma cultura de empreendedorismo que valorize a criatividade das pessoas e empresas da Região Oeste; ▪ Promover a iniciativa privada, o cooperativismo e a criação de emprego. 	<p>Internacionalização (POCI), bem como do PDR 2020 e Mar 2020, destacando-se os investimentos realizados nos seguintes domínios:</p>	
4.2. Programa base empreendedor	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar e coordenar os serviços de apoio orientados para o empreendedor e empresário/investidor para garantir a sua permanência na Região e assegurar uma resposta de qualidade e eficaz às necessidades reais; ▪ Criar uma cultura de empreendedorismo que valoriza a criatividade dos cidadãos e empresas da Região Oeste. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas (PI3.1) – SAAC e outros sistemas de incentivos. No âmbito do SAAC, destaca-se o projeto “Promoção do Espírito Empresarial da Região Oeste”, promovido pela OesteCIM, e “Turismo criativo e sustentável – o futuro do Oeste”, promovido pela ÓBIDOS.COM – Associação Empresarial do concelho de Óbidos 	
4.3. Bolsa Oeste Capital Semente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma cultura de empreendedorismo que valorize a criatividade das pessoas e empresas da Região Oeste; ▪ Promover a iniciativa privada, o cooperativismo e a criação de emprego; ▪ Aumento da visibilidade dos projetos empresariais nascidos nesta região, pelo contacto entre empreendedores e redes de business angels (investidores de capital semente) e pela disseminação das oportunidades de investimento no Oeste, pretendendo facilitar a tarefa de prospeção dos próprios investidores de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (PI3.2) – SAAC e outros sistemas de incentivos ▪ Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI3.3.) – incluindo SAAC, outros sistemas de incentivos e investimentos relacionados com áreas de acolhimento empresarial ▪ Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (PI10.1), através do Programa Aluno ao Centro ▪ Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (PI8.3/ PI8.8/ PI9.6/ PI9.10), geridos pela OesteCIM e pelos GAL rurais e costeiros ▪ Operações integradas nas Medidas 3, 6, 8 e 10 do PDR 2020 ▪ Medidas integradas nas Prioridades 1, 2 4 e 5 do Mar 2020 <p>Destaca-se ainda a existência de um projeto aprovado no âmbito do Programa Valorizar - Linha de Apoio ao Turismo Acessível, do Turismo de Portugal.</p> <p>De modo geral, a medida 4.3. relativa à Bolsa Oeste Capital Semente foi concretizada transversalmente através dos apoios disponibilizados pelos diversos programas.</p> <p>Destaca-se ainda a articulação com a Medida 2. In Oeste (inova + internacionaliza).</p>	
5. Programa + Competências	<p>OE. Fortalecer o ajustamento entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados por parte do tecido económico regional</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, respondendo às necessidades do mercado de trabalho; ▪ Incentivar a aprendizagem ao longo da vida (adaptação às novas tecnologias e à modernização das empresas, competências mais apropriadas ao padrão produtivo); ▪ Reforçar a formação profissional dual ou vocacional que seja facilitadora da entrada no mercado de trabalho, através de uma adequada articulação com o tecido económico e social; ▪ Promover uma cultura de mobilidade e flexibilidade laboral pelo reforço contínuo das competências e pela aprendizagem ao longo da vida. 	<p>A concretização desta medida foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e dos Programas Operacionais Capital Humano (POCH) e Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), destacando-se os investimentos realizados nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade (...) (PI 10.1.) – CEF; Cursos Vocacionais; Redução do abandono escolar – CEF (através do POCH); TEIP, PIEF e Mais Sucesso; CET; Insucesso escolar (através do Centro 2020) ▪ Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de 	Sim, com adaptação

		<p>habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos (PI 10.2) – TESP (através do Centro 2020);</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas (PI 10.03) - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); Sistema de Aprendizagem; Aprendizagem ao longo da vida - Centros Qualifica (através do POCH) ■ Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, (...) (PI 10.4.) - Cursos profissionais (através do POCH); CET (através do Centro 2020). ■ Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (PI 8.5.) (através do Centro 2020 e POCl) ■ Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais (...) (PI 11.2.) <p>Complementarmente aos projetos cofinanciados pelo Portugal 2020, a OesteCIM tem vindo a procurar novas fontes de financiamento.</p> <p>Atualmente encontra-se em implementação o “Projeto Oeste Educa +” que visa aumentar a mobilidade da comunidade escolar e permitir a aquisição de competências transversais e essenciais.</p> <p>A OesteCIM desenvolveu também o “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Região Oeste” (2017).</p>	
6. Oeste Emprego	<p>OE. Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Promover um mercado de trabalho inclusivo, que garanta a igualdade de oportunidades, contrariando obstáculos como o acesso limitado ao ensino, recrutamento inadequado, desigualdade de género, desencontro entre a formação e as necessidades das empresas, desequilíbrio entre a vida familiar e profissional (<i>Framework Agreement on Inclusive Labour Markets</i>, 2010); ■ Reforçar a eficácia, adequação e operacionalização das políticas ativas de emprego, em conjunto com as autarquias e instituições; ■ Promover novos nichos de emprego em setores emergentes. 	<p>A concretização desta medida foi suportada, em parte, pela articulação de apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e POISE destacando-se os investimentos realizados no domínio:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (PI8.3/ PI8.8/ PI9.6/ PI9.10), geridos pela OesteCIM e pelos GAL rurais e costeiros ■ Integração profissional - PEPAL (PI 08.02) ■ Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (PI 08.05) - Formação Modular para Empregados e Desempregados; Vida Ativa para desempregados ■ Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (PI 09.01) – Capacitação para a Inclusão; Formação Modular para DLD; Contratos locais de desenvolvimento social; Vida Ativa para DLD <p>A OesteCIM desenvolveu também o “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Região Oeste” (2017).</p>	Sim
7. Comunidades Sustentáveis – Programa de	<p>OE. Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada 	<p>A concretização desta medida foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e</p>	Sim, com adaptação

regeneração urbana do Oeste	<p>um e na preservação das suas identidades, permitindo o desenvolvimento e crescimento de ambos e não apenas do primeiro (urbano);</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a competitividade territorial em harmonia com a sustentabilidade e o ordenamento do território, de acordo com os instrumentos existentes, nomeadamente o PROT; ▪ Apoiar e implementar programas de regeneração urbana com intervenções públicas e privadas complementares, garantindo que ambas são executadas e apoiadas e que assim se asseguram os adequados padrões e qualidade vida; ▪ Promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano/rural sustentável, através de políticas adequadas de ordenamento do território e urbanismo no sentido de melhorar a eficiência energética da ocupação humana; ▪ Promover a investigação e o teste de novas técnicas de construção sustentável, modelos de gestão de fluxos de pessoas e mercadorias à escala da cidade e do bairro – sistemas de gestão de mobilidade, de consumos, de horários, etc. 	<p>Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (PI6.1); ▪ Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (PI6.2); ▪ Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (PI6.3); ▪ Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI6.5). ▪ Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI9.8). ▪ Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (PI 4.5). <p> Ao nível da localização dos projetos verificou-se um desequilíbrio territorial no âmbito da sua implementação, nomeadamente no que respeita a projetos enquadrados na PI 6.2 (Alcobaça, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Peniche e Torres Vedras desenvolveram operações) e, na PI 6.3 (Alenquer, Cadaval, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras implementaram projetos).</p>	
8. Rede Regional de Apoio à Inclusão Social	<p>OE. Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar e qualificar a rede institucional e de respostas sociais, segundo a lógica de serviços de proximidade; ▪ Adequar a taxa de cobertura de equipamentos para a população jovem e idosa, através da construção de novos equipamentos nas áreas de maior pressão demográfica jovem ou idosa ou da refuncionalização dos existentes em municípios onde se assiste a uma mudança crescente da pirâmide etária. 	<p>A concretização desta medida foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Inclusão Social (POISE), destacando-se os investimentos realizados nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestruturas e equipamentos sociais (PI 9.7.), quer daqueles que se encontravam inscritos no PDCT (construção/ampliação/ reabilitação de equipamentos de saúde) quer de outros para os quais abriu aviso específico; ▪ Rede de Infraestruturas escolares (PI 10.5.); ▪ Integração profissional (PI 08.02) – estágios PEPAL; ▪ Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (PI 08.05) - Formação Modular para Empregados e Desempregados; Vida Ativa para desempregados ▪ Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (PI 09.01) – Capacitação para a Inclusão; Formação Modular para DLD; Contratos locais de desenvolvimento social; Vida Ativa para DLD ▪ Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral 	<p>Sim, com adaptação</p>

		<p>(PI 09.04) - Formação de Profissionais do Setor da Saúde; Rede local de intervenção social (RLIS)</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (PI 09.05) - Parcerias para o Impacto; Programa de Capacitação para o Investimento Social 	
9. Programa E+	<p>OE. Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a mudança de comportamentos da população através da aposta na educação para a gestão dos recursos com vista a, paulatinamente, sensibilizar a comunidade para novos hábitos energéticos e de consumo; Desenvolver novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica, reforçando assim a competitividade das empresas através da colocação no mercado de produtos valorizados pelo consumidor; Responsabilizar e integrar as empresas locais na implementação de projetos sub-regionais de eficiência energética; Promover a produção e distribuição de energia através de fontes de energia renovável e tecnologias não maduras (e.g. desenvolvimento de energias renováveis marinhas) e o desenvolvimento de redes energéticas inteligentes; Apoiar as energias renováveis nos setores doméstico, industrial e serviços, através de programas de apoio financeiro para a instalação/renovação de sistemas de energia renovável (parcerias com instituições financeiras para que se possam impulsionar novos projetos individuais e empresariais e aproveitando o quadro legal “Renováveis na Hora”); Garantir a valorização energética dos sobrantes da exploração florestal; Desenvolver sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta para prevenção de riscos naturais; Garantir a existência, implementação e monitorização de planos de defesa da zona costeira e a valorização do litoral de acordo com os planos de ordenamento existentes; Criar planos para o sequestro de carbono e aferir as oportunidades do mercado de carbono para a Região Oeste. 	<p>A concretização desta medida foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados na seguinte área:</p> <ul style="list-style-type: none"> Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação (PI4.3); Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (PI5.1); Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (PI5.2); Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados- -Membros que vão além desses requisitos (PI6.2); Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (PI6.4). <p>De realçar ainda os projetos apoiados no âmbito (i) da prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, (ii) do restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos, (iii) da melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas, enquadrados na seguinte área do PDR2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais. 	Sim
10. Plano Regional de Mobilidade	<p>OE. Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade, sempre que possível através de redes de transportes públicos – desenvolver plano de mobilidade regional e planos de mobilidade urbanos; Revitalizar o sistema de apoio à mobilidade elétrica e introduzir gradualmente veículos menos poluentes, nomeadamente as frotas das entidades da administração pública regional e local 	<p>A concretização desta medida foi suportada por apoios do Programa Operacional Regional Centro 2020 e do Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), destacando-se os investimentos realizados na seguinte área:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (PI4.5). <p>Ao nível da localização dos projetos verificou-se um desequilíbrio territorial, sendo apenas nos concelhos de Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche e maioritariamente em Torres Vedras que se verifica uma maior dinâmica neste domínio.</p>	Sim

Face à elevada pertinência de todas as medidas integradas na EIDT Oeste Portugal e às suas necessárias adaptações, conforme demonstrado na tabela anterior, apresentam-se, de seguida, os **principais aspetos/desafios** que devem ser tidos em conta no desenvolvimento do quadro estratégico Oeste 2030:

Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

- Integrar o contexto de fortes sinergias com a RLVT, área territorial que aliás assiste à gestão da maioria dos serviços de proximidade/serviços de interesse geral do Oeste (saúde, emprego, ensino, etc.) no planeamento e gestão estratégica do desenvolvimento, nomeadamente no que se refere aos FEEI.
- Continuidade da aposta na promoção do sucesso escolar com um acréscimo de articulação de abordagens das entidades da sub-região e à escala da RLVT.
- Necessária verificação do alinhamento de novas operações a candidatar, ainda no atual quadro e no futuro quadro 2021-2027, com o “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Região Oeste”, concluído em 2017, em simultâneo com a verificação da atualidade dos resultados.
- Verificação do alinhamento/ajustamento entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados e os resultados obtidos por operações aprovadas, medidos pelo contributo para esse alinhamento e não apenas no número de alunos com o percurso académico concluído.
- Adequação do sistema atualmente vigente a modelos de qualificação a distância e de modelos com maior capacidade de adaptação a contextos tendencialmente mais voláteis e que podem obrigar a um reforço de competências polivalentes.
- Reforço das dotações financeiras para a saúde no sentido de se dar continuidade à melhoria e aumento da capacidade de resposta, quer de proximidade como dos serviços centralizados que se encontram no Oeste; e de adaptar os modelos de serviços a novos contextos de saúde pública, com necessidades ainda mais exigentes do ponto de vista sanitário.
- Necessidade de aumento da dotação financeira na qualificação da rede escolar, cujo investimento apoiado está muito aquém das necessidades identificadas nos 12 concelhos do Oeste, permanecendo um número significativo de projetos por concretizar.
- Necessidade de reforçar e criar novos apoios para a valorização da rede social uma vez que permanece um significativo número de residentes integrados em grupos muito vulneráveis e em elevado risco de pobreza, sendo as respostas sociais essenciais. Neste enquadramento incluem-se também as estruturas ligadas à justiça e que, no quadro da descentralização de competências, passarão a ser responsabilidade das autarquias e CIM.
- Urgência de incorporar apoios a infraestruturas culturais, recreativas e desportivas (não profissionais), importantes âncoras de inclusão social que não tiveram apoios no quadro em vigor.
- Reforço da capacidade de intervenção em rede, à escala do Oeste e da RLVT, com o alinhamento dos apoios comunitários e disponibilização de FEEI com as reais necessidades de investimento para a inclusão social, quer do ponto de vista imaterial como material, tendo em conta também o quadro de

descentralização de competências que decorrente da concretização da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto reforça o papel dos municípios e CIM no domínio da educação; saúde, cultura e social.

- Garantia de um calendário de AAC coerente e que seja respeitado, permitindo assim às várias entidades da sub-região que se organizem e articulem intervenções e estratégias de atuação, maximizando o impacto real da implementação dos projetos.
- Aferição e reforço de modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT, mais relevantes quando a concretização deste eixo depende da concertação de esforços de uma rede alargada de parceiros.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Flexibilização dos apoios no sentido de poderem dar resposta aos novos desafios sociais exacerbados pelo contexto de pandemia pelo COVID 19 que determinou uma redefinição do modo de vida em sociedade, nomeadamente no acesso aos serviços de interesse geral.

Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

- Reforço das fortes sinergias socioeconómicas e de IDI com a RLVT que se afirma como território funcional em que a sub-região Oeste se integra, comprovado pela intensidade de fluxos de trabalhadores e estudantes.
- Incremento de sistemas de gestão inteligente de informação que possam apoiar a decisão em matérias essenciais ao desenvolvimento da região. Neste sentido deverá ser continuada a aposta em sistemas tecnológicos que permitam registar dados/comportamentos/necessidades dos utilizadores e informem sobre padrões ou cenários sub-regionais que poderão ser melhor geridos com políticas públicas definidas com base nessa informação. A disponibilização de dados abertos em algumas das dimensões monitorizadas no Oeste é relevante para a modelação de serviços e empresas adaptadas às necessidades reais da sub-região.
- Reforço do apoio na capacitação institucional para as novas tecnologias, quer em termos de serviços e sua modernização, como para a afirmação de novos modelos de trabalho a distância e em rede, sendo para tal essencial avaliar a necessidade de investir no reforço da infraestruturação tecnológica.
- Necessidade de análise do modelo proposto no sentido de permitir que os investimentos em I&D e inovação possam ser cada vez mais transversais a todo o tecido empresarial do Oeste e também às entidades do SCTN e da administração pública. Considera-se neste âmbito que o debate se deve focar (1) por um lado em questões institucionais e organizacionais uma vez que, do ponto de vista da especialização inteligente, se verifica uma clara diferenciação da região e aposta nos eixos identificados na EIDT – Mar, Agroalimentar e Turismo; e (2) na capacidade de inovação e resiliência do tecido

económico para fazer face a um novo modelo económico mundial determinado por contextos como o que atualmente se vive, provocado pela pandemia por COVID 19.

- Importância de aferir os resultados dos apoios disponibilizados para projetos de formação-ação/capacitação de empresas.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados, possam ter períodos de candidatura adequados.
- Flexibilização dos apoios no domínio da investigação, inovação e digitalização, no sentido de poderem dar resposta aos novos desafios sociais exacerbados pelo contexto de pandemia pelo COVID 19.

Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente

- Reforço de sinergias territoriais, urbanas e sociais com a RLVT que se afirma como território funcional em que a sub-região Oeste se integra, comprovado pela intensidade de fluxos de trabalhadores e estudantes.
- Necessidade de incremento dos apoios às empresas do Oeste, nomeadamente nos setores de especialização e complementares, como os relacionados a serviços e comércio, que possam gerar cadeias de valor mais fortes e resilientes.
- Pertinência de reavaliação do modelo proposto, nomeadamente através da possibilidade de flexibilização de modelos de atribuição de apoios subjacentes a objetivos e metas identificados.
- Necessidade de disponibilização de apoios mais consistentes em matéria de revitalização e dinamização urbana, quer em termos de reabilitação como ao nível funcional, sendo essencial uma visão integrada da rede urbana do Oeste e do seu território funcional alargado, a RLVT, o que obriga a apoios e processos integrados de candidatura. Os apoios à reabilitação urbana, às atividades comerciais e às empresas em contexto urbano, à habitação e serviços e à mobilidade, assim como a dinâmicas culturais e eventos deverão fazer parte da mesma agenda, a agenda de dinamização e revitalização territorial e não apenas dos centros urbanos (sedes de concelho) como aconteceu no período 2014-2020, garantindo as necessárias ligações e complementaridades com o meio envolvente onde se encontram muitos dos sistemas produtivos que abastecem os aglomerados. Este modelo, responde aos desafios atuais, consagrados em diversos instrumentos/pactos europeus, com destaque para o [Green Deal](#) e à necessidade de reforçar a coesão territorial para a competitividade.

- Reforço da gestão inteligente de informação gerada pelos vários subsistemas que constituem o sistema territorial (utilização de serviços, transportes, mobilidade, infraestruturas, clima, poluição atmosférica, etc.) no sentido de serem desenhados projetos e políticas adequadas à realidade em constante mutação no Oeste. Importa assim manter e reforçar a aposta na criação de uma *smart region*.
- Aposta em investimentos no setor agroalimentar, economia do mar e turismo, verificados pelos projetos aprovados em diversos programas financiadores, demonstram a pertinência da aposta nestes eixos de especialização estratégicos para a sub-região, sendo, contudo, essencial a intensificação de áreas complementares de aposta como são as tecnologias e a mitigação/adaptação às alterações climáticas, assim como a adaptação ao novo contexto económico, decorrente do impacto da pandemia por COVID 19, que exacerba desafios já existentes.
- A necessidade de reforçar um modelo de gestão de fundos focado nos territórios sub-regionais e nas suas regiões funcionais, no caso do Oeste a RLVT, e em objetivos e resultados/metapas, que não seja tão compartimentado e moldado por regras e requisitos generalistas traçados nos AAC. O compromisso de gestão de fundos públicos deverá cumprir inequivocamente uma política de resultados permitindo que, mediante regras de transparência e alinhamento com a política comunitária, cada território sub-regional possa gerir um volume financeiro adequado às suas necessidades e que poderá não ser nas mesmas PI que um território vizinho. Um modelo flexível e orientado para resultados permite ainda acautelar mudanças de contexto sem que sejam necessárias revisões estruturais de instrumentos de financiamento, garantindo a capacidade de resposta dos territórios.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados possam ter períodos de candidatura adequados. Neste domínio destaque, por exemplo, para o S12E.

Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos

- Importância de uma visão integrada e em rede, no setor dos transportes e mobilidade, (abrangendo a mobilidade de pessoas e mercadorias). Com efeito, o que se tem observado é uma forte compartimentação de apoios, com momentos distintos de candidatura e sem a necessária coordenação com vista aos resultados e metas pretendidos. Efetivamente as metas de diminuição de GEE não serão nunca alcançáveis com intervenções urbanas que, podendo diminuir o número de deslocações casa/escola ou casa/trabalho de alguns dificilmente responderão à maioria que cada vez mais reside

longe do seu local de trabalho, um fenómeno muito evidente no Oeste pela influência da AML. Torna-se assim essencial, tal como referido na síntese do Eixo 3, que para além de uma visão estrutural da mobilidade (mercadorias e pessoas), seja possível testar e promover modelos mais sustentáveis e adequados ao contexto do Oeste, só assim com a possibilidade real de alcance de metas. Destaca-se neste contexto a importância dos transportes públicos, uma competência assumida pela OesteCIM.

- Necessidade de ajustamento de apoios relacionados com eficiência energética.
- Necessidade de reforço do investimento nas redes de água e saneamento, quer a nível infraestrutural como a nível da gestão de uso e de perdas.
- Reforço de investimentos que permitem uma abordagem integrada às matérias do Pacto Ecológico Europeu, nomeadamente em matéria de economia circular, medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente a implementação do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e necessidade de uma intervenção proativa na mitigação dos riscos e diminuição da vulnerabilidade por exemplo em matéria de erosão costeira, proteção da biodiversidade e ecossistemas e sismicidade.
- A necessidade de reforçar um modelo de gestão de fundos focado no território sub-regional e na região funcional a que pertence – RLVT, assim como em objetivos e resultados/metras, que não seja tão compartimentado e moldado por regras e requisitos generalistas traçados nos AAC e que responda aos desafios comunitários, com destaque para os expressos de forma integrada no *Green Deal*. O compromisso de gestão de fundos públicos deverá cumprir inequivocamente uma política de resultados permitindo que, mediante regras de transparência e alinhamento com a política comunitária, cada território sub-regional possa gerir um volume financeiro adequado às suas necessidades e que, poderá não ser nas mesmas PI que um território vizinho. Um modelo flexível e orientado para resultados permite ainda acautelar mudanças de contexto sem que sejam necessárias revisões estruturais de instrumentos de financiamento, garantindo a capacidade de resposta dos territórios.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular o calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados, possam ter períodos de candidatura adequados. Neste domínio destaque, por exemplo, para as ações relacionadas com a mobilidade urbana sustentável de centros urbanos de níveis distintos.

4.2. Quadro estratégico Oeste 2021-2027

Tendo em consideração o exposto nos pontos anteriores, resultado de um processo de revisitação de contexto e análise de desempenho dos instrumentos de financiamento às necessidades do Oeste, e não esquecendo os desafios que se sistematizam no ponto 4.1.2, apresenta-se a abordagem estratégica para a EIDT 2021-2027 Oeste Portugal.

Partindo da estrutura existente, este exercício incorpora a revisitação da visão, eixos e objetivos estratégicos, integrando ainda um conjunto de agendas estruturais que facilitará o modelo de governação e o processo negocial, assim como macroprojectos regionais que, partindo do princípio que se manterão as prioridades de investimento e temáticas do atual quadro comunitário, serão essenciais serem integrados no desenho das propostas nacionais e regionais e consequentemente nos envelopes financeiros e agendas a negociar com a Comissão Europeia.

Ressalva-se ainda que, sendo este exercício enquadrado no contexto de preparação do quadro de negociação para o período 2021-2027, optou-se pela utilização da referência a 2030, ano expectável de avaliação de resultados.

4.2.1. Visão Oeste 2030

A definição da visão para a Região Oeste teve por base um conjunto de **fatores críticos**, alicerçados nas características deste território e nos desafios para o próximo quadro comunitário:

- Proximidade geográfica, face à Área Metropolitana de Lisboa e face ao continente asiático e americano (porta atlântica);
- Experiência de cooperação para a competitividade e desenvolvimento económico, através de uma rede de associações de produtores e empresários que, em conjunto, criam condições para se atingir objetivos regionais ao nível da qualificação, inovação e internacionalização do tecido empresarial;
- Experiência de cooperação para a promoção do espírito empresarial, através de uma rede regional que cria sinergias e condições de eficácia e eficiência no domínio do apoio ao empreendedorismo de base local;
- Crescente aposta na digitalização/competências digitais por parte dos cidadãos, empresas e entidades públicas;
- Capacidade do território para promover a gestão eficiente de recursos através da aposta na bioeconomia e economia circular e na eficiência energética;
- Capacidade do território para promover a adaptação às alterações climáticas e à prevenção de riscos (naturais e tecnológicos) e catástrofes;
- Aposta contínua na valorização do património (natural e cultural) e na requalificação urbana através da reabilitação de edifícios e espaços públicos e da promoção da mobilidade sustentável;

- Investimento na qualificação da rede de serviços de proximidade (saúde, apoio social, ensino), essenciais para a inclusão social e redução de assimetrias e desigualdades.
- Investimento na educação e promoção do sucesso escolar, na formação e na aprendizagem ao longo da vida, contribuindo para a inclusão e coesão social.

Face a este enquadramento, é definida a seguinte visão para a Região Oeste:

OESTE 2030 Em 2030, o Oeste consolidar-se-á como uma região global focada na qualidade de vida da comunidade e na ativação de uma economia com cadeias de valor fortes, alavancadas pela inovação e gestão inteligente do conhecimento.

4.2.2. Agendas Estruturais Oeste 2030

As **Agendas Estruturais** (AE) correspondem aos domínios chave da ação política municipal, intermunicipal e de níveis superiores (regional, nacional e internacional) na sub-região Oeste, identificadas com base na revisão do exercício anterior, em que grande parte já foi de alguma forma trabalhada, e na necessidade de alinhamento com o contexto registado agora, em 2020.

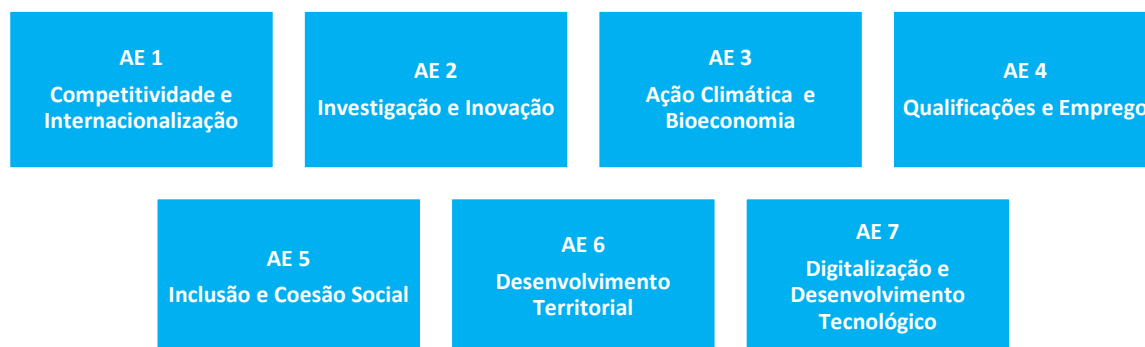


Figura 11. Agendas Estruturais Oeste 2030

AE 1 | Agenda Competitividade e Internacionalização: agenda focada no reforço da competitividade e internacionalização do tecido empresarial da Região Oeste através da promoção do empreendedorismo qualificado e criativo e do apoio à internacionalização, qualificação e inovação das empresas, promovendo o aumento do número de exportações e visibilidade internacional.

AE 2 | Agenda Investigação e Inovação: agenda focada no reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação através da criação de sinergias e transferência de conhecimento entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial da Região Oeste.

AE 3 | Agenda Ação Climática e Bioeconomia: agenda focada na promoção da sustentabilidade dos recursos através de medidas de eficiência energética/neutralidade carbónica em todos os setores (habitacional, indústria, mobilidade e transportes, etc.) e utilização de energias renováveis. Destaca-se ainda a recente aposta da região na bioeconomia e na economia circular. Esta agenda tem ainda como prioridade a promoção de medidas de prevenção e adaptação às alterações climáticas com vista à transição para uma economia de baixo carbono e à redução das emissões de GEE.

AE 4 | Agenda Qualificações e Emprego: agenda focada na promoção do ensino e do sucesso escolar, da formação e aprendizagem ao longo da vida, com impacto ao nível da empregabilidade e disponibilidade de recursos humanos qualificados e com as bases de conhecimento necessárias para o desenvolvimento da Região Oeste.

AE 5 | Agenda Inclusão e Coesão Social: agenda focada no reforço da inclusão ativa através da promoção da igualdade de oportunidades e de iniciativas de inovação e experimentação social que facilitem a integração de grupos mais vulneráveis e contribuam para uma maior coesão social na Região Oeste.

AE 6 | Agenda Desenvolvimento Territorial: agenda focada na melhoria da atratividade do território através da regeneração, requalificação e reabilitação urbana, tanto do edificado como do espaço público assim como através da preservação, conservação e valorização do património cultural e natural da Região Oeste.

AE 7 | Agenda Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico: agenda focada no desenvolvimento tecnológico e inclusão digital através da adoção de tecnologias digitais e da melhoria das competências digitais por parte dos cidadãos, empresas e entidades públicas na Região Oeste.

4.2.3. Eixos Estratégicos Oeste 2030

A visão e as agendas estruturais Oeste 2030 determinam um conjunto de cinco eixos estratégicos (EE), alinhados com a realidade atual e com os desafios da Região Oeste Portugal:



Figura 12. Eixos Estratégicos Oeste 2030

Eixo Estratégico 1 | Uma Região Oeste mais competitiva e especializada, aberta à inovação, investigação e tecnologia

De acordo com o quadro de referência atual, apesar de se terem registado iniciativas de I&D nas áreas de especialização inteligente da região, a intensidade de investimento em I&D difere muito nos doze concelhos do Oeste, em grande medida pelo facto de as instituições do Sistema Científico e Tecnológico estarem localizadas essencialmente em três concelhos, o que determina a afetação da operação a essas unidades territoriais, podendo não fazer transparecer o carácter regional ou mesmo suprarregional do projeto de investigação em causa e o seu potencial impacto num território mais alargado.

Deste modo, o presente eixo estratégico pretende contribuir para a melhoria das capacidades de investigação e inovação permitindo o desenvolvimento e modernização da estrutura produtiva da Região Oeste, particularmente nas suas áreas de especialização inteligente: economia do mar, agroalimentar e turismo. Neste sentido, a cooperação e a criação de sinergias entre o Sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial da região torna-se essencial para a concretização deste propósito.

Simultaneamente, torna-se prioritária a aposta contínua na digitalização, através do reforço e melhoria das competências digitais por parte dos cidadãos, empresas e entidades públicas da Região Oeste.

Face a este contexto, são estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **OE1.** Reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através do reforço da inovação e incorporação tecnológica, com especial prioridade para as áreas de especialização inteligente da Região Oeste.
- **OE2.** Promover a qualificação/formação avançada e a mobilidade de RH qualificados nos domínios de especialização inteligente da Região Oeste, nomeadamente com o reforço das ligações entre universidades/instituições de investigação (SCT)/empresas.
- **OE3.** Fomentar um ecossistema empresarial competitivo e atrativo, com apoios à medida das necessidades das empresas e que reforcem as suas capacidades de produção, gestão e comercialização nos contextos nacional e internacional.
- **OE4.** Promover a utilização das novas tecnologias e a desmaterialização de processos e serviços, no setor público e nas empresas, e apostar na consolidação de competências digitais por parte de todos os *stakeholders* do Oeste.

Eixo Estratégico 2 | Uma Região Oeste mais resiliente e hipocarbónica, capaz de gerir de forma eficiente os seus recursos

Apesar dos investimentos efetuados ao nível da eficiência energética nas infraestruturas públicas, da mobilidade sustentável, da otimização e gestão eficiente de infraestruturas e da adaptação às alterações climáticas, gestão de riscos e proteção da biodiversidade e ecossistemas, torna-se prioritária a continuidade do trabalho desenvolvido no âmbito da descarbonização e da gestão eficiente dos recursos.

Tendo em vista enfrentar os desafios climáticos e ambientais foi estabelecido o Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*²⁰), uma iniciativa da Comissão Europeia que tem como objetivo transformar a União Europeia numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos. O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente.

A Figura 13 ilustra os diversos elementos do Pacto Ecológico Europeu que concorrem para uma mudança transformadora e potencialmente mais benéfica para a economia, a sociedade e o ambiente natural da União Europeia.

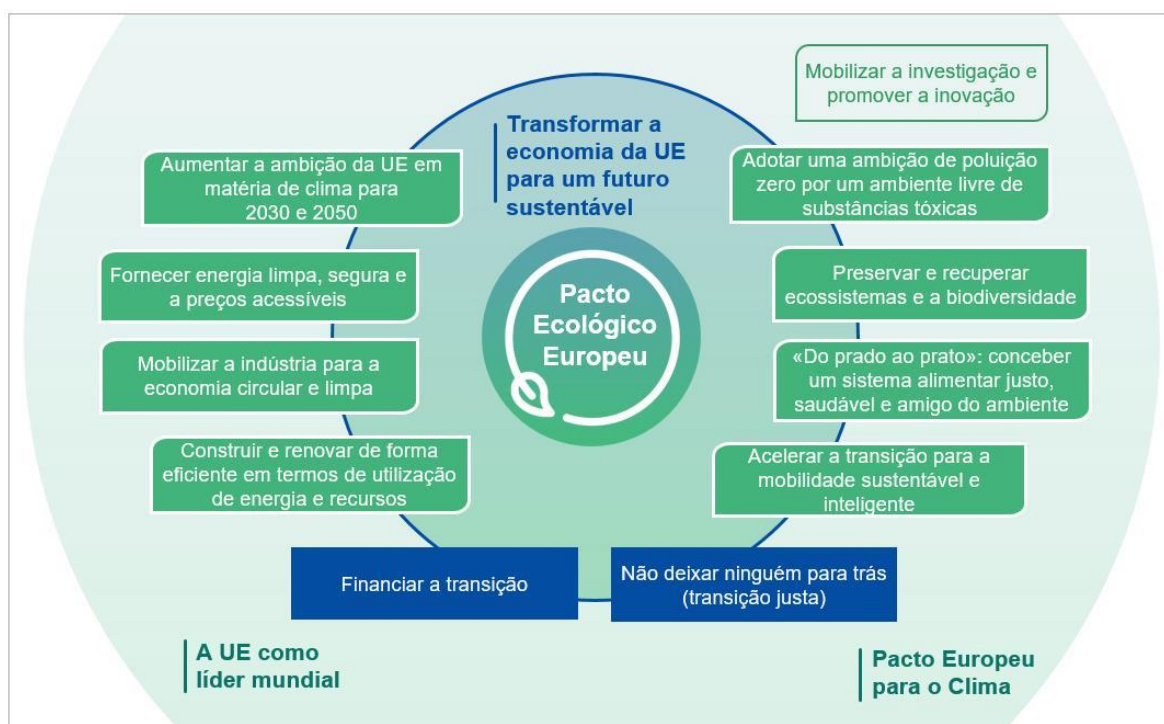


Figura 13. Pacto Ecológico Europeu

Fonte: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52019DC0640&from=EN>

Deste modo, alinhado com o Pacto Ecológico Europeu, o presente eixo estratégico visa a consolidação de uma economia sustentável, eficiente e competitiva com base na implementação de políticas verdes de baixa emissão de carbono e utilização racional dos recursos, com impacto nas seguintes áreas de atuação: (i) adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos; (ii) eficiência energética e energias renováveis; (iii) mobilidade inteligente e sustentável; (iv) gestão e valorização de recursos e ecossistemas; (v) transição para a bioeconomia e economia circular.

Face a este contexto, são estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

²⁰ https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en

- **OE5.** Implementar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, minimizando vulnerabilidades e reforçando a capacidade de resposta através de abordagens ecossistémicas.
- **OE6.** Melhorar o desempenho energético da região através de políticas ativas de apoio à eficiência em todos os setores económicos, na habitação e nos serviços e espaços públicos.
- **OE7.** Incentivar a modernização da recolha, tratamento e valorização dos resíduos, permitindo o alargamento do seu ciclo de vida e a redução do desperdício.
- **OE8.** Apoiar a inovação industrial/ empresarial, de forma a desenvolver novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica.
- **OE9.** Dar continuidade aos investimentos de melhoria/modernização de infraestruturas básicas (em particular, redes de abastecimento de água e saneamento), de forma a garantir a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Eixo Estratégico 3 | Uma Região Oeste mais conectada, com um modelo de mobilidade sustentável e uma gestão inteligente de serviços e dados

Complementarmente ao eixo estratégico anterior, a diminuição da intensidade energética e carbónica passa, em grande medida, pela reprodução de novos modelos de mobilidade sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal e pela transformação digital. Deste modo, o presente eixo estratégico compreende a adoção de um modelo de mobilidade público, universal e tendencialmente gratuito, com vista a uma maior conexão à AML. Paralelamente, pretende-se o desenvolvimento de um modelo de mobilidade urbana multimodal sustentável e a aposta na digitalização tendo em vista a adoção de sistemas de transportes mais inteligentes, mais limpos, intermodais e mais seguros e de soluções inovadoras para cidades inteligentes, melhorando a utilização das infraestruturas e a qualidade dos serviços.

Face a este contexto, são estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **OE10.** Concretizar um sistema de mobilidade e transportes públicos multimodal e sustentável, adaptado às dinâmicas intra e inter-regionais, com especial destaque para a articulação à AML.
- **OE11.** Reforçar apoios e investimento na redução de externalidades negativas do setor dos transportes na Região Oeste.
- **OE12.** Implementar sistemas inteligentes de monitorização de dinâmicas regionais que permitam a melhor gestão e utilização de serviços e infraestruturas regionais – *smart region*.

Eixo Estratégico 4 | Uma Região Oeste mais inclusiva e socialmente coesa

Apesar dos investimentos realizados em vários domínios relacionados com a inclusão e coesão social, verifica-se a necessidade da existência de um trabalho de continuidade nas seguintes áreas de atuação:

- Educação e aprendizagem ao longo da vida: reconhece-se a necessidade de continuidade da promoção do sucesso escolar nos vários níveis de ensino assim como da qualificação da rede escolar. Simultaneamente, também a aposta na formação e aprendizagem ao longo da vida é essencial para o necessário ajustamento entre a oferta e a procura de recursos humanos qualificados, através do alinhamento com o “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Região Oeste”.
- Mercado de trabalho e empregabilidade: reconhece-se a necessidade de serem implementadas políticas locais que promovam uma cultura de mobilidade laboral e um mercado de trabalho inclusivo e adaptado às necessidades do tecido empresarial da região. Paralelamente, importa garantir a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho assim como uma melhor conciliação entre a vida profissional e familiar.
- Intervenção social: reconhece-se a necessidade de continuidade do reforço e criação de novos apoios para a valorização da rede social uma vez que permanece um significativo número de residentes integrados em grupos muito vulneráveis e em elevado risco de pobreza. Deste modo, pretende-se promover a inclusão ativa através do reforço do acesso equitativo a serviços de qualidade e da modernização dos sistemas de proteção social e de saúde. Destaque ainda para o progressivo aumento do número de idosos na região, o que requer a adoção de medidas e políticas que promovam o envelhecimento ativo e saudável.
- Habitação: reconhece-se a necessidade de intervenção neste domínio através da identificação das necessidades habitacionais existentes e da promoção das respetivas soluções, de modo a garantir o acesso universal da população ao mercado habitacional.

Face a este contexto, são estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **OE13.** Promover o ensino de qualidade e o sucesso escolar, investindo na rede escolar e em práticas criativas e inclusivas de ensino.
- **OE14.** Apoiar um sistema de qualificações e formação adaptado às necessidades da população e das instituições do Oeste, melhorando competências e a capacidade de resposta aos desafios sociais e económicos.
- **OE15.** Garantir uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada através da articulação e do reforço de redes e parcerias locais capazes de combater e erradicar a pobreza e a exclusão na Região Oeste.
- **OE16.** Incentivar um mercado de trabalho flexível e qualificado e promover medidas ativas de emprego e de integração social.
- **OE17.** Garantir o acesso universal da população ao mercado habitacional, através de uma abordagem integrada da política de habitação na Região Oeste.

Eixo Estratégico 5 | Uma Região Oeste mais atrativa e próxima dos cidadãos, com um modelo territorial sustentável e integrado

De acordo com o quadro de referência atual, foi efetuado um conjunto de investimentos públicos ao nível da reabilitação urbana e da conservação e valorização do património natural e cultural presente no território. Contudo, tendo em vista a melhoria da atratividade e proximidade aos cidadãos e a concretização de um modelo territorial sustentável e integrado, verificou-se a carência de apoios mais consistentes nestes domínios, sendo essencial, nomeadamente, a aposta continuada nos ativos distintivos do Oeste que passam por serviços de qualidade, modelos territoriais equilibrados e uma harmonia entre espaços urbanos e naturais que garantem o bem-estar e a qualidade de vida e a capacidade de resposta e atratividade da região a qualquer grupo etário da população (“Região sem Idade”).

Deste modo, o presente eixo estratégico contempla a promoção de uma rede de serviços de interesse geral capaz de dar resposta aos desafios urbanos das zonas funcionais, assim como os apoios ao nível da regeneração, requalificação e reabilitação urbana, tanto do edificado como do espaço público e ao nível da preservação, conservação e valorização do património cultural e natural da Região Oeste.

Face a este contexto, são estabelecidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **OE18.** Reforçar a capacidade de resposta do sistema de saúde com respostas de proximidade capazes de garantir a segurança sanitária e prever futuras crises sanitárias.
- **OE19.** Responder aos desafios urbanos das zonas funcionais e promover uma rede de serviços de interesse geral (educação, apoio social, cultura, proteção civil, lazer, etc.) que garantam a vitalidade do modelo territorial do Oeste e a qualidade de vida.
- **OE20.** Promover a coesão e a gestão sustentável do território através de uma abordagem integrada da rede urbana regional que valorize complementaridades urbano-rurais, apostando na regeneração urbana e revitalização do tecido urbano consolidado.
- **OE21.** Favorecer a atratividade sustentável/qualidade de vida da população através da valorização dos recursos da região que contribuam para o reforço da especialização económica (economia do mar, agroindústria, turismo) e da diferenciação regional (“região sem idade”).

Tabela 9. Correlação entre Agendas Estruturais Oeste 2030 e Eixos Estratégicos

	EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
AE 1 Agenda Competitividade e Internacionalização					
AE 2 Agenda Investigação e Inovação					
AE 3 Agenda Ação Climática e Bioeconomia					
AE 4 Agenda Qualificações e Emprego					
AE 5 Agenda Inclusão e Coesão Social					
AE 6 Agenda Desenvolvimento Territorial					
AE 7 Agenda Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico					

4.3. Projetos regionais estruturantes

A concretização da Estratégia Oeste Portugal para o período 2021-2027 envolve a implementação de 11 projetos regionais estruturantes, nos quais se incluem ações específicas que respondem diretamente à implementação das agendas estruturais e dos eixos e objetivos estratégicos identificados.

01. Incentivos à qualificação, inovação e internacionalização do tecido empresarial
02. Rede de I&D e Inovação do Oeste
03. Ecossistema de apoio ao desenvolvimento e crescimento empresarial do Oeste - Rede Oeste Empreendedor
04. Oeste <i>Smart Region</i> - Infraestruturação e gestão inteligente de dados
05. Oeste <i>Green Deal</i> - Pacto Ecológico do Oeste
06. Educação e formação ao longo da vida
07. Coesão, inclusão e inovação social
08. Oeste + Saúde - reforço da capacidade de resposta multicontexto
09. Rede de serviços de interesse geral e suporte à qualidade de vida
10. Regeneração e revitalização da rede urbana
11. Marca Oeste Portugal - turismo, cultura e qualidade de vida

Figura 14. Projetos regionais estruturantes Oeste 2030

Os projetos regionais estruturantes são detalhados de seguida, tendo por base fichas síntese que integram as seguintes informações:

- **Agendas estruturais:** alinhamento do projeto com as agendas estruturais Oeste 2030 (assinalando com tonalidade mais intensa a que possui um alinhamento mais forte).
- **Eixos estratégicos:** alinhamento do projeto com os eixos estratégicos Oeste 2030.
- **Objetivos:** identificação dos objetivos estratégicos para os quais o projeto contribui diretamente.
- **Descrição:** breve síntese do projeto e das ações propostas que visam a concretização dos objetivos estratégicos e a implementação dos eixos e agendas estruturais Oeste 2030.
- **Potenciais promotores e copromotores:** identificação de entidades que se verifica terem perfil para implementar as ações propostas, nomeadamente através da apresentação de candidaturas nas quais integrarão a tipologia de beneficiários elegíveis.
- **Prioridades de investimento e prioridades FEADER e FEAMP:** elencagem de prioridades de investimento passíveis de mobilização por parte dos potenciais promotores e copromotores com vista ao financiamento das ações propostas no âmbito de cada projeto, tendo por base o esquema atualmente existente de PI do Portugal 2020, de acordo com as Orientações²¹.

²¹ “7. Ter como referência as diversas fontes de financiamento existentes, considerando, assim, o cenário de manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto de no processo de orçamentação das políticas públicas se recorrer a fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas e privadas) (...)”. Orientações para a estruturação das Estratégias Sub-regionais Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

01.

Incentivos à qualificação, inovação e internacionalização do tecido empresarial

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através do reforço da inovação e incorporação tecnológica, com especial prioridade para as áreas de especialização inteligente da Região Oeste.
- Promover a qualificação/formação avançada e a mobilidade de RH qualificados nos domínios de especialização inteligente da Região Oeste, nomeadamente com o reforço das ligações entre universidades/instituições de investigação (SCT)/empresas.
- Fomentar um ecossistema empresarial competitivo e atrativo, com apoios à medida das necessidades das empresas e que reforcem as suas capacidades de produção, gestão e comercialização nos contextos nacional e internacional.

DESCRIÇÃO

O presente Projeto integra diversas ações que visam dar continuidade e reforçar os estímulos existentes à competitividade do tecido empresarial da Região Oeste através de apoios à qualificação, inovação e internacionalização, particularmente nas três áreas de especialização inteligente da Região Oeste: **Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo** assim como em áreas complementares ligadas ao fortalecimento das respetivas cadeias de valor. Neste âmbito, destaca-se a devida articulação do perfil de competitividade da Região Oeste no contexto das abordagens de nível NUTS II respeitantes às Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3). No contexto da RIS3 da Região Centro verifica-se o devido alinhamento com três dos nove domínios diferenciadores temáticos da região, nomeadamente os domínios referentes à “**agroindústria**”, “**mar**” e “**turismo**”. No contexto da RIS3 da Região de Lisboa verifica-se o devido alinhamento com os domínios prioritários de especialização inteligente referentes ao “turismo e hospitalidade” e “prospecção e valorização de recursos marinhos”.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- **Apoio à qualificação das empresas** com vista ao reforço da capacitação empresarial (recursos humanos e processos produtivos/produtos) para o desenvolvimento de bens e serviços, melhorando os níveis de produtividade e a capacidade de criação de valor (por via do sistema de incentivos às empresas ou do sistema de apoio a ações coletivas, incluindo o desenvolvimento de **protocolos de**

colaboração com as instituições de ensino superior e o tecido empresarial regional no domínio da qualificação dos recursos humanos e incorporação de novos conhecimentos).

- **Apoio à resiliência das empresas** em contextos extraordinários de recessão económica e social (exemplo: contextos de emergência e/ou de ameaças à saúde e segurança pública) com reforço de apoios à manutenção de postos de trabalho e gestão de crise. [Exemplo: Linha de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Oeste + Empresas) suportada por um Gabinete de Apoio Especializado, visa a disponibilização de respostas adequadas e em tempo útil aos empresários da Região Oeste de modo a assegurar a continuidade de negócio e ajudar na sua recuperação].
- **Apoio à modernização de produtos e processos**, nomeadamente através do incremento da digitalização e modernização tecnológica (por via do sistema de incentivos às empresas ou por via do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego gerido pelos GAL e CIM).
- **Apoio à inovação das empresas**, nomeadamente ao nível da produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual (por via do sistema de incentivos às empresas – inovação produtiva), integrando a possibilidade de diversificação produtiva para adaptação a novos contextos de emergência e saúde pública.
- **Apoio a novas cadeias de distribuição de proximidade**, incrementando o consumo nacional de bens/produtos nacionais e assim minimizando o impacto de restrições ao comércio e transações internacionais.
- **Apoio à internacionalização das empresas** com vista ao reforço da respetiva capacidade competitiva e progressão na cadeia de valor e aumento da sua visibilidade internacional (por via do sistema de incentivos às empresas ou do sistema de apoio a ações coletivas).
- **Participação das empresas em projetos europeus** com o intuito de inovar e potenciar as cadeias de valor referentes às áreas de especialização inteligente ou áreas complementares.
- **Aposta na mobilidade de recursos humanos qualificados** entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Empresas
- Associações Empresariais
- Organizações de Produtores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (nomeadamente o IPL, através da ESTM e ESAD)
- Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Grupos de Ação Local (Rurais: GAL Alto Oeste; GAL Baixo Oeste; Costeiros: GAL Pesca Oeste; GAL ecoMAR)

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **1.2.** A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de

tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER).

- **3.2.** O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (FEDER).
- **3.3.** A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (FEDER).
- **8.3.** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE).
- **8.5.** Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE).
- **8.8.** Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas (FEDER).
- **9.6.** Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE).
- **9.10.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER).
- **2.** Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e promover tecnologias agrícolas inovadoras e gestão sustentável das florestas, nomeadamente procurando melhorar o desempenho económico de todas as explorações e facilitar a reestruturação e modernização das explorações agrícolas, nomeadamente tendo em vista aumentar a participação e orientação no mercado e diversificação agrícola e facilitando a entrada de agricultores adequadamente qualificados no setor agrícola, e em especial da renovação geracional neste setor (FEADER).
- **3.** Promover a organização de cadeias alimentares, incluindo a transformação e comercialização dos produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura, procurando a melhoria da competitividade dos produtores primários mediante uma melhor integração na cadeia alimentar através de sistemas de qualidade, acrescentando valor aos produtos agrícolas e promovendo mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, agrupamentos e organizações de produtores e organizações interprofissionais e promovendo a apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas (FEADER).
- **1.** Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (FEAMP).
- **2.** Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (FEAMP).

- **Programas Europeus:** Horizonte 2020/Europa; COSME; Programas de Cooperação Territorial (INTERREG); EASI (eixo EURES, PROGRESS e Microfinanciamento e empreendedorismo social) | **Outros Programas:** Linhas do Turismo de Portugal; Instrumentos Financeiros.

02.

Rede de I&D e Inovação do Oeste

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através do reforço da inovação e incorporação tecnológica, com especial prioridade para as áreas de especialização inteligente da Região Oeste.
- Promover a qualificação/formação avançada e a mobilidade de RH qualificados nos domínios de especialização inteligente da Região Oeste, nomeadamente com o reforço das ligações entre universidades/instituições de investigação (SCT)/empresas.
- Fomentar um ecossistema empresarial competitivo e atrativo, com apoios à medida das necessidades das empresas e que reforcem as suas capacidades de produção, gestão e comercialização nos contextos nacional e internacional.

DESCRIÇÃO

Este Projeto visa o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, particularmente em domínios que contribuam para o fortalecimento das três áreas de especialização inteligente da Região Oeste: **Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo**. Neste âmbito, destaca-se a devida articulação do perfil de competitividade da Região Oeste no contexto das abordagens de nível NUTS II respeitantes às Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3). No contexto da RIS3 da Região Centro verifica-se o devido alinhamento com três dos nove domínios diferenciadores temáticos da região, nomeadamente os domínios referentes à “agroindústria”, “mar” e “turismo”. No contexto da RIS3 da Região de Lisboa verifica-se o devido alinhamento com os domínios prioritários de especialização inteligente referentes ao “turismo e hospitalidade” e “prospecção e valorização de recursos marinhos”.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- **Criação de rede de plataformas/ polos de investigação e transferência de conhecimento** focadas nas áreas de especialização inteligente da Região Oeste: Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo, tendo em vista o reforço de investimento em I&D através das sinergias criadas entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico nacional e internacional e as empresas – transformar o Oeste num laboratório vivo colaborativo (Living CoLab) nestas áreas de especialização. Ligação ao P04, nomeadamente a constituição do Centro de Inteligência Territorial do Oeste.

- **Consolidação de rede de infraestruturas físicas** de apoio à dinamização da rede de plataformas/ polos de investigação e transferência de conhecimento.
- **Desenvolvimento de projetos de I&D estratégicos** para a Região Oeste por parte das empresas e/ou em conjunto com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico.
- **Desenvolvimento de projetos de transferência de conhecimento** entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as empresas da Região Oeste.
- **Criação de sinergias entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial da região** para o ajustamento das qualificações e competências dos recursos humanos e promoção de formação especializada de acordo com as necessidades das empresas.
- **Participação das empresas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico em projetos europeus** com o intuito de integrar redes de investigação e desenvolvimento em domínios de interesse para o Oeste e que permitam um posicionamento de vanguarda.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Empresas
- Associações Empresariais
- Organizações de Produtores
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (IPL- Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche; Escola Superior Artes e Design das Caldas da Rainha)

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **1.1.** O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu (FEDER).
- **1.2.** A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER).
- **1.** Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, nomeadamente através do incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimento nas zonas rurais e do reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação (FEADER).
- **Programas Europeus:** Horizonte 2020/Europa; COSME; Erasmus+; Programas de Cooperação Territorial (INTERREG). | **Outros Programas:** Apoios da FCT; instrumentos Financeiros.

03.

Ecosistema de apoio ao desenvolvimento e crescimento empresarial do Oeste - Rede Oeste Empreendedor

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através do reforço da inovação e incorporação tecnológica, com especial prioridade para as áreas de especialização inteligente da Região Oeste.
- Promover a qualificação/formação avançada e a mobilidade de RH qualificados nos domínios de especialização inteligente da Região Oeste, nomeadamente com o reforço das ligações entre universidades/instituições de investigação (SCT)/empresas.
- Fomentar um ecossistema empresarial competitivo e atrativo, com apoios à medida das necessidades das empresas e que reforcem as suas capacidades de produção, gestão e comercialização nos contextos nacional e internacional.

DESCRIÇÃO

Este Projeto possui uma lógica de continuidade da “Rede Oeste Empreendedor” com o objetivo de consolidar e reforçar um ecossistema de suporte à diversificação e reforço do tecido económico do Oeste, através do surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado. Este novo ciclo de desenvolvimento deverá alicerçar-se no apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo, em setores inovadores e com potencial de crescimento na Região Oeste, destacando-se ainda a aposta na criação de novas empresas focadas em temas emergentes relacionados com a sustentabilidade ambiental (bioeconomia, economia circular, segurança energética).

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- **Consolidação e dinamização da rede “Espaços Empresa”** de apoio aos empresários na criação e gestão do seu negócio, numa lógica de atendimento personalizado através de três canais: presencial (de proximidade), eletrónico e telefónico.
- **Consolidação e qualificação da rede de espaços de acolhimento empresarial do Oeste** através de:
 - Criação ou expansão de infraestruturas de localização empresarial de modo a capacitar e melhorar as condições de instalação de empresas;

- Consolidação e qualificação de rede de espaços de apoio ao empreendedorismo através da criação ou modernização de incubadoras ou outras estruturas de acolhimento de novos negócios de modo a facilitar a instalação dos empreendedores;
- Capacitação das equipas técnicas de apoio ao investimento, de nível local e sub-regional, para permanente atualização de competências neste domínio.
- **Desenvolvimento e implementação de “Programa de captação de investimento produtivo empresarial e promoção do potencial económico do Oeste”** em cumprimento das competências descentralizadas ([Decreto-Lei n.º 102/2018](#)). Neste contexto, e no âmbito do novo quadro de competências descentralizadas, este programa deverá incluir:
 - Diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades da Região Oeste (em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional);
 - Programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a realizar para a prossecução da estratégia;
 - Definição, implementação e monitorização de programas de captação de investimento produtivo empresarial da Região Oeste;
 - Realização e participação em eventos e gestão de portais de informação tendo em vista dinamizar e promover o potencial económico da Região Oeste a nível nacional e internacional;
 - Apresentação de candidaturas a programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;
 - Gestão e implementação de projetos financiados com fundos europeus;
 - Articulação com outras entidades (AICEP, TP, IAPMEI) para: (a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional; (b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior; (c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial.
- **Desenvolvimento e implementação do “Programa de Promoção do Espírito Empresarial”** tendo como objetivo o apoio à criação de novas ideias e empresas. Este programa deverá incluir:
 - Dinamização de programa de empreendedorismo em contexto escolar (ensino básico, secundário e superior) com vista ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora;
 - Dinamização de iniciativas de deteção, de estímulo e de apoio ao empreendedorismo;
 - Capacitação de iniciativas empresariais e apoio à concretização de novas empresas;
 - Dinamização de iniciativas de *mentoring* e *coaching* para apoio ao desenvolvimento de ideias inovadoras;
 - Atribuição do prémio “Oeste Competitivo e Inovador” com vista ao reconhecimento e estímulo a empresas e instituições com desempenhos de destaque;

- **Implementação de um modelo de economia colaborativa/crowdfunding Oeste** para promover o capital de risco para o apoio à realização de novos projetos empresariais de mérito, permitindo aumentar as hipóteses de financiamento de novos projetos empresariais. Consiste na agregação de um pequeno montante que será aplicado em negócios emergentes com mérito. Esse fundo é apenas investido se e quando complementado com investimento privado.
- **Implementação do “Projeto Oeste +Mercado”,** com a integração de ações B2B (“*Business to business*”) e B2C (*Business to Consumer*).
- **Candidatura da Região Oeste ao Prémio “Região Empreendedora Europeia”** (*European Entrepreneurial Region*), uma iniciativa do Comité das Regiões em parceria com a Comissão Europeia, que identifica e premeia as regiões pela sua estratégia de apoio ao empreendedorismo.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Grupos de Ação Local (Rurais: GAL Alto Oeste; GAL Baixo Oeste; Costeiros: GAL Pesca Oeste; GAL ecoMAR)
- Associações Empresariais

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **3.1.** A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas (FEDER).
- **3.3.** A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (FEDER).
- **8.3.** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE).
- **8.8.** Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas (FEDER).
- **9.5.** Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (FSE).
- **9.6.** Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE).
- **9.10.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER).
- **6.** Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais pela facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos (FEADER).
- **Programas Europeus:** Programas de Cooperação Territorial (INTERREG); COSME; Erasmus+; EASI (eixo EURES, PROGRESS e Microfinanciamento e empreendedorismo social) | **Outros Programas:** Instrumentos financeiros, Capital de Risco.

04.

Oeste *Smart Region* - Infraestruturação e gestão inteligente de dados

AGENDAS ESTRUTURAIIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Promover a utilização das novas tecnologias e a desmaterialização de processos e serviços, no setor público e nas empresas, e apostar na consolidação de competências digitais por parte de todos os *stakeholders* do Oeste.
- Implementar sistemas inteligentes de monitorização de dinâmicas regionais que permitam a melhor gestão e utilização de serviços e infraestruturas regionais – *smart region*.

DESCRIÇÃO

Este Projeto pretende dar resposta aos principais desafios da digitalização na Região Oeste através da utilização da tecnologia e da gestão inteligente de dados, contribuindo para uma região mais inovadora, dinâmica, sustentável e também inclusiva.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- **Constituição do Centro de Inteligência Territorial do Oeste** – estrutura estratégica de agregação e gestão de dados de monitorização e cenarização sub-regional que permita apoiar a criação, consolidação e verificação de políticas públicas.
- **Reforço da infraestruturação tecnológica do território**, com a garantia de qualidade de serviço em todos os concelhos; qualidade essa indexada à capacidade de suportar a utilização doméstica, empresarial e da administração pública (recolha e gestão de dados).
- **Apoios à incorporação tecnológica em todos os setores de atividade** (empresas, administração e instituições setoriais, como autarquias, ensino, saúde, proteção civil, apoio social, cultura, etc.):
 - Apoiar a disponibilização de serviços digitais aos cidadãos: administração pública em linha, contratação pública eletrónica, inclusão digital, serviços de saúde em linha, aprendizagem eletrónica, cibercompetências, comércio eletrónico.
 - Apoiar a transformação digital e a desmaterialização na Administração Pública, através do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA).
 - Apoiar a integração das tecnologias digitais nas empresas e nos processos de produção (correlação com P01 e P02).

- **Implementação de sistemas inteligentes de recolha, análise e gestão de dados**, nomeadamente na área da mobilidade e gestão de fluxos (de intervenção estratégica e prioritária) e utilização de serviços (relevância reforçada pelo contexto de pandemia por COVID 19, atualmente vigente, e que torna essencial a garantia da segurança e saúde pública na utilização dos serviços de ensino, saúde, apoio social, entre outros, e de espaços públicos, quer para os cidadãos como para os turistas/visitantes).
- **Capacitação de recursos humanos e instituições** para a digitalização como ferramenta para uma melhor gestão de serviços e para o reforço da competitividade e coesão sub-regional, através da aquisição e desenvolvimento de competências digitais orientadas para os objetivos de uma *smart region*.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Administração Central – serviços desconcentrados, etc.
- Empresas

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **2.3.** O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha (FEDER).
- **11.1.** Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (FSE).
- **Programas Europeus:** *Urban Innovative Actions*; Horizonte 2020/Europa.

05.

Oeste *Green Deal* - Pacto Ecológico do Oeste

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Implementar medidas transeitoriais de prevenção e adaptação às alterações climáticas, minimizando vulnerabilidades e reforçando a capacidade de resposta através de abordagens ecossistémicas.
- Melhorar o desempenho energético da região através de políticas ativas de apoio à eficiência em todos os setores económicos, na habitação e nos serviços e espaços públicos.
- Incentivar a modernização da recolha, tratamento e valorização dos resíduos, permitindo o alargamento do seu ciclo de vida e a redução do desperdício.
- Apoiar a inovação industrial/ empresarial, de forma a desenvolver novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica.
- Dar continuidade aos investimentos de melhoria/modernização de infraestruturas básicas (em particular, redes de abastecimento de água e saneamento), de forma a garantir a gestão eficiente dos recursos hídricos.
- Concretizar um sistema de mobilidade e transportes públicos multimodal e sustentável, adaptado às dinâmicas intra e inter-regionais, com especial destaque para a articulação à AML.
- Reforçar apoios e investimento na redução de externalidades negativas do setor dos transportes na Região Oeste.

DESCRIÇÃO

Alinhado com o Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*) da Comissão Europeia, agenda estrutural da política europeia, este projeto visa promover um perfil regional sustentável, através de medidas nos vários domínios do pacto ecológico, nomeadamente os seguintes: (i) resiliência e adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos; (ii) eficiência energética e energias renováveis; (iii) mobilidade inteligente e sustentável; (iv) gestão e valorização de recursos e ecossistemas; (v) transição para a bioeconomia e economia circular.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações, identificadas por domínio de atuação:

1. Resiliência e adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos

Este domínio encontra-se relacionado com os objetivos “aumentar a ambição da UE em matéria de clima para 2030 e 2050” e “«do prado ao prato»: conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” do Pacto Ecológico Europeu.

- **Implementação das medidas do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste** (Oeste PIAAC), enquanto instrumento fundamental para a comunidade regional, nomeadamente os cidadãos e os seus atores estratégicos – públicos e privados – para o processo de adaptação às alterações climáticas.
- **Implementação de medidas de resiliência urbana em todo o território**, permitindo fazer face a situações de emergência e/ou catástrofe e aos impactos das alterações climáticas.
- **Apoios específicos ao reforço da resiliência de pessoas e instituições**, através de ações de sensibilização e de capacitação da comunidade e de apoios financeiros à adaptação física de espaços e infraestruturas para melhoria de resposta (ex. sismicidade, ondas de calor e vagas de frio, desertificação dos solos, etc.).
- **Reforço e qualificação das redes de prevenção e resposta**, nomeadamente dos recursos humanos, infraestruturas e meios de emergência.
- **Redução e controlo da vulnerabilidade do litoral e proteção da população face a riscos**, nomeadamente os de erosão costeira, através de intervenções de proteção e conservação da linha de costa, antecipando riscos e cenários potenciados pelas alterações climáticas (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).

2. Eficiência energética e energias renováveis

Este domínio encontra-se relacionado com os objetivos “fornecer energia limpa, segura e a preços acessíveis” e “construir e renovar de forma eficiente em termos de utilização de energia e recursos” do Pacto Ecológico Europeu.

- **Reforço do investimento em energias renováveis no Oeste** (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030), quer relativa a fontes já amplamente trabalhadas como em fontes energéticas em que se começam a desenhar intervenções como é o caso do Hidrogénio.
- **Reforço de sistema de apoios adaptados à especificidade da sub-região para melhoria da eficiência energética e diminuição de emissões de GEE**, para os setores de (i) transportes (passageiros e mercadorias); (ii) setor agrícola; (iii) indústria; (iv) doméstico; (v) turismo; (vi) administração e serviços públicos – edifícios e iluminação pública (vii) outras instituições (IPSS, serviços de apoio social e local, etc.) (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030):
 - Apoios à promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis na indústria, nas infraestruturas públicas da Administração Central e da Administração Local e na habitação.
 - Apoios à promoção da eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, sistemas semaforicos e sistemas de iluminação decorativa.
- **Desenvolvimento de um modelo integrador/projeto de gestão das redes de distribuição de energia em Baixa Tensão** na Região Oeste, através da instalação de sistemas de distribuição inteligente.

3. Mobilidade inteligente e sustentável

Este domínio encontra-se relacionado com o objetivo “acelerar a transição para a mobilidade sustentável e inteligente” do Pacto Ecológico Europeu.

- **Desenvolvimento de um modelo de mobilidade pública, universal e tendencialmente gratuito**, com a constituição de uma estrutura de gestão adequada e o reforço e modernização da rede (incluindo a gestão de áreas de estacionamento) e sistema de transportes coletivos públicos (infraestrutura de suporte e material circulante) intermunicipal e entre o Oeste e a AML (quotidiana e turística), ou, de âmbito mais alargado, no contexto da RLVT.
- **Reforço de apoios à eficiência energética nos transportes públicos coletivos**, contribuindo para a necessária transição para meios de transporte sustentáveis e acessíveis, como o transporte público hipocarbónico (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).
- **Reforço de apoios a material circulante movido a energias limpas** (empresas de todos os setores, administração pública e serviços) e **reforço de rede de abastecimento de veículos elétricos** (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).
- **Reforço das infraestruturas de mobilidade sustentável de proximidade** (municipal) – pedonal e ciclável (quotidiana e turística).
- **Revisão e implementação das ações do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável**, com vista à redução das externalidades negativas dos transportes, nomeadamente o congestionamento e as emissões (poluentes, gases com efeito de estufa, ruído).
- **Desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão inteligente da mobilidade (*smart mobility*)**, através da aposta na digitalização e em soluções inovadoras (disponibilização de uma plataforma *user friendly* para o utilizador), permitindo a minimização de emissões e a melhoria da utilização das infraestruturas e qualidade dos serviços. Pretende-se que este sistema tenha como incidência de gestão: a nível interno, a Região Oeste, e entre a Região Oeste e a AML (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).
- **Reforço e qualificação da rede ferroviária e rodoviária para melhoria da intermodalidade e resposta eficiente à gestão de fluxos de passageiros e mercadorias:**
 - **Programa de sinalização e implementação do ERTMS/ETCS + GSM-R**, com vista a assegurar a interoperabilidade ferroviária com a rede Espanhola e Europeia e com o material circulante dos operadores, incrementando a capacidade e as funcionalidades essenciais para a exploração ferroviária, com incidência na linha do Oeste (conforme Programa Nacional de Investimentos 2030).
 - **Programa de eletrificação e reforço da rede ferroviária nacional**, onde se inclui a Eletrificação e instalação de sistemas de sinalização e telecomunicações no troço Caldas da Rainha-Lourical da linha do Oeste (conforme Programa Nacional de Investimentos 2030).
 - **Programa de alargamentos/aumentos de capacidade** com vista à construção de alargamentos de plataforma, aumento do número de vias ou outras intervenções tendentes ao aumento da capacidade instalada na Rede Rodoviária Nacional, onde se inclui a intervenção no

IC2/EN1 de aumento da capacidade em Alenquer (conforme Programa Nacional de Investimentos 2030), a construção do IC11 e a criação de uma ligação adequada entre o nó da autoestrada (A8) e a sede de concelho de Sobral de Monte Agraço.

- **Criação ou melhoria de ligações entre as áreas empresariais e a rede rodoviária principal**, incluindo a intervenção da variante à EN248 em Arruda dos Vinhos e a ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras (conforme Programa Nacional de Investimentos 2030).

4. Gestão e valorização de recursos e ecossistemas

Este domínio encontra-se relacionado com os objetivos “preservar e recuperar ecossistemas e a biodiversidade”, “adotar uma ambição de poluição zero por um ambiente livre de substâncias tóxicas” e “«do prado ao prato»: conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” do Pacto Ecológico Europeu.

- **Proteção e valorização de sistema ecológico regional**, nomeadamente as áreas protegidas (RNAP), rede hidrológica, litoral, etc.; desenvolvimento de ações de educação ambiental e de sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade junto da comunidade (geral e escolar) e classificação do “*aspiring* Geoparque Oeste” como Geopark pela Unesco.
- **Gestão eficiente do ciclo urbano da água**, através da conclusão e modernização de redes de infraestruturação básica (água e saneamento de águas residuais), tendo em vista o controlo e a redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água e a redução da poluição urbana nas massas de água (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).
- **Criação de sistemas de apoio e incentivos à eficiência hídrica** na agricultura, indústria, habitação e serviços com vista à gestão eficiente dos recursos hídricos da região (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).

5. Transição para a bioeconomia e economia circular

Este domínio encontra-se relacionado com os objetivos “mobilizar a indústria para a economia circular e limpa” e “«do prado ao prato»: conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente” do Pacto Ecológico Europeu.

- **Incentivos à transição para um modelo económico/industrial sustentável (bioeconomia) e focado na coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados (economia circular)**, com vista à redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia:
 - Apoio a atividades de I&D e inovação na área da biotecnologia para criar ou melhorar processos industriais com base em fontes biológicas renováveis.
 - Apoio a iniciativas de inovação industrial e empresarial, de modo a aplicar novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica, minimizando a utilização de recursos não renováveis (correlação P02) (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).

- **Modernização da recolha, tratamento e valorização dos resíduos**, contribuindo para o alargamento do seu ciclo de vida e a redução do desperdício (alinhamento com medida do Programa Nacional de Investimentos 2030).
- **Implementação do projeto “Oeste + Recicla” e desenvolvimento de ações de educação ambiental e de sensibilização** para a adoção de boas práticas de gestão de resíduos junto da comunidade (geral e escolar), permitindo uma maior separação de resíduos e um aumento das taxas de reciclagem.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Administração Pública Central
- Setor Empresarial do Estado reclassificado, por via da Infraestruturas de Portugal
- Operadores Privados
- Empresas e Associações
- Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico (nomeadamente IPL - ESTM e ESAD)

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **1.2.** A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral (FEDER).
- **4.1.** A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis (FC).
- **4.2.** A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas (FEDER).
- **4.3.** A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação (FC/FEDER).
- **4.4.** O desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão (FC).
- **4.5.** A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação (FC/FEDER).
- **5.1.** A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas (FC).

- **5.2.** A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FC).
- **6.1.** Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (FC).
- **6.2.** Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos (FC).
- **6.4.** A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes (FC).
- **7.4.** O desenvolvimento e a reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e a promoção de medidas de redução do ruído.
- **4.** Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas relacionados com a agricultura e a silvicultura, nomeadamente a restauração, preservação e incremento da biodiversidade, incluindo nas zonas Natura 2000, zonas que enfrentam restrições naturais ou outras específicas, e zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias e melhoria da gestão da água e do solo (FEADER).
- **5.** Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal, melhoria da eficiência na utilização da energia pela agricultura e indústria alimentar, facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia e a promoção da conservação e sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura (FEADER).
- **1.** Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (FEAMP).
- **2.** Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento (FEAMP).
- **Programas Europeus:** Horizonte 2020/Europa, Life+, Programas de Cooperação Territorial (INTERREG)
| **Outros Programas:** EEAGrants; Fundo Ambiental; Instrumentos Financeiros (exemplo: Fundo de Eficiência Energética (nacional); Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (BEI >25 M €).

06.

Educação e formação ao longo da vida

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Promover o ensino de qualidade e o sucesso escolar, investindo na rede escolar e em práticas criativas e inclusivas de ensino.
- Apoiar um sistema de qualificações e formação adaptado às necessidades da população e das instituições do Oeste, melhorando competências e a capacidade de resposta aos desafios sociais e económicos.

DESCRIÇÃO

Este projeto visa promover a educação e a formação e aprendizagem ao longo da vida, com impacto ao nível da empregabilidade e disponibilidade de recursos humanos qualificados, capazes de dar resposta aos desafios de desenvolvimento regional e às necessidades do tecido económico da Região Oeste.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- **Implementação de medidas de promoção da igualdade de acesso ao ensino e de sucesso escolar**, através de um modelo de intervenção inovador e de maior proximidade com os alunos com vista à redução do insucesso escolar e ao desenvolvimento de competências centradas na criatividade, qualidade, inovação e empreendedorismo, baseado num trabalho conjunto entre a Comunidade Intermunicipal, os Municípios e os Agrupamentos de Escolas.
- **Aposta na digitalização do ensino**, através do reforço de material informático e redes, com vista a uma melhor resposta e adaptação a situações de ensino a distância.
- **Reforço de apoios ao ensino e formação orientados para um mercado de trabalho qualificado e inclusivo**, através do alinhamento entre as necessidades de recursos humanos qualificados por parte do tecido económico e instituições públicas e privadas da região e a disponibilidade de modelos e áreas de qualificação de recursos humanos (de diferentes níveis e para diferentes públicos).
- **Reforço de apoios ao reconhecimento de competências e à formação ao longo da vida**, através da oferta de programas de formação adequados às necessidades de desenvolvimento da Região Oeste, nomeadamente do seu tecido económico e das instituições públicas e privadas.
- **Promoção de intercâmbios, partilha de boas práticas e participação em redes nacionais e internacionais**, destinados aos profissionais e alunos/formandos da Região Oeste.

- **Consolidação e reforço da Academia do Oeste** - plataforma de gestão de conteúdos que permite (1) assegurar a harmonização das políticas de formação e desenvolvimento de competências entre todos os municípios da Região, de modo a capacitar os recursos humanos e (2) dinamizar a partilha de conhecimento, indispensável para que todos juntos saibamos mais sobre como enfrentar o futuro.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Escolas e Escolas Profissionais
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Instituições de Ensino Superior
- Turismo de Portugal

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **10.1.** Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE).
- **10.2.** Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para grupos desfavorecidos (FSE).
- **10.3.** Melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas (FSE).
- **10.4.** Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem (FSE).
- **1.** Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais, através do incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal (FEADER).
- **Programas Europeus:** Erasmus+, Programas de Cooperação Territorial (INTERREG).

07.

Coesão, inclusão e inovação social

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Garantir uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada através da articulação e do reforço de redes e parcerias locais capazes de combater e erradicar a pobreza e a exclusão na Região Oeste.
- Incentivar um mercado de trabalho flexível e qualificado e promover medidas ativas de emprego e de integração social.
- Garantir o acesso universal da população ao mercado habitacional, através de uma abordagem integrada da política de habitação na Região Oeste.

DESCRIÇÃO

Este projeto regional estruturante é constituído por um conjunto de medidas de inclusão ativa através da promoção da igualdade de oportunidades e de iniciativas de inovação e experimentação social que facilitem a integração de grupos mais vulneráveis e contribuam para uma maior coesão social na Região Oeste.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

Transversais

- **Implementação de medidas da Rede de Inovação Social do Oeste**, permitindo dar resposta a um conjunto de necessidades e desafios sociais da região, nomeadamente ao nível da demografia (migração e envelhecimento da população), questões ambientais (água, alterações climáticas e energia), novas tendências na comunidade (sociedade digital), pobreza e exclusão social (incluindo pobreza infantil), saúde e bem-estar e bens e serviços éticos.
- **Reforço e incentivo a parcerias locais para a criação e/ou consolidação de respostas sociais de proximidade e a iniciativas de inovação e empreendedorismo social**, capazes de atuar precocemente e debelar situações de exclusão a vários níveis, nomeadamente:
 - Pobreza, quando se verifica a incapacidade de suprir necessidades básicas como a alimentação, saúde e habitação, com maior foco no combate à pobreza infantil.
 - Isolamento, permitindo uma maior integração e inclusão social de grupos em situação de isolamento.
 - Saúde, permitindo um maior acesso a serviços de saúde e a cuidados de proximidade.

- Violência, através de medidas de combate e prevenção neste domínio.
- Desigualdade, permitindo uma maior igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, destacando-se a continuidade do projeto “Oeste + Igual”.
- **Reforço de iniciativas de apoio direto às famílias** em contextos extraordinários de recessão económica e social (exemplo: contextos de emergência e/ou de ameaças à saúde e segurança pública) - Linha de Apoio às Famílias (Oeste + Famílias): destinada a famílias em situação de dificuldade, esta linha pretende disponibilizar informação prática ao nível de moratórias, segurança social, direitos do consumidor, entre outras matérias, apoiando e encaminhando as famílias na resolução dos seus problemas.

Específicas / temáticas

- **Apoios ao acesso à habitação para grupos desfavorecidos e para a população em geral**, através da intervenção pública no mercado habitacional, nomeadamente ao nível do arrendamento. Destaque para a especial relevância deste tipo de intervenção em territórios de elevada pressão urbanística e procura habitacional, sem respostas adequadas.
- **Reforço de redes de oferta de serviços e programas para o envelhecimento ativo e saudável**, permitindo a integração social e o combate ao isolamento e exclusão dos mais idosos e a utilização da tecnologia para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar.
- **Reforço dos apoios à adaptação de espaços urbanos, equipamentos e serviços para a população com necessidades especiais**, permitindo a igualdade no acesso aos mesmos.
- Reforço de apoios a iniciativas de **mediação sociocultural** e promoção da multiculturalidade e inclusão ativa.
- **Criação de redes de apoio ao emprego e inserção profissional de proximidade**, com ligações diretas entre a oferta e a procura local e capazes de garantir o acompanhamento e monitorização sustentada de resultados e a igualdade de acesso ao mercado de trabalho. Esta iniciativa poderá ter uma abrangência à escala da RLVT, área de fortes sinergias em termos de mercado de trabalho.
- **Implementação de medidas ativas de apoio a diferentes modelos laborais**, mais inclusivos e promotores da igualdade de género e também capazes de dar resposta a contextos extraordinários de emergência e ameaças à saúde e segurança pública (teletrabalho), com uma aposta crescente na qualidade de vida e conciliação da vida profissional e familiar.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Grupos de Ação Local (Rurais: GAL Alto Oeste; GAL Baixo Oeste; Costeiros: GAL Pesca Oeste; GAL ecoMAR)
- Administração Central
- Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades sociais
- Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Instituto da Segurança Social

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO / PRIORIDADES FEADER E FEAMP /OUTROS

- **6.5.** A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (FEDER).
- **8.1.** Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores (FSE).
- **8.2.** Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem (FSE).
- **8.3.** Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE).
- **8.8.** Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas (FEDER).
- **8.4.** Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual (FSE).
- **8.5.** Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE).
- **8.7.** Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes (FSE).
- **9.1.** Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE).
- **9.3.** Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (FSE).
- **9.4.** Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE).
- **9.5.** Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego (FSE).
- **9.6.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FSE).
- **9.10.** Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (FEDER).
- **9.8.** A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (FEDER).

- **6.** Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais pela facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento de pequenas empresas e da criação de empregos (FEADER).
- **4.** Aumentar o emprego e a coesão territorial (FEAMP).
- **Programas Europeus:** Europe for Citizens; Erasmus+, Programas de Cooperação Territorial (INTERREG); EASI (eixo EURES, PROGRESS e Microfinanciamento e empreendedorismo social) | **Outros programas:** EEAGrants; Instrumentos Financeiros (exemplo: Fundo de Inovação Social do Portugal Inovação Social); Apoios/Programas do IHRU, com destaque para o Programa 1.º Direito à Habitação; Programa Equipamentos.

08.

OESTE + Saúde – Reforço da capacidade de resposta multicontexto

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Reforçar a capacidade de resposta do sistema de saúde com respostas de proximidade capazes de garantir a segurança sanitária e prevenir futuras crises sanitárias.

DESCRIÇÃO

De acordo com as orientações do novo programa focado na saúde - [EU4Health](#), o presente projeto tem como principal propósito contribuir para o reforço da segurança sanitária na Região Oeste e para a melhoria dos resultados a longo prazo em matéria de saúde, envolvendo para tal a concretização das seguintes ações:

- Criação do novo Centro Hospitalar do Oeste**, enquanto principal infraestrutura na prestação de cuidados de saúde à população da Região Oeste, garantindo um serviço de elevada qualidade e constituindo-se uma referência na prestação de uma resposta mais eficiente e adequada a um novo contexto global de prevenção de riscos e de saúde pública, incluindo a otimização da capacidade instalada para a rede de cuidados continuados ou valências complementares consideradas prioritárias.
- Reforço do apoio à qualificação e modernização da rede de serviços de saúde existente**, através da reabilitação e modernização dos equipamentos de saúde, que integram cuidados básicos, especializados e de longa duração, assim como modelos adaptados a contextos de menor densidade populacional, como serviços móveis, integrados, a distância, etc., ao nível da saúde física e mental.
- Apoio à adaptação e integração de soluções tecnológicas no setor da saúde**, nomeadamente através do incremento da digitalização e modernização tecnológica (serviços de saúde em linha) (complementaridade com o P04) e modelos de gestão e utilização da rede de equipamentos.
- Apoio à investigação e à inovação no domínio da saúde**, nomeadamente através de apoios diretos ao SCTN e às empresas para produção de novos bens e serviços que visem a resposta a desafios neste domínio e a adaptação a novos contextos de emergência e saúde pública (complementaridade com o P01).

- Integração em redes nacionais e internacionais neste âmbito, contribuindo para reforçar a segurança sanitária e para a melhoria e eficácia de resposta a futuras crises sanitárias (complementaridade com o P02).

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Administração Central
- Entidades privadas

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO E PRIORIDADES FEADER E FEAMP

- **2.3.** O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha (FEDER).
- **5.2.** A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FC).
- **9.4.** Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE)
- **9.7.** Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (FEDER).
- **11.1.** Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (FSE).
- **Programas Europeus:** Horizonte 2020/Europa; Programa Saúde | **Outros Programas:** Apoios da FCT; Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (BEI >25 M €).

09.

Redes de serviços de interesse geral e suporte à qualidade de vida

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Responder aos desafios urbanos das zonas funcionais e promover uma rede de serviços de interesse geral (educação, apoio social, cultura, proteção civil, lazer, etc.) que garantam a vitalidade do modelo territorial do Oeste e a qualidade de vida.

DESCRIÇÃO

Este projeto regional estruturante visa a consolidação e qualificação das redes de serviços de proximidade, também denominados de serviços de interesse geral (saúde, educação, apoio social, cultura, proteção civil, lazer, etc.) que correspondem a elementos fundamentais da promoção da coesão económica, social e territorial e do desenvolvimento sustentável.

De acordo com a [Comissão Europeia](#), existem três categorias de serviços de interesse geral: económicos, não económicos e sociais:

“Os serviços de interesse económico geral, que são serviços de base prestados em troca de pagamento, tais como os serviços postais. Estes serviços estão sujeitos às regras de concorrência e do mercado interno europeu. No entanto, poderá haver derrogações a estas regras, caso tal seja necessário para proteger o acesso dos cidadãos a serviços básicos.

Os serviços não económicos, tais como a polícia, a justiça e os regimes de segurança social obrigatórios, que não são sujeitos a legislação europeia específica ou às regras do mercado interno e da concorrência.

Os serviços sociais de interesse geral são aqueles que respondem às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis e assentam nos princípios da solidariedade e da igualdade de acesso. Podem ser de natureza económica ou não económica. Estes incluem, por exemplo, os regimes de segurança social, os serviços de emprego e a habitação social”.

O presente projeto tem como principal propósito garantir que a população da Região Oeste tem acesso a serviços de interesse geral de elevada qualidade e a preços acessíveis, envolvendo para tal a concretização das seguintes ações:

- **Reforço do apoio à qualificação e modernização de redes de resposta de proximidade/serviços de interesse geral**, através da intervenção infraestrutural e da qualificação e capacitação dos recursos humanos/profissionais dos vários serviços, nomeadamente:
 - Rede escolar: reabilitação e modernização dos equipamentos escolares de todos os níveis de ensino e de formação.
 - Apoio social à primeira e terceira idade e à família: reabilitação e modernização da rede pré-escolar e extensão de atividades extra letivas; reabilitação e modernização da rede de equipamentos sociais de apoio à terceira idade e apoio e animação social para a população sénior.
 - Cultura e lazer: apoio à disponibilização de serviços culturais de proximidade – infraestruturas e agendas – bibliotecas, museus, espaços de exposições, centros de interpretação, etc.
 - Proteção civil e segurança: reabilitação e modernização das infraestruturas de proteção civil e de segurança e reforço ao nível de equipamentos.
- **Adaptação, programação e reforço de modelo organizacionais em rede, tendo em consideração a RLVT.**
- **Apoio à adaptação e integração de soluções tecnológicas nos espaços e serviços de interesse geral**, para uma resposta mais eficiente e adequada a um novo contexto global prevenção de riscos e de saúde pública (restrições de utilização, por exemplo decorrentes de cenários como o atual provocado pela COVID 19).
- **Apoio à valorização de espaços e amenidades de suporte à qualidade de vida de residentes e não residentes, nomeadamente com a valorização do termalismo e integração das estâncias termais da região Oeste no Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos das Termas do Centro, cofinanciado pelo FEDER através do PO Regional do Centro.**

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Administração Central
- Entidades públicas
- Entidades privadas

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO E PRIORIDADES FEADER E FEAMP

- **2.3.** O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha (FEDER).
- **5.2.** A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (FC).
- **6.3.** A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER).

- **6.5.** A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (FEDER).
- **9.4.** Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE)
- **9.7.** Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária (FEDER).
- **10.5.** Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas (FEDER).
- **11.1.** Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem (FSE).
- **11.2.** Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (FSE).
- **Outros Programas:** Instrumentos Financeiros (Exemplo: Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – IFRRU (nacional); Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (BEI >25 M €.); Programa equipamentos.

10.

Regeneração e revitalização da rede urbana

AGENDAS ESTRUTURAIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Promover a coesão e a gestão sustentável do território através de uma abordagem integrada da rede urbana regional que valorize complementaridades urbano-rurais, apostando na regeneração urbana e revitalização do tecido urbano consolidado.
- Favorecer a atratividade sustentável através da valorização dos recursos da região que contribuam para o reforço da especialização económica (economia do mar, agroindústria, turismo) e da diferenciação regional.

DESCRIÇÃO

Este projeto regional estruturante pretende contribuir para a melhoria da atratividade do território através da regeneração, requalificação e reabilitação urbana, tanto do edificado como do espaço público, assim como através da preservação, conservação e valorização do património cultural e natural da Região Oeste. Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

Reabilitação e revitalização urbana

- **Reforço do apoio à reabilitação e regeneração urbana de aglomerados de diferentes níveis – domínios público e privado:**
 - Intervenções de reabilitação integral de edifícios (habitação, equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados).
 - Intervenções de reabilitação de espaço público e de recuperação e expansão de infraestruturas verdes.
 - Intervenções de reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão.
 - Intervenções de gestão, animação e valorização dos aglomerados urbanos, de promoção da atividade económica e de mobilização das comunidades locais.
 - Soluções inovadoras/tecnológicas no âmbito da melhoria da qualidade do ar e da redução de ruído nos espaços urbanos.
 - Intervenções de regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas através da reabilitação integral de edifícios de habitação social, de espaço público e da reabilitação ou reconversão de equipamentos de utilização coletiva de âmbito social.

- **Apoios à modernização e revitalização do comércio e serviços de proximidade**, permitindo a garantia da multifuncionalidade urbana e de respostas de proximidade à população.
- **Reforço da capacidade de intervenção pública na proteção e preservação de elementos patrimoniais** (materiais e imateriais) como âncoras de valorização das comunidades locais e do segmento turístico.
- **Criação** de apoios para a dinamização cultural do território e acesso de todos os cidadãos à cultura como meio de valorização e desenvolvimento individual e coletivo- Apoios a espetáculos em espaços/equipamentos públicos, processos colaborativos de animação urbana, entre outros modelos de atividades de animação e dinamização do território e das comunidades.

O presente projeto estruturante regional possui fortes complementaridades com outros projetos, com especial destaque para o P05 onde se integram as questões da mobilidade inteligente e sustentável, o P04 na dimensão *smart* da gestão do território e o P09 relativo aos serviços de interesse geral, peça chave da rede urbana do Oeste.

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Administração central, nomeadamente DGPC
- Grupos de Ação Local (Rurais: GAL Alto Oeste; GAL Baixo Oeste; Costeiros: GAL Pesca Oeste; GAL ecoMAR)
- Entidades públicas e privadas do setor cultural e criativo
- Empresas

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO E PRIORIDADES FEADER E FEAMP

- **6.3.** A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER).
- **6.5.** A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (FEDER).
- **9.8.** A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (FEDER).
- **Programas Europeus:** Urbact; Programas de Cooperação Territorial, Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos; Creative Europe | Outros Programas: Instrumentos Financeiros (exemplo: IFRRU), apoios do IAPMEI.

11.

Marca Oeste Portugal – turismo, cultura e qualidade de vida

AGENDAS ESTRUTURAIIS

Competitividade e Internacionalização	Investigação e Inovação	Ação Climática e Bioeconomia	Qualificações e Emprego	Inclusão e Coesão Social	Desenvolvimento Territorial	Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
---------------------------------------	-------------------------	------------------------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------	---

EIXOS ESTRATÉGICOS

EE1	EE2	EE3	EE4	EE5
-----	-----	-----	-----	-----

OBJETIVOS

- Reforçar a competitividade da economia e melhorar as cadeias de valor através do reforço da inovação e incorporação tecnológica, com especial prioridade para as áreas de especialização inteligente da Região Oeste.
- Favorecer a atratividade sustentável através da valorização dos recursos da região que contribuam para o reforço da especialização económica (economia do mar, agroindústria, turismo) e da diferenciação regional.

DESCRIÇÃO

Este projeto regional estruturante pretende a consolidação de uma imagem de marca da Região Oeste Portugal que divulgue e promova de forma integrada a região e os seus setores e produtos âncora, com impacto ao nível do turismo, da cultura e da qualidade de vida.

Este projeto envolve a concretização das seguintes ações:

- Criação de uma **estrutura de gestão para a Marca Oeste**.
- **Implementação de ações de marketing regional e de comunicação da marca “Oeste Portugal”**, com vista à promoção e divulgação integrada da região e dos seus setores e produtos âncora: aposta no marketing digital, na participação em feiras nacionais e internacionais e na realização de *Fam Trips* e *Press Trips*.
- **Consolidação da marca “Oeste Portugal” no tecido económico da região**, com o devido alinhamento com as áreas de especialização inteligente, com vista à captação de novos mercados:
 - Segmento turístico: através da qualificação e diversificação da oferta, do reforço de produtos turísticos especializados/produtos turísticos integrados e calendário de eventos âncora;
 - Segmento produtivo: através do apoio, promoção e suporte à internacionalização da região nos domínios da economia do mar e agroalimentar;
- **Reforço da participação em projetos e redes nacionais e internacionais** nas áreas de especialização inteligente da Região Oeste.

- **Integração no projeto “Região de Leiria – Capital Europeia da Cultura 2027/Rede Cultura 2027”**, projeto pioneiro ao nível das comunidades intermunicipais, que pretende fomentar a criação de uma rede de cidades e vilas que vão cooperar no domínio das artes, da cultura e do conhecimento.
- **Desenvolvimento de processo de candidatura do “*aspiring* Geoparque Oeste” à classificação da UNESCO.**

POTENCIAIS PROMOTORES E COPROMOTORES

- Municípios e Comunidade Intermunicipal do Oeste
- Grupos de Ação Local (Rurais: GAL Alto Oeste; GAL Baixo Oeste; Costeiros: GAL Pesca Oeste; GAL ecoMAR)
- Associações empresariais
- Organizações de Produtores
- AGEO – Associação Geoparque Oeste
- Turismo do Centro

PRIORIDADES DE INVESTIMENTO E PRIORIDADES FEADER E FEAMP

- **3.2.** O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização (FEDER).
- **6.3.** A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER).
- **Programas Europeus:** Creative Europe

4.3.1. Matriz de correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e as Agendas Estruturais Oeste 2030

Tabela 10. Correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e as Agendas Estruturais Oeste 2030

Projetos Regionais Estruturantes	AE1. Agenda Competitividade e Internacionalização	AE2. Agenda Investigação e Inovação	AE3. Agenda Ação Climática e Bioeconomia	AE4. Agenda Qualificações e Emprego	AE5. Agenda Inclusão e Coesão Social	AE6. Agenda Desenvolvimento Territorial	AE7. Agenda Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico
01. Incentivos à qualificação, inovação e internacionalização do tecido empresarial							
02. Rede de I&D e Inovação do Oeste							
03. Ecosistema de apoio ao desenvolvimento e crescimento empresarial do Oeste - Rede Oeste Empreendedor							
04. Oeste <i>Smart Region</i> - Infraestruturação e gestão inteligente de dados							
05. Oeste <i>Green Deal</i> - Pacto Ecológico do Oeste							
06. Educação e formação ao longo da vida							
07. Coesão, inclusão e inovação social							
08. Oeste +Saúde – Reforço da capacidade de resposta multicontexto							
09. Redes de serviços de interesse geral e suporte à qualidade de vida							
10. Regeneração e revitalização da rede urbana							
11. Marca Oeste Portugal – turismo, cultura e qualidade de vida							

4.3.2. Matriz de correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e os Eixos Estratégicos Oeste 2030

Tabela 11. Correlação entre os Projetos Regionais Estruturantes e os Eixos Estratégicos Oeste 2030

Projetos Regionais Estruturantes	Eixo Estratégico 1. Uma Região Oeste mais competitiva e especializada, aberta à inovação, investigação e tecnologia	Eixo Estratégico 2. Uma Região Oeste mais resiliente e hipocarbónica, capaz de gerir de forma eficiente os seus recursos	Eixo Estratégico 3. Uma Região Oeste mais conectada, com um modelo de mobilidade sustentável e uma gestão inteligente de serviços e dados	Eixo Estratégico 4. Uma Região Oeste mais inclusiva e socialmente coesa	Eixo Estratégico 5. Uma Região Oeste mais atrativa e próxima dos cidadãos, com um modelo territorial sustentável e coeso
01. Incentivos à qualificação, inovação e internacionalização do tecido empresarial					
02. Rede de I&D e Inovação do Oeste					
03. Ecossistema de apoio ao desenvolvimento e crescimento empresarial do Oeste - Rede Oeste Empreendedor					
04. Oeste <i>Smart Region</i> - Infraestruturação e gestão inteligente de dados					
05. <i>Oeste Green Deal</i> - Pacto Ecológico do Oeste					
06. Educação e formação ao longo da vida					
07. Coesão, inclusão e inovação social					
08. Oeste +Saúde – Reforço da capacidade de resposta multicontexto					
09. Redes de serviços de interesse geral e suporte à qualidade de vida					
10. Regeneração e revitalização da rede urbana					
11. Marca Oeste Portugal – turismo, cultura e qualidade de vida					

4.4. Sistema de indicadores

Apesar de não estar contemplada a referência ao sistema de indicadores nas orientações para a estruturação das estratégias sub-regionais, a OesteCIM considera relevante a sua incorporação neste documento. Deste modo, à semelhança do exercício realizado para o período 2014-2020, a Tabela 12 apresenta o sistema de indicadores organizado pelas agendas estruturais Oeste 2030. As metas serão definidas numa fase posterior, com base nos compromissos assumidos a nível regional e nacional.

Tabela 12. Sistema de indicadores Oeste 2030

Agenda Estrutural Oeste 2030	Indicadores	Valor de referência atual	Fonte
AE1. Agenda Competitividade e Internacionalização	1. Intensidade exportadora	21,48% (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
	2. Proporção de exportações de bens de alta tecnologia	0,53% (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
	3. Grau de abertura ao comércio internacional	49% (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
	4. Taxa de sobrevivência das empresas	57,75% (2018)	INE, Demografia das empresas
	5. Taxa de natalidade das empresas	14,13% (2018)	INE, Demografia das empresas
AE2. Agenda Investigação e Inovação	6. Pedidos de patentes europeias, de acordo com a classificação internacional de patentes (IPC)	1,25 (2012)	EUROSTAT
	7. Despesa em I&D no PIB	1,16% (2017)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
AE3. Agenda Ação Climática e Bioeconomia	8. Produção bruta de energia elétrica	1.096.414.795 kWh (2013)	INE/DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural
	9. Produção bruta de energia elétrica por tipo de produção de eletricidade	Eólica: 70,7% Térmica: 29,3% Fotovoltaica: 0,03% (2013)	INE/DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural
	10. Consumo de energia elétrica por habitante	4.182,3 kWh/ hab. (2017)	INE/DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural
	11. Redução de emissões de CO ₂ eq do setor não-CELE (sem LULUCF) face a 2005 (*)	A aferir	OesteCIM/Municípios
	12. Redução do consumo de energia primária (*)	A aferir	OesteCIM/Municípios
	13. Energia renovável no consumo final bruto de energia (*)	A aferir	OesteCIM/Municípios
	14. Energia renovável no consumo final de energia nos transportes (*)	A aferir	OesteCIM/Municípios
	15. Interligações elétricas (*)	A aferir	OesteCIM/Municípios

AE4. Agenda Qualificações e Emprego	16. Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos	1.156 (2017/2018)	INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
	17. Percentagem de população empregada por conta de outrem com ensino superior	11,9% (2017)	INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal
	18. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário	Ensino básico: 106,3% Ensino secundário: 108,1% (2017/2018)	INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
	19. Taxa de retenção e desistência no ensino básico	5,6% (2017/2018)	INE, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
	20. Disparidade no ganho médio mensal por sexo	10% (2017)	INE, MTSSS/GEP, Quadros de pessoal
	21. Taxa de desemprego	11,36% (2011)	INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – Censos 2011
AE5. Agenda Inclusão e Coesão Social	22. Percentagem de pessoas em risco de pobreza após as transferências sociais	35% (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
	23. Beneficiárias/os do rendimento social de inserção	4.159 (2018)	INE, Instituto de Informática
	24. Diferença entre o valor das prestações sociais obtidas por homens e mulheres (Valor médio de subsídios de desemprego)	488€ (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro
	25. Percentagem de problemas habitacionais solucionados	<i>A aferir</i>	OesteCIM/Municípios
AE6. Agenda Desenvolvimento Territorial	26. Qualidade do ar: emissões totais	Gases Efeito de Estufa: 2710,9 kton CO2e Percursos de Ozono: 11,8 kton Partículas Finas: 1,47 kton Gases acidificantes: 346,66 kton (2017)	APA, Emissões de poluentes atmosféricos por concelho 2015 e 2017
AE7. Agenda Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico	27. Indicadores da sociedade de informação nas câmaras municipais	Ligação à Internet: 100% Presença na Internet: 100% Processos de consulta pública disponibilizados no sítio da Internet: 83,3% (2018)	INE, Anuário Estatístico da Região Centro

(*) Correspondem aos indicadores contemplados no Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030), com o estabelecimento

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO E DESAFIOS DE GESTÃO MULTINÍVEL

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO E DESAFIOS DE GESTÃO MULTINÍVEL

“Acho que valia a pena nós pensarmos [...] o que deve ser um Programa Nacional de Cooperação inter-regional, baseado em objetivos pré-definidos, assentes em relações contratuais, porque só uma intervenção deste tipo pode alimentar a necessária confiança sobre a qual é possível construir [...], quer soluções de governança multinível, quer soluções de governança multiescala para regiões urbanas que sendo funcionais não têm, não podem ter nem nunca terão uma delimitação político-administrativa. Esta era uma proposta que [...] merece ser trabalhada através de perspetivas diferentes: ela merece ser trabalhada aqui [na RLVT], [...]”
João Ferrão, RLVT 2030

Apesar de não constar nas orientações para a elaboração da revisitação da EIDT, a OesteCIM considera essencial que o exercício estratégico 2021-2027 integre também sobre a dimensão organizacional e de gestão, necessariamente, multinível. Neste contexto assume-se como determinante, para o período de programação financeira 2021-2027, um conjunto de alterações estruturais no que ao modelo de governação da EIDT do Oeste diz respeito, e por consequência no modelo de gestão dos FEEI associados à sua concretização, tendo por base os seguintes **considerandos**:

- A localização da sub-região Oeste na Região de Lisboa e Vale do Tejo, confinante, com a AML determina um contexto de fortes sinergias, quer na dimensão urbana, como nas dimensões sociodemográfica e económica.
- O Oeste integra a região funcional de Lisboa e Vale do Tejo (Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e AML), com evidentes dinâmicas populacionais com a AML, comprovadas pelo volume de deslocações de trabalhadores e estudantes (Estratégia RLVT 2030). Por consequência, as redes de serviços de interesse geral e de mobilidade deste território devem ser planeadas e geridas de forma integrada e com uma estratégia única que responda às necessidades reais e aos desafios de coesão e competitividade que se impõem e que não se coadunam com lógicas administrativas que as omitem.
- A gestão territorial e do desenvolvimento – ambiente, ordenamento do território, etc. (CCDR) e de diversos serviços de interesse geral, como são exemplos a saúde (ARS) e o emprego (IEFP), estão ligados à Região de Lisboa e Vale do Tejo e não à Região Centro, o que reforça a fragilidade do modelo de gestão da sub-região Oeste e da necessidade de consolidar uma abordagem integrada ao seu desenvolvimento.
- O contexto existente, retratado ao longo do presente documento, no que diz respeito ao Oeste, e nos documentos estratégicos de escala alargada, nomeadamente na Estratégia RLVT 2030²², a par com a constatação que diversos domínios apoiados por FEEI são coordenados à escala da Região de Lisboa e Vale do Tejo, evidencia a premência de repensar a abordagem territorial e temática ao

²² Ver página 39

modelo de desenvolvimento e à gestão de apoios comunitários, esta última como uma ferramenta que deve estar ao serviço da coesão e competitividade do Oeste e do seu território funcional, ou seja a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

- As NUTS III, unidades territoriais, integradas no mapa de classificação de desenvolvimento regional no período de programação 2000-2006, deixaram de ser consideradas a partir dessa data, passando as NUTS II a figurar. Um contexto que teve como intuito isolar a AML num objetivo distinto e manter o Oeste e a Lezíria do Tejo no objetivo Convergência (2007-2013) e, em 2014-2020 no conjunto de regiões menos desenvolvidas (ver Figura 15).
- A existência de diferentes realidades na região funcional de Lisboa e Vale do Tejo não é questionável, permanecendo a necessidade de distinguir a AML do Oeste e restante território que a integra. Contudo estas diferenças não anulam a premência de uma visão conjunta para o território e de uma articulação adequada dos FEEI nesta região.
- A necessidade de à escala da NUTS III ser possível monitorizar, em tempo real os investimentos concretizados com apoios comunitários, nomeadamente a sua dimensão, objetivos, entidades envolvidas e metas contratualizadas, assim como, após conclusão, verificar o seu alcance.

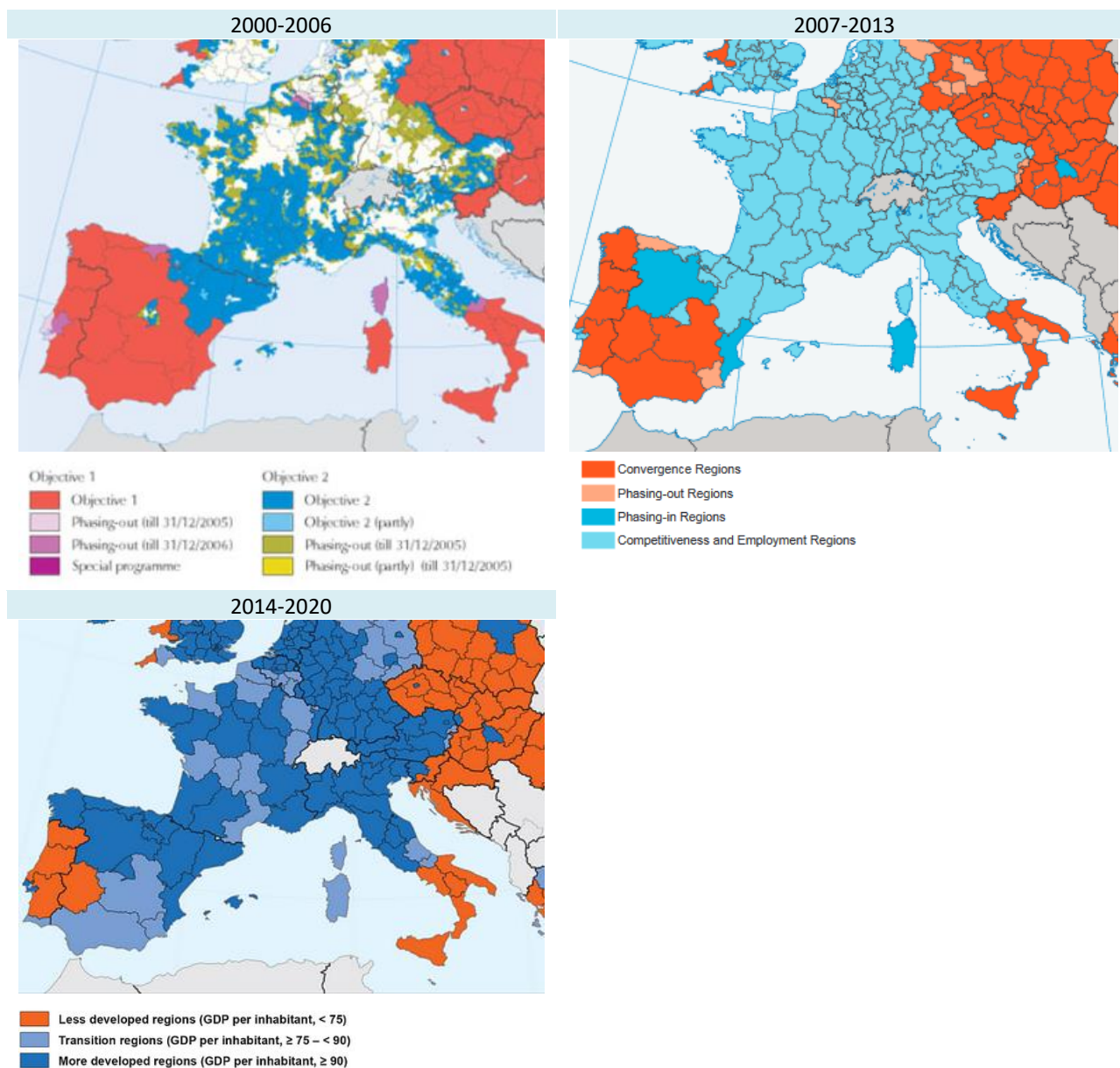


Figura 15. Tipologia de Regiões na política de coesão

Fonte: [Comissão Europeia](#)

De acordo com o exposto considera-se essencial que, para efeitos de desenvolvimento regional integrado, cuja estratégia é consubstanciada na presente EIDT, a sub-região Oeste deve reforçar a cooperação e articulação com a Região de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de otimizar a implementação e monitorização de resultados e criar mecanismos de adaptação e resposta a mudanças de contexto que possam ocorrer nesta região funcional de múltiplas sinergias e complementaridades em que uma mudança, por exemplo, na AML terá certamente impactos na sub-região Oeste.

Face ao exposto, a adequação e sucesso do modelo de governação deve ter em consideração os seguintes **fatores críticos de sucesso**:

- **Assegurar que a gestão de fundos estruturais para a sub-região Oeste é planeada tendo em conta o território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (AML mais território funcional integrado na RLVT –**

Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) e não o atual modelo em que o território, nesta dimensão, é abordado em três programas operacionais distintos e sem vasos comunicantes (Programa Operacional Regional do Centro, Programa Operacional Regional de Lisboa e Programa Operacional Regional do Alentejo).

- **Encontrar um modelo de gestão integrado do desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo que capitalize o facto de esta ser uma região com uma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional única²³** (municípios estabelecidos no DL da orgânica das CCDR) cuja missão e atribuições definidas por lei integram as políticas setoriais de ambiente, ordenamento do território e cidades e todas as que têm como objetivo contribuir para a competitividade económica e social e para a sustentabilidade, assim como um papel ativo na definição de políticas de desenvolvimento regional, na articulação intersetorial entre serviços desconcentrados e no apoio às autarquias e comunidades intermunicipais.
- **Avaliar, em conjunto com a Administração Central, se, para efeitos de cumprimentos dos pontos anteriores, haverá necessidade de alteração da delimitação geográfica das NUTS** concretizada no Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de fevereiro, alterado pelos DL n.º 163/99, 317/99 e 244/2002 e pela Lei n.º 21/2010, utilizada para fins estatísticos e para efeitos do exercício de competências no âmbito dos quadros plurianuais de apoio comunitário, e que acentua a fragilidade do modelo existente em que desenvolvimento regional e fundos comunitários atribuídos para a sua concretização são trabalhados em duas geometrias dicotómicas.
- **Consolidar uma abordagem integrada para o desenvolvimento territorial na aplicação dos FEEI, consagrada no Acordo de Parceria²⁴ e que respondia à relevância atribuída pela Política de Coesão à dimensão territorial. No Acordo, prosseguindo a afirmação da gestão territorializada dos fundos, a escala da NUTS III (isoladamente ou em agrupamentos de territórios contíguos) é vinculada como a mais adequada para a concretização de investimentos territoriais integrados (ITI) através de PDCT, abrindo a possibilidade de concretização de outras configurações territoriais adequadas à resposta às necessidades existentes (não concretizado). Neste contexto, afirma-se a possibilidade de uma abordagem integrada de desenvolvimento territorial à Região Lisboa e Vale do Tejo, eventualmente no formato de ITI que, como o AP Portugal 2020 definia, *“deverão abranger as intervenções das entidades municipais e intermunicipais”, e outras, “essenciais à implementação da estratégia, com especial ênfase na reorganização da oferta dos serviços públicos e coletivos, sejam eles na área da inclusão ou da educação e formação, bem como no aumento da qualidade de prestação desses mesmos serviços ou dos serviços prestados diretamente pelas entidades municipais e intermunicipais, nomeadamente através de medidas que promovam a modernização administrativa e a qualificação desses serviços”.***

²³ [Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional](#) - Legislação consolidada

²⁴ [Acordo de Parceria – Portugal 2020](#)

- Adequar as áreas/prioridades de intervenção e respetivos FEEI mobilizados num possível ITI para o conjunto das três NUTS III (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) da RLVT às especificidades deste território, valorizando e potenciando as sinergias e dinâmicas sociais e económicas aqui registadas entre a AML e as outras três NUTS III da RLVT, com destaque para o Oeste, e reforçar uma perspetiva integrada e colaborativa de desenvolvimento da RLVT por via desse ITI.
- Criar uma plataforma/grupo de trabalho intersetorial com um conjunto alargado de entidade que tutelem ou tenham responsabilidades na implementação dos projetos regionais estruturantes.
- Criar um sistema de gestão de informação dos apoios comunitários aprovados e respetivos projetos executados, com acesso à OesteCIM para que possa, em tempo real, aceder à lista de todos os apoios concedidos na NUTS III Oeste, de todos os PO financiadores. Este sistema de gestão de informação é essencial que disponibilize pesquisa por território, por área de investimento, por objetivos e, muito relevante, que permita a verificação de valores de investimento e resultados alcançados, tornando o exercício de avaliação do desenvolvimento regional e impacto dos FEEI possível e transparente, à escala da NUTS III, ou outras geometrias pertinentes.

Em termos de modelo de governação assume-se como necessária uma gestão multinível, em que a OesteCIM assumirá a liderança dos investimentos a realizar nos 12 municípios que a integram e participará numa parceria de gestão de uma abordagem territorial integrada à escala da Região Lisboa e Vale do Tejo, no que se propõe possa ser para as três NUTS III – Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, um ITI “inter-NUTS III” inevitavelmente com uma gestão de proximidade com a AML.

O modelo de governação deve integrar os órgãos executivos e consultivos convencionais, sendo essencial que, no primeiro (executivo), tenham assento as autarquias e demais entidades corresponsáveis pela implementação dos projetos regionais estruturantes.

6. VERIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO DA REVISITAÇÃO COM AS ORIENTAÇÕES DO MCT

6. VERIFICAÇÃO DO ALINHAMENTO DA REVISITAÇÃO DA EIDT COM AS ORIENTAÇÕES

Por último considera-se pertinente apresentar uma síntese com a verificação do cumprimento das orientações definidas pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional:

Orientação 1. “(...) assegurando simplificação de processos (de planeamento e de programação), carácter evolutivo deste novo exercício em relação ao desenvolvido no contexto do PT 2020 e articulação com as competências municipais e intermunicipais”

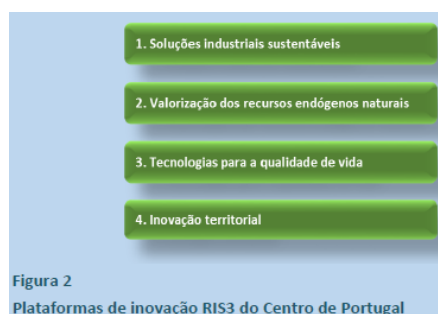
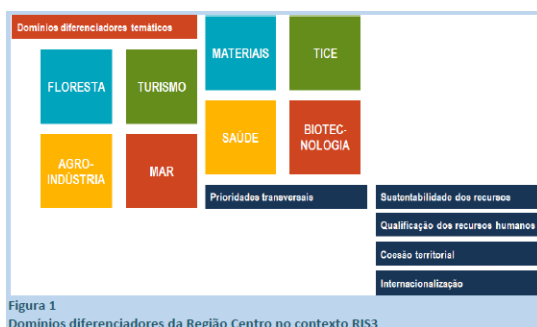
Conforme se evidencia ao longo do presente documento, o exercício realizado parte do anterior, atualizando os dados de contexto e procurando verificar o impacto das opções firmadas em 2014 no contexto agora encontrado. Fez-se uma análise, o mais exaustiva possível, do grau de concretização das opções estratégicas 2020 apurando a necessidade e pertinência da sua manutenção no horizonte 2021-2027. Este exercício de atualização de contexto é apresentado de forma sintética no ponto 4.1 e em detalhe no Anexo 1 “Evolução e mudanças de contexto – quadro de referência atual”, onde se integra também a análise das competências descentralizadas e desafios que acarretam.

Orientação 2. Alinhar e articular com a Estratégia Regional, ancorando-se as estratégias sub-regionais (NUTS III) na estratégia regional (NUTS II), tendo como referências as atuais regiões NUTS II e devendo identificar estrangulamentos estruturais e desafios emergentes (nomeadamente considerando as novas competências dos Municípios e das Entidades Intermunicipais no contexto do processo de descentralização em curso)”

No que ao alinhamento da EIDT com as estratégias de escala superior, esse exercício é apresentado no ponto 3, não apenas com a avaliação da estratégia, ainda por concluir, da NUTS II Centro, como da estratégia da RLVT e também da abordagem nacional e europeia. Nesse mesmo ponto é apresentada uma síntese com os desafios, contudo, essa identificação de desafios é transversal ao longo de todo o documento.

Orientação 3. Articular o perfil de competitividade sub-regional no contexto das abordagens de nível NUTS II respeitantes à Estratégia de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3), no que respeita aos processos de reforço das cadeias de valor de recursos endógenos e à estruturação dos respetivos ecossistemas de inovação”

As áreas de especialização inteligente identificadas para a Região Oeste (Economia do Mar, Agroalimentar e Turismo) encontram-se devidamente articuladas com as abordagens de nível NUTS II respeitantes às Estratégias de Inovação Regional para a Especialização Inteligente (RIS3). No contexto da [RIS3 da Região Centro](#) verifica-se o devido alinhamento com os domínios referentes à “agroindústria”, “mar” e “turismo”, existindo ligações diretas providas pelas cadeias de valor das áreas de especialização do Oeste a outros domínios como a saúde, a biotecnologia e as TICE. Já no contexto das plataformas de inovação, considera-se que, quer do ponto de vista estratégico como dos projetos regionais estruturantes, há um claro alinhamento e contributo do Oeste para os desafios da NUTS II Centro definidos na RIS 3.



Fonte: Caderno A “RIS3 do Centro: plataformas de inovação e linhas de ação”, outubro 2017 (v2)

No contexto da [RIS3 da Região de Lisboa](#), incidente sobre a NUTS II contígua ao Oeste, verifica-se o devido alinhamento com os domínios prioritários de especialização inteligente referentes ao “turismo e hospitalidade” e “prospecção e valorização de recursos marinhos”. Este alinhamento é evidenciado através dos projetos regionais estruturantes (ponto 4.3) que visam dar continuidade e reforçar os estímulos existentes à competitividade do tecido empresarial da Região Oeste através de apoios à qualificação, inovação e internacionalização assim como à investigação e desenvolvimento tecnológico, particularmente no que respeita a estas três áreas de especialização inteligente.

Orientação 4. **Desenvolver a dimensão urbana e da política urbana** (NUTS III), tendo como referência o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a necessidade de articulação com o processo de desenvolvimento do sistema urbano regional (NUTS II), devendo assegurar, designadamente:

- Caracterização da relevância e do papel dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral (SIG) aos cidadãos e às empresas, com especial atenção aos centros urbanos do interior e aos centros urbanos polarizadores do PNPOT no interior;
- Apresentação de modelo de integração das ações de regeneração e valorização urbana nas abordagens estratégicas de nível NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização das CIM e das AM;

A dimensão urbana é contemplada no exercício de revisitação da EIDT, apresentando-se esta análise no “Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente” (ponto 7.4). De acordo com a análise verifica-se uma pluralidade de centros urbanos, com a presença de dois centros urbanos classificados como regionais – Caldas da Rainha e Torres Vedras, cinco centros urbanos estruturantes – Nazaré, Alcobça, Peniche, Óbidos e Alenquer e cinco centros urbanos complementares – Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço (territórios de menor densidade demográfica e com um cariz marcadamente rural, onde está presente a atividade agrícola em fileiras de grande impotência para a economia nacional).

Deste modo, destaca-se a importância dos diferentes centros urbanos na organização da rede territorial regional de suporte à prestação de Serviços de Interesse Geral propondo-se, neste âmbito, o projeto regional estruturante “Rede de serviços de interesse geral e suporte à qualidade de vida” (ponto 4.3). Este projeto visa a consolidação e qualificação das redes de serviços de proximidade, também denominados de serviços de interesse geral (saúde, educação, apoio social, cultura, proteção civil, lazer, etc.) que correspondem a

elementos fundamentais da promoção da coesão económica, social e territorial e do desenvolvimento sustentável.

Paralelamente, o projeto regional estruturante “Oeste Green Deal” (ponto 4.3) integra as questões da mobilidade, tão relevantes para a consolidação de uma dimensão urbana sustentável e ainda o projeto regional estruturante “Regeneração e revitalização da rede urbana” (ponto 4.3) apresenta o modelo de integração das ações de regeneração e valorização urbana nas abordagens estratégicas de nível NUTS III, reforçando o nível de corresponsabilização da CIM na melhoria do ambiente urbano e atratividade do território.

Orientação 5. Identificação da importância da mobilidade urbana sustentável no contexto do Roteiro para a Neutralidade Carbónica, em particular em territórios com maiores interações espaciais dos cidadãos e das empresas e deslocações casa-trabalho e casa-escola, como as AM;

Considerando as fortes influências e interdependência da Região Oeste com a AML conforme apresentado no “Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente” (ponto 7.4), verifica-se a importância da aposta num modelo de mobilidade urbana sustentável.

Deste modo, o projeto regional estruturante “Oeste *Green Deal* - Pacto Ecológico do Oeste” (ponto 4.3) integra esta vertente da mobilidade urbana inteligente e sustentável, através de um conjunto de ações que têm em vista a descarbonização, tal como se apresenta no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (<https://descarbonizar2050.pt/>).

Orientação 6. Garantir o alinhamento com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030 e os seus quatro Eixos (“As Pessoas Primeiro”; “Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento”; “Um País competitivo externamente e coeso internamente”; “Sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”) **e os cinco Objetivos da Política de Coesão pós-2020** (“Uma Europa mais inteligente”; “Uma Europa mais verde e Hipo carbónica”; “Uma Europa mais conectada”; “Uma Europa mais social”; “Uma Europa mais próxima dos cidadãos”);

Este documento encontra-se alinhado com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional PT 2030 uma vez que a análise da evolução e mudanças de contexto foi estruturada nesses 4 eixos: Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente; Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos (ponto 7 – anexo 1). Destaca-se ainda a sistematização da evolução verificada entre 2014 e 2019 na matriz SWOT (ponto 4.1.1.), organizada por eixo/agenda temática atualizada à luz do Portugal 2030, e na qual se evidenciam as especificidades do Oeste e o seu potencial para se posicionar estrategicamente nas diferentes áreas prioritárias/áreas de especialização.

Salienta-se ainda que o quadro estratégico Oeste 2021-2027 foi construído tendo por base os referenciais estratégicos para o período 2021-2027 (ponto 3) de modo a assegurar e/ou verificar o necessário alinhamento com estas diretrizes, nomeadamente as de âmbito europeu e nacional.

Deste modo, as tabelas seguintes apresentam o alinhamento entre as agendas e eixos estratégicos Oeste 2030 e as agendas temáticas da Estratégia Nacional e os objetivos da Política de Coesão pós-2020:

Tabela 13. Alinhamento do quadro estratégico Oeste 2030 com as Agendas Temáticas da Estratégia Nacional Portugal 2030

		Agendas Temáticas/Eixos da Estratégia Nacional Portugal 2030			
		Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento	Eixo 3. Um País competitivo externamente e coeso internamente	Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos
Agendas Oeste 2030	AE1. Competitividade e Internacionalização				
	AE2. Investigação e Inovação				
	AE3. Ação Climática e Bioeconomia				
	AE4. Qualificações e Emprego				
	AE5. Inclusão e Coesão Social				
	AE6. Desenvolvimento Territorial				
	AE7. Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico				
Eixos Estratégicos Oeste 2030	EE1. Uma Região Oeste mais competitiva e especializada, aberta à inovação, investigação tecnologia				
	EE2. Uma Região Oeste mais resiliente e hipocarbónica, capaz de gerir de forma eficiente os seus recursos				
	EE3. Uma Região Oeste mais conectada, com um modelo de mobilidade sustentável e uma gestão inteligente de serviços e dados				
	EE4. Uma Região Oeste mais inclusiva e socialmente coesa				
	EE5. Uma Região Oeste mais atrativa e próxima dos cidadãos, com um modelo territorial sustentável e coeso				

Tabela 14. Alinhamento do quadro estratégico Oeste 2030 com os objetivos da Política de Coesão pós-2020

		Objetivos da Política de Coesão pós-2020				
		Uma Europa mais inteligente	Uma Europa mais verde e hipocarbónica	Uma Europa mais conectada	Uma Europa mais social	Uma Europa mais próxima dos cidadãos
Agendas Oeste 2030	AE1. Competitividade e Internacionalização					
	AE2. Investigação e Inovação					
	AE3. Ação Climática e Bioeconomia					
	AE4. Qualificações e Emprego					
	AE5. Inclusão e Coesão Social					
	AE6. Desenvolvimento Territorial					
	AE7. Digitalização e Desenvolvimento Tecnológico					
Eixos Estratégicos Oeste 2030	EE1. Uma Região Oeste mais competitiva e especializada, aberta à inovação, investigação tecnologia					
	EE2. Uma Região Oeste mais resiliente e hipocarbónica, capaz de gerir de forma eficiente os seus recursos					
	EE3. Uma Região Oeste mais conectada, com um modelo de mobilidade sustentável e uma gestão inteligente de serviços e dados					
	EE4. Uma Região Oeste mais inclusiva e socialmente coesa					
	EE5. Uma Região Oeste mais atrativa e próxima dos cidadãos, com um modelo territorial sustentável e coeso					

Orientação 7. **Identificar projetos regionais estruturantes**, incluindo os constantes no Programa Nacional de Investimentos 2030, mesmo com impacto e abrangência superior à da respetiva Região NUTS III, mas indispensável para a sua estratégia, independentemente das fontes de financiamento;

Os projetos regionais estruturantes encontram-se detalhados no ponto 4.3., onde também se incluem os projetos do Programa Nacional de Investimento 2030, nomeadamente os dos seguintes domínios: “transportes e mobilidade” (referências integradas nos projetos “Oeste *Green Deal* - Pacto Ecológico do Oeste - mobilidade inteligente e sustentável” e “Regeneração e revitalização da rede urbana”); ambiente (referências integradas no projeto “Oeste *Green Deal* - Pacto Ecológico do Oeste - resiliência e adaptação às alterações climáticas e prevenção de riscos; gestão e valorização de recursos e ecossistemas”; e transição

para a bioeconomia e economia circular); e energia (referências integradas no projeto “Oeste *Green Deal* - Pacto Ecológico do Oeste - eficiência energética e energias renováveis”).

Orientação 8. Ter como referência as diversas fontes de financiamento existentes, considerando, assim, o cenário de manutenção dos diferentes mecanismos regulamentares, bem como o facto de no processo de orçamentação das políticas públicas se recorrer a fontes de financiamento comunitárias e/ou nacionais (públicas e privadas);

Para cada projeto regional estruturante identificado (ponto 4.3) foi efetuada a elencagem de prioridades de investimento passíveis de mobilização por parte dos potenciais promotores e copromotores com vista ao financiamento das ações propostas no âmbito de cada projeto, tendo por base o esquema atualmente existente de PI do Portugal 2020 assim como de outros programas/fontes de financiamento relevantes para os projetos em causa.

Orientação 9. Garantir a auscultação dos principais agentes económicos e sociais com intervenção no território de cada Região NUTS III, em articulação com a NUTS II para que se reduzam potenciais redundâncias.”

De acordo com a metodologia de trabalho, apresentada no ponto 1, a auscultação dos principais agentes económicos e sociais da Região Oeste foi realizada no âmbito do desenvolvimento da Etapa 2 referente à revisão da estratégia e avaliação de novos domínios estratégicos de intervenção. Nesta etapa foram recolhidos dados que permitiram atualizar o diagnóstico de contexto regional, nomeadamente através da recolha de dados estatísticos e da análise de informação relativa a projetos e iniciativas concretizadas no território, tendo sido auscultados os principais agentes económicos e sociais. A auscultação foi efetuada através da disponibilização de uma ficha de suporte à recolha de informação a todas as entidades que em 2014 participaram ativamente na definição da EIDT e que nos últimos anos foram corresponsáveis pela sua concretização.

Ainda neste âmbito, estava prevista a realização das jornadas Oeste 2021-2027, planeadas para 2 dias de trabalho intensivo para reflexão sobre o percurso de desenvolvimento concretizado nos últimos 7 anos e os desafios até 2027, não tendo sido concretizadas devido à situação de pandemia por COVID 19.

7. ANEXO 1: EVOLUÇÃO E MUDANÇAS DE CONTEXTO – QUADRO DE REFERÊNCIA ATUAL

7. ANEXO 1: EVOLUÇÃO E MUDANÇAS DE CONTEXTO – QUADRO DE REFERÊNCIA ATUAL

Na Estratégia Europa 2020 foram definidas metas a alcançar através de transformação da União Europeia (UE) numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, capaz de proporcionar níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Neste sentido foram estabelecidas as seguintes prioridades complementares que nortearam o exercício estratégico e programático nacional, Portugal 2020 e também o exercício no Oeste para a construção da EIDT: (1) **Crescimento inteligente**: melhorar a qualidade da educação, fortalecer o desempenho da investigação, promover a inovação e a transferência de conhecimento e utilizar todo o potencial das TIC; (2) **Crescimento sustentável**: introduzir soluções tecnológicas que possibilitem o cumprimento das metas de redução de emissões com o aumento de competitividade e a redução de custos energéticos; e (3) **Crescimento inclusivo**: fomentar uma economia de empregabilidade elevada marcada pela coesão territorial e social. No presente exercício estratégico de suporte à programação do período 2021-2027²⁵ que tem como objetivo central fazer da próxima década uma década de convergência de Portugal com a Europa, a visão preconizada para Portugal consubstancia-se em quatro eixos temáticos:

- Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente;
- Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos.

Verifica-se assim uma necessidade de ligeira adaptação terminológica e de alinhamento temático no atual exercício de revisitação, uma vez que se considera relevante a atualização do referencial não só num contexto de verificação de progressos, mas também na aferição de necessidades de atualização de estrutura. Face ao exposto, e uma vez que a estrutura da EIDT Oeste 2020 refletiu as três prioridades estabelecidas no Portugal 2020, a revisitação para o quadro do Portugal 2030 obriga à adaptação, conforme esquematicamente se apresenta na Figura 2.

Nos pontos seguintes, de forma não exaustiva, como o exercício de revisitação dita, são verificadas as principais mudanças de contexto face a 2013, através dos registos estatísticos disponibilizados por diferentes entidades e da sistematização de projetos concretizados nos domínios estratégicos incorporados em cada eixo e que, de forma mais ou menos vincada e direta, poderão ser responsáveis pelas alterações encontradas nas estatísticas analisadas. A informação, qualitativa e quantitativa apresentada é o resultado de um profundo trabalho de pesquisa nas bases de dados dos vários Programas Operacionais que apoiaram projetos de múltiplas entidades na sub-região Oeste e da informação qualitativa e quantitativa disponibilizada pelas entidades regionais que complementam a existente na OesteCIM.

²⁵ Documento disponível [aqui](#) e no site www.portugal2030.pt/

7.1. Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade

À data dos Censos de 2011, o Oeste (NUTS III) tinha uma população de 362.540 indivíduos **residentes**, o que corresponde a uma variação positiva de 7% em relação ao quantitativo populacional de 2001 e de 15,3% em relação a 1991, valores significativamente superiores aos ocorridos a nível regional e nacional nos mesmos períodos (entre 2001 e 2011, a Região Centro registou uma perda populacional de cerca de 1%; a nível nacional a variação foi positiva e correspondeu a 2%).

Em 2018, de acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Oeste regista um efetivo populacional de 356.785 habitantes (cerca de 16% da população do Centro – NUTS II), o que corresponderia a um decréscimo de 1,6% face ao último exercício censitário, em 2011. Esta percentagem de perda populacional é inferior à estimada para a Região Centro e para Portugal (cerca de 5% e 3%, respetivamente, conforme se apresenta na Tabela 15). Para esta estimativa de perda de população contribuem transversalmente as dinâmicas demográficas de todos os concelhos da sub-região, nomeadamente a taxa de crescimento natural negativa e as taxas de crescimento migratório insuficientes para colmatar essas perdas. No entanto, importa destacar os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço nos quais, ao contrário dos restantes concelhos do Oeste, se prevê ter sido registado um acréscimo populacional entre 2011 e 2018 (0,8%, 12,6 e 3,3%, respetivamente).

Tabela 15. Variações da população residente e densidade populacional

Unidade Territorial	População residente				Variação 2011-2018		Densidade populacional		Variação 2011-18	
	N.º				N.º	%	N.º/km²	%	N.º	%
	1991	2001	2011	2018						
Portugal	9 867 147	10 356 117	10 562 178	10 276 617	-285 561	-2,7	114,5	111,4	-2,7	
AML	2 520 708	2 661 850	2 821 876	2 846 332	24 456	0,9	940,0	944,0	0,4	
Centro	2 258 768	2 348 397	2 327 755	2 216 569	-111 186	-4,8	82,6	78,6	-4,8	
Oeste	314 390	338 711	362 540	356 785	-5 755	-1,6	163,3	160,7	-1,6	
Alcobaça	53 073	55 376	56 693	53 641	-3 052	-5,4	138,9	131,4	-5,4	
Alenquer	34 098	39 180	43 267	43 596	329	0,8	142,2	143,3	0,8	
Arruda dos Vinhos	9 364	10 350	13 391	15 082	1 691	12,6	171,8	193,5	12,6	
Bombarral	12 727	13 324	13 193	12 533	-660	-5,0	144,5	137,3	-5,0	
Cadaval	13 516	13 943	14 228	13 627	-601	-4,2	81,4	77,9	-4,3	
Caldas da Rainha	43 205	48 846	51 729	51 540	-189	-0,4	202,3	201,6	-0,3	
Lourinhã	21 596	23 265	25 735	25 670	-65	-0,3	174,9	174,4	-0,3	
Nazaré	15 313	15 060	15 158	14 180	-978	-6,5	183,9	172	-6,5	
Óbidos	11 188	10 875	11 772	11 719	-53	-0,5	83,2	82,8	-0,5	
Peniche	25 880	27 315	27 753	26 487	-1 266	-4,6	357,9	341,5	-4,6	
Sobral de Monte Agraço	7 245	8 927	10 156	10 490	334	3,3	194,9	201,3	3,3	
Torres Vedras	67 185	72 250	79 465	78 220	-1 245	-1,6	195,2	192,1	-1,6	

Fonte: INE, Censos 1991, Censos 2001, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2018

Associada ao ligeiro decréscimo da população residente está também a diminuição da densidade populacional da sub-região do Oeste que se estima, em 2018, em 160,7 habitantes/km² (em 2011, correspondia a 163,3 habitantes/km²), um valor significativamente superior ao que ocorre na Região Centro (78,6 habitantes/km²). Contudo, dentro do Oeste existem realidades diversas com concelhos a apresentarem densidades populacionais muito baixas, em casos como Óbidos e Cadaval, com valores próximos da média regional. Tal cenário contrasta, com o que ocorre na Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II) que, em 2018, conta com uma população residente de 2.846.332 indivíduos, uma variação populacional de 0,9% entre 2011 e 2018 e uma densidade populacional de 944 habitantes/km².

A estrutura etária da NUTS III Oeste revela uma população envelhecida, com o grupo etário com 65 ou mais anos a representar 19,7% da população residente e o grupo etário dos 0 aos 14 anos 15,2% do total de população, em 2018. Conforme se mostra na Tabela 16, a previsão de 2018 aponta para um aumento de 8,5% na faixa populacional mais idosa. Ao nível dos concelhos que integram a NUTS III Oeste destaca-se Arruda dos Vinhos com uma proporção de população com menos de 14 anos significativamente superior à média sub-regional (18,2%); enquanto Bombarral, Cadaval e Óbidos se destacam por apresentarem proporções de população idosa mais elevadas (22,1%; 25,5% e 22,5%, respetivamente).

Esta dinâmica traduz-se no aumento do índice de envelhecimento²⁶ do Oeste que correspondia a 129,2 em 2011 e se estima que tenha passado para 160,4, em 2018. Tal cenário é semelhante às previsões para o país e Região Centro, no primeiro caso com uma previsão de aumento de 127,6 para 159,4 e, no segundo caso, de 160,7 para 199,2. Já na Área Metropolitana de Lisboa, embora com valores mais baixos que a nível nacional, terá passado de 119,7 em 2011 para 137,5 em 2018.

A evolução do índice de envelhecimento é transversal a toda a região; contudo, destacam-se os concelhos de Alcobaça, Bombarral e Cadaval que apresentam os valores mais elevados (196,9; 202,7 e 217,9, respetivamente); enquanto Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço apresentam os valores mais baixos da sub-região (126; 125 e 121, respetivamente).

De um modo geral, os dados analisados mostram que existe uma dicotomia entre os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço e os restantes concelhos do Oeste, com os primeiros a apresentar quadros demográficos mais positivos, com maiores quantitativos populacionais pertencentes aos grupos de crianças e jovens e uma evolução positiva nos grupos dos 15 aos 24 anos e na faixa etária dos 25 aos 64 anos. Tal cenário, associado à variação populacional positiva entre 2011 e 2018, poderá ser justificado pela proximidade à AML e a atração habitacional que estes exercem com a fixação de famílias mais jovens.

²⁶ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos) (Metainformação – INE)

Tabela 16. Evolução dos grupos etários e índice de envelhecimento

Unidade Territorial	Variação 2011-2018 por grupo etário (%)				Índice de envelhecimento	
	%				N.º	
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 ou mais	2011	2018
Portugal	-10,5	-4,2	-5,0	11,8	127,6	159,4
AML	1,2	0,8	-4,8	16,2	119,7	137,5
Centro	-14,6	-5,2	-5,6	5,8	160,7	199,2
Oeste	-12,7	2,1	-2,7	8,5	129,2	160,4
Alcobaça	-21,5	-3,8	-5,8	8,1	142,9	196,9
Alenquer	-8,4	6,5	-0,6	10,1	104,7	125,8
Arruda dos Vinhos	-7,0	34,6	8,5	18,2	98,5	125,1
Bombarral	-15,7	-9,0	-4,6	5,6	161,7	202,7
Cadaval	-17,9	15,2	-5,2	-0,7	180,1	217,9
Caldas da Rainha	-11,8	-0,1	-0,7	7,9	139,2	170,4
Lourinhã	-10,4	0,6	-0,9	9,5	118,2	144,4
Nazaré	-8,6	-8,1	-11,1	14,7	136,5	171,2
Óbidos	-12,7	13,2	-2,7	6,8	154,5	188,9
Peniche	-9,9	-4,5	-7,4	10,4	130,9	160,4
Sobral de Monte Agraço	-8,4	16,7	2,8	7,2	103,3	121,0
Torres Vedras	-12,8	1,5	-2,3	7,6	123,5	152,4

Fonte: INE, Censos 2011 e Estimativas da população residente 2018

Como dimensão chave da inclusão e combate às desigualdades e à capacidade de resiliência e coesão do Oeste, revisitam-se também dados relativos ao atual contexto em termos **educação e formação** da população.

A taxa de retenção e desistência no ensino básico²⁷ é um indicador importante associado à base do sistema de ensino de um território. No Oeste, este indicador verificou uma evolução positiva com uma diminuição significativa entre os anos letivos de 2013/2014 e 2017/2018 (Tabela 17). O cenário a nível sub-regional é similar ao registado à escala das NUTS I e II, com uma notória diminuição das taxas de retenção e desistência. Os valores mais elevados deste indicador registavam-se no 3.º Ciclo do Ensino Básico (C.E.B.), tendo-se verificado também aqui uma tendência de descida na ordem dos 7 pontos percentuais (p.p.).

Apesar da tendência positiva, os valores registados na sub-região Oeste mantêm-se superiores aos da Região Centro em todos os C.E.B.. Entre os doze concelhos do Oeste verificam-se disparidades, com concelhos a registar valores totais superiores a 6 p.p., permanecendo o 3.º C.E.B. como o nível em que os valores de retenção são mais elevados.

²⁷ Alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo.

Tabela 17. Taxa de retenção e desistência no ensino básico, %, nos anos letivos 2013/2014 e 2017/2018

Unidade Territorial	Ano letivo 2017/2018 (%)				Ano letivo 2013/2014 (%)			
	Total	1.º C.E.B.	2.º C.E.B.	3.º C.E.B.	Total	1.º C.E.B.	2.º C.E.B.	3.º C.E.B.
Portugal	5,1	2,8	5,3	7,8	10	5	11,4	15,1
Área Metropolitana de Lisboa	6,1	3,1	7	9,3	11,2	5,3	13,8	17,2
Centro	4,4	2,5	4	6,8	8,8	4,4	9,9	13,2
Oeste	5,6	3,1	5,6	8,6	10,5	5,2	12,6	15,5
Alcobaça	4	2,1	3,5	6,3	8,2	4,9	9,8	11,1
Alenquer	5,6	3,2	5,3	9,1	10,7	3,4	13,6	17,8
Arruda dos Vinhos	6,7	2,3	7,8	9,8	9,2	3,9	13,8	11,6
Bombarral	6,6	5	3,2	10,7	14,3	11,7	11,2	19,5
Cadaval	7,8	3,8	7	14,1	13	4,6	14,1	23,8
Caldas da Rainha	5,8	3,9	5,4	8	11	4,6	11	17,3
Lourinhã	6,4	3,6	9,9	7,4	14,3	5,6	22,5	20,4
Nazaré	5,5	2,2	2,7	12	9,1	5,6	12,2	11,4
Óbidos	6,1	3,3	9	8,4	12,4	7,6	17	15,7
Peniche	6,5	3,7	5,8	10,4	11,3	6,1	13,6	16,7
Sobral de Monte Agraço	7,7	4,5	8,4	11	10,7	5,6	15	13,6
Torres Vedras	5,1	2,4	5	7,9	9,6	5,1	10,7	14,2

Fonte: INE, Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência, 2013/2014 e 2017/2018

Ressalva-se que esta evolução não está ainda relacionada com a implementação de projetos de combate ao insucesso escolar (PI 10.1 mobilizada no ITI do Oeste), uma vez que os mesmos tiveram início no ano 2017/2018 após aprovação de candidatura ao aviso n.º Centro 66-2016-15, pelo que o cenário atual poderá ser substancialmente mais positivo.

Complementarmente à informação relativa à retenção no Ensino Básico, verifica-se um conjunto de indicadores atualizados com base nos dados disponibilizados pelos anuários estatísticos regionais do Centro e da Área Metropolitana de Lisboa utilizando os anos letivos de 2013/2014 e de 2017/2018 (último disponível) (Tabela 18). Conforme se verifica existe uma evolução positiva em todos os indicadores de educação, nomeadamente:

- Aumento da taxa bruta de pré-escolarização que, no Oeste, sobe de 91,3% para 95,7%, revelando valores próximos da Região Centro e superiores aos da AML que possui quantitativos inferiores a todas as escalas de análise.
- A taxa bruta de escolarização²⁸ nos níveis de ensino básico e secundário possuem valores superiores a 100 no último ano de registo, o que revela, no caso do ensino secundário uma evolução positiva uma vez que no ano letivo de 2013/2014 o valor era apenas de 99,1%. Os valores superiores a 100%

²⁸ “Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo. Educação Pré-Escolar 3-5 anos; Ensino Básico – 1.º Ciclo 6-9 anos; Ensino Básico – 2.º Ciclo 10-11 anos; Ensino Básico – 3.º Ciclo 12-14 anos; Ensino Secundário 15-17 anos; Ensino Superior 18-22 anos. (Glossário – DGEEC/MEC)” INE

mostram que toda a população em idade normal para frequentar determinado nível de ensino o está a frequentar.

- Em relação às taxas de transição/conclusão do ensino secundário, apesar da evolução positiva, ainda não foram alcançados os valores registados a nível nacional e regional, sendo, contudo, de salientar que os valores do Oeste mostram um desempenho mais positivo que o registado no território da AML.
- A proporção de mulheres no ensino secundário no Oeste supera todas as escalas analisadas sendo de 51,6% no ano de 2017/2018.
- No que se refere à preponderância da tecnologia, ferramenta relevante no contexto de ensino, também aqui se encontram valores positivos e superiores aos registados a nível nacional e na Região Centro, quer no que se refere à média de alunos matriculados por computador, quer à média de alunos matriculados por computador com ligação à internet. O cenário positivo é transversal a todos os níveis de ensino. De salientar que, nestes indicadores, o Oeste se aproxima da AML, onde os valores também superaram os registados a nível nacional.

Tabela 18. Indicadores de educação por sub-região e município

Ano	Unidade territorial	Taxa bruta de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Proporção de mulheres no ensino secundário	Média de alunas/os matriculadas/os por computador					Média de alunas/os matriculadas/os por computador com ligação à Internet				
			Ensino básico	Ensino secundário	Total	Cursos gerais/científico-humanísticos	Cursos tecnológicos/profissionais		Total	Ensino básico			Ensino secundário	Total	Ensino básico			Ensino secundário
										1º Cido	2º Cido	3º Cido			1º Cido	2º Cido	3º Cido	
2017/ 2018	Portugal	93,8	108,7	121,0	86,1	84,0	89,7	49,5	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Continente	93,7	108,7	121,7	86,4	84,2	90,1	49,4	4,7	6,4	4,6	4,3	3,9	5,0	7,2	4,8	4,6	4,1
	Área Metropolitana de Lisboa	86,4	106,9	127,7	82,4	80,6	86,3	48,7	5,3	7,6	5,2	5,0	4,0	5,7	8,9	5,6	5,3	4,2
	Centro	97,1	108,2	120,8	87,8	85,4	91,5	49,7	4,2	5,9	4,4	3,9	3,4	4,5	6,6	4,6	4,1	3,6
	Oeste	95,7	106,3	108,1	85,5	82,7	89,7	51,6	5,5	7,2	5,7	5,4	4,4	5,8	8,6	6,1	5,5	4,4
	Alcobaça	107,7	110,6	101,8	86,9	83,9	92,3	50,5	4,4	7,4	4,0	3,9	3,5	4,5	7,7	4,3	4,0	3,6
	Alenquer	77,0	91,6	95,4	79,8	76,5	88,6	51,9	5,9	7,2	5,8	5,8	4,6	6,0	7,5	5,9	6,0	4,6
	Arruda dos Vinhos	96,2	122,4	125,3	88,1	89,4	85,4	51,5	8,0	4,8	20,4	12,6	6,4	8,6	5,8	20,4	12,6	6,4
	Bombarral	94,5	109,0	83,9	89,8	87,1	94,6	54,7	5,8	8,8	5,0	5,0	5,0	6,0	9,0	5,3	5,2	5,2
	Cadaval	94,5	81,9	46,3	82,1	85,9	59,3	52,8	3,3	4,7	2,8	2,8	2,8	3,7	6,3	2,9	2,9	2,9
	Caldas da Rainha	98,5	116,4	171,3	85,5	81,1	90,5	50,5	5,9	9,1	9,2	5,9	4,1	6,5	16,0	9,7	6,0	4,1
	Lourinhã	93,9	93,8	69,0	80,8	78,5	87,1	53,5	5,3	10,2	5,1	5,0	3,0	5,8	14,5	5,5	5,3	3,0
	Nazaré	88,6	93,7	114,8	85,8	74,6	92,9	50,8	7,1	6,9	8,1	8,2	6,4	7,2	7,0	8,1	8,2	6,5
	Óbidos	104,4	103,3	42,2	81,9	75,6	98,1	54,3	4,7	5,2	5,2	4,1	4,1	4,8	5,5	5,4	4,1	4,1
	Peniche	93,6	103,8	80,2	86,1	81,8	95,7	52,9	5,6	12,3	5,4	5,6	2,8	5,9	13,4	5,9	6,2	2,8
	Sobral de Monte Agraço	79,2	97,9	61,2	84,2	85,6	79,7	53,3	5,7	8,8	4,8	4,9	4,8	6,1	12,0	4,8	4,9	4,8
Torres Vedras	102,1	115,2	130,3	86,6	85,2	88,2	52,0	5,8	6,1	5,7	5,8	5,6	6,2	7,3	6,1	5,9	5,6	
2013/ 2014	Portugal	89,8	110,3	116,3	81,5	78,9	85,8	49,4	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	Continente	89,6	110,1	116,9	81,8	79,1	86,2	49,3	3,0	4,5	2,7	2,6	2,5	3,5	5,6	3,2	3,1	2,9
	Área Metropolitana de Lisboa	80,1	112,5	127,6	78,2	75,9	83,0	47,9	3,2	4,7	2,9	2,9	2,5	3,8	5,9	3,5	3,3	2,9
	Centro	96,2	108,5	114,2	82,6	80,3	86,2	50,0	2,9	4,0	2,7	2,6	2,4	3,4	5,0	3,3	3,0	2,8
	Oeste	91,3	106,7	99,1	80,9	79,1	83,7	50,9	3,6	4,7	3,5	3,2	3,2	4,3	6,2	4,1	3,8	3,6
	Alcobaça	105,7	106,5	97,2	82,4	79,7	87,7	50,1	3,0	4,7	2,6	2,6	2,7	4,0	6,3	3,3	3,5	3,6
	Alenquer	69,2	92,9	80,8	80,9	82,2	78,2	50,5	3,8	4,7	3,0	3,0	5,4	4,3	5,8	3,5	3,4	5,4
	Arruda dos Vinhos	90,8	120,7	135,8	84,0	86,4	79,4	43,5	5,3	2,8	15,9	12,9	4,6	6,5	3,5	20,3	16,6	5,2
	Bombarral	99,7	109,2	65,4	80,0	71,2	96,6	50,0	3,3	16,0	2,3	2,3	2,3	3,9	16,5	2,7	2,7	2,7
	Cadaval	91,3	90,0	44,4	71,8	67,4	83,7	46,7	2,4	5,7	1,8	1,8	1,8	2,7	8,0	1,9	1,9	1,9
	Caldas da Rainha	96,9	120,9	141,3	79,1	76,2	82,8	52,2	3,2	3,6	4,7	3,3	2,5	4,0	5,3	6,6	4,0	2,7
	Lourinhã	83,1	97,2	66,9	83,0	80,5	90,7	54,4	3,4	4,4	4,0	4,0	1,8	4,3	6,3	4,8	5,0	2,1
	Nazaré	88,0	97,7	98,4	85,9	82,4	88,2	46,7	4,3	5,3	3,8	4,1	4,0	5,3	9,7	4,3	4,6	4,1
	Óbidos	108,9	94,6	43,3	60,9	61,9	58,5	44,7	2,6	3,6	3,9	1,8	1,8	2,8	3,9	4,0	2,0	2,0
	Peniche	91,1	101,0	74,9	81,6	80,4	84,4	56,8	4,0	6,9	3,6	3,6	2,7	4,4	8,4	3,8	3,9	2,9
	Sobral de Monte Agraço	85,5	94,0	46,2	90,4	88,8	95,1	52,2	2,4	5,3	1,9	1,9	1,9	2,8	8,3	2,1	2,1	2,1
Torres Vedras	94,8	115,7	122,6	80,6	78,4	82,8	51,5	4,6	5,3	4,0	4,1	5,1	5,3	6,7	4,4	4,5	5,7	

Fonte: INE; Anuários estatísticos da Região Centro e AML, 2015 e 2018 (publicados em dezembro 2016 e de 2019)

Nos domínios da inclusão social e igualdade importa verificar a evolução no domínio do **desemprego**, uma vez que é uma matéria com claras implicações nos mesmos.

No último trimestre de 2019, de acordo com os dados do INE²⁹, a taxa de desemprego nacional era de 6,7%; um valor ligeiramente inferior ao que se registava em 2018: 7%. Nessa data, a proporção de desempregados de longa duração correspondia a 51,1%. Analisando outras escalas, em 2018, na Área Metropolitana de Lisboa a taxa de desemprego situava-se acima da nacional, com um valor de 7,4% (49,6% eram desempregados de longa duração), enquanto a Região Centro apresentava um valor mais baixo, de 5,6% (50,6% correspondia a desempregados de longa duração).

À escala da sub-região, os dados mais recentes do IEFP mostram uma tendência de redução do desemprego. Entre 2014 e 2019 verificou-se um decréscimo na ordem dos 55% do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, sendo, contudo, de salientar o facto de o desemprego feminino apresentar, ao longo deste período, um valor ligeiramente superior ao masculino, o que pode indicar problemas ao nível da igualdade de género e do equilíbrio social.

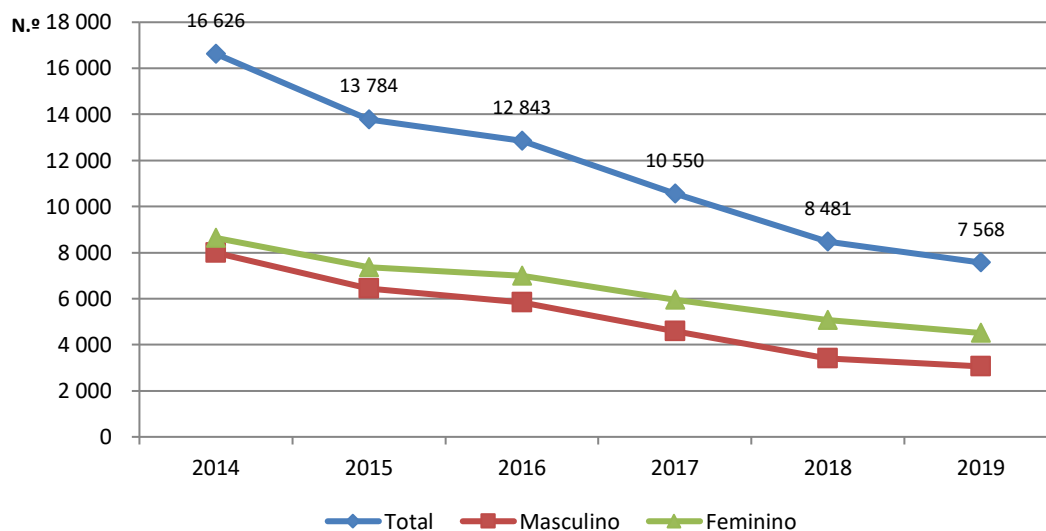


Figura 16. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual) – NUTS III Oeste

Fonte: PORDATA/ IEFP/MTSSS

O atual contexto provocado pela pandemia por COVID 19 tem tido um impacto devastador a nível socioeconómico, pelo que, ainda que com dados de carácter mensal, se analisou o diferencial de inscritos no IEFP entre janeiro e abril de 2020³⁰. O cenário registado em abril 2020 mostra um aumento de 36%, (mais 2780 indivíduos em apenas três meses) dos inscritos face a janeiro do mesmo ano, passando de 7819 para 10599 inscritos, um aumento que se deve exclusivamente a indivíduos à procura de novo emprego. Este novo contexto caracteriza-se ainda pelo seguinte:

²⁹ Fonte: INE, Inquérito ao emprego (disponível em: <https://tinyurl.com/y7wfs69z>)

³⁰ Fonte dos dados analisados: www.iefp.pt/estatisticas - ficheiro disponível em: https://drive.google.com/open?id=1pyk8liSd-hSgINFFzMBXFN_p3SR4lOZB

- Apesar de, relativamente ao género, se manter o feminino como o maior grupo de inscritos, verifica-se um aumento superior dos inscritos do sexo masculino (mais 38% face a 34% do sexo feminino) entre janeiro e abril 2020.
- Em termos etários, o grupo dos 25-34 anos sofreu o maior aumento relativo (47%), sendo o maior valor absoluto sentido no grupo dos 35 aos 54 anos (mais 1405 inscritos).
- No nível de escolaridade, predominam os inscritos com o nível secundário e terceiro ciclo, tendo sido também nestes dois grupos que se registaram os maiores aumentos, em termos absolutos e relativos (42%).
- Os motivos da inscrição revelam que o aumento se deve exclusivamente a dois motivos: “fim de trabalho não permanente” com um aumento de 81%, tendo passado de 971 inscritos para 1760, em janeiro e abril respetivamente; “despedimento” com um aumento de 171% tendo passado de 120 para 325, no mesmo período.
- A análise à escala do concelho mostra que os territórios mais afetados são, em termos de número de desempregados e aumentos, os concelhos de Alenquer, Alcobaça e Caldas da Rainha, seguindo-se Torres Vedras com valores absolutos também expressivos.

Em termos de **proteção social**, o número de beneficiários do subsídio de desemprego no Oeste acompanha a tendência de decréscimo registada noutras escalas com um total de 11.787 beneficiários em 2018, um valor substancialmente inferior ao de 2014 (20.397 beneficiários). Quanto ao valor médio anual do subsídio de desemprego, o cenário é mais negativo com valores inferiores aos registados em outras escalas. Em 2018, os valores eram de 2.675€/ano no Oeste; 2.751€/ano na Região Centro e 2.949€ a nível nacional. Este dado mostra um contexto de grande fragilidade social com mais de 10 mil pessoas a viverem em elevado risco de pobreza.

Mantendo como referência os anos de 2014 e 2018, a análise de outros indicadores de prestações da Segurança Social (pensões de velhice, invalidez e sobrevivência) revela um aumento no valor médio das pensões (4.698€/ano, em 2014 e 5.139€/ano, em 2018), tendência verificada igualmente na Região Centro e a nível nacional (Tabela 19). Na sub-região a distribuição é relativamente equitativa, destacando-se, no entanto, os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço que apresentam valores superiores aos da NUTS III Oeste mas também da Região Centro (NUTS II) e aos nacionais (5.415€; 5.625€ e 5.481€, respetivamente). Apesar deste cenário, o rendimento médio por adulto que auferes estes subsídios e/ou pensões mantém-se inferior ao limiar de risco de pobreza, fixado em 6.014 €/anual³¹, para esse ano.

No que se refere ao número de beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), entre 2014 e 2018, existe um decréscimo (cerca de 13%) no Oeste, à semelhança do que ocorre a nível regional e nacional.

³¹ Fonte: INE, Inquérito às condições de vida e rendimento (disponível em: <https://tinyurl.com/rr7w48l>)

Tabela 19. Indicadores de prestações sociais da Segurança Social por município, em 2014 e 2018

Unidade Territorial	Beneficiários						Valor médio anual			
	Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego		Rendimento Social de Inserção		Pensões (invalidez, velhice, sobrevivência)		Subsídio de desemprego	
	N.º						€			
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
Portugal	3 024 590	2 997 488	583 523	367 519	320 811	282 288	4 998	5 436	3 391	2 949
AM Lisboa	754 549	750 164	149 410	92 559	81 907	71 584	6 404	7 014	3 833	3 476
Centro	742 323	724 496	111 589	65 409	48 559	42 493	4 412	4 781	3 184	2 751
Oeste	109 826	109 047	20 397	11 787	4 790	4 159	4 698	5 139	3 121	2 675
Alcobaça	19 541	19 009	2 859	1 475	669	496	4 760	5 199	3 085	2 719
Alenquer	13 114	12 379	2 779	1 496	646	619	4 888	5 415	3 235	2 964
Arruda dos Vinhos	3 536	3 529	671	389	116	140	5 038	5 625	3 867	3 527
Bombarral	4 179	3 980	721	428	119	128	4 241	4 626	2 799	2 392
Cadaval	4 726	4 602	796	515	117	124	4 295	4 681	2 821	2 222
Caldas da Rainha	15 257	15 398	2 887	1 647	678	501	4 635	5 045	3 090	2 580
Lourinhã	7 588	7 657	1 445	845	418	429	4 457	4 885	2 960	2 506
Nazaré	5 132	5 099	915	559	241	118	4 818	5 089	2 803	2 381
Óbidos	3 751	3 749	634	333	117	67	4 394	4 760	3 036	2 497
Peniche	8 784	8 686	2 093	1 591	478	366	4 516	4 873	2 757	2 407
Sobral de Monte Agraço	2 835	2 828	468	208	162	105	4 721	5 481	3 591	3 010
Torres Vedras	21 383	22 131	4 129	2 301	1 029	1 066	4 872	5 333	3 353	2 854

Fonte: INE, Instituto de Informática, 2018 e Anuários Estatísticos do Centro e Lisboa – 2014 e 2018

No âmbito do presente diagnóstico, é importante revisitar o quadro de medidas/ações propostas na EIDT tendo em consideração o contexto registado na altura do seu desenvolvimento. Na EIDT Oeste, para o eixo 9 “Inclusão Social” concorriam de forma direta as seguintes medidas: “**Medida 1/submedida 1.1. Oeste Digital 3.0 – Comunidade**”; “**Medida 5. Programa +Competências**”, “**Medida 6. Oeste Emprego**” e “**Medida 8 - Rede Regional de Serviços de apoio à inclusão social**”. A estas medidas estava associada a concretização de um conjunto alargado de ações, a implementar por múltiplas entidades da região (CIM, as autarquias, agrupamentos de escolas, IEF, associações, etc.) e cuja implementação responderia à melhoria de aspetos de maior fragilidade e reforço de aspetos positivos de contexto.

Neste contexto, mediante o instrumento de apoio que se afirmou como primeira opção na gestão de base territorial de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), o Investimento Territorial Integrado (ITI)/Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da Região Oeste, a OesteCIM mobilizou o conjunto possível de Prioridades de Investimento (PI) pré-estabelecidas e que permitiam à CIM e aos seus municípios assegurar apoios para a implementação de projetos estratégicos e prioritários:

- PI 9.1. “Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria de empregabilidade” – FSE/Centro 2020 (CIM) e FSE/POISE (municípios).

- PI 9.4. “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral” – FSE/POISE.
- PI 9.7. “Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais” (apenas incluídos os equipamentos de saúde, uma vez que para os equipamentos sociais da responsabilidade de instituições da sub-região foi assegurado que se abririam avisos específicos) – FEDER/Centro 2020.
- PI 10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação – FSE/Centro 2020.
- PI 10.5. “Rede de Infraestruturas escolares” – FEDER/Centro 2020.

Mais recentemente, a reprogramação do PDCT determinou um ajuste de PI e dos PO financiadores. As PI 9.1 e 9.4 foram agregadas, passando a constar apenas a PI 9.1. mobilizada pelo PO regional.

Em termos de qualificação da **rede de serviços de proximidade**, essenciais para a inclusão social e a redução de assimetrias e desigualdades, relevam-se os domínios da saúde, do apoio social e do ensino. Sobre estas redes, identificadas na EIDT como essenciais na qualificação das respostas e no debelar do contexto social frágil que se revelou existir em alguns grupos sociais, a Medida 8 da EIDT previu a necessidade de investimento, sendo o ponto de situação atual de concretização o seguinte:

- A “PI 9.7 Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais” foi, no âmbito do PDCT, condicionada pelo processo de mapeamento regional tendo resultado, nesse contexto, na apresentação de 7 projetos com um investimento/despesas elegíveis de 6.403.059,06 € e 5.442.600€ de FEDER aprovado (Tabela 20). Complementarmente, por iniciativa de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e demais entidades que asseguram respostas integradas aos grupos mais vulneráveis do território com intervenções de apoio social/à família (prestando cuidados a crianças e idosos por exemplo), assim como de entidades regionais de Saúde, no território do Oeste, foram candidatados a apoios comunitários para a intervenção em infraestruturas sociais e de saúde, nomeadamente centros hospitalares³², 10 projetos de investimento com um total de despesa elegível na ordem dos 7,3 milhões de euros e cerca de 6,2 milhões de euros de fundo aprovado.
- Também no domínio infraestrutural concorrente para a inclusão ativa da comunidade, o investimento na rede escolar é essencial, motivo pelo qual foi integrado na Medida 8 da EIDT. A aposta na qualificação e modernização do parque escolar existente nos 12 concelhos do Oeste era, em 2013, e uma prioridade e, apesar dos investimentos concretizados, mantém-se como uma prioridade atual em 2020. A modernização da rede escolar correspondeu à PI 10.5, apoiada através do PO Regional Centro 2020 e mobilizadora de FEDER. No Oeste foram implementados 23 projetos

³² AAC: CENTRO-42-2018-07: Apoio ao investimento em infraestruturas e equipamentos sociais; CENTRO-42-2018-11: Apoio ao Investimento em equipamentos hospitalares de saúde; CENTRO-42-2016-02: Investimento em equipamentos hospitalares de saúde

num total de investimento superior a 20 milhões de euros e com um apoio superior a 17 milhões (Tabela 21).

Tabela 20. Projetos aprovados na PI 9.7. Investimentos em infraestruturas e equipamentos sociais

Nome da operação	Beneficiário	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI
Projetos via PDCT	7 projetos	6.403.059,06 €	5.442.600 €	
Remodelação da Unidade de Saúde de Peniche	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P.	1.118.000,00 €	950.300,00 €	FEDER
Aquisição de três Unidades Móveis de Saúde	Comunidade Intermunicipal do Oeste	180.000,00 €	153.000,00 €	FEDER
Nova Unidade de Saúde da Nazaré	Município da Nazaré	1.060.576,79 €	901.490,27 €	FEDER
Construção de Unidade de Saúde Familiar (USF) da Benedita	Município de Alcobaça	1.605.067,37 €	1.364.307,26 €	FEDER
Construção da Unidade Saúde de Santo Onofre	Município de Caldas da Rainha	1.208.401,49 €	1.027.141,27 €	FEDER
Requalificação da Unidade de Cuidados de Saúde de São Mamede da Ventosa	Município de Torres Vedras	639.013,41 €	543.161,40 €	FEDER
Centro de Saúde do Cadaval - USF	Município de Cadaval	592.000,00 €	503.200,00 €	FEDER
Outros projetos	10 projetos	7 299 471,02 €	6 204 550,00 €	
Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes	Associação Social, Cultural e Humanitária da Atalaia	232.541,92 €	197.660,63 €	FEDER
Reabilitação e adaptação de instalações de CAO e Lar Residencial	CEERIA - Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça	941.756,16 €	800.492,73 €	FEDER
Unidade Cuidados Paliativos no HABLO	Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E.	184.500,00 €	156.825,00 €	FEDER
Remodelação e Ampliação do Serviço de Urgência Médico-Cirúrgico da Unidade Hospitalar de Caldas da Rainha - CHOeste	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	1.794.117,65 €	1.525.000,00 €	FEDER
Remodelação e Beneficiação a realizar em áreas da Unidade Hospitalar de Torres Vedras do Centro Hospitalar do Oeste.	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.	1.205.882,35 €	1.025.000,00 €	FEDER
Aquisição de equipamento para as respostas sociais	Centro Social Paroquial de Moita dos Ferreiros	88.233,65 €	74.998,60 €	FEDER
Deslocalização da ERPI Santa Maria do Centro Solidariedade e Cultura de Peniche	Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche	824.643,99 €	700.947,39 €	FEDER
Reabilitação do Edifício da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)	Fundação Maria e Oliveira	569.210,91 €	483.829,27 €	FEDER
Lar de São José - Melhoria das Condições de Instalação e Funcionamento	Lar de São José	475.949,25 €	404.556,86 €	FEDER
Beneficiação e Remodelação do Centro de Apoio Idosos Dr. Ernesto Moreira	Montepio rainha D. Leonor – Associação Mutualista	982.635,14 €	835.239,87 €	FEDER
Total PI	17 projetos	13 702 530,08 €	11 647 150,55 €	

Fonte: Centro 2020 – Projetos aprovados

Tabela 21. Projetos aprovados na PI 10.5. Investimentos em infraestruturas e equipamentos escolares

Nome da operação	Beneficiário	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEL
Construção do Centro Escolar da Cela / EB1 / JI	Município de Alcobaça	1 022 085,34 €	868 772,54 €	FEDER
Construção do centro escolar de Turquel	Município de Alcobaça	1 749 710,51 €	1 487 253,93 €	FEDER
Construção do Centro Escolar de Alfeizerão EB1/JI	Município de Alcobaça	1 574 739,45 €	1 338 528,53 €	FEDER
Requalificação e ampliação da EB e JI de Ota	Município de Alenquer	799 848,94 €	679 871,60 €	FEDER
Requalificação e ampliação da EB e JI da Merceana	Município de Alenquer	830 470,62 €	705 900,03 €	FEDER
Requalificação do Parque Escolar do Concelho de Arruda dos Vinhos - Centro Escolar de Arruda dos Vinhos	Município de Arruda dos Vinhos	680 824,86 €	578 701,14 €	FEDER
Remodelação da EB1 e Construção do JI do Painho	Município do Cadaval	349 460,09 €	297 041,08 €	FEDER
Requalificação e Modernização da Escola Básica e Secundária do Cadaval	Município do Cadaval	255 393,12 €	217 084,16 €	FEDER
Requalificação e Ampliação da EB da Tornada	Município de Caldas da Rainha	171 972,37 €	146 176,51 €	FEDER
Requalificação da EB do Bairro dos Arneiros	Município de Caldas da Rainha	741 500,32 €	630 275,27 €	FEDER
Requalificação da EB da Encosta do Sol	Município de Caldas da Rainha	733 540,43 €	623 509,37 €	FEDER
Requalificação da EB do Avenal	Município de Caldas da Rainha	733 384,92 €	623 377,18 €	FEDER
Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Vimeiro	Município da Lourinhã	345 870,32 €	293 989,78 €	FEDER
Requalificação da E. B. 2,3 Dr. Afonso Rodrigues Pereira	Município da Lourinhã	425 000,00 €	361 250,00 €	FEDER
Requalificação e Ampliação da Escola Básica da Marquiteira	Município da Lourinhã	216 678,79 €	184 176,97 €	FEDER
Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Cabeça Gorda - Lourinhã	Município da Lourinhã	281 863,14 €	239 583,67 €	FEDER
Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Seixal - Lourinhã	Município da Lourinhã	206 496,07 €	175 521,66 €	FEDER
Centro Escolar de Famalicão (JI+EB1)	Município da Nazaré	1 300 000,00 €	1 105 000,00 €	FEDER
Centro Escolar de Atouguia da Baleia	Município de Peniche	2 492 446,91 €	2 118 579,88 €	FEDER
Requalificação e Modernização da EB/S Joaquim Inácio da Cruz Sobral	Município de Sobral de Monte Agraço	233 387,85 €	198 379,68 €	FEDER
Escola Básica de S. Pedro Cadeira	Município de Torres Vedras	2 816 555,21 €	2 394 071,93 €	FEDER
Escola Básica de Turcifal	Município de Torres Vedras	847 241,90 €	720 155,62 €	FEDER
Escola Básica de Póvoa de Penafirme	Município de Torres Vedras	1 609 255,56 €	1 367 867,23 €	FEDER
Total PI	23 projetos	20 417 726,72 €	17 355 067,76 €	

Fonte: Centro 2020 – Projetos aprovados

Em relação aos apoios para intervenção direta de municípios e CIM a nível social, apesar de considerada prioritária no contexto da EIDT elaborada em 2013 e depois no PDCT de 2015, apenas em 2019 foi aberto o primeiro Aviso³³ para o apoio a uma parte dos investimentos previstos associados à PI 9.1 (Tabela 22).

O contexto de abertura tardia do aviso é amplamente penalizador para a região uma vez que não permitiu a necessária concertação de esforços e articulação de projetos entre entidades sociais do Oeste e os municípios/CIM, sendo ainda de destacar o esforço da OesteCIM na elaboração do Plano para a Rede de Inovação Social do Oeste³⁴ logo após a aprovação do PDCT, na perspetiva de abertura do Aviso para a concretização de medidas específicas/projetos-piloto (Tabela 23), algo que não veio a acontecer até à data.

³³ AAC: CENTRO-30-2019-08: Inclusão ativa de grupos vulneráveis - Cultura para todos

³⁴ Informação disponível em www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=d8f8f1ea-340e-4213-8e47-25a6df3f8dec&m=b133

Tabela 22. Projetos inscritos no PDCT (versão atualizada em 2019) na PI 9.1

Nome da Operação	Nome do Beneficiário	Dotação Fundo (€)	FEEI
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos Lourinhã	Município da Lourinhã	205.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos - Nazaré	Município da Nazaré	160.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos - Alcobaça	Município de Alcobaça	200.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos - Alenquer	Município de Alenquer	180.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Arruda dos Vinhos	Município de Arruda dos Vinhos	100.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Bombarral	Município do Bombarral	173.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Caldas da Rainha	Município das Caldas da Rainha	318.703, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Óbidos	Município de Óbidos	100.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Peniche	Município de Peniche	200.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Sobral de Monte Agraço	Município de Sobral de Monte Agraço	145.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Torres Vedras	Município de Torres Vedras	267.000, 00 €	FSE
Promover a inclusão social pelo acesso à cultura – Cultura para todos – Cadaval	Município de Cadaval	280.000, 00 €	FSE
Rede para a inovação social no Oeste - ações integradas de promoção local da inclusão social ativa	OesteCIM	600.000, 00 €	FSE
Total		2.928.703, 00 €	

Fonte: PDCT Oeste

Tabela 23. Eixos e projetos-piloto do Plano de Ação da Rede para a Inovação Social no Oeste

Eixo 1. Articulação e otimização de mecanismos regionais	P1. Modelo de governação e capacitação da Rede para a Inovação Social no Oeste
	P2. Observatório do Oeste
	P3. Plataforma RISO
	P4. Marca "Oeste Inovação Social"
Eixo 2. Sensibilização, inclusão e participação ativa	P5. Oficinas de promoção da igualdade e da multiculturalidade
	P6. Campanha publicitária de sensibilização para o dever comunitário
	P7. Programa de mobilização da comunidade de bairros sociais
	P8. Programa de voluntariado em rede
Eixo 3. Incremento da qualidade de vida da comunidade	P9. Rede de cuidadores de apoio domiciliário
	P10. Programa de educação emocional
	P11. Campanha de ajuste de horários para conciliação da vida familiar e profissional
	P12. Espaço urbano inclusivo
	P13. Programa de transição de ciclos
Eixo 4. Apoio na construção e valorização de projeto de vida	P14. Apoio no reconhecimento e reforço de qualificações e competências
	P15. Programa de integração social e laboral de indivíduos de risco
	P16. Rede de apoio ao empreendedorismo social do Oeste
Eixo 5. Prevenção de comportamentos de risco	P17. Oficinas de promoção de hábitos de vida saudáveis
	P18. Acompanhamento social de pessoas com consumos

Fonte: OesteCIM

Já no caso das intervenções da CIM e municípios no domínio do ensino (PI 10.01), mais especificamente na promoção do sucesso escolar, a operação intermunicipal, composta pelas doze abordagens municipais foi iniciada em 2017, estando ainda em curso. Esta Operação “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região Oeste” tem aplicação em todo o território da NUTS III e tem associada uma despesa elegível na

ordem dos 4,5 milhões de euros, com a mobilização de 3,7 milhões e Fundo Social Europeu proveniente do PO Regional Centro 2020 (informação integrada na Tabela 24).

Para além destes investimentos previstos no PDCT, que se focam na atuação das entidades da administração local do Oeste, a capacidade de intervenção apoiada por FEEL tem vindo a ser registada em todo o território, essencialmente apoiada pelo FSE mobilizado pelo PO Inclusão Social e Emprego (POISE). Destacam-se os projetos de apoio à qualificação e formação para a inclusão e o emprego (PI 10.01; PI10.02, PI10.03 e PI10.04) e à adaptação dos trabalhadores, das empresas e empresários à mudança (PI 8.5), com preponderância para a formação e inclusão ativa (PI 9.1), aqui com maior expressão dos CLDS (Contratos locais de desenvolvimento social) e formação modular DLD (Desempregados de Longa Duração). Conforme se sintetiza nas tabelas seguintes, até à data (março 2020):

- Foram apresentados 221 projetos no domínio **educação e qualificações** para a inclusão e atenuação de desigualdades (PO Centro 2020 e POCH) totalizando aproximadamente 180 milhões euros de despesa elegível e a mobilização de mais de 150 milhões de euros de FSE (Tabela 24).
 - Os cursos profissionais são a tipologia de projeto com maior expressão no volume de investimento e de fundo atribuído, num total de 128 candidaturas e de aproximadamente 93 milhões de FSE mobilizado. Segue-se a formação de adultos com 32 candidaturas que representam mais de 43 milhões de FSE mobilizado. Importa, contudo, referir que nesta última tipologia de operações (correspondente à PI 10.3) muitas candidaturas foram apresentadas por entidades de escala nacional ou regional, não sendo possível inferir com exatidão o total de apoios que alavancam exclusivamente o Oeste.
- Foram apresentados 58 projetos no domínio da inclusão social, com um investimento elegível de mais de 11 milhões de euros associado a uma mobilização de cerca de 10 milhões de euros de FSE (Tabela 25). A formação para desempregados assume uma expressão considerável no total de apoios.

Tabela 24. Síntese de projetos apresentados no domínio inclusão por via da educação e qualificações ao Portugal 2020

	POCH	Centro 2020	Total
Nº de candidaturas	210	11	221
Despesas/investimento	172 222 592,24 €	7 691 231,91 €	179 913 824,15 €
Fundo total atribuído	146 389 203,40 €	6 537 547,12 €	152 926 750,52 €
PI 10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, (...)			
Nº de candidaturas	50	5	55
Despesas/investimento	11 378 128,64 €	5 688 095,26 €	17 066 223,90 €
Fundo atribuído	9 671 409,32 €	4 834 880,97 €	14 506 290,29 €
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> • CEF • Cursos Vocacionais • Redução do abandono escolar - CEF 	<ul style="list-style-type: none"> • TEIP, PIEF e Mais Sucesso • CET • Insucesso escolar 	
PI 10.2- Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos			
Nº de candidaturas	0	1	1
Despesas/investimento	- €	84 256,00 €	84 256,00 €
Fundo atribuído	- €	71 617,60 €	71 617,60 €
Tipo		<ul style="list-style-type: none"> • TESP 	
PI 10.03 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas			
Nº de candidaturas	32	0	32
Despesas/investimento	51 502 373,75 €	- €	51 502 373,75 €
Fundo atribuído	43 777 017,07 €	- €	43 777 017,07 €
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) • Sistema de Aprendizagem • Aprendizagem ao longo da vida - Centros Qualifica 		
Observações	O IIEFP, I.P. é responsável por 35 191 498 € de despesa e 29 912 773 € de apoio FSE do total aprovado		
PI 10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, (...)			
Nº de candidaturas	128	5	133
Despesas/investimento	109 342 089,85 €	1 918 880,65 €	111 260 970,50 €
Fundo atribuído	92 940 776,38 €	1 631 048,55 €	94 571 824,93 €
Tipo	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos profissionais 	<ul style="list-style-type: none"> • CET 	

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados e www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas

Ainda de acrescentar que, de acordo com a entidade representante dos Centros Qualifica no Conselho Estratégico da OesteCIM³⁵, a monitorização da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.) relativa ao desempenho de 2019 da rede de 12 Centros Qualifica do Oeste³⁶, no território da OesteCIM não foram alcançadas as metas previstas (Figura 17).

³⁵ Agrupamento de escolas Henrique Nogueira.

³⁶ Na plataforma do Programa Qualifica, estão registados 12 Centros Qualifica, promovidos pelas seguintes entidades: **Agrupamentos de Escolas:** Henriques Nogueira / Torres Vedras; Damião de Góis / Alenquer; Fernão do Pó / Bombarral; Lourinhã; Rafael Bordalo Pinheiro / C. Rainha; Cister / Alcobaça; Escola Secundária de Peniche; Cencal / C. Rainha; **Cercina** / Nazaré; **Barafunda** / Benedita; **Cenfim** / Torres Vedras, Caldas da Rainha, Peniche.

Quadro 2 – Desempenho da CIM

Metas CIM Insritas	Metas CIM Encaminhadas	Metas CIM Encaminhadas Ofertas	Metas CIM Encaminhadas RVCC	Metas CIM Certificadas	CIM Insritas	CIM Encaminhadas Ofertas	CIM Encaminhadas RVCC	CIM Certificadas	CIM Total 2019 Objctive Insritas	CIM Total 2019 Objctive Encaminhadas	CIM Total 2019 Objctive Certificadas	CIM jan-dez Desempenho Insritas
6319	5687	2275	3412	1362	4904	3096	935	399	77,61%	70,88%	29,3%	77,61%

Quadro 3 – Desempenho da NUTS II

Metas NUTS II Insritas	Metas NUTS II Encaminhadas	Metas NUTS II Encaminhadas para Ofertas	Metas NUTS II Enc. Proc. RVCC	Metas NUTS II Certificadas	NUTS II Insritas	NUTS II Encaminhadas Ofertas	NUTS II Encaminhadas RVCC	NUTS II Certificadas	NUTS II Total 2019 Objctive Insritas	NUTS II Total 2019 Objctive Encaminhadas	NUTS II Total 2019 Objctive Certificadas	NUTS II jan-dez Desempenho Insritas
43410	39069	15627	23442	9366	44968	32819	8113	4689	103,59%	104,77%	50,06%	103,59%

Figura 17. Quadro de desempenho de Centros Qualifica na NUTS III Oeste no ano de 2019

Fonte: ANQEP, 2020

Tabela 25. Projetos aprovados no POISE, em domínios relacionados com a inclusão social

	Projetos aprovados	Despesas elegíveis / investimento	Fundo aprovado
PI 08.02 - Integração profissional			
Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)	14	430.283,46 €	395.860,78 €
PI 08.05 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança			
Formação Modular para Empregados e Desempregados	15	3.725.150,66 €	3.166.378,08 €
Vida Ativa para desempregados	2	1.010.940,02 €	859.299,02 €
PI 09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade			
Capacitação para a Inclusão	5	570.551,55 €	484.968,82 €
Formação Modular para DLD (Desempregados de Longa Duração)	5	1.160.186,64 €	986.158,65 €
Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	5	1.995.852,71 €	1.696.474,80 €
Vida Ativa para DLD	1	98.940,01 €	84.099,01 €
PI 09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral			
Formação de Profissionais do Setor da Saúde	1	73.587,06 €	62.549,00 €
Rede local de intervenção social (RLIS)	5	1.650.044,22 €	1.402.537,59 €
PI 09.05 Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego			
Parcerias para o Impacto	2	536.064,09 €	318.958,13 €
Programa de Capacitação para o Investimento Social	3	91.504,57 €	77.778,88 €
Total	58	11.343.104,99 €	9.535.062,76 €

Fonte: POISE

Complementarmente aos projetos cofinanciados pelo Portugal 2020, a OesteCIM tem vindo a procurar novas fontes de financiamento. Atualmente encontra-se em implementação o “Projeto Oeste Educa +” que visa aumentar a mobilidade da comunidade escolar e permitir a aquisição de competências transversais e essenciais.

SÍNTESE

Em síntese, no Eixo “Crescimento Inclusivo”/Eixo 1. As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” sistematizam-se as seguintes considerações relativas à concretização e necessidades de revisitação da EIDT:

A **Medida 5. Programa + Competências** da EIDT, associada ao objetivo estratégico de fortalecer o ajustamento entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados por parte do tecido económico regional, está a ser implementada, na sua vertente de inclusão e mitigação de desigualdades por via da melhoria das qualificações da população, uma vez que se asseguraram projetos de promoção do sucesso escolar no ensino obrigatório, e ofertas de cursos profissionais e outros modelos de formação que promovem a reconversão profissional e a aprendizagem ao longo da vida, a par com o reforço da formação profissional e/ou vocacional. A dimensão financeira dos apoios concedidos para a qualificação da população é superior a 170 milhões de euros (despesas elegíveis superiores a 200 milhões de euros), com mais de duas centenas de projetos aprovados a serem implementados por instituições de ensino e formação. Importa, contudo, considerar o seguinte:

- Continuidade da aposta na promoção do sucesso escolar com um acréscimo de articulação de abordagens das entidades da sub-região e à escala da RLVT.
- A OesteCIM desenvolveu o “Estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações Intermédias na Região Oeste”, concluído em 2017, do qual, entre outros elementos, fazem parte o diagnóstico e o mapa de relevâncias³⁷, este último correspondente à listagem hierarquizada de qualificações relevantes face ao perfil da sub-região Oeste, existindo algumas qualificações muito relevantes que não são pontuadas na listagem da ANQEP.
- Os resultados de monitorização da ANQEP na NUTS III Oeste, no ano de 2019, mostram resultados aquém dos registados na NUTS II e das metas estabelecidas, pelo que se revela adequada a avaliação deste cenário, nomeadamente no que se refere ao modelo existente e encaminhamento dos formandos.
- Necessária verificação do alinhamento de novas operações a candidatar ainda no atual quadro e no futuro quadro 2021-2027, com o estudo supramencionado, em simultâneo com a verificação da atualidade dos seus resultados.
- Verificação do alinhamento/ajustamento entre a oferta e procura de recursos humanos qualificados e os resultados obtidos por estas operações aprovadas, medidos pelo contributo para esse alinhamento e não apenas no número de alunos com o percurso académico concluído.
- Necessidade de adequar o sistema atualmente vigente a modelos de qualificação a distância e de modelos com maior capacidade de adaptação a contextos tendencialmente mais voláteis e que podem obrigar a um reforço de competências polivalentes.

A **Medida 6. Oeste Emprego** da EIDT encontra-se a ser implementada através de ações analisadas neste eixo e em outros que posteriormente se analisam. Destacam-se os estágios profissionais,

³⁷ www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=a261157a-0973-48c6-a061-f7047142c92d&m=c1073

nomeadamente o PEPAL, as oportunidades para desempregados e a aposta na inserção profissional, visíveis nas operações apoiadas pelos Programas Operacionais do Portugal 2020.

A **Medida 8. Rede Regional de Apoio à Inclusão Social**, que se alinha com o presente eixo, visa a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada. Nesta medida, fruto do contexto identificado, foi incorporado um conjunto de ações referentes à supressão de necessidades no domínio da saúde de forma a promover um acesso equitativo e a prestação de cuidados a todos os cidadãos, da intervenção social, quer através de abordagens tradicionais como inovadoras e ainda do ensino.

- A nível infraestrutural foram concretizados diversos investimentos, tendo a dimensão física de intervenção, no que aos municípios diz respeito, sido integrada no PDCT da Região Oeste, ainda que com dotações aquém das necessárias para suprir as necessidades regionais. Assim verifica-se a concretização parcial da Medida e a pertinência da sua manutenção no quadro 2021-2027, acautelando:
 - O essencial reforço das dotações financeiras para a saúde no sentido de se dar continuidade à melhoria e aumento da capacidade de resposta, quer de serviços de proximidade como de serviços centralizados que se encontram no Oeste.
 - Adaptação de modelos de serviços a novos contextos de saúde pública, com necessidades ainda mais exigentes do ponto de vista sanitário.
 - O aumento da dotação financeira na qualificação da rede escolar, cujo investimento apoiado está muito aquém das necessidades identificadas nos 12 concelhos do Oeste, permanecendo um número significativo de projetos por concretizar.
 - A necessidade de reforçar e criar novos apoios para a valorização da rede social uma vez que permanece um significativo número de residentes integrados em grupos muito vulneráveis e em elevado risco de pobreza, sendo as respostas sociais essenciais. Neste enquadramento incluem-se também as estruturas ligadas à justiça e que, no quadro da descentralização de competências, passarão a ser responsabilidade das autarquias e CIM.
 - A urgência de incorporar apoios a infraestruturas culturais, recreativas e desportivas (não profissionais), importantes âncoras de inclusão social que não tiveram apoios no quadro em vigor.
- O reforço da capacidade de intervenção em rede, à escala do Oeste e da RLVT, com o alinhamento dos apoios comunitários e disponibilização de FEEL com as reais necessidades de investimento para a inclusão social, quer do ponto de vista imaterial como material, tendo em conta também o quadro de descentralização de competências que decorrente da concretização da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto reforça o papel dos municípios e CIM no domínio da educação; saúde, cultura e social.
- O respeito por prazos de abertura de avisos que permitam colocar no terreno projetos identificados como prioritários, algo que neste domínio de intervenção não aconteceu, com

avisos abertos apenas em 2019 e sem a totalidade das verbas contratualizadas, o que mostra a não consideração da EIDT e necessidades regionais no quadro do Portugal 2020 nestas matérias.

A **Medida 1/submedida 1.1. Oeste Digital 3.0 – Comunidade** é transversal a todos os eixos, sendo no presente visível nos esforços de desmaterialização de serviços e no reforço de competências da comunidade escolar no domínio das tecnologias. Neste âmbito e atendendo ao que nos últimos meses se apresenta como um novo quotidiano de trabalho e de vida, o reforço da infraestrutura tecnológica e da digitalização de serviços é prioritário.

Complementarmente, é relevante ter em consideração o seguinte, no contexto de elaboração da revisitação 2021-2027:

- Contexto de fortes sinergias com a RLVT, área territorial que aliás assiste à gestão da maioria dos serviços de proximidade/serviços de interesse geral do Oeste (saúde, emprego, ensino, etc.).
- Garantir um calendário de AAC coerente e que seja respeitado, permitindo assim às várias entidades da sub-região que se organizem e articulem intervenções e estratégias de atuação, maximizando o impacto real da implementação dos projetos. O atraso na abertura de avisos nas PI contratualizadas, sendo o mais gravoso o da PI 9.1./Projetos inovadores (abertura de aviso apenas em 2019), compromete não só a execução das verbas contratualizadas, mas principalmente o alcance das metas definidas, não contribuindo para a valorização e desenvolvimento da sub-região.
- Aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT, mais relevantes quando a concretização deste eixo depende da concertação de esforços de uma rede alargada de parceiros.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Incorporar flexibilização dos apoios no sentido de poderem dar resposta aos novos desafios sociais exacerbados pelo contexto de pandemia pelo COVID 19 que determinou uma redefinição do modo de vida em sociedade, nomeadamente no acesso aos serviços de interesse geral.

7.2. Eixo 2. Inovação e qualificações como motores do desenvolvimento

O Eixo 2 concentra-se essencialmente em duas dimensões, uma focada no percurso registado no Oeste em termos de I&D e inovação e outra, cuja análise complementa alguns dados revisitados no Eixo 1, da qualificação dos recursos humanos e das instituições (empresas e outras entidades).

No que se refere à evolução da aposta em atividades de **investigação e desenvolvimento (I&D)**, entre 2014 e 2017 (Tabela 26), com base nas despesas registadas, o Oeste apresenta um contexto positivo, a par da evolução registada à escala nacional e contrariando o panorama verificado na Região Centro e na AML em que se registam ligeiras retrações de despesa em I&D.

A verificação do setor de execução mostra que são as empresas as entidades responsáveis por 97% da despesa em I&D no Oeste, revelando uma preponderância muito superior à registada neste setor em qualquer dos restantes níveis de análise. O ensino superior surge, nas escalas nacional e regionais, como responsável por mais de 40% da despesa de I&D, um cenário que não é verificado no Oeste, em grande medida pelo facto de na sub-região apenas existirem duas escolas superiores do Instituto Politécnico de Leiria. Contudo, apesar de ainda ténue, a despesa em I&D do ensino superior no Oeste registou um aumento significativo entre 2014 e 2017, tendo passado de 50 mil euros para cerca de 2 milhões. O Estado e as instituições privadas sem fins lucrativos não registam despesa significativa em I&D, um cenário semelhante em todas as escalas analisadas.

A reavaliação do cenário registado em 2013 e a análise da implementação da EIDT, na qual era expressiva a prioridade dada à aposta na investigação e especialização inteligente do Oeste, determinou a necessidade de uma pesquisa de projetos aprovados no domínio da I&D, concentrando-se os mesmos no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e no Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020)³⁸. Conforme se conclui pela análise das bases de dados dos programas operacionais financiadores, em todos os concelhos do Oeste se regista pelo menos um projeto de investimento ligado à I&D, sendo os seus promotores entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCTN) ou empresas.

³⁸ Ver anexo com listagem de projetos aprovadas com incidência no território da sub-região Oeste.

Tabela 26. Despesas em I&D, por tipo de instituição 2014 – 2017 (milhares de €)

	Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento e sector de execução					Repartição da despesa total em I&D por setor de execução												
	Total	Estado	Empresas	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos	Despesa em I&D no PIB	Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos	Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos	Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
2017																		
	€	€	€	€	€	Total (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)
Portugal	2 585 099 500 €	141 743 400 €	1 303 484 000 €	1 099 649 300 €	40 222 900 €	1,32	50,4	0,67	5,5	0,07	42,5	0,56	1,6	0,02				
Centro	485 501 800 €	10 150 900 €	256 774 200 €	216 150 200 €	2 426 400 €	1,32	52,9	0,70	2,1	0,03	44,5	0,59	0,5	0,01				
Oeste	64 111 500 €	153 400 €	62 014 600 €	1 917 700 €	25 800 €	1,16	96,7	1,12	0,2	0	3,0	0,03	0,0	0				
AML	1 107 907 500 €	79 615 400 €	531 830,20 €	463 121 300 €	33 340 600 €	1,57	48,0	0,76	7,2	0,11	41,8	0,66	3,0	0,05				
2014																		
	€	€	€	€	€	Total (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)	Repartição (%)	Proporção (%)
Portugal	2 232 248 900 €	139 833 300 €	1 035 966 200 €	1 018 024 600 €	38 424 800 €	1,29	46,4	0,60	6,3	0,08	45,6	0,59	1,7	0,02				
Centro	438 959 800 €	8 413 200 €	211 352 500 €	216 230 200 €	2 964 000 €	1,35	48,1	0,65	1,9	0,03	49,3	0,66	0,7	0,01				
Oeste	40 289 900 €	331 100 €	39 909 700 €	49 100 €	€	0,82	99,1	0,81	0,8	0,01	0,1	0	0,0	0				
AML	1 000 393 500 €	98 082 000 €	435 345 300 €	434 500 500 €	32 465 600 €	1,58	43,5	0,69	9,8	0,16	43,4	0,69	3,2	0,05				

Fonte: DGEEC, Potencial Científico e Tecnológico Nacional (setor institucional e setor empresas), 2014-2017

A intensidade de investimento em I&D, determinada pela análise dos projetos cofinanciados, difere muito nos doze concelhos do Oeste, em grande medida pelo facto de as instituições do SCTN estarem localizadas essencialmente em três concelhos, o que determina a afetação da operação a essas unidades territoriais podendo não fazer transparecer o carácter regional ou mesmo suprarregional do projeto de investigação em causa e o seu potencial impacto num território mais alargado.

Na Tabela 27 apresenta-se a síntese da análise possível aos dados obtidos nas listagens do Centro 2020 e do Programa Operacional Competitividade e Inovação (POCI), verificando-se um investimento (medido pelo valor das despesas elegíveis) superior a 150 milhões de euros no Oeste. Na PI 1.1 relativa ao reforço da capacidade de investigação e inovação e à promoção de centros de competência e disponível no Programa Operacional Regional do Centro, o Oeste registou um conjunto de 18 projetos aprovados, com um valor de apoio FEDER concedido na ordem dos 3 milhões de euros. Nesta PI, destaca-se o Instituto Politécnico de Leiria, nomeadamente a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, com um papel preponderante quer pelo número de projetos em desenvolvimento como pelo volume de investimento associado. No que se refere a áreas de investigação, a biologia e ciências do mar têm especial destaque favorecendo um posicionamento favorável da sub-região na área de especialização inteligente "economia do mar".

Na PI 1.2. focada no apoio à investigação promovida pelas empresas, a dimensão do investimento e apoios aprovados reforça os dados estatísticos apresentados na Tabela 26 relativa à aposta das empresas em I&D, verificando-se aqui uma expressão considerável do Programa Operacional temático, comparativamente com o Programa Operacional regional. No total, nesta PI foram mobilizados 98 milhões de euros de FEDER (correspondente a um montante de despesa elegível na ordem dos 150 milhões de euros), dos quais 88 milhões associados a projetos aprovados pelo POCI. Ressalva-se, contudo, que os projetos aprovados no POCI não são exclusivamente localizados na sub-região Oeste, havendo diversos casos de empresas com múltiplas localizações. Do total de 77 projetos aprovados no POCI com incidência no território do Oeste, apenas 19 correspondiam a investimentos exclusivamente focados em concelhos da sub-região, não sendo por isso possível fazer uma análise do valor de investimento, apoio FEDER, diretamente afeto ao Oeste.

Na PI 1.2. foram aprovados 109 projetos na sub-região Oeste, como referido, 77 por via de candidaturas ao PO temático e 32 ao PO regional (ver Tabela 27), sendo o valor médio do apoio por projeto associado ao POCI de 1 milhão de euros e ao Centro 2020 de 290 mil euros. As empresas promotoras das operações possuem atividade em setores diversos, destacando-se domínios como a agricultura/setor agroalimentar e a economia do mar com uma forte expressão em matéria de investimento em I&D.

Tabela 27. Síntese de projetos apresentados no domínio da I&D ao Portugal 2020

	POCI	Centro 2020	Total
Nº de candidaturas	95	32	127
Despesas/ investimento	135 327 030,57 €	19 043 770,71 €	154 370 801,28 €
Fundo total atribuído	90 935 134,69 €	9 343 377,24 €	100 278 511,93 €
FEDER	90 935 134,69 €	9 343 377,24 €	100 278 511,93 €
FSE	0,00 €	0,00 €	0,00 €
PI 1.1 - O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu			
Nº de candidaturas	18	0	18
Despesas/investimento	3 511 654,01 €	0,00 €	3 511 654,01 €
Fundo atribuído	2 982 180,95 €	0,00 €	2 982 180,95 €
Observações	Valor total influenciado pela contabilização de projeto CREATOUR que envolveu toda a Região Centro, incluindo territórios do Oeste, e que tem associado um valor de despesa elegível na ordem dos 1.2 M €		
Tipo de entidade	<u>Instituições de Ensino Superior</u> : Instituto Politécnico de Leiria; Instituto Politécnico Santarém; Escola Superior de Enfermagem de Coimbra; Instituto Politécnico de Lisboa; ISPA, CRL; Centro de Estudos Sociais; Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.; Universidade Nova de Lisboa; Instituto Superior de Engenharia do Porto; Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.		
Dimensão média de investimento/apoio	Despesa média/operação: 195 091,90€ Fundo médio /operação: 165 76, 70 € [sem a contabilização do projeto CREATOUR, os valores médios passam a ser 131 570,90 € no caso da despesa/projeto e 111 675, 00 € no caso do fundo atribuído]		
Áreas temáticas	Biologia e ciências do mar Ciências agrárias/agroalimentar (vinhos)		
PI 1.2- A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público ...			
Nº de candidaturas	77	32	109
Despesas/investimento	131 815 376,56 €	19 043 770,71 €	150 859 147,27 €
Fundo atribuído	87 952 953,74 €	9 343 377,24 €	97 296 330,98 €
Exclusivamente em concelhos do Oeste	19	32	51
Múltiplas localizações a nível nacional	58	0	58
Dimensão média de investimento/apoio	Despesa média/operação: 1 712 000,00 € Fundo médio/operação 1 142 250,00 €	Despesa média/operação: 595 118,00 € Fundo médio/operação 292 000,00 €	
Observações	<u>Incidência territorial</u> : Todos os concelhos do Oeste possuem entidades com projetos de IDI <u>Intensidade territorial por ordem decrescente de n.º de projetos com incidência em determinado concelho</u> : Óbidos - 25%; Alcobaça - 20%; Torres Vedras - 15%; Peniche - 13%; Alenquer - 9%; Arruda dos Vinhos e Caldas da Rainha – 6% cada; Cadaval e Lourinhã – 2% cada e Bombarral, Nazaré e Sobral de Monte Agraço – 1% cada.		
Atividades económicas	Agricultura e agroalimentar (produção, inovação/modernização) Ciências do mar Aeronáutica/espço e automóvel Saúde Recursos naturais e energias limpas Habitat (construção, têxteis, cerâmica, pedra natural, vidro, etc.)		

Fonte: www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados e www.portugal2020.pt/content/lista-de-operacoes-aprovadas

Complementarmente aos programas operacionais regional e temático, e considerando o perfil de especialização da sub-região, foram também verificados o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020) e o Programa Operacional Mar 2020, instrumentos fundamentais de suporte a iniciativas de I&D nas áreas de especialização inteligente do Oeste, mais especificamente a economia do mar e o agroalimentar (síntese na Tabela 28).

No PDR 2020, os Grupos Operacionais (GO) correspondem à principal medida de fomento à inovação. Os GO juntam micro, PME ou pessoas singulares que exerçam atividade agrícola ou silvícola, transformação ou comercialização de produtos agrícolas ou de produtos florestais, suas associações, cooperativas ou outras formas associativas e entidades com atividade na investigação e desenvolvimento, para resolver problemas concretos ou aproveitar oportunidades que se coloquem ao setor produtivo.

No Oeste foram apoiados 24 Grupos Operacionais, com um total de 83 candidaturas (Tabela 29) e um valor de investimento próximo dos 3 milhões de euros que gerou a mobilização de cerca de 1,5 milhões de euros de FEADER. Verifica-se uma forte preponderância do concelho de Alcobaça, cujas entidades são responsáveis por 51% do valor total de apoios concedidos, com clara incidência na produção da maçã de Alcobaça, havendo também GO dedicados a outros produtos hortícolas e frutícolas.

Relativamente ao PO Mar 2020, registam-se quatro projetos ligados à “inovação e conhecimento” relativos à prioridade 1 “Promover uma pesca sustentável, eficiente, inovadora e competitiva”, num total de investimento na ordem dos 1,5 milhões de euros e um apoio comunitário de 1,1 milhões de euros. Os quatro projetos estão concentrados em Peniche, sendo os promotores o Instituto Politécnico de Leiria, a Faculdade de Ciências de Lisboa e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Sem estarem afetos à “inovação e conhecimento” verificam-se ainda outros projetos promovidos pelo IPL e que contribuem para a inovação e exploração sustentável de recursos marinhos, alguns ligados à implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local e ao desenvolvimento sustentável da aquicultura e promoção da saúde e bem-estar animal. Neste último caso, associado ao rastreio nacional de patologias de peixes de aquicultura.

Tabela 28. Síntese dos apoios PDR 2020 e Mar 2020 no domínio da I&D, por concelho de incidência

PO	Despesas/investimento	Fundo total atribuído	Local	% média de apoio
PDR 2020	1 411 245,34 €	951 753,96 €	Alcobaça	67%
	6 585,24 €	4 445,05 €	Alenquer	68%
	162 856,69 €	109 928,30 €	Bombarral	68%
	256 916,58 €	173 318,87 €	Cadaval	67%
	229 016,93 €	153 633,27 €	Caldas da Rainha	67%
	142 920,95 €	95 740,07 €	Lourinhã	67%
	23 147,76 €	15 611,20 €	Óbidos	67%
	535 484,22 €	361 451,92 €	Torres Vedras	68%
Mar 2020	1 467 187,53 €	1 100 390,64 €	Peniche	75%

Fonte: Mar 2020 e PDR 2020, consultados em março 2020

Tabela 29. Grupos Operacionais – PDR 2020 com incidência no Oeste

Id GO	Resumo	Nº de candidaturas	Despesa Total	Fundo Total	Território
CompetitiveSouthBerries	Aumentar a competitividade do sector de pequenos frutos na região sul através do desenvolvimento e demonstração de tecnologias de produção inovadoras assegurando a sustentabilidade dos sistemas e a valorização dos recursos genéticos endógenos.	1	30 627,61 €	20 600,66 €	Alcobaça
FitoAgro	Monitorizar e estudar o ciclo de vida de inimigos emergentes na Região de forma a definir a estimativa do risco e o NEA com o objetivo de produzir informação para o seu controlo com base em estratégias alternativas à luta química.	9	259 526,26 €	174 575,50 €	Alcobaça Bombarral Cadaval Lourinhã
FruitFlyProtec	Melhorar o combate a moscas da fruta por monitorização e avaliação de eficácia de meios de proteção alternativos para <i>Ceratitis capitata</i> e <i>Drosophila suzukii</i> e avaliação do risco de introdução e distribuição potencial para <i>Bactrocera dorsalis</i>	2	86 166,25 €	58 162,23 €	Alcobaça Bombarral
GO - Fortificação de batata em cálcio	Desenvolver um novo itinerário técnico para produção de batata biofortificada em Ca. Incrementa-se ainda a competitividade da cadeia agroindustrial nacional deste produto e fomenta-se a exportação para mercados internacionais.	5	104 461,35 €	69 779,84 €	Lourinhã
GO - Fortificação de Pera Rocha em cálcio	Desenvolver novas tecnologias (i.e., um itinerário técnico) e produzir de Pera Rocha fortificada em cálcio, com elevados padrões de qualidade (i.e., um alimento profilático com valor nutricional acrescido), que se antevê estar na base de um mercado potencial.	5	141 433,02 €	94 692,02 €	Alcobaça Caldas da Rainha
GO Desenvolvimento de estratégias integradas para prevenção do Cancro-resinoso-do-pinheiro	Desenvolver estratégias integradas de tratamento de sementes hospedeiras, desinfeção de substratos, contentores e água de rega, que potenciem a eliminação do cancro-resinoso-do-pinheiro e minimizem o risco de dispersão, visando a sua implementação em larga escala pelos fornecedores de MFR. Divulgar os resultados obtidos, particularmente junto de dois grupos focais distintos: todos os fornecedores de MFR e os técnicos dos gabinetes técnicos florestais (GTF) das câmaras municipais.	1	7 213,21 €	4 855,36 €	Óbidos
GoFigoProdução	Melhorar a qualidade e produtividade dos figueirais através da modernização das técnicas utilizadas e da eficiente utilização do solo.	2	95 136,57 €	64 217,21 €	Alcobaça
GreenTASTE	Valorizar, na cadeia alimentar, o tomate verde não colhido, através da criação de um novo produto. Os resultados previstos nesta proposta visam criar um fermentado láctico (tipo Chucrute) que servirá de base para o desenvolvimento industrial (não previsto no projeto) de novos molhos e temperos.	1	6 585,24 €	4 445,05 €	Alenquer
HortInf	Aplicar e desenvolver tecnologias disponíveis e adaptá-las tendo em conta as particularidades dos sistemas hortindustriais. Estas tecnologias de combate a plantas infestantes e parasitas, sem o uso exclusivo de herbicidas, integram diversas metodologias e estratégias que permitem diminuir a incidência.	1	37 541,86 €	26 363,86 €	Alcobaça
IntenSusVITI	Desenvolver um processo de Intensificação Sustentável da Vitivinicultura visando o aumento da produtividade da vinha através de inovação tecnológica, centrada na mecanização da poda, na otimização do sistema cultural com o recurso a ferramentas de viticultura de precisão, no sequestro de carbono nos solos vitícola e na redução do seu impacto ambiental; criar um novo produto: “Vinho de Uvas de Baixa Pegada Ecológica”.	2	133 363,52 €	89 742,59 €	Cadaval Caldas da Rainha
MACFERTIQUAL	Encontrar para o atual modelo de produção moderna de Maçã de Alcobaça IGP, um referencial nutricional mais equilibrado, de modo a desenvolver-se um novo produto maçã, das cultivares do grupo Gala, as mais exportáveis, com novos parâmetros mínimos de qualidade interna e externa, mais elevados e mais diferenciadores, ou seja, introduzir dentro de uma maçã mais racionalidade e mais equilíbrio nutricional.	9	197 165,95 €	133 416,91 €	Alcobaça Caldas da Rainha Torres Vedras
MaisSolo	Desenvolver e aplicar tecnologias alternativas à luta química, nomeadamente, um novo produto, que será utilizado nas culturas de cobertura ou em sucessão, constituído por misturas de sementes inoculadas com micro-organismos benéficos e associado a tecnologias a desenvolver como a biofumigação, plantas <i>developer</i> e luta biológica.	1	47 556,47 €	32 089,21 €	Alcobaça

OPTIMAL	Recolher conhecimentos específicos sobre a cultura da maçã na região da IGP, de forma a produzir uma matriz de procedimentos e orientações conducentes à generalização de um modelo de pomar mais profissional, nomeadamente, no que respeita às densidades ótimas de plantação e técnicas de poda mais adequadas aos novos modelos de plantação, que permitam regularizar produtividades e maximizar as características organolépticas e riqueza em fitoquímicos das maçãs.	9	274 605,96 €	185 359,07 €	Alcobaça, Caldas da Rainha Torres Vedras
PodaCitrus	Implementar ensaios de poda, com vista à diminuição da alternância de produções de algumas cultivares tradicionais e/ou muito importantes na citricultura portuguesa. Contribuir para o aumento da produtividade dos pomares e para a diminuição de defeitos epidérmicos dos frutos, através da modernização das técnicas de poda e da sua adequação a cada uma destas culturas de citrinos.	1	23 602,88 €	15 931,95 €	Alcobaça
Polimax	Promover o processo de Polinização entomófila como forma de aumentar o rendimento da produção agrícola, obtendo-se frutos, com sementes, de valor acrescentado devido à sua qualidade nutricional, capacidade de conservação e resistência a inimigos.	4	241 139,98 €	162 769,51 €	Alcobaça Torres Vedras
ProEnergy	Valorizar os desperdícios e resíduos agroindustriais. Implementar alternativas que constituam uma forma de valorização. Pretende-se valorizar frutos com baixo ou nulo valor comercial, bem como subprodutos e resíduos da indústria de hortofrutícolas que, para além de não serem valorizados, são um problema ambiental.	5	126 234,38 €	85 208,26 €	Alcobaça, Óbidos, Torres Vedras
ProtecEstenfilio	Estudar a evolução da estenfiliose na cultura da pereira 'Rocha' e aplicar um conjunto de práticas que permitam minimizar o impacto da doença, com base na utilização otimizada dos recursos (água, fertilização, produtos fitofarmacêuticos).	6	229 293,87 €	154 773,43 €	Alcobaça Bombarral Cadaval
PrunusBot	Desenvolver um sistema robótico destinado à inovação tecnológica em fruticultura, nomeadamente de pomares de prunóideas na região da Beira Interior, visando a pulverização particularizada para controlo de infestantes e a previsão da produção.	1	13 832,55 €	9 336,97 €	Alcobaça
PrunusFito	Avaliar o impacto de alguns inimigos (pragas e doenças) nas culturas das prunóideas na região da Beira Interior e avaliação da eficácia de diferentes meios de luta no controlo das mesmas.	1	19 249,42 €	12 993,36 €	Alcobaça
PrunusPós	Otimizar processos de armazenamento, conservação em frio, embalagem ativo e/ou inteligente, e rastreabilidade da qualidade alimentar na pós-colheita de produtos frutícolas, dado que a extensão da vida útil das frutas na pós-colheita é conseguida em grande parte pela utilização de refrigeração e pela adequada acomodação na embalagem.	1	12 455,04 €	8 407,16 €	Alcobaça
QUALITOMATE	Garantir a qualidade do produto final em tomate horto industrial e manter a credibilidade dos mercados internacionais relativamente ao tomate processado de origem portuguesa, através da diminuição da incidência de pragas, como a mosca branca, ácaros e traça do tomateiro, que reduzem a área foliar.	1	41 839,61 €	28 241,76 €	Alcobaça
SafeApple	Conservar a longo prazo a qualidade nutricional, funcional e organoléptica da maçã de Alcobaça, visando a obtenção de um produto com elevados padrões de qualidade gustativa e segurança. Otimizar a aplicação das técnicas culturais para aumentar a resistência intrínseca dos frutos ao desenvolvimento de patologias e fisiopatias, favorecendo a capacidade de conservação dos mesmos.	9	285 593,85 €	191 275,23 €	Alcobaça Torres Vedras
WineClimAdapt	Produzir conhecimento sobre a estrutura global e adequabilidade das castas, conhecimento esse que atualmente é muito reduzido. Trabalhando em dois campos ampelográficos em condições ambientais e hídricas extremas e contrastantes, este GO irá elaborar um ranking de adaptabilidade de 189 castas recorrendo a processos inovadores.	2	222 475,94 €	150 171,28 €	Torres Vedras
TomatInov	Transferir conhecimento sobre a cultura protegida do tomate, nomeadamente nos sistemas de cultura sem solo, fomentar a inovação no setor e permitir maior geração de valor ao longo da cadeia de abastecimento e reforçar a competitividade e a sustentabilidade da fileira da horticultura protegida, através da melhoria da eficiência do uso da água, dos fertilizantes e do retorno do capital fixo investido nas estufas e sistemas de produção e controlo.	4	131 072,92 €	88 474,22 €	Lourinhã Torres Vedras
		83	2 768 173,71 €	1 865 882,64 €	

Fonte: PDR 2020

Os projetos aprovados e implementados no Oeste por empresas e instituições do SCTN foram e permanecem como contributos cruciais para a execução da EIDT 2020 Oeste Portugal, nomeadamente a **Medida 2 In Oeste (inova + internacionaliza)** cujo objetivo era a aposta na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado.

Nesta Medida encontravam-se duas submedidas, “2.1 In Oeste – Gabinete Regional” e “2.2. Polos de Transferência de Conhecimento e Competitividade” fundamentadas na necessidade de estruturar o sistema sub-regional de inovação com uma lógica orientada para as áreas de especialização inteligente do Oeste (Agroalimentar, Economia do Mar, e Turismo) e, conseqüentemente, para o fortalecimento da competitividade do tecido empresarial. Estas medidas estavam associadas a uma forte necessidade de cooperação e concertação entre entidades públicas e privadas, entre a administração, as entidades do SCTN e as empresas, com o fundamento criar uma cultura de inovação na região.

Tabela 30. Síntese dos projetos de I&D candidatados e aprovados na NUTS III Oeste nos programas operacionais 2014-2020

	POCI (FEDER)	Centro 2020 (FEDER)	PDR 2020 (FEADER)	MAR 2020 (FEAMP)	Total
Nº de candidaturas	95	32	83	4	214
Despesas/ investimento	135 327 030,57 €	19 043 770,71 €	2 768 173,71 €	1 467 187,53 €	158 606 162,52 €
Fundo total atribuído	90 935 134,69 €	9 343 377,24 €	1 865 882,64 €	1 100 390,64 €	103 244 785,21 €

Fonte: POCI; PO Centro 2020; PDR 2020 e Mar 2020, listagens atualizadas a 31/12/2019

A análise aos projetos aprovados e concretizados e/ou em concretização na sub-região (Tabela 30) demonstra uma forte dinâmica empresarial, nomeadamente nos setores de especialização inteligente identificados (mar e agroalimentar), e um incremento muito significativo das atividades de I&D no ensino superior. Contudo, a lógica em rede subjacente às medidas previstas na EIDT 2020 Oeste Portugal poderá não ter sido totalmente concretizada, sendo por isso relevante avaliar a sua pertinência no quadro de desenvolvimento pretendido para o Oeste no período 2021-2027 e a eventual necessidade de alteração de modelo proposto no sentido de consolidar as dinâmicas presentes de génese empresarial e associativa.

Passando a uma análise da aposta nas qualificações, nomeadamente na **qualificação dos recursos humanos das empresas** em processo de modernização, inovação e internacionalização e o aumento das capacidades de estratégia e gestão das empresas capazes de fomentar processos de mudança e inovação, foram abertos vários avisos associados à 08.05 no POCI (associado ao OT 03 e 08) e no Centro 2020. Os apoios disponibilizados apoiaram diretamente as empresas em processos de qualificação dos seus recursos humanos e também entidades que numa lógica de formação-ação apoiaram empresas em processos de qualificação de recursos humanos e processos. Estes apoios alinham-se com o estabelecido na Medida 5 da EIDT.

Conforme sistematizado na Tabela 31, foram 51 as empresas localizadas no Oeste que apresentaram projetos para qualificação e adaptação dos seus trabalhadores e dirigentes (OT 08 e 03), número a que acresce uma

empresa com dupla localização. No total foram realizados mais de 4 milhões de euros de despesa com uma participação do FSE de aproximadamente 4 milhões de euros (PO regional Centro 2020, com cerca de 2,6 milhões de euros e restantes no POCI). Ainda de realçar o elevado número de projetos na modalidade de formação-ação, focados no reforço das capacidades de gestão, técnicas e de inovação das empresas e promovidos por associações empresariais de natureza territorial e/ou setorial. Como se sistematiza na Tabela 31, foram 16 os projetos promovidos por entidades associativas que abrangeram exclusivamente empresas da sub-região Oeste, com um apoio FSE próximo dos 2,5 milhões de euros, não sendo contudo possível aferir quantas empresas foram apoiadas uma vez que as bases de dados dos projetos aprovados dos PO financiadores não disponibilizam esta informação. Complementarmente aos projetos formação-ação exclusivamente promovidos em concelhos do Oeste, somam-se projetos em que o Oeste tem uma representatividade expressiva, ou seja, projetos em que apesar do foco maioritário ser na sub-região, foram integrados outros territórios (destaque para Rio Maior e Porto de Mós) e ainda projetos de escala inter-regional ou nacional em que são abrangidas empresas em pelo menos um concelho do Oeste.

Por último destaca-se o projeto do Centro Hospitalar do Oeste, na capacitação e qualificação das instituições, cofinanciado pelo POCI, com uma mobilização de FSE de cerca de um milhão de euros. Em domínio similar, no PO regional a capacitação institucional esteve apenas associada às entidades gestoras dos DLBC³⁹, as Associações de Desenvolvimento Local, não havendo registo de outras operações.

Tabela 31. Síntese dos projetos de qualificação de RH e instituições – Centro 2020 e POCI

CENTRO 2020				
Eixo 04. Promover e dinamizar a empregabilidade (EMPREGAR E CONVERGIR) OT 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança				
Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Empresas	37	3.301.908,05 €	2.260.741,49€	FSE
Observações: Projetos empresariais exclusivamente localizados no Oeste. A distribuição dos projetos pelos concelhos é a seguinte: Arruda dos Vinhos – 4; Bombarral – 1; Cadaval – 1; Caldas da Rainha – 1 Nazaré – 2; Óbidos – 5; Torres Vedras - 7				
Eixo 08. Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR) OT 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficiência da administração pública PI 11.2. Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais (...)				
Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
ADL (Associação de desenvolvimento Local)	4	386.884,18 €	328.851,55 €	FSE
Observações: Projetos Capacitação Institucional nas parcerias territoriais e setoriais (DLBC Rurais e DLBC Costeiras)				
POCI				
Eixo 03. Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego OT 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança				
Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Empresas	3	251.683,45 €	115.686,17 €	FSE
Observações: Projetos empresariais exclusivamente localizados no Oeste - Empresas localizadas em Alcobaça, Alenquer e Torres Vedras				
Outras empresas	1	92.252,99 €	25.335,00 €	FSE
Observações: Empresa com localização no Porto e Alenquer (Carregado)				

³⁹ Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Associações empresariais	16	2.727.458,01 €	2.454.595,39 €	FSE
Observações: Projetos com incidência <u>exclusivamente</u> na NUTS III Oeste, com abrangências em conjuntos de concelhos ou em apenas um concelho. As 16 operações foram promovidas por oito entidades (5 Rios – Associação Agrícola de Valado dos Frades; ACIRO; ACISVFCVAV; ADR; AIRO; ANIM; ACIS da Nazaré, EUIESA - <i>international entrepreneurship sustainability association e Óbidos.COM</i>). No total, os territórios concelhos estão integrados no seguinte número de projetos: Alcobaça -5; Alenquer – 1; Arruda dos Vinhos -1; Bombarral – 2; Cadaval – 2; Caldas da Rainha – 3; Lourinhã – 2; Nazaré – 1; Óbidos – 3; Peniche – 3; Sobral de Monte Agraço – 1 e Torres Vedras – 6.				
Associações empresariais	15	1.615.026,87 €	1.395.831,49 €	FSE
Observações: Projetos com incidência <u>maioritariamente</u> na NUTS III Oeste, com abrangências em conjuntos de concelhos ou em apenas um concelho. Correspondem a projetos em que são abrangidos concelhos não pertencentes ao Oeste, mas com uma expressão pouco significativa. Estes projetos foram apresentados por cinco entidades: ACSIA - associação comercial, de serviços e industrial de Alcobaça e Região de Leiria; AERLIS - Associação empresarial da região de Lisboa; AIRO - associação empresarial da região oeste; Associação de agricultores da região de Alcobaça e Federação nacional das organizações de produtores de frutas e hortícolas.				
Outras associações	31	14.531.469,96 €	13.078.322,96 €	FSE
Observações: Projetos com <u>incidência regional ou nacional em que são integrados alguns concelhos do Oeste, mas cujo foco ou impacto ao nível sub-regional não é expressivo.</u>				
Eixo 02. Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto OT 03. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas PI 8.5. Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança				
Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Empresas	11	368.873,00 €	222.584,00 €	FSE
Observações: Projetos empresariais exclusivamente localizados no Oeste. A distribuição dos projetos pelos concelhos é a seguinte: Alcobaça – 5; Arruda dos Vinhos – 1; Cadaval -1; Óbidos – 1; Sobral de Monte Agraço – 1; Torres Vedras – 2.				
Eixo 05. Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública OT 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficiência da administração pública PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem				
Tipo de entidade	Nº de operações	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Empresa pública do Estado	1	1.343.574, 00 €	1.142.038,19 €	FSE
Observações: Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E				

Fonte: PO Centro 2020 e Portugal 2020 – projetos aprovados

Ainda neste eixo, existem dimensões complementares, mas que influenciam diretamente o quadro de qualificações e inovação da sub-região Oeste, nomeadamente a dimensão tecnológica e de desmaterialização de processos associada à gestão inteligente de informação e o apoio a lógicas empreendedoras essencialmente ancoradas numa perspetiva de qualificação do tecido económico regional. Nestas dimensões destacam-se os seguintes projetos:

Qualificação e apoio ao tecido empresarial da Região Oeste:

- A Comunidade Intermunicipal do Oeste implementou uma operação de **Promoção do espírito empresarial da região**, um projeto cofinanciado pelo Centro 2020 através do FEDER, com um valor de investimento superior a 400 mil euros e de apoio comunitário na ordem dos 350 mil euros. O projeto visou o desenvolvimento das atividades das PME, apoio ao empreendedorismo e incubação, incluindo apoio a empresas derivadas (*spin-outs*) e a novas empresas (*spin-off*).
- Criação e disponibilização do **Espaço Empresa da OesteCIM**, uma iniciativa Simplex+, desenvolvida pelo IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, IP) em parceria com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de

Portugal). Trata-se de um balcão único de atendimento multicanal (presencial, digital assistido e telefónico), destinado aos empresários que desejem realizar serviços e ou obter informações inerentes ao exercício de uma atividade económica ou ao ciclo de vida das suas empresas e funciona nas instalações da OesteCIM.

Dimensão tecnológica e gestão inteligente de informação:

- Promovida e executada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, a Operação **Oeste Digital 3.0**⁴⁰ integrou o PDCT do Oeste (PI 2.3) e envolveu um investimento próximo dos 4 milhões de euros, com um apoio FEDER de 3,2 milhões de euros. Esta operação visou contribuir para uma melhoria dos serviços online prestados ao cidadão, contribuindo para a modernização da administração pública através da melhoria do acesso às TIC bem como da sua utilização e qualidade, reduzindo os custos de contexto, através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede (exemplos: serviços georreferenciados, desmaterialização de processos, acesso *wifi* público, partilha de serviços) e, conseqüentemente, melhorar a sua eficiência.
- Os municípios tiveram aprovadas as suas candidaturas ao programa europeu **WIFI4EU**⁴¹ que permitiram o reforço do acesso público à rede *wifi*. No Oeste, os 12 municípios tiveram candidaturas aprovadas nas 1ª, 2ª e 3ª *call*. Com o mesmo propósito de reforço do acesso a rede *wifi*, mas dirigido a áreas turísticas, a **linha de apoio à disponibilização de redes *wifi*** do Turismo de Portugal, I.P. teve candidaturas aprovadas em Alcobaca, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Caldas da Rainha e Óbidos.
- As **lojas do Cidadão** também foram aprovadas no âmbito do Programa Operacional Regional, nos municípios de Arruda dos Vinhos, Bombarral e Torres Vedras, permitindo assim a qualificação destes serviços de proximidade.

Com estas iniciativas foram concretizadas muitas das propostas das Medidas 1 e 4 da EIDT, respetivamente “Oeste Digital 3.0” e “Rede Oeste Empreendedor”.

SÍNTESE

Em síntese, nos eixos “Crescimento Inclusivo” e “Crescimento inteligente”, cujas múltiplas dimensões se alinham parcialmente com o “Eixo 2. Inovação e Qualificações como motores do desenvolvimento” sistematizam-se as seguintes considerações relativas à concretização e necessidades de revisitação da EIDT:

- A **Medida 1** da EIDT, “Oeste Digital 3.0”, referente à melhoria da eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias, teve, até ao momento, concretização por via essencialmente de investimentos públicos da OesteCIM e das suas autarquias. Como referido anteriormente, por via de apoios do Centro 2020, Comissão Europeia e Turismo de Portugal, foram concretizados projetos com vista ao reforço da desmaterialização de processos e crescente aproximação da administração pública à comunidade (cidadãos e empresas). Os desafios

⁴⁰ www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=152be22f-23e9-43c6-ac51-02f12b655760&m=b127

⁴¹ https://ec.europa.eu/newsroom/dae/document.cfm?doc_id=62766

agora prendem-se com o incremento de sistemas de gestão inteligente de informação que possam apoiar a decisão em matérias essenciais ao desenvolvimento da região. Neste sentido deverá ser continuada a aposta em sistemas tecnológicos que permitam registar dados/comportamentos/necessidades dos utilizadores e informem sobre padrões ou cenários sub-regionais que poderão ser melhor geridos com políticas públicas definidas com base nessa informação. A disponibilização de dados abertos em algumas das dimensões monitorizadas no Oeste é relevante para a modelação de serviços e empresas adaptadas às necessidades reais da sub-região.

Neste âmbito é também de destacar que poderá ser reforçado o apoio na capacitação institucional para as novas tecnologias, quer em termos de serviços e sua modernização, como para a afirmação de novos modelos de trabalho a distância e em rede, sendo para tal essencial avaliar a necessidade de investir no reforço da infraestruturização tecnológica.

- A **Medida 2** da EIDT, “In Oeste (Inova+internacionaliza)”, referente à aposta na Investigação, Desenvolvimento e Inovação através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado, também tem registo de concretizações, em alguns casos por via de operações e projetos aprovados e em outros casos por via de modelos organizacionais e dinâmicas intrínsecas às entidades do Oeste. As dinâmicas de I&D e inovação são registadas com uma força notável por parte do tecido económico da região, destacando-se também o papel do IPL, mais especificamente da ESTTM. Em termos financeiros, foram investidos mais de 150 milhões de euros em projetos de I&D (diversos programas financiadores) nos últimos 6 anos.

Contudo, apesar da forte dinâmica regional, validada pelo número e volume financeiro dos projetos/operações aprovadas, alguns dos pressupostos associados à Medida 2 e que envolviam a estruturação de um sistema sub-regional de inovação não se concretizaram, mantendo-se lógicas de atuação setorial ou individual. Este contexto mostra relevante a análise do modelo proposto no sentido de permitir que os investimentos em I&D e inovação possam ser cada vez mais transversais a todo o tecido empresarial do Oeste e também às entidades do SCTN e da administração pública. Considera-se neste âmbito que o debate se deve focar (1) por um lado em questões institucionais e organizacionais uma vez que, do ponto de vista da especialização inteligente, se verifica uma clara diferenciação da região e aposta nos eixos identificados na EIDT – Mar, Agroalimentar e Turismo; e (2) na capacidade de inovação e resiliência do tecido económico para fazer face a um novo modelo económico mundial determinado por contextos como o que atualmente se vive, provocado pela pandemia por COVID 19.

- A **Medida 4** da EIDT, Rede Oeste Empreendedor, associada ao objetivo estratégico de desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a região, também tem ligação ao presente eixo, nomeadamente na dimensão do apoio ao empreendedorismo que se concretizou com o Programa de promoção do espírito empresarial da região, um projeto de continuidade e reforço do apoio ao

empreendedorismo e crescimento económico, assim como com o Programa Aluno Ao Centro em que se apostou em componentes de enriquecimento curricular e estímulo à aprendizagem e ao sucesso educativo. Destaca-se assim a concretização de um amplo conjunto de ações previstas nas submedidas 4.1 “+ Talento Regional” e 4.2. “Programa Base empreendedor”

Contudo, algumas das dimensões previstas nesta Medida não foram concretizadas, de certa forma pela dimensão sub-regional que se perspetivou em detrimento de escalas superiores, o que poderá não ser viável. Neste contexto o destaque para a sub-medida 4.3. relativa à Bolsa Oeste Capital Semente que não se revelou prioritária uma vez que os apoios disponibilizados pelos diversos programas foram dando resposta às necessidades e expectativas do território.

- A **Medida 5** da EIDT, “Programa + Competências”, tem também aqui concretização, com os apoios disponibilizados diretamente às empresas e as estas por via de projetos de formação-ação promovidos por associações empresariais de base territorial e/ou setorial. Também de relevar a capacitação de empresas associadas a projetos de escala nacional e inter-regional, sendo contudo escassa a informação de resultados alcançados por estas abordagens associativas, nomeadamente no que se refere ao número de empresas beneficiárias e áreas de qualificação que se revelaram essenciais nestes processos à medida.

Complementarmente, é relevante ter em consideração o seguinte, no contexto de elaboração da revisitação 2021-2027:

- Reforço das fortes sinergias socioeconómicas e de IDI com a RLVT que se afirma como território funcional em que a sub-região Oeste se integra, comprovado pela intensidade de fluxos de trabalhadores e estudantes.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT.
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular o calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados, possam ter períodos de candidatura adequados.
- Incorporar flexibilização dos apoios no domínio da investigação, inovação e digitalização, no sentido de poderem dar resposta aos novos desafios sociais exacerbados pelo contexto de pandemia pelo COVID 19.

7.3. Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente

O terceiro Eixo do Portugal 2030 encontra alinhamento com o Eixo “Crescimento Inteligente” e com o “Crescimento Sustentável”, definidos no Portugal 2020 e utilizados na construção da EIDT Oeste Portugal. Nos domínios que integraram a EIDT e que determinaram a definição das diversas medidas/ações foram analisadas as características do tecido empresarial e o potencial de desenvolvimento de setores mais preponderantes para a economia sub-regional, quer pela sua expressão na economia quer pelo seu potencial de valorização de recursos e conhecimento existente. Também na dimensão da competitividade da rede urbana foi analisado o contexto e propostas medidas a concretizar. É este contexto que agora, de forma sintética, se revê, para averiguar a existência de mudanças que possam determinar a revisitação da EIDT.

Em 2017, o Oeste registava uma densidade de 20,2 empresas/km² (Tabela 32), uma média significativamente superior à nacional (13,5 empresas/km²) e regional (9,3 empresas/km² na NUTS II Centro), contudo substancialmente inferior à vizinha AML. À escala concelhia, Peniche e Caldas da Rainha destacam-se com valores de 39 e 26,6 empresas/km², respetivamente. Tal como registado a nível nacional e regional, a maioria das empresas do Oeste (96,3%) tem menos de 10 trabalhadores, sendo o valor médio de pessoal ao serviço de 2,7 (tal como a Região Centro; mas inferior à escala nacional com 3,1 e à AML que apresenta uma média de 3,8). A proporção de empresas individuais no Oeste, em 2017, corresponde a 71,6%, um valor ligeiramente superior a outras escalas de análise (68,2% a nível nacional; 63,9% na AML e 70,6% na Região Centro).

Tabela 32. Indicadores de empresas, entre 2014 e 2017

Unidade Territorial	Densidade das empresas		Proporção de empresas individuais		Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço		Pessoal ao serviço por empresa		Volume de negócios por empresa	
	N.º/km ²		%				N.º		Milhares de €	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Portugal	12,2	13,5	67,8	68,2	96,4	96,3	3,1	3,1	286,3	298,9
AML	103,5	117,5	62,9	63,9	96,6	96,5	3,8	3,8	482,7	471,7
Centro	8,7	9,3	70,4	70,7	96,6	96,5	2,6	2,7	215,6	236,8
Oeste	18,3	20,2	71,1	71,6	96,5	96,3	2,6	2,7	202,5	219,2
Alcobaça	14,9	16,5	67,7	67,3	95,4	95,4	3,0	2,9	220,9	226,3
Alenquer	12,9	13,8	66,4	67,9	96,3	95,8	3,0	3,3	268,7	286,1
Arruda dos Vinhos	19,8	21,7	66,5	64,6	96,0	96,2	2,6	2,6	187,1	180,8
Bombarral	18,3	19,1	77,2	76,4	97,1	96,8	2,1	2,2	145,4	175,8
Cadaval	9,8	10,0	78,2	78,9	97,9	97,8	2,0	2,0	151,9	168,3
Caldas da Rainha	23,6	26,6	71,1	72,1	96,9	96,9	2,6	2,8	168,3	198,6
Lourinhã	20,4	22,3	71,1	72,4	96,5	96,5	2,4	2,4	242,4	259,5
Nazaré	21,1	24,7	76,4	77,2	97,9	97,8	1,9	2,1	83,1	105,1
Óbidos	11,3	13,1	72,9	72,3	96,8	96,4	2,2	2,4	160,4	157,5
Peniche	35,7	39,0	74,5	74,6	96,8	96,6	2,5	2,5	148,9	167,3
Sobral de Monte Agraço	20,6	23,1	67,8	70,6	95,8	95,1	2,4	2,7	198,9	225,4
Torres Vedras	23,5	26,1	71,7	72,3	96,4	96,2	2,7	2,7	238,8	257,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro e Lisboa, 2015 e 2018

Em termos de distribuição do **número de empresas por setor/ CAE**⁴², (Figura 18) verifica-se que, em 2018, do total de 46.010 empresas do Oeste, 18,9% pertencem ao setor G (comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos) e 14,8% ao setor A (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca). Os setores N (atividades administrativas e dos serviços de apoio) e I (alojamento, restauração e similares) assumem também destaque no contexto da sub-região, com proporções de 12,9% e 9,4%, respetivamente.

À escala concelhia verificam-se algumas especificidades. Por exemplo, nos concelhos de Bombarral, Cadaval e Lourinhã o setor A (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) concentra as maiores proporções de empresas (29,3%; 38,2 e 20,2%, respetivamente), enquanto na Nazaré o setor I (alojamento, restauração e similares) é responsável por um quarto das empresas deste território (521 empresas; 25% do total do concelho); e nos restantes concelhos da sub-região, o setor G é preponderante.

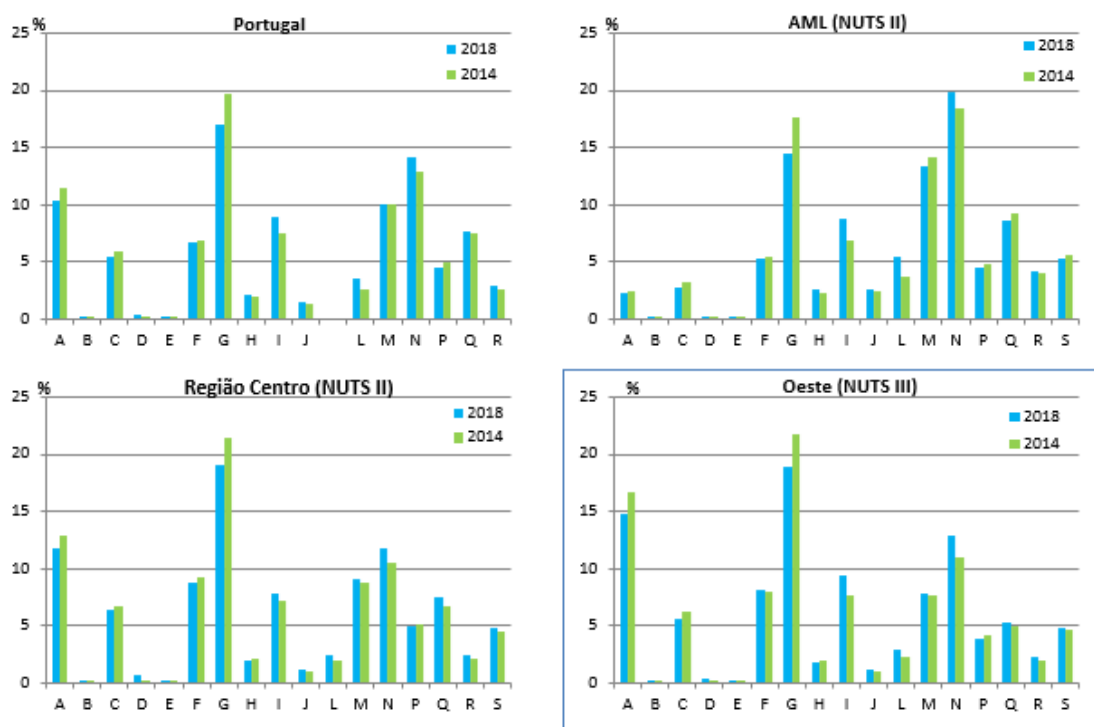


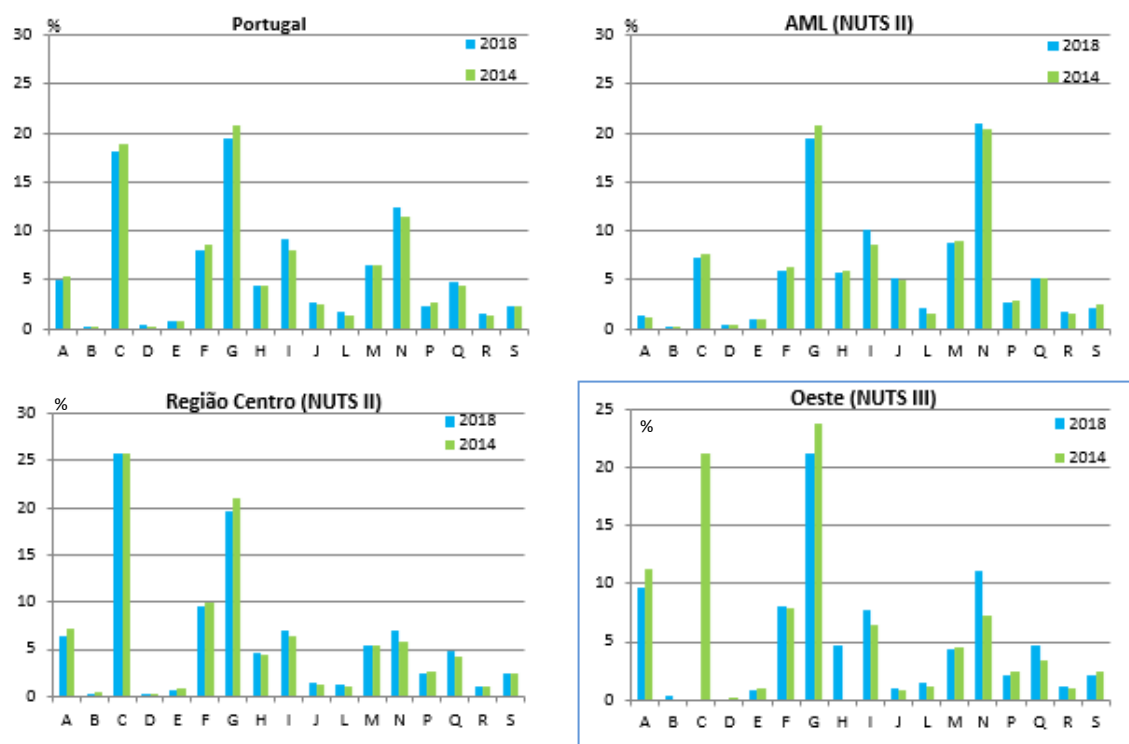
Figura 18. Proporção de empresas (%), segundo CAE - Rev. 3, em 2014 e 2018

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

⁴²Classificação INE (CAE revisão 3) por secção (nível 1): A- Agricultura; B- Indústrias Extrativas; C- Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria, e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J – Atividades de informação e comunicação; K – Atividades financeiras e de seguros; L – Atividades imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O – Administração pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras atividades de serviços; T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias; U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais. O âmbito da informação do sistema de contas integradas das empresas do INE exclui as secções K, O, T e U.

No que se refere à evolução do número de empresas, entre 2014 e 2018 verificou-se um acréscimo de 13% no Oeste, um valor próximo do nacional (13,3%) mas significativamente superior ao que ocorreu na Região Centro (8,1%).

Complementando a análise com o **peçoal ao serviço das empresas** verifica-se que o tecido empresarial do Oeste, em 2018, empregava 131.170 pessoas, o que corresponde a um acréscimo de 23,6% face a 2014. A distribuição por CAE em 2018 (Figura 19) mostra que é também o setor G, tal como no número de empresas, que apresenta uma maior proporção de peçoal ao serviço (21,2% do total das pessoas ao serviço das empresas do Oeste; e valores que rondam os 20% noutras escalas). O setor N (atividades administrativas e dos serviços de apoio) emprega 11,2% e o setor A (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) 9,7% do total. A proporção de pessoas empregadas no setor A é significativamente superior à que ocorre noutras escalas: a nível nacional regista 4,9% e a Região Centro 6,4% do peçoal ao serviço das empresas, sendo quase inexistente na AML.



*Nota: Para alguns CAE, não está disponível informação, à escala da NUTS III. Em 2018, os dados referentes aos setores C e D são confidenciais; em 2014, a confidencialidade de dados abrangia os setores B e H.

Figura 19. Proporção de peçoal ao serviço nas empresas (%), segundo CAE - Rev. 3, em 2014 e 2018

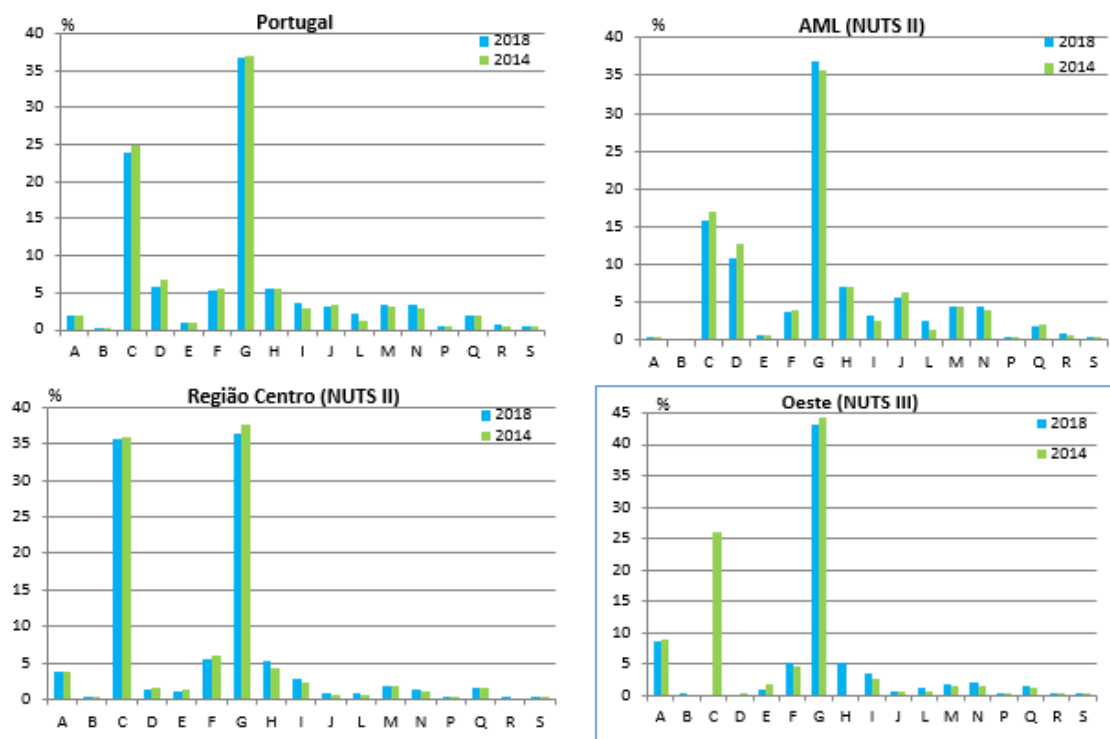
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

O **volume de negócios** das empresas do Oeste, em 2018, correspondeu a 10.455.465.768€, o que, comparando com o valor de 2014 (8.245.170.645€), correspondeu a um acréscimo de 26,8%. Este aumento no volume de negócios das empresas da sub-região é superior ao que ocorre em todas as escalas de análise (a nível nacional o crescimento correspondeu a 22,8%; na AML a 19,9%; e na Região Centro a 25,7%).

Em termos relativos, as atividades imobiliárias (L); atividades administrativas e dos serviços de apoio (N) e o alojamento, restauração e similares (CAE – I) apresentaram os maiores aumentos de volume de negócios entre 2014 e 2018, com variações de 128,3%, 82% e 79,7%, respetivamente. Na Região Centro, embora o setor L – atividades imobiliárias tenha sido o que apresentou o maior aumento do volume de negócios (80,4%), registaram-se dinâmicas diferentes noutros setores. Assim, o setor R - atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, apesar de apresentar um volume de negócios pouco expressivo, registou uma variação positiva de 74,1% e o setor H – transportes e armazenagem de 57,7%.

Analisando o volume de negócios por setor em 2018, o setor G gerou 43,1% do volume de negócios das empresas do Oeste (3.657.551.381€), enquanto os restantes setores apresentaram proporções inferiores a 10% - o setor A, o segundo mais preponderante, correspondeu a 8,6% do total (902.992.071€). Contudo, importa destacar que, embora não existam dados disponíveis/desagregados para os setores C e D, a nível sub-regional, através do volume de negócios global e do somatório dos restantes setores, é possível extrapolar que, em conjunto, geram cerca de 25% do volume de negócios das empresas com sede no Oeste.

O predomínio do setor G é transversal a todas as escalas de análise (Figura 20), tanto em 2014 como em 2018. Na Região Centro, em 2018, este setor gerava 36,4% do total do volume de negócios (24.095.394.903€) e o setor C representava 35,8 do total (23.701.889.435€).



*Nota: Para alguns CAE não está disponível informação, à escala da NUTS III. Em 2018, os dados referentes aos setores C e D são confidenciais; em 2014, a confidencialidade de dados abrangia os setores B e H.

Figura 20. Proporção do volume de negócios das empresas (%), segundo CAE - rev.3, em 2014 e 2018

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2017

De uma forma geral, no Oeste, verifica-se um cenário global positivo, com o aumento do número de empresas, assim como do número de pessoas ao serviço e do volume de negócios, entre os anos considerados (2014-2018), tal como apresentado na Tabela 33. Estes aumentos são expressivos, nomeadamente, a variação de 13% no número de empresas e o acréscimo de cerca de 24% no pessoal ao serviço das empresas, bem como o aumento de cerca de 9% no volume de negócios das empresas com sede neste território.

Na mesma tabela apresenta-se a evolução de indicadores compósitos⁴³ verificando-se também aqui uma evolução positiva:

Aumento do número médio de pessoas ao serviço das empresas, estando em 2018 próximo dos 3 elementos/empresa;

Aumento do volume médio de negócios por empresa (227.243€/empresa, em 2018, face a 202.475€/empresa, em 2014). Apesar deste acréscimo o valor está ainda abaixo do valor médio registado nas restantes escalas de análise, facto que está diretamente associado ao perfil de especialização da região, nomeadamente no que se refere ao setor primário.

Aumento do rácio volume de negócio/trabalhador que, em 2018, estava próximo dos 80 mil euros. Neste indicador, o cenário é semelhante ao referido anteriormente, i.e., apesar do contexto positivo, os valores são fortemente influenciados pelo perfil de especialização agrícola.

⁴³ Média de trabalhadores por empresa; média de volume de negócios por empresa e média de volume de negócios por trabalhador.

Tabela 33. Indicadores da dinâmica empresarial no Oeste, em 2014 e 2018

CAE	Empresas		Pessoal ao serviço		Volume de negócios		Média de pessoal ao serviço por empresa		Média de volume de negócios por empresa		Média de volume de negócios por trabalhador	
	N.º		N.º		€		N.º		€		€	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018	2014	2018
A	6.764	6.793	12.043	12.724	724.910.674	902.992.071	1,8	1,9	107.172	132.930	60.194	70.968
B	73	69	n.d.	456	n.d.	35.812.135	n.d.	6,6	n.d.	519.016	n.d.	78.535
C	2.510	2.578	22.594	n.d.	2.149.679.182	n.d.	9,0	n.d.	856.446	n.d.	95.144	n.d.
D	27	147	118	n.d.	23.496.683	n.d.	4,4	n.d.	870.248	n.d.	199.124	n.d.
E	53	57	1.061	1.076	132.057.888	105.925.184	20,0	18,9	2.491.658	1.858.337	124.465	98.443
F	3.252	3.763	8.459	10.535	376.096.533	542.796.110	2,6	2,8	115.651	144.246	44.461	51.523
G	8.881	8.690	25.183	27.826	3.657.551.381	4.506.716.123	2,8	3,2	411.840	518.609	145.239	161.961
H	811	817	n.d.	6.145	n.d.	544.397.925	n.d.	7,5	n.d.	666.338	n.d.	88.592
I	3.100	4.309	6.818	10.077	203.920.413	366.513.333	2,2	2,3	65.781	85.058	29.909	36.371
J	422	540	916	1.381	48.778.734	61.764.505	2,2	2,6	115.589	114.379	53.252	44.724
L	894	1.319	1.251	1.960	56.714.116	129.460.411	1,4	1,5	63.439	98.150	45.335	66.051
M	3.081	3.558	4.770	5.758	125.175.908	177.501.480	1,5	1,6	40.628	49.888	26.242	30.827
N	4.482	5.940	7.768	14.664	110.935.621	201.855.090	1,7	2,5	24.751	33.982	14.281	13.765
P	1.692	1.758	2.599	2.719	35.557.860	34.038.889	1,5	1,5	21.015	19.362	13.681	12.519
Q	1.987	2.423	3.533	6.088	90.783.679	157.309.205	1,8	2,5	45.689	64.923	25.696	25.839
R	806	1.061	991	1.423	15.051.478	30.429.713	1,2	1,3	18.674	28.680	15.188	21.384
S	1.887	2.188	2.547	2.869	35.265.322	43.340.209	1,3	1,3	18.689	19.808	13.846	15.106
Oeste	40.722	46.010	106.115	131.170	8.245.170.645	10.455.465.768	2,6	2,9	202.475	227.243	77.700	79.709
Variação 14/18	13,0%		23,6%		8,6%		9,4%		24.769€		2.009€	
Portugal	1.128.258	1.278.164	3 449 428	4.060.451	323.008.553.915	396.679.490.869	3,1	3,2	286.290	310.351	93.641	97.693
AML	312.051	366.627	1.191.672	1.416.153	150.612.687.646	180.549.281.866	3,8	3,9	482.654	492.460	126.388	127.493
Centro	244.600	264.492	642.000	738.063	52.732.128.237	66.274.908.188	2,6	2,8	215.585	250.574	82.137	89.796

Notas: verde - desempenho positivo; bordeaux - desempenho negativo; para alguns CAE não está disponível informação, à escala da NUTS III. Em 2018, os dados referentes aos setores C e D são confidenciais; em 2014, a confidencialidade de dados abrangia os setores B e H.

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

Considerando as áreas de especialização que, de acordo com os dados analisados, parecem manter-se atuais, sistematiza-se uma análise mais detalhada dos CAE A, C e I, respetivamente, setor primário (agricultura e pescas); setor secundário (indústria transformadora) e turismo.

Na desagregação do setor A, destacam-se as seguintes dinâmicas (Tabela 26):

A subdivisão “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” tem uma diminuição de 1%, entre 2014 e 2018 (passando de 6249 para 6184 empresas); no entanto, mantém uma representatividade superior a 90% no total do setor. Nesta subdivisão, cerca de 50% está relacionado com culturas permanentes, essencialmente de vinha, pomóideas e prunóideas; perto de 30% associado a culturas temporárias, com expressão para os hortícolas; 10% está associado à produção animal com a suinicultura a ter maior expressão.

A subdivisão “pesca e aquicultura” tem uma expressão de 6,5%, contando com 442 empresas em 2018, essencialmente associadas à pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar num total de 437. Esta subdivisão apresentou um aumento de 17% entre 2014 e 2018.

A subdivisão “silvicultura e exploração florestal” tem pouca expressão, representando apenas 2% do total de empresas do setor A, o que correspondia a 167 empresas. Contudo, o seu aumento face a 2014 é de 31,5%.

Tabela 34. Empresas do setor A - agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018

	2014		2018		Varição 2014-18
	N.º	%	N.º	%	%
Total setor A	6.764	-	6.793	-	0,4
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	6.249	92,4	6.184	91,0	-1,0
<i>Culturas temporárias</i>	1.793	26,51	1.894	27,9	5,6
Cerealicultura (exceto arroz), leguminosas secas e sementes oleaginosas	274	4,05	266	3,92	-2,9
Cultura de arroz	5	0,07	2	0,03	-60,0
Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	1.312	19,40	1.474	21,70	12,4
Outras culturas temporárias	202	2,99	152	2,24	-24,8
<i>Culturas permanentes</i>	3.380	49,97	3.248	47,81	-3,9
Viticultura	1.806	26,70	1.658	24,41	-8,2
Cultura de frutos tropicais e subtropicais	176	2,60	158	2,33	-10,2
Cultura de citrinos	7	0,10	6	0,09	-14,3
Cultura de pomóideas e prunóideas	1.241	18,35	1.282	18,87	3,3
Cultura de outros frutos, em árvores e arbustos	105	1,55	98	1,44	-6,7
Cultura de frutos oleaginosos	22	0,33	20	0,29	-9,1
Cultura de especiarias, plantas aromáticas, medicinais e farmacêuticas	3	0,04	7	0,10	133,3
Outras culturas permanentes	20	0,30	19	0,28	-5,0
<i>Cultura de materiais de propagação vegetativa</i>	16	0,24	26	0,38	62,5
<i>Produção animal</i>	743	10,98	709	10,44	-4,6
Criação de bovinos para produção de leite	65	0,96	51	0,75	-21,5
Criação de outros bovinos (exceto produção de leite) e búfalos	91	1,35	112	1,65	23,1
Criação de equinos, asininos e muares	24	0,35	22	0,32	-8,3
Criação de ovinos e caprinos	59	0,87	80	1,18	35,6
Suinicultura	250	3,70	206	3,03	-17,6
Avicultura	100	1,48	102	1,50	2,0
Outra produção animal	154	2,28	136	2,00	-11,7
<i>Agricultura e produção animal combinadas</i>	207	3,06	170	2,50	-17,9
<i>Atividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal</i>	109	1,61	136	2,00	24,8

Atividades dos serviços relacionados com a agricultura	90	1,33	120	1,77	33,3
Atividades dos serviços relacionados com a produção animal, exceto serviços de veterinária	16	0,24	13	0,19	-18,8
Preparação de produtos agrícolas para venda	3	0,04	2	0,03	-33,3
Preparação e tratamento de sementes para propagação	0	0,00	1	0,01	-
<i>Caça, repovoamento cinegético e atividades dos serviços relacionados</i>	1	0,01	1	0,01	0,0
Silvicultura e exploração florestal	127	1,88	167	2,46	31,5
<i>Silvicultura e outras atividades florestais</i>	32	0,47	42	0,62	31,3
<i>Exploração florestal</i>	55	0,81	65	0,96	18,2
<i>Extração de cortiça, resina e apanha de outros produtos florestais, exceto madeira</i>	9	0,13	10	0,15	11,1
<i>Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal</i>	31	0,46	50	0,74	61,3
Pesca e aquicultura	388	5,74	442	6,51	13,9
<i>Pesca</i>	387	5,75	437	6,43	12,9
<i>Pesca marítima, apanha de algas e de outros produtos do mar</i>	352	5,20	380	5,59	8,0
<i>Pesca em águas interiores e apanha de produtos em águas interiores</i>	35	0,52	57	0,84	62,9
<i>Aquicultura</i>	1	0,01	5	0,07	400,0
<i>Aquicultura em águas salgadas e salobras</i>	1	0,01	5	0,07	400,0

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

Passando ao setor C, indústrias transformadoras (Tabela 35), verificou-se um crescimento de 3% no Oeste, entre 2014 e 2018. Quanto à desagregação por subdivisão que o constitui, destacam-se as seguintes dinâmicas:

- A subdivisão com maior número de empresas é a fabricação de produtos metálicos (exceto máquinas) com 517 empresas a laborar. Seguem-se as indústrias alimentares e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos, com destaque para a cerâmica e porcelana.
- A subdivisão indústrias alimentares representa 18% do total, com um quantitativo de 461 empresas em 2018. Dentro desta subdivisão, a maior expressão é a da fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha que, apesar de uma diminuição entre os anos analisados, ainda integra 300 empresas. De destacar o aumento de 10 empresas na preparação e conservação de frutos e produtos hortícolas, o que revela um acréscimo de valor na base produtiva do setor primário.

Tabela 35. Empresas do setor C - Indústrias transformadoras (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018

	2014		2018		Variação 2014-18
	N.º	%	N.º	%	%
Total setor C	2510	-	2578	-	2,7
Indústrias alimentares	459	18,3	461	17,9	0,4
Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	33	1,3	31	1,2	-6,1
Preparação e conservação de peixes, crustáceos e moluscos	20	0,8	22	0,9	10,0
Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas	15	0,6	25	1,0	66,7
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	4	0,2	1	0,0	-75,0
Indústria de laticínios	5	0,2	9	0,3	80,0
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins	14	0,6	13	0,5	-7,1
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	313	12,5	301	11,7	-3,8
Fabricação de outros produtos alimentares	30	1,2	37	1,4	23,3
Indústria das bebidas	95	3,8	102	4,0	7,4
Fabricação de têxteis	61	2,4	74	2,9	21,3

Indústria do vestuário	89	3,5	94	3,6	5,6
Indústria do couro e dos produtos do couro (calçado)	97	3,9	91	3,5	-6,2
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	189	7,5	186	7,2	-1,6
Fabricação de papel, de cartão e seus artigos	21	0,8	15	0,6	-28,6
Impressão e reprodução de suportes gravados	75	3,0	73	2,8	-2,7
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	1	0,0	1	0,0	0,0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	30	1,2	30	1,2	0,0
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	1	0,1	2	0,0	100,0
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	43	1,7	45	1,7	4,7
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	276	10,2	262	11,0	-5,1
Fabricação de vidro e artigos de vidro	19	0,5	14	0,8	-26,3
Fabricação de produtos cerâmicos refratários	5	0,2	5	0,2	0,0
Fabricação de produtos cerâmicos para a construção	17	0,6	15	0,7	-11,8
Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refratários	122	4,7	122	4,9	0,0
Fabricação de produtos de betão, gesso e cimento	21	1,0	25	0,8	19,0
Serragem, corte e acabamento de rochas ornamentais e de outras pedras de construção	87	3,0	77	3,5	-11,5
Indústrias metalúrgicas de base	7	0,2	5	0,3	-28,6
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	519	20,1	517	20,7	-0,4
Fabricação de elementos de construção em metal	209	8,7	225	8,3	7,7
Fabricação de reservatórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	3	0,1	2	0,1	-33,3
Fabricação de geradores de vapor (exceto caldeiras para aquecimento central)	0	0,0	1	0,0	100,0
Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	59	2,0	52	2,4	-11,9
Tratamento e revestimento de metais; atividades de mecânica geral	106	3,7	95	4,2	-10,4
Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	83	3,4	88	3,3	6,0
Fabricação de outros produtos metálicos	59	2,1	54	2,4	-8,5
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	13	0,5	14	0,5	7,7
Fabricação de equipamento elétrico	19	0,7	17	0,8	-10,5
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	78	3,1	79	3,1	1,3
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	35	1,6	41	1,4	17,1
Fabricação de outro equipamento de transporte (naval e aeronaves/equipamento relacionado)	8	0,4	11	0,3	37,5
Fabrico de mobiliário e de colchões	154	6,1	156	6,1	1,3
Outras indústrias transformadoras	91	3,8	99	3,6	8,8
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	149	7,9	203	5,9	36,2

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

O setor I - Alojamento, restauração e similares (Tabela 36), entre 2014 e 2018, apresenta um crescimento de quase 40%, destacando-se as seguintes dinâmicas:

- A subdivisão “alojamento” apresentou uma evolução de 213,1%, em grande parte, devido ao aumento registado na subclasse “residências para férias e outros alojamentos de curta duração”, que apresentou uma variação positiva de 407 empresas (em 2014, existiam 301 empresas desta área e, em 2018, apresentava um valor de 1.526 empresas). Por outro lado, a subclasse “Estabelecimentos hoteleiros” apresenta um decréscimo de cerca de 18%. Conclui-se assim a existência de um aumento exponencial de categorias como o alojamento local.
- Na subdivisão “restauração e similares”, o crescimento foi mais ténue (0,9%), embora se destaque a sua subclasse “fornecimento de refeições para eventos e outras atividades de serviço de refeições”, com um acréscimo de 51,6% no número de empresas.

Tabela 36. Empresas do setor I – Alojamento, restauração e similares (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018

Alojamento, restauração e similares (total)	2014		2018		Varição 2014-18
	N.º	%	N.º	%	%
Total setor I	3.100	-	4.309	-	39,0
Alojamento	556	17,9	1.741	40,4	213,1
Estabelecimentos hoteleiros	246	7,9	202	4,7	-17,9
Estabelecimentos hoteleiros com restaurante	80	2,6	77	1,8	-3,8
Estabelecimentos hoteleiros sem restaurante	166	5,4	125	2,9	-24,7
Residências para férias e outros alojamentos de curta duração	301	9,7	1.526	35,4	407,0
Parques de campismo e de caravanismo	7	0,2	9	0,2	28,6
Outros locais de alojamento	2	0,1	4	0,1	100,0
Restauração e similares	2.544	82,1	2.568	59,6	0,9
Restaurantes (inclui atividades de restauração em meios móveis)	909	29,3	1.042	24,2	14,6
Fornecimento de refeições para eventos e outras atividades de serviço de refeições	31	1,0	47	1,1	51,6
Estabelecimentos de bebidas	1.604	51,7	1.479	34,3	-7,8

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2014 e 2018

Face aos dados apresentados é possível verificar que o cenário de 2014 se mantém e, consequentemente, também as conclusões apresentadas na EIDT 2020 Oeste Portugal, que destacam a especialização do território em termos agroalimentares incluindo diversos subsectores que se entrecruzam com um segunda área de especialização, a economia azul/economia do mar. O turismo, também área de especialização do Oeste, apresenta ligações de complementaridade e interdependência com ambas.

Verifica-se assim a manutenção e reforço dos setores económicos e, como abordado no eixo 2, das dinâmicas de I&D e inovação que estiveram na base da identificação das áreas de especialização inteligente da sub-região Oeste, alinhadas com as identificadas nas RIS3. Contudo, não se perspetivando nenhuma mudança de perfil de especialização, importa referir que no atual contexto (maio 2020) se perspetiva que todos os setores estejam fragilizados devido ao impacto da pandemia por COVID 19 e as medidas restritivas impostas a nível global e nacional.

No sentido de consolidar a revisitação de contexto, passa-se a um breve diagnóstico de desempenho do tecido empresarial da sub-região Oeste, consubstanciada na análise à dinâmica económica do tecido empresarial e às condições de competitividade no mercado global, às quais acresce a verificação dos apoios comunitários concedidos desde o início do período de programação 2014-2020.

No que se refere à evolução do tecido empresarial de média e alta tecnologia, como se mostra na Tabela 37, verificou-se um aumento, quer por parte das indústrias quer nas empresas em geral, na primeira dimensão com um aumento de 5% e no segundo de 17%. No contexto regional, o Oeste é a terceira sub-região com mais empresas em setores de média e alta tecnologia, apenas superado pelas regiões de Aveiro e de Leiria; contexto que não é tão positivo quando a análise se restringe à indústria em que passa para 4.º lugar regional, tendo as regiões de Aveiro, Leiria e Coimbra um maior número de indústrias de alta e média-alta tecnologia.

Não é possível efetuar uma análise evolutiva da proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia na Região Centro e no Oeste uma vez que o último ano em que há registo do mesmo é 2014 (Tabela 37). Nesse ano, no Oeste o valor era de 6,38, um dos mais baixos da Região Centro.

Tabela 37. Indicadores relativos à média e alta tecnologia na economia, 2014 e 2018

	Empresas das indústrias de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3)			Empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3)			Proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (%)	
	2014	2018	variação	2014	2018	variação	2014	2018
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%	%
Portugal	5137	5333	4%	19863	24314	22%	11,32	10,97
Área Metropolitana de Lisboa	1336	1331	0%	8606	10674	24%	14,71	13,64
Centro	1283	1385	8%	3610	4308	19%	9,88	...
Oeste	196	205	5%	634	743	17%	6,39	...
Região de Aveiro	355	388	9%	791	958	21%	21,52	21,57
Região de Coimbra	193	222	15%	790	945	20%	8,26	9,27
Região de Leiria	225	231	3%	539	607	13%	4,55	4,60
Viseu Dão Lafões	94	104	11%	254	322	27%	9,55	9,36
Beira Baixa	44	50	14%	112	141	26%	4,19	5,71
Médio Tejo	117	116	-1%	279	328	18%	5,78	5,14
Beiras e Serra da Estrela	59	69	17%	211	264	25%	7,84	10,63

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, 2020

Em termos de contributo geral dos setores económicos para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) ⁴⁴ da Região Oeste, verifica-se que os CAE analisados (com exceção das indústrias transformadores em que não estão disponíveis dados de 2018) e que estão associados às áreas de especialização do Oeste, possuem crescimentos notórios entre 2014 e 2018, destacando-se ainda o setor dos transportes e armazenagem em termos absolutos em 2018. De notar também o crescimento de atividades económicas que comprovam a progressiva atratividade da Região Oeste quer em termos turísticos como residenciais, como é o caso das “atividades imobiliárias”, “atividades administrativas e dos serviços de apoio” e “atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, com variações superiores a 100% (Tabela 38).

⁴⁴ Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.

Tabela 38. VAB das empresas, por setor (CAE Rev3.) no Oeste, 2014 e 2018

CAE	2014		2018		Varição
	€	%	€	%	%
Total	1.773.874.867	-	2.506.284.532	-	41,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	149.440.453	8,4	212.774.335	8,5	42,4
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	127.383.882	7,2	n.d.	n.d.	n.d.
Silvicultura e exploração florestal	5.462.964	0,3	n.d.	n.d.	n.d.
Pesca e aquicultura	16.593.607	0,9	21.279.228	0,8	28,2
Indústrias transformadoras	500.015.694	28,2	n.d.	n.d.	n.d.
Indústrias alimentares	150.520.149	8,5	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de têxteis	764.454	0,0	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria do vestuário	2.354.374	0,1	n.d.	n.d.	n.d.
Indústria do couro e dos produtos do couro	10.964.815	0,6	n.d.	n.d.	n.d.
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	6.334.831	0,4	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	5.067.628	0,3	n.d.	n.d.	n.d.
Impressão e reprodução de suportes gravados	13.218.398	0,7	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	4.181.154	0,2	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	14.536.319	0,8	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	63.610.475	3,6	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	78.398.350	4,4	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	26.967.030	1,5	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de equipamento elétrico	12.079.099	0,7	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	32.212.561	1,8	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	17.637.284	1,0	n.d.	n.d.	n.d.
Fabricação de outro equipamento de transporte	1.181.253	0,1	n.d.	n.d.	n.d.
Fabrico de mobiliário e de colchões	7.005.613	0,4	n.d.	n.d.	n.d.
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	15.740.476	0,9	n.d.	n.d.	n.d.
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	19.268.381	1,1	n.d.	n.d.	n.d.
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	49.474.245	2,8	35.366.492	1,4	-28,5
Construção	112.710.539	6,4	186.371.324	7,4	65,4
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	432.584.419	24,4	582.508.426	23,2	34,7
Transportes e armazenagem	n.d.	n.d.	214.459.663	8,6	n.d.
Alojamento, restauração e similares	75.561.584	4,3	150.614.773	6,0	99,3
Alojamento	20.325.680	1,1	47.138.935	1,9	131,9
Restauração e similares	55.235.904	3,1	103.475.838	4,1	87,3
Atividades de informação e de comunicação	21.345.739	1,2	27.878.654	1,1	30,6
Atividades imobiliárias	17.067.338	1,0	47.041.813	1,9	175,6
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	68.817.726	3,9	99.534.623	4,0	44,6
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	61.427.230	3,5	128.697.073	5,1	109,5
Educação	19.900.963	1,1	16.999.264	0,7	-14,6
Atividades de saúde humana e apoio social	47.284.683	2,7	75.540.792	3,0	59,8
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	5.834.486	0,3	13.691.150	0,5	134,7
Outras atividades de serviços	16.918.807	1,0	21.898.051	0,9	29,4

INE, Sistema de contas integradas das empresas

Complementando a análise do quadro de competitividade económica procede-se à verificação da relevância do comércio externo na economia regional, medida pelo grau de abertura da economia⁴⁵ e pelas trocas comerciais (importação e exportação), conforme se apresenta na Tabela 39. A análise reportada aos anos de 2014, 2018 e 2019 mostra um aumento das exportações em todas as escalas territoriais analisadas. No Oeste, regista-se um acréscimo de 21% no comércio internacional, com um aumento das exportações intra União Europeia (44,7%) mas decréscimo no comércio extra-União Europeia (14,3%). Em 2019, o valor das exportações do Oeste (1.231.250.019€) correspondeu a cerca de 11% do total da Região Centro. No entanto, quando se analisam os dados referentes às importações, o valor registado no Oeste (1.548.742.929€) é superior ao das exportações, o que se traduz numa balança comercial negativa (-317.492.910€). À exceção da Região Centro, que apresenta um saldo positivo (1.437.604.837€), a balança comercial deficitária é um cenário que ocorre também nas outras escalas de análise (AML e nacional). A maioria das importações do Oeste tem proveniência no comércio intra-UE (78,5%), tal como ocorre nos outros níveis de análise. Verificando o grau de abertura, em 2018, e apesar do aumento face a 2014, na sub-região Oeste o valor registado é de 49, inferior ao grau de abertura regional (56) e nacional (65), mantendo-se assim o cenário registado em 2014.

Tabela 39. Importações, exportações e grau de abertura, em 2014 e 2019

Ano	Unidade territorial	Exportações			Importações			Grau de abertura
		Comércio internacional	Comércio intra-UE	Comércio extra-UE	Comércio internacional	Comércio intra-UE	Comércio extra-UE	
		€	%		€	%		
2019	Portugal	59.898.366.773	76,8	23,2	80.317.970.426	76,5	23,5	n.d.
	AML (NUTS II)	18.598.345.980	71,6	28,4	41.582.608.432	73,4	26,6	n.d.
	Região Centro (NUTS II)	11.365.320.314	80,2	19,8	9.927.715.477	80,0	20,0	n.d.
	Oeste (NUTS III)	1.231.250.019	73,0	27,0	1.548.742.929	78,5	21,5	n.d.
2018	Portugal	57.806.516.504	76,1	23,9	75.363.915.190	75,8	24,2	65
	AML (NUTS II)	17.401.697.845	69,3	30,7	38.080.694.908	70,7	29,3	76
	Região Centro (NUTS II)	11.270.444.726	79,9	20,1	9.987.859.622	81,2	18,8	56
	Oeste (NUTS III)	1.224.815.917	73,5	26,5	1.545.161.204	78,5	21,5	49
2014	Portugal	48.053.695.644	70,8	29,2	59.032.120.694	74,8	25,2	62
	AML (NUTS II)	15.364.478.760	59,9	40,1	31.909.726.170	66,6	33,4	74
	Região Centro (NUTS II)	9.251.960.636	76,0	24,0	7.390.784.927	84,5	15,5	51
	Oeste (NUTS III)	1.023.476.666	69,0	31,0	1.150.776.306	81,7	18,3	44

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens, 2014 e 2018

Concluindo a revisitação do diagnóstico, apresenta-se uma abordagem complementar à evolução do setor do turismo, considerado uma das áreas de especialização do Oeste, com uma tradição e reconhecimento já alcançados, nomeadamente de produtos específicos fortemente associados a este território – desportos

⁴⁵ “O grau de abertura é um indicador de internacionalização que compara o conjunto das exportações e das importações com o valor acrescentado bruto gerado na produção. Quanto mais alta é a percentagem obtida por um produto, setor ou território, maior é o seu grau de abertura ao mercado externo.” INE, Metainformação

náuticos, sol e praia, *resorts*, saúde e bem-estar - e que constituem imagens de marca de uma oferta diferenciada, com uma crescente expressão económica das atividades diretas e indiretas (nesta última dimensão destacam-se setores como o imobiliário e de animação cultural).

A análise à escala do Oeste (NUTS III) permite aferir o crescimento deste setor, entre 2014 e 2018, comprovado por desempenhos positivos em todos os indicadores da hotelaria⁴⁶:

- O número de estabelecimentos hoteleiros quase duplicou entre 2014 e 2018, sendo neste último ano, 206 o número total na Região Oeste. Esta dinâmica exponencial de crescimento é idêntica nas NUTS II analisadas e à escala nacional.
- A capacidade de alojamento também aumentou no Oeste, com um acréscimo de 2.748 lugares entre 2014 e 2018, o que equivale a um aumento de 36%. Este valor relativo é superior ao registado nas restantes escalas de análise, com aumentos entre os 24 e os 29%. Em 2014 havia uma capacidade na ordem dos 7.750 tendo passado para cerca de 10.500 em 2018.
- O número de hóspedes no Oeste também aumentou, passando de 416.787 em 2014 para mais de 650.000 em 2018, o equivalente a um aumento de 56%. Na Região Centro o aumento é também de 56%, sendo em Portugal e na AML de 46% e 43%, respetivamente.
- A estada média manteve-se estável nas 2 noites.
- Os proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros registaram um aumento de 87%, passando de 42 milhões de euros em 2014 para 78 milhões em 2018, uma percentagem de crescimento superior a qualquer uma das escalas de análise.

⁴⁶ Os dados apresentados, são os mais recentes (2018), não existindo dados disponíveis que mostrem o forte impacto do contexto pandémico na economia da NUTS III Oeste.

Tabela 40. Dados do setor do turismo - hotelaria, entre 2014 e 2018

Unidade Territorial	Estabelecimentos de alojamento turístico	Capacidade de alojamento	Hóspedes	Dormidas	Estada média	Proveitos totais ⁴⁷ (milhares de €)	Estabelecimentos de alojamento turístico	Capacidade de alojamento	Hóspedes	Dormidas	Estada média	Proveitos totais ⁴⁸ (milhares de €)
Portugal	3.578	342.497	17.301.622	48.711.366	2,8	2.285.896	6.868	423.152	25.249.904	67.662.103	2,7	3.986.553
AML	480	65.449	5.270.717	12.279.422	2,3	699.432	908	84.184	7.542.389	17.516.975	2,3	1.267.349
Centro	685	47.065	2.498.106	4.486.949	1,8	189.026	1.175	60.646	3.895.612	6.777.827	1,7	332.790
Oeste	104	7.729	416.787	860.512	2,1	41.644	206	10.477	650.917	1.275.232	2	78.070
Alcobaça	9	624	35.531	68.589	1,9	2.583	24	1.160	66.742	120.330	1,8	5.558
Alenquer	2	n.d.		n.d.	n.d.	n.d.	8	161	5.530	9.872	1,8	384
Arruda dos Vinhos	3	77	2.362	3.984	1,7	481	3	99	5.455	9.489	1,7	954
Bombarral	2	n.d.		n.d.	n.d.	n.d.	5	163	8.679	16.079	1,9	509
Cadaval	0	0	0	0		0	2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Caldas da Rainha	14	1.207	58.962	116.681	2	4.041	23	1.392	94.918	189.972	2	7.157
Lourinhã	5	280	7.907	15.325	1,9	695	11	450	11.909	29.118	2,4	1.648
Nazaré	15	978	81.235	138.916	1,7	6.831	27	1.455	132.466	225.451	1,7	9.981
Óbidos	23	1.942	90.117	226.362	2,5	12.523	27	1.861	121.892	250.748	2,1	21.691
Peniche	18	1.030	65.188	135.605	2,1	4.628	51	1.995	94.026	192.608	2	11.573
Sobral de Monte Agraço	0	0	0	0		n.d.	3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Torres Vedras	13	1.436	71.163	148.108	2,1	9.639	22	1.667	107.222	228.579	2,1	18.496

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

⁴⁷ Proveitos totais (nos estabelecimentos hoteleiros): Compreende todos os proveitos resultantes da atividade do estabelecimento hoteleiro. Inclui os proveitos de aposento, os proveitos de restauração e outros proveitos decorrentes da própria atividade (ex.: aluguer de salas, lavandaria, tabacaria, telefone, etc..)

⁴⁸ idem

Os investimentos realizados com o apoio de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) refletem-se na evolução apresentada, sendo, contudo, necessário ter em conta que o quadro 2014-2020 ainda se encontra em implementação pelo que alguns dos seus impactos não serão totalmente perceptíveis na análise de contexto apresentada. Como se mostra de seguida, decorrente da análise das operações aprovadas nos diversos programas operacionais, existe um elevado número de investimentos concretizados no Oeste ao longo dos últimos anos com o apoio dos programas operacionais temáticos e regional. Tais investimentos concorrem para o reforço das áreas de especialização do território, para a sua competitividade, fomentam a qualificação dos recursos humanos e do tecido económico, sendo concretizados através da ação concertada de múltiplas entidades, públicas e privadas.

Os Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SAAC), que visam potenciar os resultados dos sistemas de incentivos diretos às empresas e a criação ou melhoria de condições envolventes, com particular relevo para as associadas a fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva e que se deve materializar na disponibilização de bens coletivos ou públicos capazes de induzir efeitos de arrastamento na economia do Oeste, foram promovidos por quatro entidades. Nos domínios da qualificação, apoio ao empreendedorismo e internacionalização, os quatro projetos somaram um total de despesas elegíveis de cerca de 1,4 milhões de euros e 1,2 milhões de euros de FEDER mobilizado (Centro 2020 e POCl), tal como apresentado na Tabela 41.

As operações SAAC apresentadas no âmbito do POCl visaram promover a internacionalização (PI 3.2), com foco em um dos setores de especialização do Oeste (agroindustrial) e promoção de um produto da região; e apoiar a criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI 3.3) relacionadas com a sustentabilidade energética. No PO regional foram aprovadas duas operações SAAC de promoção do espírito empresarial (PI3.1), lideradas pela OesteCIM e ÓBIDOS.COM.

O projeto “Promoção do Espírito Empresarial da Região Oeste⁴⁹”, levado a cabo pela OesteCIM, envolvendo um total de despesas elegíveis de 411.701,41 € e fundo aprovado de 349.946,20 €, teve como objetivo principal o reforço da cooperação e o apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo de forma a potenciar a geração de ideias inovadoras e o crescimento e criação de novos negócios.

⁴⁹ Disponível em: <https://tinyurl.com/t5yw3ny> e <http://www.oesteempreendedor.pt/>

Tabela 41. Projetos aprovados no Oeste, no âmbito dos Sistemas de Apoio às Ações Coletivas (SAAC)

Beneficiário	Nome da operação	PO	Investimento	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI
PI3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas.						
OesteCIM	Promoção do Espírito Empresarial da Região Oeste	Centro 2020	-	411.701,41 €	349.946,20 €	FEDER
ÓBIDOS.COM – Associação Empresarial do concelho de Óbidos	Turismo criativo e sustentável – o futuro do Oeste	Centro 2020	-	307.576,72 €	261.440,22 €	FEDER
PI3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização						
ANP – Associação Nacional dos Produtores de Pera Rocha	Promoção da Pera Rocha nos mercados externos	POCI	499.902,00	430.902,00 €	366.266,70 €	FEDER
PI. 3.3. Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços						
AP2H2 - Associação Portuguesa para Promoção do Hidrogénio	H2SE - Hidrogénio de Sustentabilidade Energética	POCI	435.028,23	269.363,26 €	228.958,77 €	FEDER
Total				1.419.543,39 €	1.206.611,89 €	

Fonte: Centro 2020 e POCI/Compete 2020 – Projetos aprovados

O desempenho regional advém também do esforço e apostas individuais das empresas, nomeadamente em domínios como o empreendedorismo e incubação (PI3.1); o apoio à internacionalização (PI3.2) e ao investimento produtivo (PI3.3.), conforme se apresenta na Tabela 41. Nestes domínios é notória a dinâmica do tecido empresarial do Oeste, com perto de trezentas operações aprovadas e cerca de 290 milhões de euros em despesas elegíveis com a mobilização de 156 milhões de euros de fundo através dos PO regional e temático.

Uma breve análise dos projetos aprovados, no âmbito do POCI permite destacar a forte aposta das empresas no desenvolvimento de planos de marketing e de internacionalização, procurando consolidar a sua posição em determinados mercados externos e/ou promover a diversificação e abertura de novos mercados geográficos, de forma a incrementar a competitividade e o volume de exportações. No campo de criação/alargamento de capacidades para o desenvolvimento de produtos e serviços (PI 3.3.) destacam-se projetos que passam pela implementação de processos associados à Indústria 4.0, economia circular, digitalização e automatização de processos, entre outros. De um modo global, os setores apoiados são diversos – empresas ligadas à agroindústria, moldes, metalurgia, cerâmica, turismo, entre outros.

Tabela 42. Projetos privados aprovados no Oeste (NUTS III), no âmbito das PI 3.1, 3.2 e 3.3

Programa Operacional	Nº projetos aprovados	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI
PI3.1. Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas				
Centro 2020	35	4.781.564,83 €	3.462.616,18 €	FEDER
PI3.2. Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização				
POCI	49	14.092.585,73 €	6.280.379,98 €	FEDER
PI. 3.3. Apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços				
Centro 2020	136	87.518.645,56 €	45.658.055,20 €	FEDER
POCI	57	182.878.895,86 €	100.856.285,72 €	FEDER
Total	277	289.271.691,98 €	156.257.337,08 €	

Fonte: POCI/Compete 2020 e Centro 2020 – Projetos aprovados

Complementando os sistemas de incentivos promovidos pelo POCI e Centro 2020, no âmbito das PI anteriormente analisadas, também o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), gerido pelos GAL rurais e costeiros (associados às respetivas estratégias DLBC) e OesteCIM (associado ao PDCT), foi essencial para o reforço do tecido empresarial do Oeste.

Neste domínio, foram aprovados 132 projetos (Tabela 43), cujo valor de despesas elegíveis ascende a aproximadamente 10 milhões de euros, aos quais correspondem 4,1 milhões de euros de FEEI aprovados (a maioria FEDER – 89% do total de fundos aprovados). Os projetos correspondem a áreas diversas como o turismo (animação turística, alojamento local, etc.), comércio e restauração, artes gráficas, construção naval, moldes, apoio social, entre outras, contribuindo de forma direta para a criação de postos de trabalho e para o reforço de atividades estratégicas para a sub-região.

O contributo do SI2E para o reforço da economia local e para a melhoria da sua competitividade é bastante relevante, uma vez que permitiu responder às necessidades de apoio de promotores privados que quiseram investir no território, com especial relevância no contexto de um tecido empresarial composto maioritariamente por micro e PME, cujas necessidades de apoio divergem das impostas nos Sistemas do PO regional e temático (POCI).

A possibilidade de conjugação de dois FEEI neste sistema de apoio é também uma característica importante, uma vez que permite investimentos quer na componente física (aquisição de máquinas e equipamentos, *hardware/software*, obras de remodelação ou adaptação, participação em feiras e exposições, entre outras) quer na componente imaterial/de criação de emprego (remunerações de postos de trabalho criados – próprio emprego; criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há mais de 6 meses no IEFP, I. P., incluindo desempregados de longa e muito longa duração; criação de postos de trabalho para jovens até 30 anos à procura do primeiro emprego inscritos no IEFP, I. P., como desempregados há pelo menos 2 meses). É, contudo, notória a maior necessidade de apoio FEDER, sem grande procura de FSE, o que pode indiciar uma formulação de apoios pouco adequada à realidade das pequenas empresas elegíveis.

Tabela 43. Projetos aprovados no Oeste (NUTS III) no âmbito do S2E (PI 08.03, 08.08, 09.06 e 09.10)

Organismo intermédio	Nome da operação	P.I.	Projetos aprovados	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI
OesteCIM	Mais empresas (apoio direto a microempresas e empreendedores) – apoio a empreendedores e criação de postos de trabalho	08.03	33	340.028,76 €	289.024,48 €	FSE
	Mais empresas (apoio direto a microempresas e empreendedores) – apoio a micro e pequenas empresas	08.08	49	7.689.366,60 €	3.006.393,20 €	FEDER
GAL Alto Oeste / GAL Baixo Oeste	Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	09.06	23	177.853,29 €	151.175,29 €	FSE
GAL ecoMar /GAL Pesca Oeste	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária	09.10	27	1.625.634,30 €	655.072,29 €	FEDER
Total			132	9.832.882,95 €	4.101.665,26 €	

Fonte: Centro 2020 – Projetos aprovados

Apesar do ténue crescimento, em termos no número de empresas, do setor primário, os indicadores referentes ao VAB desse setor apresentam uma evolução positiva no período analisado anteriormente (2014-2018), situação que pode ter uma ligação com os apoios concretizados ou em curso na sub-região provenientes de operações aprovadas no âmbito do PDR 2020 e Mar 2020, que se sistematizam de seguida.

O setor agroindustrial é um dos eixos de especialização do Oeste e, neste âmbito, verificaram-se importantes investimentos relacionados com a base deste setor, em particular agricultura/floresta e comercialização dos respetivos produtos. Através da análise dos projetos aprovados no âmbito de diversas medidas/operações do PDR 2020 (Tabela 44) destaca-se a existência de 638 projetos aprovados, cujos investimentos/despesas elegíveis ascendem a cerca de 136 milhões de euros e a um valor de fundo aprovado de cerca de 57 milhões de euros. A Medida 3. Valorização da produção agrícola abrange um maior número de projetos aprovados (485) e concentra 96% das despesas elegíveis (cerca de 130 milhões de euros) / fundo aprovado (cerca de 55 milhões de euros) do total de projetos aprovados no Oeste no âmbito das medidas do PDR consideradas.

Tabela 44. Projetos aprovados – através do PDR 2020

Medida	Operação	Projetos aprovados	Despesas elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
Medida 3. Valorização da produção agrícola	3.1.1 - Jovens Agricultores	101	0,00 €	2.316.375,00 €	FEADER
	3.1.2 - Investimento de Jovens Agricultores na exploração agrícola	13	2.988.151,62 €	1.205.859,86 €	FEADER
	3.2.1 - Investimento na exploração agrícola	252	58.450.675,89 €	23.069.840,07 €	FEADER
	3.2.2 - Pequenos Investimentos nas explorações agrícolas	66	1.115.985,15 €	474.294,14 €	FEADER
	3.3.1 - Investimento Transformação e comercialização de produtos agrícolas	43	55.499.470,62 €	17.853.228,46 €	FEADER
	3.3.2 - Pequenos Investimentos na Transformação e comercialização de produtos agrícolas	7	1.036.556,21 €	396.482,82 €	FEADER
	3.4.2 - Melhoria da eficiência dos regadios existentes	3	11.347.747,48 €	9.645.585,37 €	FEADER
Total Medida 3		485	130.438.586,97 €	54.961.665,72 €	
Medida 6. Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	6.2.1 - Prevenção de calamidades e catástrofes naturais	4	270.066,00 €	183.644,88 €	FEADER

Total Medida 6		4	270.066,00 €	183.644,88 €	
Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais	8.1.1 - Florestação terras agrícolas e não-agrícolas	4	47.621,16 €	32.352,03 €	
	8.1.6 - Melhoria do valor económico das florestas	32	769.758,12 €	250.656,57 €	FEADER
Total Medida 8		36	817.379,28 €	283.008,60 €	
Medida 10. LEADER	10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	102	2.785.412,10 €	1.253.436,20 €	FEADER
	10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização	5	690.596,78 €	279.691,75 €	FEADER
	10.2.1.3 - Diversificação de atividades na exploração	4	657.363,15 €	295.813,55 €	FEADER
	10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais	2	268.154,53 €	120.669,63 €	FEADER
Total Medida 10		113	4.401.526,56 €	1.949.611,13 €	
Total		638	135.927.558,81 €	57.377.930,33 €	

Fonte: PDR 2020 – Projetos aprovados (reportados a março 2020)

No que diz respeito à Economia do Mar (outro dos eixos de especialização do Oeste), através do Mar 2020 foram aprovados 129 projetos com incidência territorial no Oeste, que envolvem a execução de mais de 45 milhões de euros de investimento/ despesas elegíveis e cerca de 20 milhões de euros de fundo aprovado, constituindo um importante impulso à economia do mar.

Analisando os investimentos, por prioridade, a “5 - Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura” totaliza 14 projetos que concentram mais de metade das despesas elegíveis e fundo aprovado. Através da “Medida 1 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura”, da “Prioridade 2 - Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento”, foram aprovados 5 projetos, com um total de despesas elegíveis superior a 5 milhões de euros e fundo aprovado de cerca de 2,3 milhões de euros. Na “Prioridade 1 - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento” é muito relevante o investimento realizado através da “Medida 5 - Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos”, que envolve quase 4 milhões de fundo aprovado (cujos promotores foram o Município da Lourinhã, DocaPescas; Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos e OPCENTRO – Cooperativa de Pesca Geral do Centro), bem como na “Medida 7 - Cessações Temporárias das Atividades da Pesca”, com cerca de 750 milhares de euros de fundo aprovado, que visa apoiar os tripulantes das embarcações que cessem a sua atividade de pesca no período de referência, no âmbito do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca com Recurso a Artes de Cerco.

Tabela 45. Projetos aprovados – através do Mar 2020

Prioridade	Medida	Projetos aprovados	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Prioridade 1 - Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento	Medida 1 - Investimentos a Bordo e Seletividade	9	194.693,47 €	43.514,02 €	FEAMP
	Medida 2 - Apoio ao Arranque da Atividade de Jovens Pescadores	2	75.500,00 €	14.156,24 €	FEAMP
	Medida 5 - Investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos	12	4.988.110,87 €	3.728.999,17 €	FEAMP
	Medida 7 - Cessações Temporárias das Atividades da Pesca	55	1.509.029,86 €	754.514,96 €	FEAMP
Total Prioridade 1		78	6.767.334,20 €	4.541.184,39 €	
Prioridade 2 - Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento	Medida 1 - Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	5	5.745.428,16 €	2.379.853,55 €	FEAMP
Total Prioridade 2		5	5.745.428,16 €	2.379.853,55 €	
Prioridade 4 - Aumentar o emprego e a coesão territorial	Medida 3 - Execução das EDL	32	2.216.032,17 €	1.741.024,17 €	FEAMP
Total Prioridade 4		32	2.216.032,17 €	1.741.024,17 €	
Prioridade 5 - Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura	Medida 1 - Planos de Produção e de Comercialização	5	617.358,44 €	347.264,21 €	FEAMP
	Medida 2 - Desenvolvimento de novos mercados, campanhas promocionais e comercialização	3	790.406,64 €	354.062,99 €	FEAMP
	Medida 3 - Transformação dos produtos da pesca e aquicultura	6	29.146.686,58 €	10.930.007,55 €	FEAMP
Total Prioridade 5		14	30.554.451,66 €	11.631.334,75 €	
Total		129	45.283.246,19 €	20.293.396,86 €	

Fonte: Mar 2020 – Projetos aprovados (listagem reportada a 31 de dezembro de 2019)

Por último, a estratégia de aposta na competitividade económica do Oeste não é alheia aos investimentos públicos empreendidos, nomeadamente os relativos à dotação de serviços e infraestruturas de apoio, como são exemplos, as áreas de acolhimento empresarial. Neste contexto, os municípios têm um papel chave na manutenção e reforço de condições facilitadoras do crescimento económico e competitividade. Neste âmbito, destacam-se os investimentos em Áreas de Localização Empresarial, dos Municípios de Alcobaça e Nazaré que envolvem um montante superior a 5 milhões de euros de fundo aprovado (Tabela 46), contribuindo para a criação de condições para o pleno funcionamento dos respetivos espaços de acolhimento empresarial e potenciam a instalação/fixação de mais empresas / unidades industriais no território.

De acordo com a informação prestada pelo Município de Alcobaça no âmbito da visita da EIDT, a autarquia tem vindo a promover também a instalação e desenvolvimento do serviço de apoio ao empresário e construção de espaços para incubadora de empresas, contribuindo desta forma para a execução do Eixo “4 – Empreendedorismo” da EIDT do Oeste.

Tabela 46. Projetos públicos aprovados no Oeste, no âmbito das operações de acolhimento empresarial

Nome do Beneficiário	Nome da Operação	PI	PO	Despesa elegível	Fundo aprovado	FEEI
Município de Alcobaça	Execução das Redes de Infraestruturas da Área de Localização Empresarial da Benedita (ALEB)	3.3	Centro 2020	4.050.457,12 €	3.442.888,55 €	FEDER
Município da Nazaré	Área de Acolhimento Empresarial de Valado dos Frades - Nazaré	3.3	Centro 2020	1.982.590,74 €	1.685.202,13 €	FEDER
Total				6.033.047,86 €	5.128.090,68 €	

Fonte: Centro 2020 – Projetos aprovados

Por último, atendendo ao eixo de especialização “Turismo” importa também destacar a existência de apoios do Turismo de Portugal. No que se refere aos apoios destinados a privados, nomeadamente a **Linha de apoio à qualificação da oferta**, não é possível aferir a existência de projetos com incidência no território do Oeste e/ou o seu impacto regional, uma vez que a listagem de projetos aprovados⁵⁰, disponibilizada pelo Turismo de Portugal não apresenta a localização à escala da NUTS III/concelho. Contudo, no que se refere a apoios nos quais as entidades públicas podem ser beneficiárias, destaca-se o Programa Valorizar, que integra a **Linha de Apoio ao Turismo Acessível**, à qual o Município da Nazaré apresentou uma candidatura (investimento total: 105 837,71€; incentivo total: 90 828,82 €).

Neste setor, sendo uma das novas competências atribuídas às CIM, o papel da OesteCIM tem sido muito focado na capacitação territorial e promoção dos ativos existentes. Têm sido desenvolvidos projetos estratégicos que visam consolidar a sub-região como destino turístico de qualidade, com destaque para a operação “Oeste Portugal PT.COM – Promoção Turística e Comunicação - Promoção do Produto Turístico de Base Intermunicipal - Surf, na Região Centro”⁵¹ (aprovado no âmbito do Portugal 2020; PI 6.3) e o trabalho de certificação do território como Estação Náutica (certificada pelo Fórum Oceano, desde novembro de 2018)⁵².

Ainda neste Eixo, encontra-se também a **dimensão urbana** que, na Região Oeste possui características singulares, nomeadamente no que respeita à pluralidade de centros urbanos, com a presença de dois centros urbanos classificados como regionais – Caldas da Rainha e Torres Vedras, cinco centros urbanos estruturantes – Nazaré, Alcobaça, Peniche, Óbidos e Alenquer e cinco centros urbanos complementares – Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã e Sobral de Monte Agraço (territórios de menor densidade demográfica e com um cariz marcadamente rural, onde está presente a atividade agrícola em fileiras de grande impotência para a economia nacional). Esta rede polinucleada do Oeste integra o importante território funcional da Região Lisboa e Vale do Tejo, apresentando fortes influências e interdependência com a AML, nomeadamente na coroa urbana sul. No seu todo, o Oeste, em conjunto com a AML, ou de forma mais abrangente a RLVT (região da qual o Oeste faz parte em termos de políticas de desenvolvimento regional e

⁵⁰ Disponível em: <https://tinyurl.com/u6rr4gg>

⁵¹ Disponível em: <https://tinyurl.com/t2tl2kn>

⁵² Disponível em: <https://tinyurl.com/unyl982>

de ordenamento do território – CCDRLVT), está integrado num subsistema urbano a valorizar (Figura 21), assumindo-se que possui um nível de estruturação já consolidado. O sistema económico do modelo territorial evidencia a forte complementaridade com as dinâmicas da AML com um perfil económico marcado pelo comércio, serviços coletivos e às empresas, registando-se também, mais a norte da sub-região, perfis associados ao agroalimentar, um setor muito expressivo na RLVT. Em termos sociais o modelo territorial revela um cenário intermédio, com manchas consideráveis de território com um nível de acessibilidade aos serviços de interesse geral mediano, apesar do perfil de vulnerabilidade social ser categorizado globalmente como “coesão, segurança e integração social”. Apesar desta complementaridade e dos consideráveis fluxos pendulares entre o Oeste e a AML, os sistemas de transporte coletivo são ainda frágeis, quer no modo ferroviário quer no rodoviário de passageiros, estando atualmente em curso obras de beneficiação da Linha do Oeste⁵³ e novas ações de melhoria do serviço no âmbito do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) dos transportes públicos do Oeste e das ligações à AML, essenciais no contexto integrado de desenvolvimento da sub-região.

Estas características da rede urbana do Oeste acarretam desafios acrescidos para as autarquias, nomeadamente ao nível da gestão do edificado e espaços públicos, incluindo a resolução da problemática proveniente da pressão urbanística, a procura residencial com a necessidade de resposta das redes de serviços de suporte à população, e também o aumento de imóveis devolutos ou em estado de conservação crítico. Verificam-se dinâmicas de procura cujo contexto dificulta a adequada resposta, não só em áreas de cariz urbano como em áreas urbanas rurais. A intervenção nos domínios da habitação e reabilitação urbana assumem assim especial preponderância no Oeste, com a urgência de serem consideradas no contexto de apoios comunitários para o período 2021-2027. **Assim, assumem especial relevância as estratégias de regeneração e revitalização territorial em todos os concelhos, com a capacidade de intervenção no edificado e no espaço público e com a inclusão de medidas de apoio à habitação associadas ao reforço da capacidade de intervenção no domínio privado devoluto e em ruína, e à valorização de serviços de suporte à qualidade de vida e ativação de dinâmicas urbanas, como é o caso do comércio que tem vindo a ser “cortado” dos apoios estruturais ligados à regeneração urbana.**

Também é relevante que no contexto da descentralização de competências, em que se inclui o património, estes elementos possam vir a ser integrados nas **estratégias de regeneração e revitalização territorial**.

⁵³ www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/centro-de-imprensa/modernizacao-da-linha-do-oeste. A obra deverá estar concluída no final de 2022, sendo cofinanciada pelo POCI/Compete2020, com uma despesa elegível de 51 milhões de euros e um apoio de 43 milhões do Fundo de Coesão

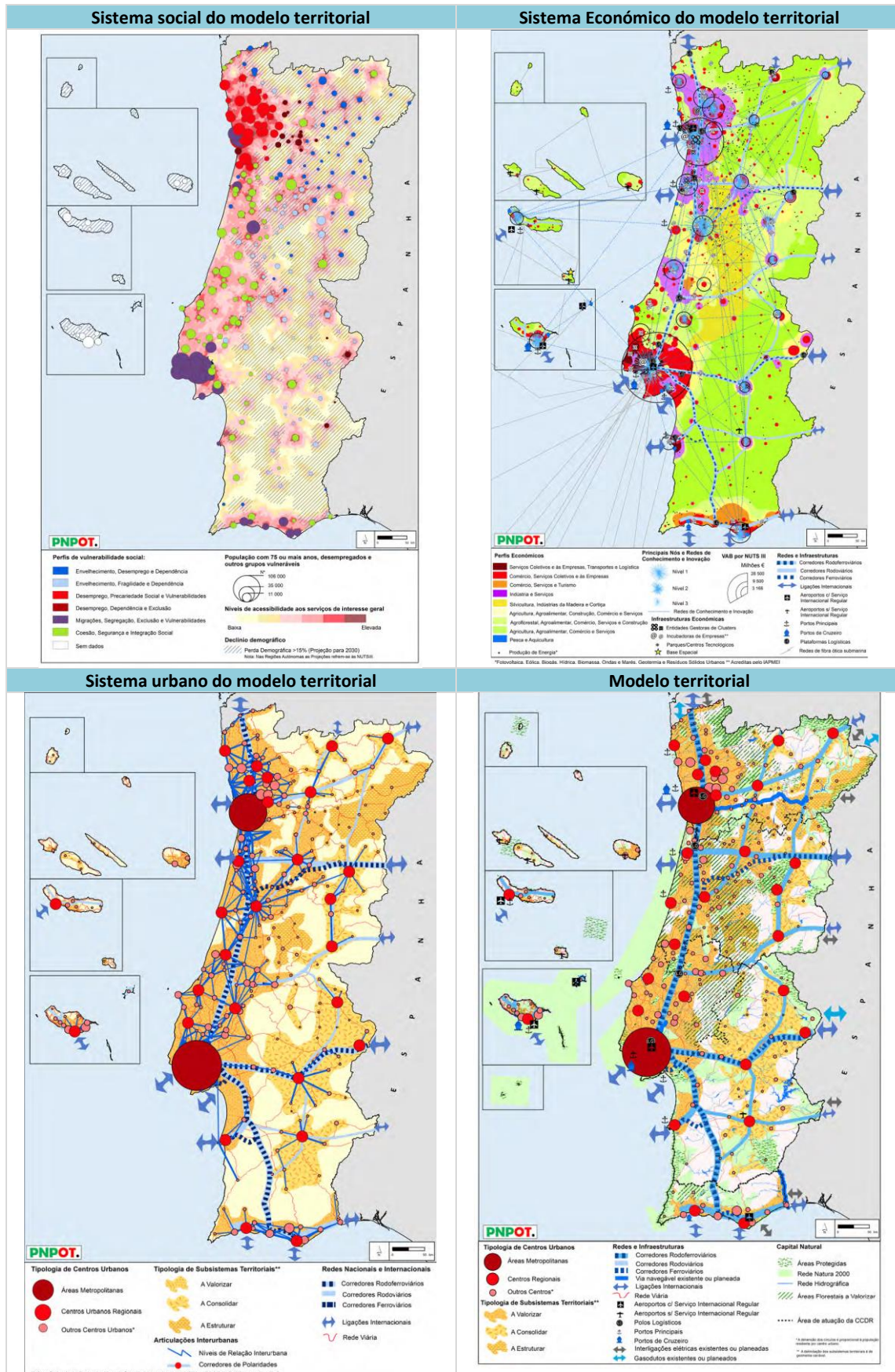


Figura 21. Modelo territorial e sistemas associados

Fonte: PNPOT

Apesar da abrangência identificada na **Medida 7. Comunidades sustentáveis**, da EIDT, os apoios disponibilizados foram escassos para as necessidades de intervenção no sistema urbano sub-regional, uma vez que se concentraram nas sedes de concelho e porque tiveram diversas condicionantes financeiras, nomeadamente para os centros urbanos mais pequenos. Face aos apoios disponibilizados, foram promovidas intervenções integradas (PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com mobilização conjunta das PI 4.5. mobilidade urbana sustentável; PI 6.5. regeneração urbana e PI 9.8 inclusão de comunidades desfavorecidas) nos núcleos de maior dimensão (Alcobaça, Alenquer, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche e Torres Vedras) e intervenções exclusivamente de regeneração urbana (PARU com mobilização apenas da PI 6.5 e com apoios condicionados pela dimensão populacional) nos centros urbanos de menor dimensão (Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Nazaré e Sobral de Monte Agraço).

Os projetos aprovados foram apoiados pelo FEDER através do PO Regional (Tabela 47), num total de 25 milhões de euros de fundo mobilizado para os doze concelhos.

Tabela 47. Projetos aprovados no âmbito da reabilitação urbana, PI 6.5 e 4.5, na Região Oeste

Beneficiário	Projetos aprovados no âmbito dos PEDU/PARU	P.I.	Despesas Elegíveis	Fundo total	FEEI
Município de Alcobaça	Construção do Parque Verde Urbano da cidade de Alcobaça	6.5.	2.178.210,16 €	1.851.478,64 €	FEDER
	Reabilitação do Espaço Verde do Antigo Parque de Campismo de Alcobaça - 1ª Fase	6.5.	321.603,07 €	273.362,61 €	FEDER
	“Reabilitação do Espaço Público Ribeirinho da “feira e mercados”, na cidade de Alcobaça – 1ª Fase – Av. Professor Eng.º Joaquim Vieira Natividade”	6.5.	1.752.685,78 €	1.489.782,91 €	FEDER
	Reabilitação do Conjunto Edificado do Museu do Vinho de Alcobaça - 1ª Fase	6.5.	300.000,00 €	255.000,00 €	FEDER
	Reabilitação do Espaço Público do Bairro Social de Casal da Ponte, em Alfeizerão	9.8	180.670,98 €	153.570,33 €	FEDER
	Total		4.733.169,99 €	4.023.194,49 €	FEDER
Município de Alenquer	Reabilitação e refuncionalização da Escola Conde Ferreira	6.5.	416.945,07 €	354.403,31 €	FEDER
	Reabilitação dos espaços públicos da urbanização da Barrada - Projeto de Intervenção no 'Espaço Radical'	9.8	241.710,15 €	205.453,63 €	FEDER
	Total		658.655,22 €	559.856,94 €	FEDER
Município de Arruda dos Vinhos	Parque das Rotas	6.5.	1.198.087,93 €	1.018.374,74 €	FEDER
	Centro Histórico - Jardim Municipal e Rua Luís de Camões	6.5.	192.806,23 €	163.885,30 €	FEDER
	Total		1.390.894,16 €	1.182.260,04 €	FEDER
Município de Bombarral	Requalificação da Envolvente do Mercado - Fase 1	6.5.	29.393,03 €	24.984,07 €	FEDER
	Reabilitação do Mercado Municipal - Edificado e Envolvente - Fase 2	6.5.	352.583,87 €	299.696,29 €	FEDER
	Total		381.976,90 €	324.680,36 €	FEDER
Município de Cadaval	Recuperação e Valorização do Parque Verde Urbano da Vila - Parque de Lazer da Mata da Misericórdia	6.5.	328.573,77 €	279.287,70 €	FEDER
	Reabilitação e Reversão das antigas Oficinas Municipais e Edifícios Envolventes	6.5.	676.425,39 €	574.961,58 €	FEDER
	Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Público Envolvente às Antigas Oficinas Municipais	6.5.	411.792,66 €	350.023,76 €	FEDER
	Requalificação Urbana de Espaço Público do Beco dos Coutos	6.5.	59.059,44 €	50.200,52 €	FEDER
	Total		1.475.851,26 €	1.254.473,56 €	FEDER
Município de Caldas da Rainha	Regeneração Urbana - Espaço Público - Área 5	6.5.	658.352,43 €	559.599,57 €	FEDER
	Parque Urbano "Abraço Verde"	6.5.	600.508,51 €	510.432,23 €	FEDER
	Regeneração Urbana - Espaço Público - Área 3	6.5.	435.406,43 €	370.095,47 €	FEDER
	Centro da Juventude	6.5.	422.277,18 €	358.935,60 €	FEDER

	Regeneração Urbana - Espaço Público - Área 7	6.5.	1.021.238,69 €	868.052,89 €	FEDER
	Requalificação Patrimonial e Funcional do Edificado do Hospital Termal - Edifício 2	6.5.	599.927,93 €	509.938,74 €	FEDER
	Casa Amarela	6.5.	298.199,31 €	253.469,41 €	FEDER
	Espaço Público – área 7 – Bairro dos Arneiros	9.8	87.235,60 €	74.150,26 €	FEDER
	Total		4.123.146,08 €	3.504.674,17 €	FEDER
Município de Lourinhã	Reabilitação integral da (antiga) Casa dos Cantoneiros	6.5.	88.535,67 €	75.255,32 €	FEDER
	Qualificação e dinamização da Rota dos Dinossauros	6.5.	661.831,27 €	562.556,58 €	FEDER
	Total		750.366,94 €	637.811,90 €	FEDER
Município de Nazaré	Reabilitação do Largo Bastião Fernandes - Pederneira	6.5.	96.425,00 €	81.961,25 €	FEDER
	Reabilitação do Largo da Praça de Touros - Sítio	6.5.	184.952,45 €	157.209,58 €	FEDER
	Reabilitação do Largo da Misericórdia (Cemitério) /Pederneira	6.5.	269.925,15 €	229.436,38 €	FEDER
	Reabilitação da Marginal - Praia da Nazaré	6.5.	237.186,93 €	201.608,89 €	FEDER
	Reabilitação do Largo da Fonte Velha/Museu - Sítio	6.5.	177.507,56 €	150.881,42 €	FEDER
	Total		965.997,09 €	821.097,52 €	FEDER
Município de Óbidos	Requalificação do Largo de São Marcos das Gaeiras	6.5.	1.342.320,38 €	1.140.972,32 €	FEDER
	Requalificação do complexo industrial vinícola de A-da-Gorda, em área de serviços, comércio e investigação agrícola - Espaço Memória	6.5.	905.322,89 €	769.524,46 €	FEDER
	Praça da Criatividade	6.5.	1.889.470,86 €	1.606.050,23 €	FEDER
	Total		4.137.114,13 €	3.516.547,01 €	FEDER
Município de Peniche	Reabilitação das Envolventes de 4 Bairros Sociais (Calvário, Valverde, Fernão de Magalhães e Coosofi)	9.8	788.292,92 €	670.048,98 €	FEDER
	Reabilitação de 12 Fogos Devolutos do Bairro do Calvário e de 2 Equipamentos para Intervenção Comunitária (Casa do Calvário e Casa da Bica)	9.8	697.016,38 €	592.463,92 €	FEDER
	Total		1.485.309,30 €	1.262.512,90 €	FEDER
Município de Sobral de Monte Agraço	Requalificação do espaço público do campo da feira e estrutura verde envolvente	6.5.	82.679,99 €	70.277,99 €	FEDER
	Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Público Envolvente aos Pavilhões Gimnodesportivo e Multisserviços	6.5.	649.618,25 €	552.175,51 €	FEDER
	Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos	6.5.	389.761,96 €	331.297,67 €	FEDER
	Total		1.122.060,20 €	953.751,17 €	FEDER
Município de Torres Vedras	Requalificação paisagística e ambiental da Vala dos Amiais	6.5.	301.489,94 €	256.266,45 €	FEDER
	Reabilitação e reconversão do antigo Matadouro Municipal – Centro de Artes e Criatividade	6.5.	3.083.709,35 €	2.621.152,95 €	FEDER
	Reabilitação paisagística da Encosta do Choupal	6.5.	801.560,36 €	681.326,31 €	FEDER
	Requalificação Urbana e Paisagística do Espaço Público Envolvente ao Antigo Matadouro Municipal	6.5.	1.428.748,94 €	1.214.436,60 €	FEDER
	Polo Social e Cultural	6.5.	672.841,67 €	571.915,42 €	FEDER
	Reabilitação do espaço público envolvente aos bairros Floresta, Reis e Barreto - Espaço entre bairros	6.5.	499.931,88 €	424.942,10 €	FEDER
	Programa Municipal de Habitação Social – Fase 1	9.8	305.946,59 €	260.054,60 €	FEDER
	Somos Comunidade	9.8	253.232,68 €	215.247,78 €	FEDER
	Porta do Bairro	9.8	367.953,07 €	312.760,11 €	FEDER
	Programa Municipal de Habitação Social - Fase 2	9.8	586.686,21 €	498.683,28 €	FEDER
Total		8.302.100,69 €	7.056.785,60 €	FEDER	
Total		29.526.641,96 €	25.097.645,66 €		

Nota: Os projetos aprovados na PI 4.5 são analisados no Eixo 4.

Fonte: Centro2020 (www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados)

A valorização do património cultural e natural é também uma dimensão essencial de valorização da rede urbana, sendo importante salientar que na Estratégia RLVT 2030 se destaca como pilar estratégico de intervenção. Os apoios associados ao património cultural foram associados à PI 6.3, da agenda PO SEUR, mas cofinanciada por via do PO regional. Foi uma prioridade de investimento integrada no processo negocial do PDCT, contudo, condicionada a regras de classificação patrimonial como monumento nacional dos imóveis apoiados, o que levou a que muitas das necessidades existentes, nomeadamente ao nível dos espaços e equipamentos culturais não fossem contemplados, fragilizando assim a coesão da rede urbana, feita também pela valorização do património e de espaços palcos da cultura e identidades locais.

De acordo com o exposto na Tabela 48, encontram-se aprovados nove projetos municipais enquadrados no PDCT, aos quais acrescem os projetos da OesteCIM e da Direção-Geral do Património Cultural, perfazendo um investimento global afeto ao Oeste de 10.895.599,62 € (com comparticipação de 8.548.505,78 €), uma vez que não está disponível qual o valor de investimento da candidatura Património Cultural da UNESCO da Direção-Geral do Património Cultural afeta ao Mosteiro de Alcobaça.

Tabela 48. Projetos aprovados e/ou perspetivados no âmbito da PI 6.3 na Região Oeste

Beneficiário	Projetos aprovados	Despesas Elegíveis	Fundo total aprovado	FEEI
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Oeste Portugal PT.COM – Promoção Turística e Comunicação - Promoção do Produto Turístico de Base Intermunicipal - Surf, na Região Centro / Sub-Região Oeste (Oeste Portugal Surfing Spot)	2.824.117,64 €	2.400.499,99 €	FEDER
Direção Geral do Património Cultural	Recuperação e Valorização da Fortaleza de Peniche (1ª fase) para instalação do Museu Nacional da Liberdade e da Resistência	3.529.411,77 €	3.000.000,00 €	FEDER
Município de Alenquer	Roteiro Natural da Serra de Montejunto (projeto interconcelhio Alenquer/Cadaval)	250.000,00 €	212.500,00 €	FEDER
Município do Cadaval	Conservação, Valorização e Divulgação da Real Fábrica do Gelo (Monumento Nacional)	498.942,17 €	424.100,84 €	FEDER
Município de Caldas da Rainha	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pópulo	439.756,29 €	373.792,85 €	FEDER
Município da Nazaré	Restauro e Consolidação Estrutural da Igreja de São Gião	244.954,12 €	208.211,00 €	FEDER
Município de Óbidos	Conservação de espaços da Vila de Óbidos	897.408,09 €	762.796,88 €	FEDER
Município de Peniche	Recuperação do Forte de N.ª Senhora da Consolação	600.000,00 €	510.000,00 €	FEDER
Município de Sobral de Monte Agraço	Beneficiação, conservação e restauro da Igreja de Santo Quintino	280.386,00 €	238.328,10 €	FEDER
Município de Torres Vedras	Conservação e Restauro do Teto da Igreja de São Pedro	142.089,55 €	120.776,12 €	FEDER
	Castro do Zambujal – Projeto de Valorização	350.000,00 €	297.500,00 €	FEDER
Direção Geral do Património Cultural	Candidatura Património Cultural da UNESCO*	3.082.525,93 €	2.620.147,04 €	FEDER
Total*		10.895.599,62 €	8.548.505,78 €	

*não contabilizado

Fonte: Centro 2020 (www.centro.portugal2020.pt/index.php/projetos-aprovados)vê

SÍNTESE

Em síntese, nos eixos “Crescimento Inteligente” e “Crescimento Sustentável”, cujas múltiplas dimensões se alinham em vasta expressão com o Eixo 3. Um país competitivo externamente e coeso internamente”, sistematizam-se as seguintes considerações relativas à concretização e necessidades de revisitação da EIDT:

- As **Medidas 2 e 4** da EIDT, respetivamente “In Oeste (Inova+internacionaliza)” e “Rede Oeste Empreendedor”, referente à aposta na Investigação, Desenvolvimento e Inovação através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado, para além do verificado no domínio direto do apoio ao ID, tem também reforço de consolidação no presente eixo quer através dos projetos SAAC quer através dos projetos promovidos pelas empresas, estes últimos com a mobilização de 156 milhões de euros em 49 projetos.

Contudo, apesar da forte dinâmica regional, validada pelo número e volume financeiro dos projetos/operações aprovados, os indicadores da sub-região em matéria de comércio internacional e empresas em setores de média e média/alta tecnologia mostram a necessidade de reforçar os apoios às empresas do Oeste, nomeadamente nos setores de especialização e complementares, como os relacionados a serviços e comércio, que possam gerar cadeias de valor mais fortes e resilientes.

À semelhança do referido no eixo 2, será pertinente a reavaliação do modelo proposto na medida 2, uma vez que se verifica a sua implementação essencialmente por via de iniciativas empresariais, podendo ser pertinente a alteração do modelo de acompanhamento dos projetos e resultados para possível adaptação de apoios durante período 2021-2027. Verifica-se a relevância de possibilitar a flexibilização de modelos de atribuição de apoios subjacentes a objetivos e metas identificados.

- A **Medida 3. Marca Oeste Portugal**, apesar de não ter nenhuma abordagem estruturada por apoios comunitários, teve na vertente turística um reforço de promoção através do projeto Oeste Portugal PT.COM – Promoção Turística e Comunicação - Promoção do Produto Turístico de Base Intermunicipal - Surf, na Região Centro / Sub-Região Oeste (Oeste Portugal *surfing spot*). Os resultados e reconhecimento alcançados são visíveis no terreno com um aumento exponencial de empresas e dinâmicas turísticas, sendo de reforçar esta aposta no quadro 2027. No atual contexto de forte fragilização do setor turístico, nomeadamente no mercado internacional, torna-se essencial o apoio aos vários agentes e a sua aposta na obtenção de certificações “*safe & clean*” do Turismo de Portugal
- A **Medida 7. Comunidades sustentáveis** também se encontra parcialmente implementada por via das dimensões associadas ao presente Eixo, tendo uma parte de concretização relacionada com o Eixo 4. Esta medida, a visitar de acordo com a evolução de contexto, carece de apoios mais consistentes em matéria de revitalização e dinamização urbana, quer em termos de reabilitação como ao nível funcional, sendo essencial uma visão integrada da rede urbana do Oeste e do seu território funcional alargado, a RLVT, o que obriga a apoios e processos integrados de candidatura.

Os apoios à reabilitação urbana, às atividades comerciais e às empresas em contexto urbano, à habitação e serviços e à mobilidade, assim como a dinâmicas culturais e eventos deverão fazer parte da mesma agenda, a agenda de dinamização e revitalização territorial e não apenas dos centros urbanos (sedes de concelho) como aconteceu no período 2014-2020, garantindo as necessárias ligações e complementaridades com o meio envolvente onde se encontram muitos dos sistemas produtivos que abastecem os aglomerados. Este modelo, responde aos desafios atuais, consagrados em diversos instrumentos/pactos europeus, com destaque para o [Green Deal](#) e à necessidade de reforçar a coesão territorial para a competitividade.

- Neste contexto ainda se torna essencial o reforço da gestão inteligente de informação gerada pelos vários subsistemas que constituem o sistema territorial (utilização de serviços, transportes, mobilidade, infraestruturas, clima, poluição atmosférica, etc.) no sentido de serem desenhados projetos e políticas adequadas à realidade em constante mutação no Oeste. Importa assim manter e reforçar a aposta na criação de uma *smart region*.

Complementarmente, é relevante ter em consideração o seguinte, no contexto de elaboração da revisitação 2021-2027:

- As fortes sinergias territoriais, urbanas e sociais com a RLVT que se afirma como território funcional em que a sub-região Oeste se integra, comprovado pela intensidade de fluxos de trabalhadores e estudantes. Um contexto que carece de reforço através de estratégias de investimento em parceria neste território (RLVT), nomeadamente na dimensão urbana e patrimonial.
- Os investimentos no setor agroalimentar, economia do mar e turismo, verificados pelos projetos aprovados em diversos programas financiadores, demonstram a pertinência da aposta nestes eixos de especialização estratégicos para a sub-região, sendo, contudo, essencial a intensificação de áreas complementares de aposta como são as tecnologias e a mitigação/adaptação às alterações climáticas, assim como a adaptação ao novo contexto económico, decorrente do impacto da pandemia por COVID 19, que exacerba desafios já existentes.
- A necessidade de reforçar um modelo de gestão de fundos focado nos territórios sub-regionais e nas suas regiões funcionais, no caso do Oeste a RLVT, e em objetivos e resultados/metras, que não seja tão compartimentado e moldado por regras e requisitos generalistas traçados nos AAC. O compromisso de gestão de fundos públicos deverá cumprir inequivocamente uma política de resultados permitindo que, mediante regras de transparência e alinhamento com a política comunitária, cada território sub-regional possa gerir um volume financeiro adequado às suas necessidades e que poderá não ser nas mesmas PI que um território vizinho. Um modelo flexível e orientado para resultados permite ainda acautelar mudanças de contexto sem que sejam necessárias revisões estruturais de instrumentos de financiamento, garantindo a capacidade de resposta dos territórios.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT;

- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados possam ter períodos de candidatura adequados. Neste domínio destaque, por exemplo, para o SI2E.

7.4. Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos

A valorização dos recursos naturais de um território é vital para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, eficiente, inclusivo e competitivo, gerador de riqueza num quadro de equilíbrio e coesão territorial. Complementarmente, os alicerces de um território sustentável assentam na implementação de políticas verdes de baixa emissão de carbono e na utilização racional dos recursos, visando a minimização da degradação ambiental e do consumo dos recursos.

O presente “Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos” referente à Estratégia Nacional Portugal 2030 tem alinhamento direto com o eixo “Crescimento Sustentável” constante do Portugal 2020, trabalhado aquando da construção da EIDT Oeste 2020 e que reflete o foco nas alterações climáticas e energia, com a definição de (i) metas nacionais de 20% de diminuição das emissões de gases com efeito de estufa em relação a valores de 1990; 20% de energia proveniente de fontes renováveis e 20% de aumento da eficiência energética e de (ii) metas e submetas regionais de 1% de redução das emissões de gases com efeito de estufa; 31% de energia proveniente de fontes renováveis; 20% de aumento da eficiência energética; 5% de redução do consumo de energia elétrica; 15% de energia elétrica produzida em centrais eólicas por sub-região; 50% de aumento de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis e 100% de observações da qualidade do ar com bom ou muito bom.

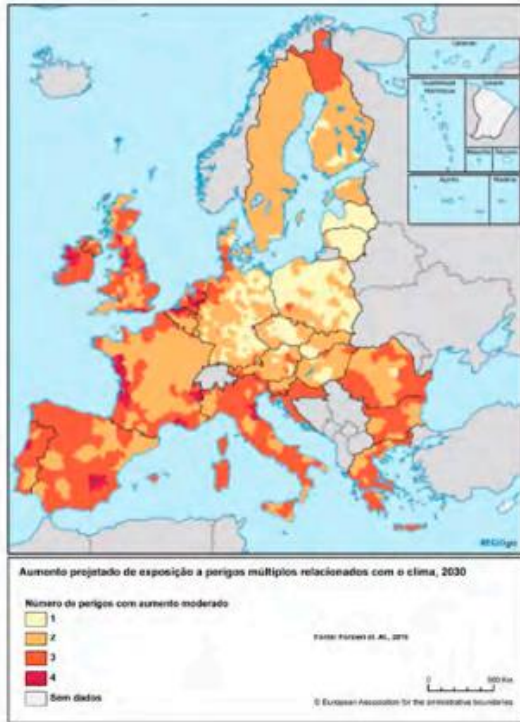
A revisitação do diagnóstico reflete os oito domínios centrais do Eixo 4, a saber: a transição energética, a mobilidade eficiente, a eficiência energética das cidades, o mar, a agricultura e florestas, o combate às alterações climáticas, a economia circular e a água e o saneamento.

A análise da primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)⁵⁴ permite aferir as vulnerabilidades/impactos esperados para o território decorrentes do cenário das alterações climáticas. Neste contexto, **a Região Oeste é vulnerável a um conjunto de riscos ambientais (Figura 22), nomeadamente com os efeitos decorrentes do aumento da temperatura média anual que se perspetivam para o horizonte temporal de duas décadas, da subida do nível médio do mar e da erosão costeira; sendo ainda de salientar que a maioria do território se localiza numa zona de perigo sísmico, de intensidade 9.**

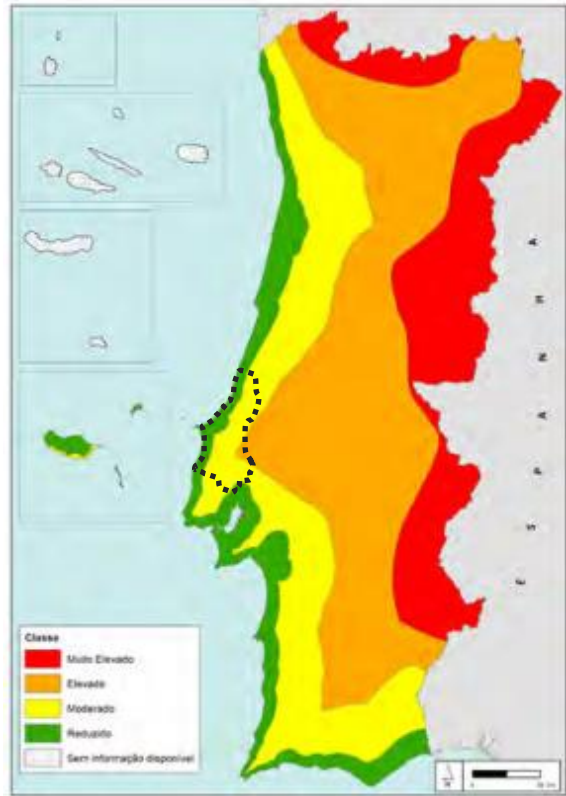
Os fatores de mudança associados às alterações climáticas exigem uma mobilização de políticas e de instrumentos de ordenamento do território que permitam o aumento da capacidade adaptativa e o aumento da segurança e resiliência do território, das comunidades que o ocupam e das atividades aí desenvolvidas, tornando-se essencial assegurar metodologias proativas de adaptação e não apenas reativas face a fenómenos e catástrofes.

⁵⁴ Ver [PNPOT](#)

Aumento projetado de exposição a perigos múltiplos relacionados com o clima, 2030
 Número de perigos com aumento moderado



Carta de perigosidade de ondas de calor



Fonte: Forzieri et. Al., 2016
Alteração da temperatura

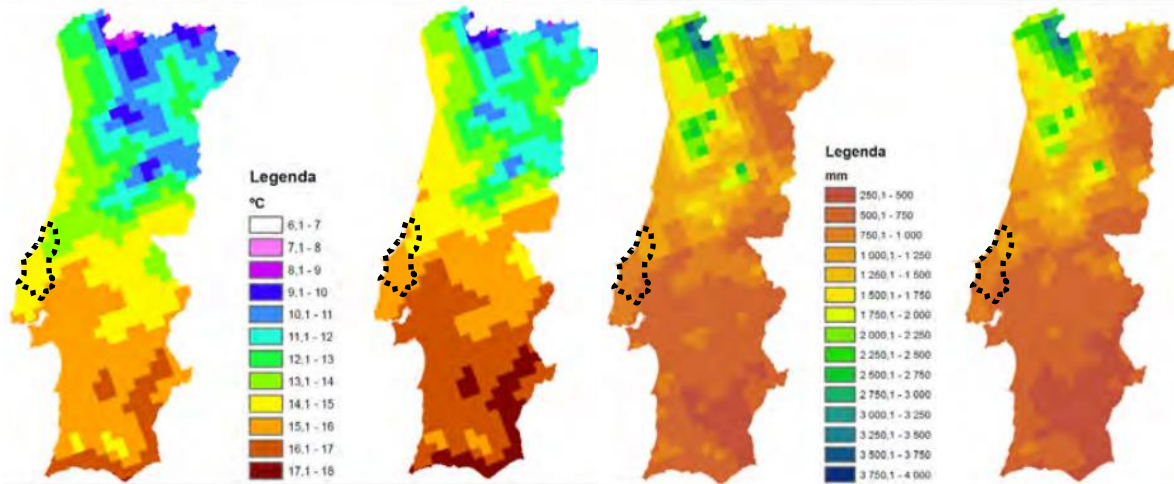
Fonte: IPMA (2018)
Alteração dos padrões de precipitação

Temperatura média anual
 Histórico modelos [1971 - 2000]

Temperatura média anual
 RCP8.5 [2011 - 2040]

Precipitação média anual
 Histórico modelos [1971 - 2000]

Precipitação média anual
 RCP8.5 [2011 - 2040]



Fonte: Portal do Clima, 2017

Fonte: Portal do Clima, 2017

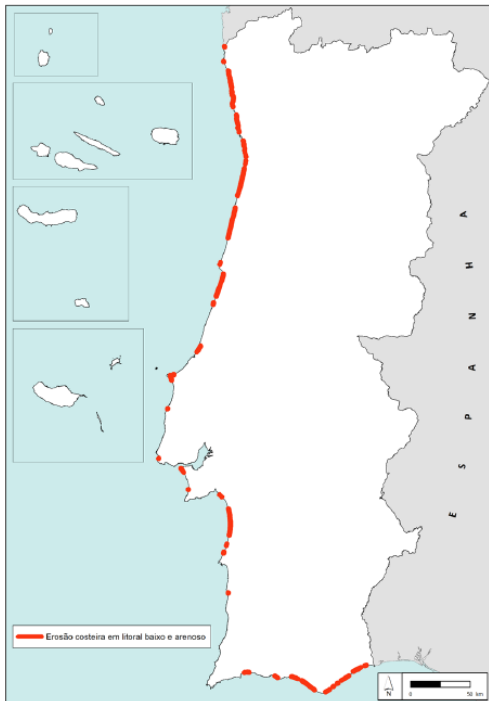


Figura 10: Erosão costeira em litoral baixo e arenoso

Fonte: Relatório do Estado do Ambiente (2016)

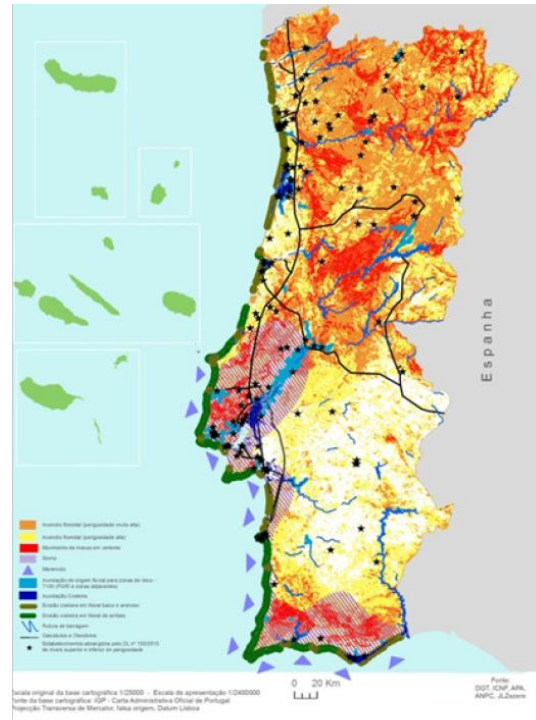


Figura 12: Áreas de suscetibilidade a perigos naturais e antrópicos em Portugal Continental

Fonte: APA, FC/UL, ICNF, IGOT/UL, IPMA

Figura 22. Exposição do território nacional e da Região Oeste a riscos relacionados com o clima (projeções para 2040)

Fonte: Primeira revisão do [PNPOT](#)

O contexto diagnosticado determinou que estas matérias fossem contempladas na EIDT 2020 Oeste Portugal, mais especificamente na **Medida 9. Programa Oeste E+ Gestão eficiente de recursos**, e que, posteriormente, nas PI pré-identificadas nesse processo negocial fossem também integradas no ITI/PDCT da Região Oeste.

No respeitante às operações enquadradas na categoria de intervenção **“Adaptação às alterações climáticas”** (PI 05.01, cofinanciada pelo Fundo de Coesão através do POSEUR) foi concretizado o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste, promovido pela OesteCIM em estreita colaboração com os seus 12 municípios e que visou a elaboração de cartografia de risco para as principais vulnerabilidades climáticas, de um plano de ação com medidas de adaptação para fazer face às alterações climáticas e de uma estratégia de comunicação que garantisse o envolvimento da comunidade.

Complementarmente, enquadradas na PI 05.02 (promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes), foram promovidas sete operações, com incidência distinta. O projeto apresentado pela OesteCIM relativo à instalação de Sistemas de Videovigilância Florestal para reforço da prevenção de combate a incêndios, de escala sub-regional, foi aprovado pelo POSEUR com um investimento elegível de 566 mil euros e um apoio do Fundo de Coesão (FC) de 425 mil euros. Os restantes projetos associados à PI 05.02 subdividem-se em duas categorias, (i) os que objetivam a proteção e estabilização da faixa litoral e (ii) os que visam o reforço dos meios de proteção civil para fazer face aos riscos, essencialmente associados aos bombeiros). As operações relacionadas com a orla costeira foram promovidas pela APA e pelos municípios

de Torres Vedras e Peniche, com uma mobilização de 21 milhões de euros de FC, a maioria (13,6 milhões de euros) concentrada no projeto de desassoreamento da Lagoa de Óbidos (Caldas da Rainha e Óbidos).

Nos investimentos relativos à “Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas” (PI 06.04. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes) encontram-se projetos promovidos pelo ICNF para a sua área de intervenção no território (projetos de escala nacional) e pelos municípios de Torres Vedras e Lourinhã, o “Conhecer para Preservar | Rede Natura 2000” que visa promover a literacia junto da comunidade jovem e escolar, nos domínios da conservação da natureza e da biodiversidade, numa lógica de ampliação de sinergias.

Tabela 49. Projetos aprovados no âmbito do POSEUR, na Região Oeste, relativos a adaptação às alterações climáticas, gestão de riscos e proteção da biodiversidade e ecossistemas

Categoria de intervenção	Projeto	Beneficiário	Concelhos	N.º de operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEL
PI 05.01. concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas							
Adaptação às alterações climáticas	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Oeste (Oeste PIAAC)	Comunidade Intermunicipal do Oeste	Todos	1	168.903,60 €	144.649,94 €	FC
Total				1	168.903,60 €	144.649,94 €	
PI 05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes							
Erosão Costeira	Desassoreamento da Zona Superior da Lagoa de Óbidos	APA, I.P.	Caldas da Rainha, Óbidos	1	16.054.143,70 €	13.646.022,15 €	FC
	Estabilização das Arribas da Praia da Nazaré	APA, I.P.	Nazaré	1	1.703.796,00 €	1.448.226,60 €	FC
	Reestruturação dos Esporões do Rio Alcoa, Nazaré	APA, I.P.	Nazaré	1	4.100.389,50 €	3.075.292,13 €	FC
	Estabilização da Arriba do Porto de Areia Sul	Município de Peniche	Peniche	1	475.000,00 €	356.250,00 €	FC
	Recuperação Ambiental do Cordão Dunar da Baía Norte - Praias da Cova da Alfarroba, Baía e Baleal Campismo	Município de Peniche	Peniche	1	601.373,98 €	451.030,48 €	FC
	Proteção Costeira da Praia da Formosa e Praia Azul	Município de Torres Vedras	Torre Vedras	1	2.210.797,86 €	1.936.643,07 €	FC
Total				6	25.145.501,04 €	20.913.464,43 €	
Planeamento e gestão de riscos	Reforço de prevenção de combate a incêndios, com a instalação de Sistemas de Videovigilância Florestal	Comunidade Intermunicipal do Oeste	Todo o território	1	565.800,00 €	424.350,00 €	FC
	Rede de defesa da floresta contra incêndios, em áreas sob gestão do ICNF	ICNF, I.P.	Alcobaça	1	24.904,52 €	22.269,22 €	FC
	Aquisição de máquinas e veículos pesados para instalação de Redes de Defesa da Floresta contra incêndios	ICNF, I.P.	Todo o território	1	28.921,25 €	21.690,94 €	FC
	Ampliação do Quartel de Torres Vedras da AHBV TV	AHBV de Torres Vedras	Torres Vedras	1	142.270,77 €	127.246,57 €	FC
	Aquisição de VTTF	AHBV de Peniche	Peniche	1	151.296,00 €	121.036,80 €	FC
	Reforçar a capacidade do GIPS em ações de fiscalização florestal e combate de primeira intervenção em incêndios florestais através da aquisição de viaturas operacionais	Guarda Nacional Republicana	Todo o território	1	26.479,69	22.507,74	FC

	Capacitar as equipas do GIPS no combate a incêndios com os EPI necessários para 9 distritos de Portugal Continental	Guarda Nacional Republicana	Todo o território	1	25.202,43	18.901,82	FC
Total				7	964.874,66 €	758.003,09 €	
PI 06.04. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes							
Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	Cartografia de Geossítios, Conservação e Valorização	ICNF, I.P.	Alcobaça, Alenquer, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras	1	15.610,00 €	13.268,50 €	FC
	Projeto de valorização do património geológico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	ICNF, I.P.	Alcobaça	1	18.256,09 €	15.517,68 €	FC
	Conhecer para Preservar Rede Natura 2000	Município de Torres Vedras	Torres Vedras, Lourinhã	1	310.157,13 €	263.633,56 €	FC
	Ruivaco-do-Oeste Gestão Ativa da Espécie e do Ecossistema	Município de Torres Vedras	Torres Vedras	1	183.846,14 €	156.269,22 €	FC
	GANHA - Gestão sustentável de Acacia spp: controlo natural e outras metodologias para recuperação de habitats em Áreas Classificadas	Universidade de Coimbra	s.inf.	1	3.966,22 €	3.371,29 €	FC
	Total				5	531.835,58 €	452.060,25 €
Total				19	26.811.114,88 €	22.268.177,71 €	

Fonte: POSEUR/ Portugal 2020

Complementarmente aos apoios mencionados e dada a gravidade das catástrofes naturais que têm atingido o território nacional, nomeadamente os incêndios de 2017, bem como a doença da murchidão do pinheiro em Portugal, causada pelo nemátodo-da-madeira-do-pinheiro, determinaram que também na Região Oeste se valorizassem os apoios do FEADER, providos pelo PDR 2020. Assim, como se mostra na Tabela 50 foram mobilizados cerca de 750 mil euros de FEADER para (i) prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos (investimentos promovidos por Entidades gestoras de Zonas de Intervenção Florestal – ZIF, visando a intervenção em pontos de água, a beneficiação de caminhos florestais e a sensibilização e monitorização do nemátodo); (ii) o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos (intervenção do município de Alcobaça, de recuperação e restabelecimento da sustentabilidade ambiental de áreas ardidas) e (iii) melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas (investimentos de privados, de promoção da adaptação das áreas florestais às alterações climáticas, mitigação dos seus efeitos e reabilitação de povoamentos existentes).

Tabela 50. Projetos aprovados no âmbito do PDR2020 - prevenção, restabelecimento e melhoria da resiliência da floresta

Tipos de Ação / Medida PDR 2020	N.º de operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEDER	Territórios de incidência
8.1.3 - Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos	3	551.883,90 €	469.101,32 €	FEADER	Alcobaça Nazaré Alenquer
	Promotores: Associações de produtores florestais				
8.1.4 - Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou acontecimentos catastróficos	1	47.322,32 €	40.223,97 €	FEADER	Alcobaça
	Promotor: Município				
8.1.5 - Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas	3	335.947,63 €	242.722,16 €	FEADER	Alcobaça Alenquer
	Promotores: Privados e Associações de produtores florestais				
Total	7	935.153,85 €	752.047,45 €	FEADER	

Fonte: PDR2020

Reitera-se a relevância de avaliar medidas e FEEDER a disponibilizar no período 2021-2027 focados no planeamento e gestão de riscos, nomeadamente na prevenção da erosão costeira e na melhoria da resiliência e do valor ambiental do território para fazer face às alterações climáticas. Importará contemplar o domínio florestal integrante do FEADER, mas também políticas ativas para prevenção de catástrofes e valorização da sub-região Oeste, o que deverá envolver a valorização de ecossistemas, preservação ativa da faixa litoral e adaptação do território urbano e agrícola para contextos climáticos mais severos, não tendo esta última dimensão sido ainda expressiva no atual período de programação 2014-2020.

No domínio energético, de acordo com os dados do INE, o consumo energético na Região Oeste foi, em 2017, de 1.496.700.612 kWh (12,1% do total de consumo da NUTS II Centro). Os concelhos que mais contribuíram para o consumo energético registado na sub-região foram Torres Vedras (20,6%) e Alcobaça (19,7%), seguidos de Alenquer (15,9%) e Caldas da Rainha (12,3%). Os restantes oito concelhos, no seu conjunto, representam cerca de 30% do total regional.

Analisando o consumo energético da Região Oeste por tipologia de consumo (Figura 23), verifica-se que são os setores doméstico e industrial que apresentam uma maior expressão (representando cada um, 30,9% do total concelhio), seguidos do setor não-doméstico com 26,2%⁵⁵. Numa análise por concelho, o setor doméstico assumia maior preponderância nos concelhos menos industrializados, como Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Lourinhã, com 46,3%, 45,2% e 42,3% do total concelhio, respetivamente. No respeitante ao setor industrial importa destacar os concelhos de Alenquer, Alcobaça e Nazaré, que registam os consumos industriais mais significativos do Oeste (47,7%, 41,4% e 39,8%, respetivamente).

⁵⁵ Clientes não-domésticos incluem o comércio e serviços.

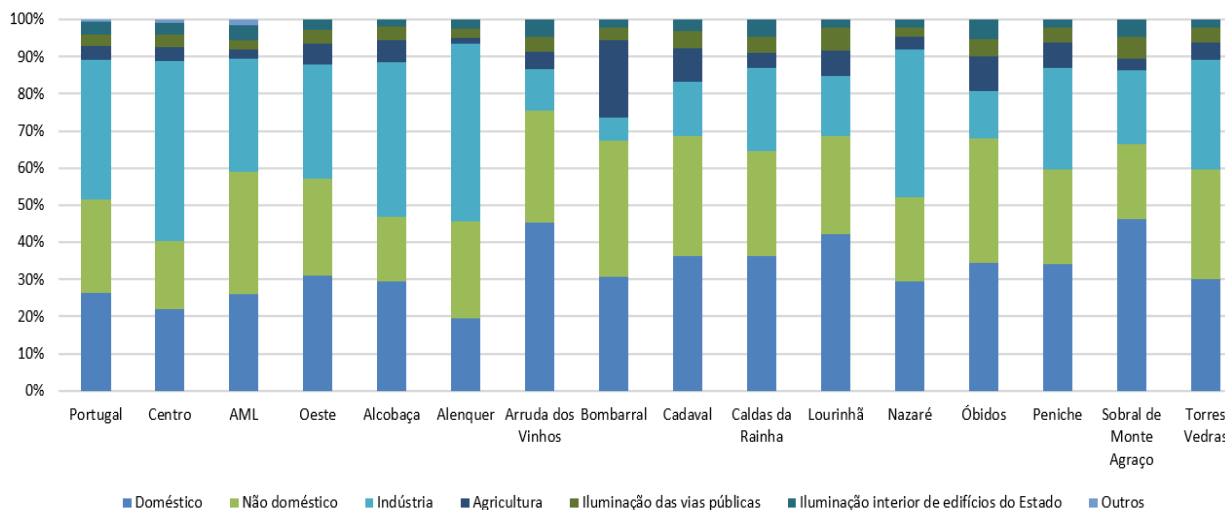


Figura 23. Proporção do consumo de energia elétrica (%) por tipo de consumo

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2017

Uma análise da evolução do consumo energético do território, entre os anos de 2014 e 2017 (Tabela 51), permite aferir o seguinte:

- Registou-se um **acréscimo global do consumo de energia na Região Oeste** em 2,6% (38.211.090 kWh), valor inferior aos acréscimos registados na Região Centro (4,0%, 471.126.482 kWh) e a nível nacional (3,2%, 1.472.910.806 kWh).
- **O aumento de consumo energético reflete, sobretudo, o contributo dos setores doméstico (7,6%) e agrícola (6,4%).** Destacam-se os aumentos de consumo energético registado no setor doméstico no concelho de Alcobaça (24%) e no setor agrícola nos concelhos de Arruda dos Vinhos (353,2%), Alenquer (149,6%), Alcobaça (108,5%) e Óbidos (97,4%).
- Verificou-se um importante decréscimo, 36,2%, no consumo energético respeitante à iluminação interior de edifícios do estado, para o qual contribuíram expressivamente os concelhos de Peniche (-65,2%), Torres Vedras (-54,4%), Lourinhã (-39,0%), Caldas da Rainha (-38,6%) e Alcobaça (-34,1%) (Tabela 51).
- Também a **iluminação pública registou um decréscimo** de 2%. Ainda que mais ténue que o verificado no interior dos edifícios públicos, reflete um esforço de eficiência energética no domínio público, em linha com as metas 2020.

Tabela 51. Proporção do consumo de energia elétrica (kWh) por tipo de consumo, entre 2014 e 2017

Unidade Territorial	Total	Doméstico	Não-doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Iluminação interior de edifícios do Estado	Outros
2017								
Portugal	47.618.388.663	12.562.138.813	12.032.043.100	17.906.713.219	1.695.304.091	1.465.936.392	1.613.938.149	342.314.899
Região Centro	12.359.202.538	2.720.359.680	2.260.140.666	5.997.181.088	467.249.375	405.228.727	388.766.333	120.276.669
Área Metropolitana de Lisboa	11.844.353.620	3.088.889.034	3.912.674.604	3.604.914.160	284.908.966	277.542.745	493.765.248	181.658.863
Oeste	1.496.700.612	462.537.342	391.472.870	463.054.657	81.824.670	57.594.284	40.216.789	0
Alcobaça	295.388.657	87.032.955	51.782.309	122.436.924	17.825.005	10.823.412	5.488.052	0
Alenquer	237.931.289	46.161.110	62.743.915	113.559.892	3.975.560	5.800.225	5.690.587	0
Arruda dos Vinhos	35.111.232	15.855.346	10.631.878	3.986.701	1.602.184	1.459.546	1.575.577	0
Bombarral	52.607.575	16.143.247	19.331.091	3.199.833	11.024.024	1.816.908	1.092.472	0
Cadaval	48.002.207	17.357.054	15.531.336	7.108.827	4.223.405	2.289.186	1.492.399	0
Caldas da Rainha	183.385.427	66.572.334	52.113.069	41.049.137	7.295.846	8.076.472	8.278.569	0
Lourinhã	77.576.361	32.782.665	20.382.783	12.561.554	5.417.899	4.741.828	1.689.632	0
Nazaré	69.021.615	20.290.180	15.758.172	27.441.983	2.308.257	1.848.204	1.374.819	0
Óbidos	65.092.937	22.380.955	21.800.350	8.353.679	6.145.134	3.072.584	3.340.235	0
Peniche	98.735.673	33.584.537	25.336.467	26.821.444	6.909.055	3.833.689	2.250.481	0
Sobral de Monte Agraço	25.429.625	11.772.204	5.092.947	5.114.981	741.634	1.503.575	1.204.284	0
Torres Vedras	308.418.014	92.604.755	90.968.553	91.419.702	14.356.667	12.328.655	6.739.682	0
2014								
Portugal	46.145.477.857	11.907.719.427	12.112.818.588	17.291.360.653	824.562.570	1.477.934.192	2.233.916.671	297.165.756
Região Centro	11.888.076.056	2.568.814.455	2.214.078.963	5.902.375.389	219.485.365	411.113.156	493.839.125	78.369.603
Área Metropolitana de Lisboa	11.966.621.976	3.018.083.526	3.896.957.972	3.741.116.896	160.859.322	278.008.259	679.992.875	191.603.126
Oeste	1.458.489.522	429.862.302	384.302.927	445.755.253	76.877.458	58.692.410	62.998.738	434
Alcobaça	295.175.371	70.173.909	59.445.870	137.842.528	8.549.456	10.833.322	8.330.286	0
Alenquer	226.082.367	43.160.004	45.032.201	124.660.992	1.593.047	5.711.000	5.925.123	0
Arruda dos Vinhos	33.532.545	15.780.958	11.707.482	2.725.019	353.540	1.300.698	1.664.848	0
Bombarral	53.429.295	16.234.233	14.823.403	6.121.566	13.068.075	1.941.080	1.240.938	0
Cadaval	49.099.331	17.310.519	12.036.745	9.917.796	5.692.124	2.619.665	1.522.482	0
Caldas da Rainha	176.749.620	63.777.209	52.445.166	32.520.662	6.359.681	8.157.616	13.489.286	0
Lourinhã	75.875.785	31.452.048	21.419.722	8.278.420	7.552.127	4.404.817	2.768.651	0
Nazaré	65.538.300	18.859.902	16.263.227	24.573.047	2.320.119	1.636.507	1.885.344	154
Óbidos	61.493.437	20.711.597	22.321.162	8.173.078	3.113.635	3.208.824	3.965.141	0
Peniche	96.792.397	32.208.771	34.119.532	14.710.583	4.644.052	4.644.834	6.464.345	280
Sobral de Monte Agraço	24.712.686	11.569.980	7.083.063	3.250.301	622.869	1.227.735	958.738	0
Torres Vedras	300.008.388	88.623.172	87.605.354	72.981.261	23.008.733	13.006.312	14.783.556	0

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2014 e 2017

No respeitante ao domínio da eficiência energética, foram mobilizados fundos do PO regional, contudo com pouca expressão face às reais necessidades e extensão do território intermunicipal e com características e requisitos que se vieram a revelar inadequados à concretização dos projetos previstos, nomeadamente da implementação de projetos de eficiência energética na iluminação pública (destaca-se o “Projeto Intermunicipal de eficiência energética na iluminação pública” com 4 milhões de investimento previstos) de natureza complexa, e que foram assumidos com apoios reembolsáveis. No âmbito da PI 4.3 (Apoio à eficiência energética nos edifícios públicos e iluminação pública), integrada no ITI da Região Oeste, foram abertos AAC destinados a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, nomeadamente edifícios públicos e habitação social. Até à data e apesar do desempenho positivo da região verificado na Tabela 51, apenas foram apoiados três projetos de investimento (ver Tabela 52) nesta Prioridade de Investimento, no valor global de um milhão de euros e responsáveis pela mobilização de cerca de 900 mil euros.

Tabela 52. Projetos aprovados no âmbito da PI 4.3 na Região Oeste

Categoria de intervenção	N.º de operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI	Território de abrangência	PO
PI 04.03. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	2	996.190,86 €	846.762,24 €	FEDER	Bombarral Lourinhã	Centro 2020
	Promotores: Municípios (habitação social)					
PI 04.03. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação	1	74.001,00 €	70.301,00 €	FC	Torres Vedras	POSEUR
	Promotores: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (polo de Dois Portos)					
Total	3	1.070.191,86 €	917.063,24 €			

Fonte: Centro 2020 e POEUR/Portugal 2020

Como previamente referido, tendo os avisos e aprovações de apoios sido recentes e as operações aprovadas em número tão limitado, os seus resultados não são ainda visíveis nos dados dos consumos analisados, podendo não vir a ter expressão uma vez que se tratam apenas de três intervenções em edificado público. Este contexto permite inferir que se verificou **o desalinhamento entre os apoios disponibilizados, nomeadamente os que integraram o ITI/PDCT, e os setores em que os esforços de eficiência devem ser reforçados à escala do Oeste, com destaque para o setor doméstico, não doméstico, indústria e agricultura.**

Ainda no domínio da energia, embora os últimos dados disponíveis permaneçam os de 2013 (Figura 24), importa salientar a relevância que a produção de energia eólica e térmica assumem na Região Oeste representando, respetivamente, 70,71% e 29,26% da energia produzida na região, com a energia fotovoltaica a surgir com 0,03%. No respeitante à evolução ocorrida entre 2011 e 2013 é possível observar um acentuado decréscimo na produção de energia na Região Oeste (-41,70%), uma evolução semelhante à ocorrida na NUTS II Centro e a nível nacional (-14,50% e -1,75%, respetivamente). Na Região Oeste, a produção de energia eólica e fotovoltaica foram as que apresentaram crescimento entre 2011 e 2013 (18,62% e 0,03%

respetivamente), contudo a produção de energia térmica registou um acentuado decréscimo (-73,86%) (Figura 24).

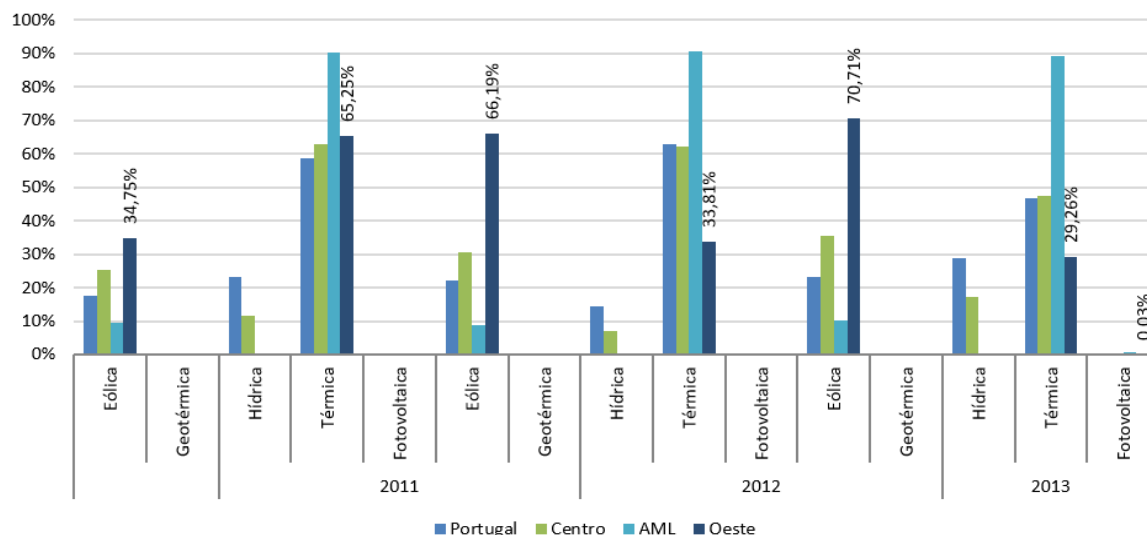


Figura 24. Evolução da quota da produção da produção bruta de energia elétrica (%) por tipo de produção

Fonte: INE, DGEG, Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural, 2011, 2012 e 2013

Passando à análise das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), a União Europeia estabeleceu para o horizonte de 2020, o objetivo comunitário de redução de, pelo menos, 20% das emissões⁵⁶ e, para o horizonte de 2030, uma redução de, pelo menos, 40%⁵⁷. Portugal, através do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030⁵⁸, que visa garantir o cumprimento das metas nacionais em matéria de alterações climáticas dentro das áreas transversais e de intervenção integrada tendo em vista uma organização das medidas mais vocacionada para a sua implementação, estabeleceu uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE de forma a alcançar uma meta de -18% a -23% em 2020 e de -30% a -40% em 2030, em relação a 2005, garantindo o cumprimento dos compromissos nacionais de mitigação e colocando Portugal em linha com os objetivos europeus e com o Acordo de Paris. O cenário no Oeste é, neste domínio, negativo, conforme se mostra nas tabelas seguintes.

⁵⁶ Tendo como referência os valores de 1990.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ <https://dre.pt/application/conteudo/69905665>

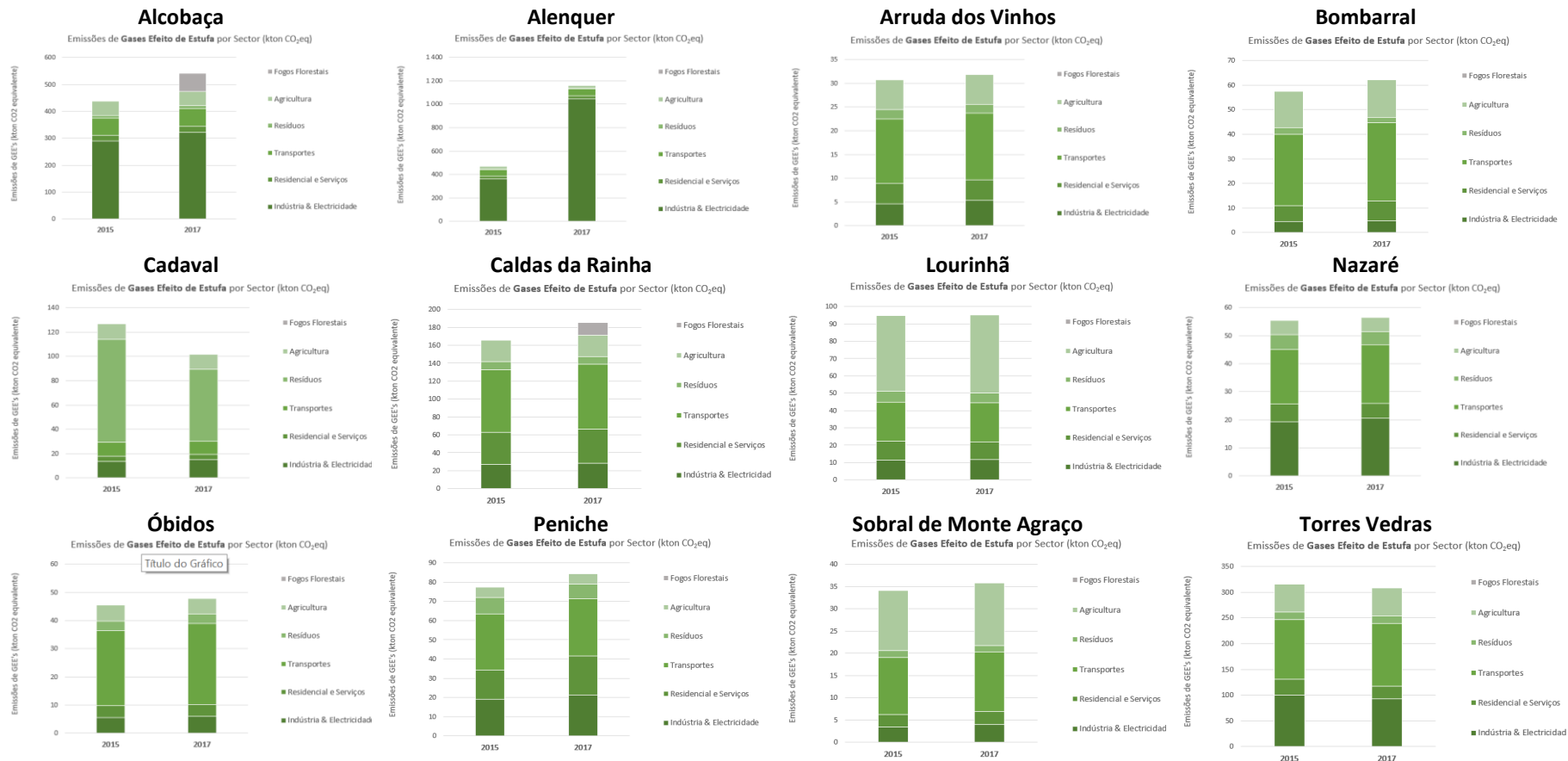
Tabela 53. Emissões totais de poluentes na Região Oeste, em 2015 e 2017

Unidade Territorial	Gases Efeito Estufa ⁵⁹			Precursor de Ozono ⁶⁰			Partículas finas ⁶¹			Gases acidificantes ⁶²		
	2015 (kton)	2017 (kton)	Evolução (%)	2015 (kton)	2017 (kton)	Evolução (%)	2015 (kton)	2017 (kton)	Evolução (%)	2015 (kton)	2017 (kton)	Evolução (%)
Oeste	1916,6	2710,9	41,4%	10,82	11,8	9,1%	1,31	1,47	12,2%	327,27	346,66	5,9%
Alcobaça	440,9	541	22,7%	2,14	2,66	24,3%	0,28	0,38	35,7%	68,55	76,43	11,5%
Alenquer	471,6	1161,3	146,2%	1,52	1,96	28,9%	0,18	0,24	33,3%	31,95	38,79	21,4%
Arruda dos Vinhos	30,7	31,8	3,6%	0,25	0,25	0,0%	0,03	0,03	0,0%	5,83	6	2,9%
Bombarral	57,4	62,1	8,2%	0,45	0,46	2,2%	0,04	0,04	0,0%	22,78	22,81	0,1%
Cadaval	126,9	101,9	-19,7%	0,39	0,4	2,6%	0,05	0,06	20,0%	13,02	13,2	1,4%
Caldas da Rainha	166,6	185,2	11,2%	1,34	1,41	5,2%	0,15	0,16	6,7%	33,65	36,2	7,6%
Lourinhã	94,8	95	0,2%	0,62	0,61	-1,6%	0,08	0,08	0,0%	46,18	47,11	2,0%
Nazaré	55,4	56,4	1,8%	0,43	0,42	-2,3%	0,06	0,06	0,0%	8,08	8	-1,0%
Óbidos	45,5	47,9	5,3%	0,36	0,36	0,0%	0,04	0,04	0,0%	11,29	11,45	1,4%
Peniche	77,3	84,4	9,2%	0,68	0,76	11,8%	0,08	0,07	-12,5%	10,74	12,61	17,4%
Sobral de Monte Agraço	34,2	35,7	4,4%	0,21	0,21	0,0%	0,03	0,03	0,0%	6,76	6,88	1,8%
Torres Vedras	315,3	308,2	-2,3%	2,43	2,3	-5,3%	0,29	0,28	-3,4%	68,44	67,18	-1,8%

Fonte: APA, 2019

⁵⁹ Kton CO₂ equivalente⁶⁰ Kton de COVNM equivalente⁶¹ Kton de PM_{2,5}⁶² Kton equivalente de NH₃

Tabela 54. Emissões de GEE por setor (Kton CO₂eq) nos concelhos da Região Oeste, em 2015 e 2017



Fonte: APA, 2019

Analisando o contributo da Região Oeste no respeitante às emissões atmosféricas relativas aos anos de 2015 e 2017, com especial relevo aos GEE (meta 2020 associada) verifica-se um aumento das emissões, contrariando o percurso que deveria ter sido alcançado. Com este cenário de escasso desempenho analisaram-se os dados por setor de emissão (Tabela 54) e por concelho, utilizando os dados da APA de 2019, verificando-se que, globalmente os principais responsáveis são os setores dos **transportes** e da **indústria & eletricidade**. De uma análise mais detalhada constata-se:

- O concelho de Alcobaça apresenta um aumento de emissões de GEE superior a 500 ktonCo₂eq em 2017, em grande medida relacionado com fogos florestais (um dos dois concelhos da sub-região Oeste que teve as emissões de GEE influenciadas pelas catástrofes de 2017) e pelo ligeiro aumento registado na indústria & eletricidade. Globalmente registou um aumento de emissões.
- O concelho de Alenquer regista o maior acréscimo de emissões de GEE, estando em 2017 próximo das 1.200 ktonCo₂eq, maioritariamente causado pelo exponencial aumento no setor industrial e eletricidade (responsável por cerca de 90% das emissões de GEE no concelho, em 2017).
- O concelho de Arruda dos Vinhos é o menor emissor de GEE, cerca de 30 ktonCo₂eq em 2017, apresentando um ligeiro aumento proveniente do setor industrial e eletricidade e dos transportes;
- No concelho do Bombarral as emissões em 2017 superaram as 60 ktonCo₂eq, sendo o aumento essencialmente da responsabilidade do setor residencial e serviços e do setor dos transportes.
- O concelho do Cadaval regista o maior decréscimo de emissões de GEE (-19,7%) resultante maioritariamente do setor dos resíduos.
- O concelho de Caldas da Rainha apresenta um aumento de emissões de GEE em 2017, sendo nesse ano superiores a 180 ktonCo₂eq, um cenário fundamentalmente causado pelos fogos florestais;
- O concelho da Lourinhã, responsável por uma emissão de GEE na ordem dos 90 ktonCo₂eq, mantém a escala de emissões sem grandes variações nos dois anos analisados.
- O concelho da Nazaré registou um aumento muito ligeiro de emissões de GEE (+1,8%). Em 2017 eram emitidas 57 ktonCo₂eq de GEE, sendo os principais responsáveis o setor dos transportes e da indústria e eletricidade.
- O concelho de Óbidos apresenta um aumento de emissões de GEE (+5,3%) resultante do aumento registado no setor dos transportes, sendo responsável pela emissão de 48 ktonCo₂eq de GEE em 2017.
- O concelho de Peniche ultrapassou em 2017 as 80 ktonCo₂eq de emissões de GEE, com um aumento registado face a 2015 associado essencialmente ao setor residencial e de serviços.
- O concelho de Sobral de Monte Agraço é o segundo menor emissor, com um total de 35 ktonCo₂eq de GEE emitidos em 2017. Este valor está associado aos setores agrícola e residencial/serviços. Entre 2015 e 2017 registou um aumento de 1 ktonCo₂eq associado ao setor da indústria.
- O concelho de Torres Vedras apresenta uma diminuição de emissões de todos os poluentes, com as emissões de GEE a rondarem, em 2017, as 300 ktonCo₂eq. Esta situação de retração de emissões está associada a diminuições no setor industrial e eletricidade e no setor residencial e serviços.

No domínio da diminuição de GEE, e retomando a análise dos projetos apresentados e aprovados na sub-região, o exercício incide sobre as duas prioridades de investimento com influência neste domínio, ou seja, as prioridades de investimento 04.03 (concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação) e 04.05 (promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação). A primeira, cuja análise é apresentada na Tabela 52, revelou-se de parco auxílio na transformação do perfil energético do Oeste, com apoios que não se alinharam com as necessidades reais do território e dos setores de atividade, nomeadamente dos que se revelam como mais problemáticos em termos de emissões de GEE. A segunda, relativa à mobilidade sustentável não teve um impacto muito distinto, uma vez que os apoios disponíveis, quer pelo PO regional como pelo PO temático (POSEUR), se traduziram em 16 projetos, 11 deles relativos à mobilidade urbana de proximidade com a construção de passeios e ciclovias e apenas quatro relacionados a transportes coletivos e utilização de meios de transporte limpos.

Tabela 55. Projetos aprovados no âmbito da mobilidade sustentável, na Região Oeste

Categoria de intervenção	N.º de operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI	Território de abrangência	PO
PI 04.05. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	4	940.163,30 €	745.803,95 €	FC	Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaça	POSEUR
	Promotores: IPL (U Bike) ; Empresa Berrelhas de Camionagem Lda e Rodoviária Do Oeste, Lda; MObi.E S.A.					
	12	3.273.319,94 €	2.782.321,94 €	FEDER	OesteCIM Torres Vedras, Óbidos Peniche Caldas da Rainha Cadaval	Centro 2020
Promotores: OesteCIM e Municípios						
<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da OesteCIM • Mobilidade Urbana Sustentável - Cadaval, 1.ª Fase • Melhoria da Rede de Interfaces do Transporte Público Urbano TOMA • Construção de via ciclável e pedonal • Construção de Percurso Pedonal e Ciclável - Ligação ao Casal da Vala • Sistemas de informação rodoviária em tempo real • Plano de Sensibilização para a Mobilidade Sustentável • Extensão da rede de <i>bike stations</i> da cidade • Paragens de Chegada e Confluência • Rede de ciclovias urbanas de Torres Vedras • Sistemas inteligentes de controlo de tráfego • Rede de percursos pedonais de Torres Vedras 						
Total	16	4.213.483,24 €	3.528.125,89 €			

Fonte: Centro 2020 e POEUR/Portugal 2020

Verifica-se que foram mobilizados 3,5 milhões de euros de apoio comunitário para um investimento de 4,2 milhões de euros, permanecendo, como se verifica, graves lacunas ao nível do setor de transportes (passageiros e mercadorias), responsável por uma fatia considerável das emissões de GEE na sub-região Oeste. Tal como previamente referido, mantém-se a prioridade de intervenção consertada para mitigação e combate às alterações climáticas, com medidas que tenham um impacto real em setores como o industrial e os transportes e que não passam, neste último caso, apenas pelas abordagens de proximidade,

uma vez que no Oeste são registados elevados movimentos pendulares entre concelhos e entre estes e a AML. A ferrovia e o transporte público rodoviário poderá ser o primeiro passo.

No que respeita a infraestruturas básicas, os municípios têm procurado dar resposta às necessidades dos munícipes, por via da melhoria das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais visando a preservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável do território. A análise da proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais, entre 2014 e 2017 (Tabela 56), é sustentada em dados do INE reportados pelas entidades competentes, verificando-se uma cobertura próxima dos 100% em termos de abastecimento de água. No respeitante à drenagem de águas residuais, em 2017, 84% dos alojamentos estavam abrangidos por este serviço, valor superior ao registado em 2014 (83%), sendo os valores da Região Oeste superiores ao registado pela NUTS II Centro (75% em 2014 e 79% em 2017).

Tabela 56. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água e por drenagem de águas residuais

Unidade Territorial	Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)		Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	
	2014	2017	2014	2017
Portugal	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Região Centro	97	98	75	79
Oeste	99	99	83	84
Alcobaça	100	100	50	52
Alenquer	99	100	84	85
Arruda dos Vinhos	91	100	63	67
Bombarral	100	100	78	82
Cadaval	99	100	70	89
Caldas da Rainha	100	100	90	n.d.
Lourinhã	100	100	n.d.	n.d.
Nazaré	100	100	94	n.d.
Óbidos	n.d.	98	92	n.d.
Peniche	95	97	92	92
Sobral de Monte Agraço	100	100	n.d.	94
Torres Vedras	n.d.	99	93	94

Legenda: n.d. – não disponível

Fonte: INE, ERSAR, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento, 2014-2017

Em relação aos resíduos (Tabela 57), verifica-se, entre 2014 e 2018, um aumento dos resíduos recolhidos seletivamente no Oeste, respetivamente de 8% para 18%. Aproximando-se assim do valor registado a nível nacional (20%) e ultrapassando o valor da NUTS II Centro (14%). A análise por concelho permite aferir que quatro concelhos apresentavam valores superiores à média sub-regional em 2018 (Cadaval com 33%, Peniche com 27%, Lourinhã com 22% e Óbidos com 19%), pelo que os restantes oito concelhos apresentavam valores inferiores.

Tabela 57. Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)

Unidade Territorial	2014	2018
Portugal	14	20
Área Metropolitana de Lisboa	13	27
Região Centro	9	14
Oeste	8	18
Alcobaça	6	16
Alenquer	6	15
Arruda dos Vinhos	7	17
Bombarral	7	14
Cadaval	8	33
Caldas da Rainha	8	16
Lourinhã	12	22
Nazaré	5	13
Óbidos	13	19
Peniche	7	27
Sobral de Monte Agraço	7	17
Torres Vedras	8	15

Fonte: INE, estatísticas dos resíduos urbanos, 2019

Nestes domínios de análise também é possível verificar que as entidades da sub-região valorizaram oportunidades de financiamento quer no domínio das infraestruturas de águas residuais (ciclo urbano da água) quer no domínio de gestão de resíduos. Como se sistematiza na Tabela 58, foram implementadas operações em ambos os domínios, com um total de investimento que superou os 16 milhões de euros e mobilização mais de 13 milhões de Fundo de Coesão. No caso dos resíduos toda a Região Oeste está abrangida pelo projeto concretizado pela Valorsul, contudo, na PI 06.02 as operações aprovadas cingem-se a seis concelhos.

Tabela 58. Projetos aprovados no âmbito do POSEUR, na Região Oeste, relativos a abastecimento de água, drenagem de águas residuais e gestão de resíduos

Categoria de intervenção	N.º de operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado	FEEI	Território de abrangência	PO
PI 06.01. Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos						
Recolha seletiva	1	2.715.031,00 €	2.307.776,35 €	FC	Oeste	POSEUR
Sensibilização	1	83.252,55 €	70.764,66 €	FC	Oeste	POSEUR
Promotores: Valorsul - valorização e tratamento de resíduos sólidos das regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. (integra 2 municípios da Lezíria do Tejo)						
PI 06.02. Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desse requisito						
Cadastro	5	1.213.424,00 €	1.031.410,00 €	FC	Peniche, Caldas da Rainha, Cadaval, Alcobaça, Torres Vedras	POSEUR
Infraestruturas (redes e ETAR)	10	10.550.623,00 €	8.968.030,00 €	FC	Torres Vedras, Cadaval, Caldas da Rainha, Alcobaça, Peniche	POSEUR
Telegestão e redução de perdas	4	2.223.664,00 €	889.466,00 €	FC	Lourinhã, Cadaval, Alcobaça, Peniche	POSEUR
Promotores: Municípios, serviços municipalizados, Águas do Tejo Atlântico, S.A.						
Total	21	16.785.995,00 €	13.267.447,00 €			

Fonte: POSEUR/ Portugal 2020

SÍNTESE

Em síntese, no “Eixo 4. Um país sustentável e que valoriza os seus recursos endógenos” é possível observar uma relação direta com a implementação das medidas da EIDT, com especial destaque para:

- As Medidas **7. Comunidades Sustentáveis – Programa de regeneração urbana do Oeste** e **10. Plano Regional de Mobilidade** estão interligadas, sendo já registado um conjunto de projetos implementados. Uma vez que a rede urbana foi tratada no Eixo 3, neste eixo cingimo-nos à mobilidade sustentável, uma dimensão com importantes impactos no perfil energético e ambiental da sub-região dado já se ter verificado que o setor dos transportes é um dos maiores emissores de GEE. No setor dos transportes e mobilidade importaria ter uma visão integrada, em rede, abrangendo a mobilidade de pessoas e mercadorias. Com efeito, o que se tem observado é uma forte compartimentação de apoios, com momentos distintos de candidatura e sem a necessária coordenação com vista aos resultados e metas pretendidos. Efetivamente as metas de diminuição de GEE não serão nunca alcançáveis com intervenções que, podendo diminuir o número de deslocamentos casa/escola ou casa/trabalho, dificilmente responderão à maioria da população que cada vez mais reside longe do seu local de trabalho, um fenómeno muito evidente no Oeste pela influência da AML. Torna-se assim essencial, tal como referido na síntese do Eixo 3, que para além de uma visão estrutural da mobilidade (mercadorias e pessoas) na Região de Lisboa e Vale do Tejo, e no caso concreto do Oeste, na plataforma Oeste/AML, seja possível testar e promover modelos mais sustentáveis e adequados ao contexto do Oeste, só assim com a possibilidade real de alcance de metas. Destaca-se neste contexto a importância dos transportes públicos, uma competência assumida pela OesteCIM.
- A Medida **9. Programa E+ - gestão eficiente de recursos** teve alinhamento ao nível da execução com as temáticas de muitos dos AAC disponibilizados, contudo nem sempre os requisitos responderam aos reais desafios da região, nomeadamente no que concerne aos setores de atividade onde a gestão de recursos e os impactos ambientais são mais notórios. Verificou-se assim um desajuste de apoios com consequências no desempenho energético e emissão de GEE do Oeste. Efetivamente, no âmbito da energia registou-se um acréscimo global do consumo na Região Oeste, resultado do aumento verificado nos setores doméstico e agrícola, e as emissões de GEE aumentaram com especial ênfase para o setor da indústria e transportes, pelo que permanece a necessidade de adoção de uma resposta adequada e direcionada para os setores mais preponderantes de consumo energético.

Ao nível infraestrutural foram realizados já vários investimentos, porém, permanece a necessidade de reforço do investimento nas redes de água e saneamento, quer a nível infraestrutural como a nível da gestão de uso e de perdas. Já nos resíduos os investimentos realizados permitiram um aumento muito relevante na taxa de resíduos recolhidos seletivamente, contudo a percentagem de 18% registada recentemente está ainda aquém do cenário ideal mantendo-se a necessidade de investimento na recolha seletiva e na economia circular, tendente a uma região desperdício zero.

Em matéria de adaptação às alterações climáticas, o trabalho foi iniciado com o Plano Intermunicipal que permitiu cartografar o risco da região às principais vulnerabilidades climáticas, desenvolver um plano de ação com medidas de adaptação a implementar e envolver a comunidade por via de uma estratégia de comunicação assertiva, sendo agora essencial a implementação das medidas dada a vulnerabilidade do Oeste. Face ao contexto verificado mantém-se a necessidade de uma intervenção proativa na mitigação dos riscos e diminuição da vulnerabilidade por exemplo em matéria de erosão costeira, proteção da biodiversidade e ecossistemas e sismicidade.

Complementarmente, e como expresso em todos os eixos analisados, neste também é relevante, no contexto de elaboração da revisão 2021-2027, ter em consideração o seguinte:

- A necessidade de reforçar um modelo de gestão de fundos focado no território subregional e na região funcional a que pertence – RLVT, assim como em objetivos e resultados/metapas, que não seja tão compartimentado e moldado por regras e requisitos generalistas traçados nos AAC e que responda aos desafios comunitários, com destaque para os expressos de forma integrada no *Green Deal*. O compromisso de gestão de fundos públicos deverá cumprir inequivocamente uma política de resultados permitindo que, mediante regras de transparência e alinhamento com a política comunitária, cada território sub-regional possa gerir um volume financeiro adequado às suas necessidades e que, poderá não ser nas mesmas PI que um território vizinho. Um modelo flexível e orientado para resultados permite ainda acautelar mudanças de contexto sem que sejam necessárias revisões estruturais de instrumentos de financiamento, garantindo a capacidade de resposta dos territórios.
- Importância de aferir e reforçar modelos de trabalho em rede na sub-região que permitam assegurar a adequada monitorização da implementação da EIDT;
- Necessidade de as AG dos PO regionais e temáticos criarem um sistema integrado de monitorização de apoios concedidos às várias entidades públicas e privadas que permita uma monitorização à escala das NUTS III Oeste e que possibilite à CIM o acompanhamento e avaliação dos progressos feitos a nível territorial, inferindo assim de forma regular o grau de concretização da EIDT.
- Pertinência de articular o calendário de abertura de avisos de modo a garantir que ações cuja complementaridade é essencial ao alcance de resultados, possam ter períodos de candidatura adequados. Neste domínio destaque, por exemplo, para as ações relacionadas com a mobilidade urbana sustentável de centros urbanos de níveis distintos.

7.5. Novo quadro de competências descentralizadas

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto⁶³ estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. O novo quadro competências incorpora os seguintes domínios/áreas de atuação: praias marítimas, fluviais e lacustres, exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar, vias de comunicação, justiça, associações de bombeiros, estruturas de atendimento ao cidadão, habitação, património imobiliário público sem utilização, estacionamento público, cultura, educação, transportes em vias navegáveis interiores, áreas portuárias, áreas protegidas e saúde. Cada uma das áreas de atuação alvo de descentralização é tratada em Decretos-Lei (DL) específicos que detalham e concretizam a referida transferência.

Este processo de transferência de atribuições e competências, conforme expresso na lei (artigo 2º) rege -se pelos seguintes princípios e garantias:

- A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa;
- A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais;
- A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos;
- A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público;
- A eficiência e eficácia da gestão pública;
- A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados;
- A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas.

De acordo com a referida Lei e respetivos (DL), até ao dia 1 de janeiro de 2021, data em que as competências serão transferidas na íntegra para as entidades municipais e intermunicipais, este processo pode ser feito de forma gradual (ponto 2 do artigo 3º da Lei n.º 50/2018).

As áreas de descentralização de competências são diversas (Tabela 59) e terão certamente um impacto considerável no modelo de gestão e funcionamento das entidades da administração local.

⁶³ <https://dre.pt/application/conteudo/116068877>

Tabela 59. Descentralização de competências para municípios e Oeste CIM

Áreas Lei n.º 50/2018	Ref.º regulamentar	Competências transferidas para Municípios	Competências transferidas para Comunidades Intermunicipais
Educação, ensino e formação profissional	Decreto-Lei n.º 21/2019	Participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei	<ul style="list-style-type: none"> Planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal
Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019 (Despacho 6541-B/2019, de 19 de julho Mapa dos Imóveis objeto de Transferência de competências)	<ul style="list-style-type: none"> Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. 	Sem aplicação
Proteção Civil	Decreto-Lei 103/2018 (bombeiros)	Apoiar as equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários.	<ul style="list-style-type: none"> Participação na definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.
	Decreto-Lei n.º 44/2019	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento, previsão, avaliação e prevenção dos riscos coletivos do município; Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco; Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades; Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no município, incluindo a realização de simulacros; Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal; Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes no município; Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal. 	Sem aplicação
Cultura	Decreto-Lei n.º 22/2019	<ul style="list-style-type: none"> Gestão, valorização e conservação dos imóveis que, sendo classificados, se considerem de âmbito local, identificados no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante; Gestão, valorização e conservação de museus que não sejam denominados museus nacionais, identificados no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante; 	Sem aplicação

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística; ▪ Recrutamento, seleção e gestão dos trabalhadores afetos ao património cultural; que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam denominados museus nacionais. 	
Património	Decreto-Lei n.º 106/2018	Gestão do património imobiliário público sem utilização localizado no território dos respetivos municípios, nos termos regulados no DL	Sem aplicação
Habitação	Decreto-Lei n.º 105/2018	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana; ▪ Gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios. 	Sem aplicação
Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária	Decreto-Lei n.º 72/2019	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários; ▪ Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária. 	Sem aplicação
Praias marítimas, fluviais e lacustres	Decreto-Lei n.º 97/2018	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado: a) Proceder à limpeza e à respetiva recolha de resíduos urbanos; b) Proceder à manutenção, conservação e gestão, designadamente, do seguinte: i) Infraestruturas de saneamento básico; ii) Abastecimento de água, de energia e comunicações de emergência; iii) Equipamentos e apoios de praia, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3; iv) Equipamentos de apoio à circulação pedonal e rodoviária, incluindo estacionamento, acessos e meios de atravessamento das águas que liguem margens de uma praia; c) Assegurar a atividade de assistência a banhistas em espaços balneares, garantindo a presença dos nadadores salvadores e a existência dos materiais, equipamentos e sinalética destinados à assistência a banhistas, de acordo com a definição técnica das condições de segurança, socorro e assistência determinada pelos órgãos da Autoridade Marítima Nacional. [Nas praias que sejam objeto de concessão, licença ou autorização, (...) podem integrar o conjunto de obrigações a impor ao concessionário ou ao titular da licença ou autorização através do respetivo título de utilização de recursos hídricos.] 	Sem aplicação
Informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas	Decreto-Lei n.º 12/2019 (arborização)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As competências do ICNF, I. P., previstas no Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação introduzida pelo presente decreto-lei, <u>relativas à autorização e comunicação prévia das ações de arborização e rearborização, salvo as respeitantes a áreas integradas, total ou parcialmente, na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou na Rede Natura 2000, são transferidas para os municípios, ao abrigo da alínea b) do artigo 20.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, desde que estes:</u> a) Tenham adaptado o respetivo Plano Diretor Municipal ao conteúdo do plano regional de ordenamento florestal territorialmente aplicável, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, na sua redação atual; e b) Disponham de um gabinete técnico florestal. 	Sem aplicação

		<ul style="list-style-type: none"> Reunidos os pressupostos previstos no número anterior, os municípios comunicam esse facto ao ICNF, I. P., solicitando-lhe o envio dos processos pendentes nessa data. 	
	Decreto-Lei n.º 116/2019	<ul style="list-style-type: none"> Gestão das áreas protegidas de âmbito local; Participação na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício das funções de cogestão que lhes são cometidas pelo presente DL e da sua integração nos conselhos estratégicos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março; Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas e as sanções acessórias nas áreas protegidas de âmbito nacional em que participem na respetiva gestão, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 45.º do RJCNB. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão das áreas protegidas de âmbito regional.
Transportes e vias de comunicação	Decreto-Lei n.º 100/2018	<ul style="list-style-type: none"> Gestão a) dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros urbanos; b) dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. e o respetivo município. Titularidade dos troços e dos equipamentos e infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal. 	Sem aplicação
	Decreto-Lei n.º 58/2019 (transp. Navegáveis interiores)	<ul style="list-style-type: none"> Serviços públicos de transporte de passageiros regular, ainda que exercidos em áreas sob a jurisdição de qualquer administração ou autoridade marítima e portuária, designadamente quando tais serviços se encontrem integrados numa rede de transporte público de passageiros urbana, suburbana ou regional; Transportes turísticos locais entre municípios limítrofes ou no âmbito da mesma comunidade intermunicipal ou área metropolitana, excluindo-se o transporte turístico local que abrange mais do que uma comunidade intermunicipal. Nos casos em que o serviço público regular de transporte de passageiros seja assegurado ao abrigo de uma concessão detida pelo Estado ou por entidade do setor empresarial do Estado, a transferência é objeto de processo negocial específico desencadeado por iniciativa do concedente ou da entidade local territorialmente competente. 	Sem aplicação
Estruturas de atendimento ao cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018	<ul style="list-style-type: none"> Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes; O presente DL concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão 	Sem aplicação
Policiamento de proximidade	Decreto-Lei n.º 32/2019	<ul style="list-style-type: none"> Criação dos conselhos municipais de segurança 	Sem aplicação
Segurança contra incêndios	Lei n.º 123/2019	<ul style="list-style-type: none"> (...) A ANEPC é a entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndio em edifícios, com exceção dos <u>edifícios e recintos que são classificados na 1.ª categoria de risco cuja competência é dos municípios.</u> 	Sem aplicação

Estacionamento público	Decreto-Lei n.º 107/2018	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal; ▪ Instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas. ▪ O disposto não obsta a que empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal possam exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do DL n.º 146/2014, na redação dada pelo presente decreto-lei. 	Sem aplicação
Modalidades afins de jogos de fortuna e azar	Decreto-Lei n.º 98/2018	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo. 	
Promoção turística	Decreto-Lei n.º 99/2018	Sem aplicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar na definição e implementação do plano regional de turismo a nível sub-regional, cuja iniciativa e responsabilidade de execução é da competência das entidades regionais de turismo; ▪ Assegurar a promoção dos produtos e recursos turísticos sub-regionais no mercado interno, compreendido pelo território nacional, tendo como enquadramento a estratégia turística nacional e regional, designadamente em eventos de promoção turística; ▪ Recorrer a programas de financiamento nacionais e europeus; ▪ Gerir e implementar programas com financiamento nacional e ou europeu; ▪ Definir os eventos considerados âncora para a sub-região e participar na sua organização.
Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reinserção social de jovens e adultos; ▪ Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica; ▪ Rede dos julgados de paz; ▪ Apoio às vítimas de crimes. 	
Projetos financiados com fundos europeus e programas de captação de investimento	Decreto-Lei n.º 102/2018	Sem aplicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios; ▪ Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a

			<p>realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior;</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a financiar; ■ Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito; ■ Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural; ■ Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus. ■ Sem prejuízo das competências próprias da AICEP, TP e IAPMEI e em articulação com estes organismos, as entidades intermunicipais podem, no âmbito das competências referidas no número anterior: a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional; b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior; c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial.
--	--	--	--

Fonte: Legislação em vigor

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), os municípios do Oeste assumiram já diversas competências, conforme se verifica na tabela seguinte.

Tabela 60. Lista de competências assumidas pelos municípios da Oeste CIM – atualizada em março 2020

	Praias	Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	Vias de comunicação	Justiça	Associações de Bombeiros	Estruturas de Atendimento ao cidadão	Habitação	Património imobiliário público sem utilização	Estacionamento Público	Cultura	Educação	Transporte em vias navegáveis interiores	Áreas portuárias	Áreas Protegidas	Saúde
Alcobaça	●	⊘	●	●	●	●	⊘	●	⊘	●	●	⊘	⊘	⊘	●
Alenquer	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Arruda dos Vinhos	●	⊘	●	●	●	●	●	●	⊘	●	●	●	●	●	⊘
Bombarral	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Cadaval	●	●	●	●	●	●	●	●	⊘	●	⊘	●	●	●	⊘
Caldas da Rainha	⊘	●	●	●	●	●	⊘	●	●	●	●	●	●	●	●
Lourinhã	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Nazaré	●	⊘	⊘	⊘	●	⊘	⊘	●	●	⊘	●	⊘	●	⊘	⊘
Óbidos	⊘	⊘	●	⊘	⊘	●	●	●	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘
Peniche	●	●	●	⊘	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Sobral de Monte Agraço	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	⊘	●	⊘
Torres Vedras	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	(1)	●	(1)	●

Legenda: ● Competência assumida; ⊘ Competência ainda não assumida; (1) Não se aplica, de acordo com a Autarquia

Fonte: DGAL, www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferecia-de-competencias/

Apesar de publicados os decretos-lei que concretizam as transferências de atribuições e competências nos diversos domínios estabelecidos na Lei nº 50/2018, verificam-se múltiplos constrangimentos na operacionalização das mesmas devido à escassez de informação e orientações disponíveis por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado, designadamente relativa à gestão dos processos de transferência, assegurando questões práticas como a transposição de sistemas, questões financeiras entre outras.

As áreas previstas na Lei nº 50/2018, correspondem a muitas das que foram inclusive já assumidas pela administração local no presente quadro comunitário, tendo sido as autarquias responsáveis pela gestão de fundos comunitários que, apesar de localizados nos seus territórios, foram alocados à modernização e qualificação de serviços do Estado, nomeadamente a saúde, o património e as escolas. Neste sentido, a OesteCIM e os seus municípios interpretam a transferência de competências e atribuições como a formalização de um quadro que já vinha sendo construído desde 2014, nomeadamente através do ITI, como é aliás visível na Tabela 60.

Face ao exposto e ao que sucintamente se regista como competências e atribuições em processo de descentralização na Tabela 59 e Tabela 60, é fundamental acautelar o seguinte:

- **Criar condições técnicas e humanas**, nas entidades da administração central e regional que tutelam áreas em processo de descentralização para o fornecimento de informação e transferência da mesma, no sentido de garantir a resolução de processos pendentes nos domínios descentralizados e que não podem passar, sem prévia conclusão, para as autarquias e/ou OesteCIM;
- Assegurar o **reforço de recursos financeiros e humanos necessários** à adequada gestão de atribuições de competências uma vez que passa a ser responsabilidade do nível administrativo mais próximo do cidadão e que terá de dar resposta à comunidade, um cenário que até agora não se registava;
- **Garantir que as atribuições definidas não são apenas de gestão corrente de espaços**, devendo ser garantido aos municípios e comunidades intermunicipais um papel ativo na definição de políticas e nas decisões sobre os espaços indexados à presente mudança administrativa. A título de exemplo:
 - Na **educação**, essencialmente competências e atribuições ligadas à gestão de equipamentos e provisão de serviços públicos de transporte e alimentação aos alunos, importa garantir as condições e os recursos para que as ações extracurriculares possam ser devidamente tidas em consideração pelos agrupamentos e para que seja possível continuar o trabalho conjunto de promoção do sucesso escolar. Já nas competências transferidas para a OesteCIM relativa a transportes e oferta educativa a nível supramunicipal, tornar-se-á essencial que a CIM possa ser parte ativa na atribuição de apoios às várias entidades no sentido de garantir a coerência da oferta e ter a capacidade de acompanhar a monitorização dos impactos da mesma.
 - Na **cultura**, essencialmente afeta à conservação e gestão de imóveis, é essencial garantir os recursos financeiros e técnicos cruciais à sua disponibilização ao público e à sua

dinamização com atividades culturais. Ressalva-se neste contexto que os espaços culturais não foram prioritários nos apoios do Portugal 2020, não tendo havido dotação para os mesmos o que comprometerá o sucesso desta transferência.

- Na **habitação**, área tão crítica em muitos municípios e que é essencial à garantia da capacidade de atração de residentes, a transferência de competências está essencialmente associada à passagem da gestão da habitação social, em muitos casos de elevada complexidade e à gestão de “programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana”, estes últimos ainda sem precisão sobre o que poderão ser, como poderão funcionar e ser cabimentados orçamentalmente pelas autarquias, com todas as dúvidas de correlação com instrumentos do IHRU que podem não ser os mais adequados para dar resposta aos desafios do Oeste.
- Neste sentido, às atribuições transferidas deverá estar associada a uma maior capacidade financeira de intervenção das autarquias na provisão de fogos para arrendamento, quer através de construção como da aquisição de imóveis existentes, para que possam efetivamente suprir necessidades e atuar na atração/retenção de população, não apenas para resolução de situações de carência habitacional e económica conforme definido em alguns dos instrumentos disponíveis.
- Na **gestão de património imobiliário público sem utilização**, aplicam-se preocupações similares às referidas atrás, é essencial que à gestão deste património esteja associado o apoio financeiro à sua refuncionalização de acordo com as necessidades do território do Oeste, sendo essencial a provisão de condições para que tal aconteça.
- Na **saúde**, as atribuições também recaem essencialmente sobre conservação e gestão de espaços existentes, em modelos que muitas vezes não servem o território de baixa densidade. Torna-se assim essencial garantir uma progressiva adaptação de modelos de serviços públicos que se adequem às características do território.
- Nas **praias, áreas protegidas, áreas portuário-marítimas**, as autarquias não poderão ser passivas face às dinâmicas e atividades;
- A mobilidade, correspondente aos **transportes e vias de comunicação e estacionamento público** é um domínio essencial à qualidade do ambiente urbano e à competitividade do território. Destaca-se aqui o facto de ter sido, no que diz respeito ao consagrado nas competências, negligenciadas as necessidades existentes no atual quadro comunitário, sem apoios para a rodovia.
- Assegurar a articulação entre entidades intermunicipais e entidades setoriais que tutelam áreas de atuação em que a CIM passa a ter um papel estratégica, nomeadamente a captação de investimento, turismo, gestão de fundos/apoios comunitários, entre outras.

Conclui-se da premência de integrar todas as áreas de competência descentralizadas que envolvem acréscimo de responsabilidade na provisão e manutenção de serviços e equipamentos essenciais à qualidade de vida e à coesão e competitividades territorial no próximo quadro financeiro plurianual – 2021/2027

garantindo assim que o nível administrativo responsável (municípios ou CIM) possam desenvolver e implementar uma estratégia coerente para o seu território e assegurar os recursos financeiros e humanos para o seu sucesso. A OesteCIM e os seus municípios consideram essencial evitar uma visão globalizada à escala nacional, devendo ser opção das várias tutelas e entidades gestoras de FEEI avaliar cada uma das áreas das transferências de atribuições e competências à luz do contexto sub-regional em que irão ocorrer, assegurando assim a disponibilização de apoios que respondam aos desafios estratégicos e às necessidades de cada território e à capacidade institucional instalada.

8. ANEXO 2: BASES DE DADOS

8. ANEXO 2: BASES DE DADOS

As bases de dados que sustentam a análise ao quadro de referência atual, relativas a projetos cofinanciados no território da Região Oeste, encontram-se organizadas por cada um dos Programas Operacionais e podem ser acedidas através das seguintes ligações:

Programa Operacional	Ligação
Centro 2020	https://drive.google.com/file/d/1drrFFD7kPT0EuOc7LqQOC3iezdD6wG1f/view?usp=sharing
Competitividade e Internacionalização (POCI)	https://drive.google.com/file/d/1uYkM29gXVOA6qJatntz1wEEPkO203ltb/view?usp=sharing
Inclusão Social e Emprego (POISE)	https://drive.google.com/file/d/1pc0-PDQuQXdhjsxR0zej40almwgmvdvO/view?usp=sharing
Capital Humano (POCH)	https://drive.google.com/file/d/1ffC1GuB9og0yjNP-Ot-yqg7fCaEHKoDS/view?usp=sharing
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	https://drive.google.com/file/d/1MEOztBg43N7SxiDGoFSeEKeG7UQj0Kcv/view?usp=sharing
PDR 2020	https://drive.google.com/file/d/1U7N9fHRIN3IR4REiDmUGXPUz7qEEycM2/view?usp=sharing
Mar 2020	https://drive.google.com/file/d/1JtjDcLOFw7APIqZ9TEhdU1EpvTo5rEB/view?usp=sharing

Outros programas de financiamento	Ligação
Programa Valorizar (Turismo de Portugal)	https://drive.google.com/file/d/18w6PoKVW7O9XFm_gGFM-N8ZOZt8dSi5o/view?usp=sharing

